



**SURG - COMPANHIA DE SERVIÇO  
URBANIZAÇÃO DE GUARAPUA**

# **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

DEPTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023**

**OBJETO:** Registro de preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

**Dt emissão:** 24/02/23 **Dt abertura:** 09/03/23



## **TERMO DE AUTUAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 05/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº: 04/2023**

**OBJETO:** Registro de preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

**INTERESSADO:** Departamento Técnico.

Nesta data, autuei o presente processo no Departamento de Licitações, sob a numeração acima indicada, até a página de nº 132.

Em, 10 de fevereiro de 2023.



**Departamento de Licitações**  
**NAYARA KAMINSKI DE OLIVEIRA**





*[Handwritten signature]*

**Requisição Preliminar n. 94/2022**

**1. Objeto:** Registro de preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos, para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos.

**2. Justificativa:** A SURG, no cumprimento de suas missões institucionais e obrigações assumidas, executa diversos serviços relacionados à manutenção da pavimentação asfáltica e, para tanto, utiliza-se do material descrito nesta requisição de compras.

A massa asfáltica ensacada, usinada a quente para aplicação a frio, é de fundamental importância para a manutenção do pavimento (serviço de tapa buracos), principalmente em períodos chuvosos, pois sua aplicação é rápida e além disso é um produto altamente eficaz, tendo em vista que nestes períodos de frio e chuva o asfalto quente não tem o mesmo rendimento e eficácia que o recompositor aplicado à frio.

A quantidade relacionada nesta requisição foi estabelecida com base na média de consumo em anos anteriores, aliadas a cálculos de consumo esperado para os próximos períodos, chegando-se a uma estimativa aproximada e que servirão para atender às perspectivas de execução de diversas obras de pavimentação previstas e manutenções necessárias à conservação das vias públicas.

**3. Detalhamento do objeto:**

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
1	10.000	SACAS	MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.

**4. Local de entrega:** Os materiais deverão ser entregues na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, Bairro Santana, em Guarapuava/PR.

Guarapuava, 16 de novembro de 2022.

*[Handwritten signature]*  
**Eng. Sandro Alex Russo Valera**  
Departamento Técnico





## TERMO DE REFERÊNCIA

### **1. OBJETO**

1.1. Registro de preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos, para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
1	10.000	SACAS	MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.

### **1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / LAUDO / AMOSTRAS**

1.2.1. O recompositor de pista deve ser usinado a quente a uma temperatura aproximada de 119 graus C, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, modificado por polímeros e processos de mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos).

1.2.2. A licitante contratada deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, emitido no máximo há 12 (doze) meses, conforme as normas do DER/DNIT PR.

1.2.3. AS LICITANTES de outros estados não ficam impedidas de participar, apenas ficam obrigadas também a apresentar o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, CONFORME AS NORMAS DO DER/DNIT - PR.

1.2.4. O produto deve proporcionar a estocagem por até 24 meses, capaz de ser aplicado mesmo em buracos com água e em períodos de chuva, sem perda de coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação.

1.2.5. O produto deve estar devidamente embalado em sacas de 25 kg, devendo estarem intactas, sem rasgos e conter no mínimo as seguintes informações: a) Prazo de estocagem; b) Indicação do produto; c) Telefone ou e-mail para contato com o fabricante.

1.2.6. A licitante vencedora deverá entregar AMOSTRA do recompositor de pista em até 3 (três) dias úteis após a abertura do certame para teste, no mínimo 05 (cinco) sacas do produto com as características do item 1, para serem analisadas pela comissão de análise de amostras formada pelos funcionários Maria de Fátima Werneck Lang e João Valdecir dos Santos.

1.2.7. A comissão irá analisar o produto da licitante sagrada vencedora, informando se está de acordo com o solicitado pela SURG. Caso não esteja, de imediato procede-se a solicitação das amostras da segunda colocada, e assim por diante, respectivamente, sendo assegurado novo prazo de entrega (03 dias úteis) contando agora, da convocação formal.

1.2.8. O objeto será adjudicado à licitante, no caso de as amostras estarem de acordo com as especificações exigidas, ficando a licitante vencedora obrigada a fornecer somente o produto aprovado pela comissão de análise.





1.2.9. Fica vedada a apresentação de prospectos e/ou catálogos descritivos, em substituição às amostras.

1.2.10. As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente.

## **2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A SURG, no cumprimento de suas missões institucionais e obrigações assumidas, executa diversos serviços relacionados à manutenção da pavimentação asfáltica e, para tanto, utiliza-se do material descrito nesta requisição de compras.

2.2. A massa asfáltica ensacada, usinada a quente para aplicação a frio, é de fundamental importância para a manutenção do pavimento (serviço de tapa buracos), principalmente em períodos chuvosos, pois sua aplicação é rápida e além disso é um produto altamente eficaz, tendo em vista que nestes períodos de frio e chuva o asfalto quente não tem o mesmo rendimento e eficácia que o recompositor aplicado à frio.

2.3. A quantidade relacionada nesta requisição foi estabelecida com base na média de consumo em anos anteriores, aliadas a cálculos de consumo esperado para os próximos períodos, chegando-se a uma estimativa aproximada e que servirão para atender às perspectivas de execução de diversas obras de pavimentação previstas e manutenções necessárias à conservação das vias públicas.

## **3. EXISTÊNCIA DE CONTRATO VIGENTE**

3.1. Existe a ata de registro de preços de n. 25/2022 decorrente do Pregão Presencial n. 06/2022, com vigência até o dia 25/03/2023, cujo objeto é idêntico ao do presente termo de referência. Todavia, o saldo do referido contrato encontra-se baixo, havendo possibilidade de acabar antes de seu termo, o que justifica a abertura de um novo processo licitatório, para que o objeto não fique sem a devida cobertura contratual.

## **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS**

4.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de produto comum, nos termos do art. 3º, IV do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

## **5. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

5.1. As entregas serão parceladas, conforme solicitado pela contratante em ordem de compras.

5.2. As entregas deverão ser realizadas na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, bairro Santana, em Guarapuava/PR, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação, sendo todas as despesas por responsabilidade da contratada, inclusive frete, carga e descarga, independentemente da quantidade solicitada.

5.3. Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.

5.4. Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada. Corre por conta da contratada qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.





## 6. VALOR ESTIMADO

6.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais).

6.2. O valor total estimado da contratação foi baseado na média aritmética dos orçamentos apresentados, calculados no Mapa de Pesquisa de Preços, em conformidade com os critérios abaixo informados.

## 7. PREÇO DE REFERÊNCIA

7.1. Em anexo ao presente Termo de Referência estão as pesquisas de preços elaboradas em conformidade com o art. 17 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG, as quais se tratam de contratações similares realizadas por outros entes públicos em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da presente pesquisa (pesquisas realizadas junto ao sistema do Banco de Preços e do Portal de Informações para todos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

7.2. Para composição da média, foram consideradas todas as pesquisas levantadas, as quais guardam similaridade de preço entre si.

7.3. Considerando o teor de pareceres jurídicos emitidos em outros processos licitatórios, informo que adotamos todas as cautelas possíveis para assegurar a lisura da fase de orçamentação.

## 8. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. A partir das pesquisas de preços realizadas não foi possível constatar a existência de, no mínimo, 03 (três) empresas locais ou regionais enquadradas como micro ou pequenas empresas do ramo de atividade do objeto pretendido.

## 9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os bens serão recebidos:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

9.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

- a) Efetuar o fornecimento em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela SURG, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, emitindo-se a respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações de quantidade e valor;





- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos fornecidos, de acordo com Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- g) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **11.1. A Contratante obriga-se a:**

- a) Receber provisoriamente o material;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## **12. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

12.1. Em conformidade com a Portaria n. 18/2022, fica designada Gestora das Contratações a Sra. Jorgete Lacerda e fiscal o Sr. João Valdecir dos Santos.

## **13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

13.1. O pagamento será realizado até 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao fornecimento.

13.2. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica dos produtos entregues, a qual deve indicar a quantidade fornecida, a descrição do produto, o valor unitário e total, o número da licitação e da ata/contrato/ordem de fornecimento.

13.3. A nota fiscal deve ser encaminhada ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail [contratos.jorgete@surg.com.br](mailto:contratos.jorgete@surg.com.br), devendo ainda atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

**13.4. É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Gestão de Contratos. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.**





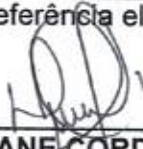
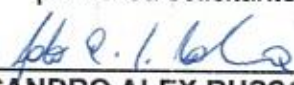
SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava  
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon  
CNPJ 75.646.273/0001-07

08

#### 14. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, sendo que o controle da execução do objeto será realizado mediante emissão de ordem de fornecimento.

Guarapuava, 25 de janeiro de 2023.

<p>Termo de referência elaborado por:</p>  <b>DAYANE CORDEIRO</b> Departamento de Compras	<p>Com auxílio e informações repassados pela área solicitante:</p>  <b>ENG. SANDRO ALEX RUSSO VALERA</b> Departamento Técnico
--	---





# Relatório de Cotação: Recompositor de pista

Pesquisa realizada entre 18/11/2022 10:26:03 e 24/01/2023 18:00:02

Relatório gerado no dia 24/01/2023 18:14:38 (IP: 191.22.23.88)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

**Método Matemático Aplicado:** Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.  
 Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC 1-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: recompositor de pista (massa asfáltica)

PREÇOS / PROPOSTAS 4 / 17		QUANTIDADE 1	PREÇO ESTIMADO R\$ 21,50 (un)	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO R\$ 21,50	TOTAL R\$ 21,50
Preço Público	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICÍPIO DE IMBÉ			0120/2022	13/01/2023	R\$ 21,70
2	PREFEITURA DE PEDREIRA   PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA   PEDREIRA-SP			OC: 8519008010020220C00087	04/01/2023	R\$ 21,35
3	PREFEITURA DE PEDREIRA   PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA   PEDREIRA-SP			OC: 8519008010020220C00087	04/01/2023	R\$ 21,59
4	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU			00346022	02/12/2022	R\$ 21,35
Valor Unitário						R\$ 21,50
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 21,47				Média dos Preços Obtidos: R\$ 21,50		

Valor Global: R\$ 21,50

## Detalhamento dos Itens

Item 1: recompositor de pista (massa asfáltica)

Preço Estimado: R\$ 21,50 (un)	Percentual: -	Preço Estimado Calculado: R\$ 21,50	Média dos Preços Obtidos: R\$ 21,50
Quantidade	Descrição	Observação	
1 Unidade	recompositor de pista (massa asfáltica)saco 25 kg		

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais  
 Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

R\$ 21,70



Órgão: MUNICÍPIO DE IMBÉ  
Objeto: Registro de Preço para eventual e futura aquisição de asfalto usinado a quente para aplicação a frio e emulsão de ruptura rápida  
Descrição: ASFALTO PARA REPAROS DE PAVIMENTOS (SACOS DE 25KG) - Asfalto para reparos de Pavimentos (sacos de 25 kg)

Data: 13/01/2023 14:01  
Modalidade: Pregão Eletrônico (10.024/19) - Registro de Pre  
SRP: SIM  
Identificação: 0120/2022  
Lote/Item: 1/1  
Ata: [Link Ata](#)  
Homologação: 13/01/2023 15:15  
Fonte: [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)  
Quantidade: 2.400  
Unidade: UNIDADE  
UF: RS

10

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
40.170.297/0001-58 * VENCEDOR *	MT ASFALTOS LTDA	R\$ 19,99
18.375.607/0001-11	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI	R\$ 20,28
22.251.719/0001-38	SOS ASFALTOS EIRELI	R\$ 23,13
20.072.327/0001-86	OHTEC MATERIAIS E SERVICOS LTDA	R\$ 37,08

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das 6 Melhores Propostas Finais  
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

R\$ 21,35

Órgão: PREFEITURA DE PEDREIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA  
PEDREIRA-SP

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento parcelado de C.B.U.Q dosado com CAP 50/70 alterado por composto retardador de cura, a base de polímero, não emulsionado, com aplicação a frio, o qual será destinado para serviços de recomposição asfáltica nas vias do Município de Pedreira/SP.

Descrição: CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE C.B.U.Q - CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE, C.B.U.Q. DOSADO COM CAP 50/70 ALTERADO POR COMPOSTO RETARDADOR DE CURA, UTILIZADO EM PAVIMENTACAO ASFALTICA, A BASE DE POLÍMERO NAO EMULSIONADO, PARA SER APLICADO EM TEMPERATURA AMBIENTE E EM LOCAIS MIDOS, ESTOCÁVEL POR 24 MESES

Data: 04/01/2023 14:48  
Modalidade: Pregão Eletrônico  
SRP: NÃO  
Identificação: OC: 8519008010020220C00087  
Lote/Item: 1/1  
Ata: [Link Ata](#)  
Fonte: [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)  
Quantidade: 5.400  
Unidade: SACO 25,00 QUILOGRAMA  
UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
05.321.084/0001-89 * VENCEDOR *	USINA DO VALE CONSTRUTORA EIRELI	R\$ 17,41
74.419.003/0001-09	M.S.AZUAGA E CERIGATTO LTDA	R\$ 17,60
21.418.672/0001-91	PAVFRIO PAVIMENTOS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI	R\$ 20,11
39.934.493/0001-72	A. FACIL MASSA ASFALTICA LTDA	R\$ 23,00
36.380.191/0001-01	PAVPRONTO COMERCIO E TECNOLOGIA EM ASFALTOS LTDA	R\$ 23,00
28.845.370/0001-49	PAVIMENTA ASFALTOS LTDA	R\$ 27,00
44.134.197/0001-27	INVICTA AGRO AMBIENTAL LTDA	R\$ 120,00

Preço (Outros Entes Públicos) 3: Média das 4 Melhores Propostas Finais  
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

R\$ 21,59

Órgão: PREFEITURA DE PEDREIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDREIRA  
PEDREIRA-SP

Data: 04/01/2023 14:48  
Modalidade: Pregão Eletrônico  
SRP: NÃO  
Identificação: OC: 8519008010020220C00087  
Lote/Item: 1/2



**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para fornecimento parcelado de C.B.U.Q dosado com CAP 50/70 alterado por composto retardador de cura, a base de polímero, não emulsionado, com aplicação a frio, o qual será destinado para serviços de recomposição asfáltica nas vias do Município de Pedreira/SP.

**Descrição:** CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE C.B.U.Q. (COTA ATÉ 25% - LC 147/14) - CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE, C.B.U.Q. DOSADO COM CAP 50/70 ALTERADO POR COMPOSTO RETARDADOR DE CURA, UTILIZADO EM PAVIMENTACAO ASFALTICA, A BASE DE POLÍMERO NAO EMULSIONADO, PARA SER APLICADO EM TEMPERATURA AMBIENTE E EM LOCAIS MIDOS, ESTOCÁVEL POR 24 MESES

Ata: [Link Ata](#)

Fonte: [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)

Quantidade: 600

Unidade: SACO 25,00 QUILOGRAMA

UF: SP

11



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
36.646.042/0001-41 * VENCEDOR *	LIDER ASFALTO RAPIDO EIRELI	R\$ 19,53
39.934.493/0001-72	A. FACIL MASSA ASFALTICA LTDA	R\$ 19,72
21.418.672/0001-91	PAVFRIO PAVIMENTOS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI	R\$ 20,11
28.845.370/0001-49	PAVIMENTA ASFALTOS LTDA	R\$ 27,00
44.134.197/0001-27	INVICTA AGRO AMBIENTAL LTDA	R\$ 120,00

**Preço (Outros Entes Públicos) 4: Média das 6 Melhores Propostas Finais**

R\$ 21,35

*Inc. II Art. 5º da IN 55 de 07 de Julho de 2021*

**Órgão:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU

**Objeto:** Aquisição de CBUQ ensacado para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Cidade, Segurança e Trânsito.

**Descrição:** CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ESTOCÁVEL -  
CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ESTOCÁVEL

Data: 02/12/2022 00:00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

SRP: SIM

Identificação: 00346022

Lote/Item: 1/1

Ata: [Link Ata](#)

Fonte: [transparencia.pmmarau.com.br/transparencia/](http://transparencia.pmmarau.com.br/transparencia/)

Quantidade: 5.000

Unidade: SC

UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
18.375.607/0001-11 * VENCEDOR *	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI	R\$ 21,35





ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes de preços pesquisados no Banco de Preços:

1 - Banrisul  
[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)

Data: 24/01/2023 17:50:29  
Acessar a fonte [aqui](#)

2 - Bolsa Eletrônica de Compras  
[www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)

Data: 24/01/2023 17:51:23  
Acessar a fonte [aqui](#)

3 - Prefeitura Municipal de Marau/RS  
[transparencia.pmmarau.com.br/transparencia/](http://transparencia.pmmarau.com.br/transparencia/)

Data: 16/12/2022 14:45:41  
Acessar a fonte [aqui](#)





As informações são declaradas pelas entidades jurisdicionadas e são de sua inteira responsabilidade.

13

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO**

Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Público Integrante da Administração Direta - Poder Executivo - o Município  
**PRESIDENTE CASTELO BRANCO**, população de 5.395 habitantes **JOÃO PERICLES MARTINATI** (Exercício 2022)  
O último envio de informações desta entidade foi 10/01/2023, dados estes referentes a 11/2022

64/2022

Nº Licitação

16/11/2022

Data da Abertura

R\$61.850,00

Valor

Pregão

Modalidade

141/2022 (20/10/2022)

Edital da Licitação (Publicação)

Homologada

Em 28/11/2022

**Objeto**

MASSA ASFÁLTICA TIPO CBUQ EM SACOS DE 25 KG PARA APLICAÇÃO A FRIO CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO  
TERMO DE REFERÊNCIA, PARA O DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DESSA MUNICIPALIDADE

Tipo de Avaliação

Menor Preço - Item

Classificação do Objeto

Compras e Serviços

Regime de Execução

Compras

Natureza da Licitação

Registro de Preços

Cláusula de Prorrogação

As informações desta licitação foram cadastradas dia 05/01/2023, sua última atualização foi dia 07/01/2023, com informações referentes a  
11/2022.

**Propostas**

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Tot (R\$)
1	1	2000	Outras Unidades e Medidas	EMULSÃO ASFÁLTICA RL1C EMULSÃO ASFÁLTICA RL1C	1	RAJ Industria e Pavimentacoes Ltda - EPP	11,63	2000	23,26

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Tot (R\$)
1	2	1000	Outras Unidades e Medidas	MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE - CBUQ PREPARADA COM PEDRISCO, PÓ DE PEDRA, AREIA E ASFALTO MODIFICADO, NÃO EMULSIONADO, MATERIAL A SER USADO PARA APLICAÇÃO A FRIO, EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS SACO DE 25KG.	1	RAJ Industria e Pavimentacoes Ltda - EPP	23,40	1000	23,40

14



Ação

Participantes

Convidado

Comissão

Publicação Edital

Obras

Pagamentos

Convênio

Contrato

Informações declaradas pelas entidades jurisdicionadas são de sua inteira responsabilidade.





As informações são declaradas pelas entidades jurisdicionadas e são de sua inteira responsabilidade.

15

**MUNICÍPIO DE PLANALTINA DO PARANÁ**

Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Público Integrante da Administração Direta - Poder Executivo - o Município PLANALTINA DO PARANÁ, população de 4.281 habitantes CELSO MAGGIONI (Exercício 2022)  
O último envio de informações desta entidade foi 29/12/2022, dados estes referentes a 11/2022

73/2022

Nº Licitação

18/11/2022

Data da Abertura

R\$27.704,00

Valor

Pregão

Modalidade

108/2022 (06/10/2022)

Edital da Licitação (Publicação)

Homologada

Em 23/11/2022

**Objeto**

Registro de preços para futuras aquisições de massa asfáltica ensacada tipo CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente para aplicação a frio) visando reparos em Ruas pavimentadas do município de Planaltina do Paraná.

Tipo de Avaliação

Menor Preço - Item

Classificação do Objeto

Compras e Serviços

Regime de Execução

Compras

Natureza da Licitação

Registro de Preços

Cláusula de Prorrogação

As informações desta licitação foram cadastradas dia 25/11/2022, sua última atualização foi dia 19/01/2023, com informações referentes a 12/2022.

**Propostas**

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total (R\$)
1	1	800	Outras Unidades e Medidas	CONCRETO ASFÁLTICO USINADO	1	RAJ Industria e Pavimentacoes Ltda - EPP	23,00	800	18.400,00

**Ação****Participantes****Convidado****Comissão**

As informações são declaradas pelas entidades jurisdicionadas e são de sua inteira responsabilidade.

16

**MUNICÍPIO DE TOLEDO**

Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Público Integrante da Administração Direta - Poder Executivo - o Município TOLEDO, população de 144.601 habitantes LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT (Exercício 2022)  
O último envio de informações desta entidade foi 27/12/2022, dados estes referentes a 11/2022

289/2022

Nº Licitação

17/11/2022

Data da Abertura

R\$333.960,00

Valor

Pregão

Modalidade

14913/2022 (21/10/2022)

Edital da Licitação (Publicação)

Homologada

Em 17/11/2022

**Objeto**

Registro de Preço, pelo período de 12 (doze) meses, referente a aquisição de MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBUQ) PARA APLICAÇÃO À FRIO, para manutenção das vias públicas e rurais danificadas pela ação do tempo, fluxo de trânsito e manutenção de galerias deste Município, sendo de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura Rural e Urbana e de Serviços Públicos.

Tipo de Avaliação

Menor Preço - Lote

Classificação do Objeto

Compras e Serviços

Regime de Execução

Compras

Natureza da Licitação

Credenciamento

Cláusula de Prorrogação

As informações desta licitação foram cadastradas dia 23/11/2022, sua última atualização foi dia 26/12/2022, com informações referentes a 11/2022.

**Propostas**

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total
------	------	------------	---------	-----------	---------------	--------------	-------	------------	-------



Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total
									17
1	1	9000	Outras Unidades e Medidas	Massa Asfáltica Usinada à quente (CBUQ) para aplicação à frio. Contendo Teor de Betume entre 5,5 e 6% densidade aparente entre 2,0 e 2,5, fluência entre 3,7 e 4,0, estabilidade entre 9,9 e 10,1, passante entre 97% e 99% na peneira 3/8, com temperat	1	CASA DO ASFALTO DISTRIBUIDORA, INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO LTDA ①	26,40	9000	237,6
2	1	3000	Outras Unidades e Medidas	Massa Asfáltica Usinada à quente (CBUQ) para aplicação à frio. Contendo Teor de Betume entre 5,5 e 6% densidade aparente entre 2,0 e 2,5, fluência entre 3,7 e 4,0, estabilidade entre 9,9 e 10,1, passante entre 97% e 99% na peneira 3/8, com temperat	1	RAJ Industria e Pavimentacoes Ltda - EPP ①	27,83	3000	83,4

As informações são declaradas pelas entidades jurisdicionadas e são de sua inteira responsabilidade.

18

**MUNICÍPIO DE JAPIRA**

Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Público Integrante da Administração Direta - Poder Executivo - o Município JAPIRA, população de 4.929 habitantes PAULO JOSE MORFINATI (Exercício 2022)  
O último envio de informações desta entidade foi 19/12/2022, dados estes referentes a 11/2022

32/2022

Nº Licitação

12/08/2022

Data da Abertura

R\$98.295,00

Valor

Pregão

Modalidade

232/2022 (10/08/2022)

Edital da Licitação (Publicação)

Homologada

Em 08/09/2022

Objeto

Aquisição de Massa asfáltica e Placas de sinalização de lombadas

Tipo de Avaliação

Menor Preço - Lote

Classificação do Objeto

Compras e Serviços

Regime de Execução

Compras

Natureza da Licitação

Registro de Preços

Cláusula de Prorrogação

As informações desta licitação foram cadastradas dia 21/09/2022, sua última atualização foi dia 19/12/2022, com informações referentes a 11/2022.

**Propostas**

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total (R\$)
1	1	1500	Outras Unidades e Medidas	Massa asfáltica CBUQ Massa asfáltica CBUQ, usinada a quente para aplicação a frio, fornecida em sacos de 25 quilos	1	USINA JARAGUA LTDA - EPP	25,49	1500	38.235,



Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total (R\$)
				Placas de sinalização de lombadas					19
				Placas de sinalização de lombadas com medidas de 600mm x 600mm com adesivo de material de primeira linha fluorescente colado em chapa de ferro com pintura anticorrosiva fixada em tubo 60mm ou mais sendo este de ferr					
2	1	100	Outras Unidades e Medidas		1	INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS BULMARPLAC LTDA - ME	269,99	100	26.999,

Ação

Participantes

Convocado

Comissão

Publicação Edital

Obras

Pagamentos

Convênio

Contrato

Informações declaradas pelas entidades jurisdicionadas são de sua inteira responsabilidade.



## MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

20

Compra Pesquisa No.....: 94 / 2022

Condição de Pagamento.....: 15o (decimo quinto) dia útil do mes subsequente  
 Validade da Proposta Pesquisa.....: 60 dias  
 Prazo de Execução.....: 12 meses

## Seleção dos Proponentes

Código	Nome	CNPJ/CPF/Doc. Estrangeiro
143	MUNICIPIO DE JAPIRA	75.969.881/0001-52
161	MUNICIPIO DE PLANALTINA DO PARANA	01.740.422/0001-66
163	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO	76.279.959/0001-70
21	MUNICIPIO DE TOLEDO	76.205.806/0001-88
151	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	07.797.967/0001-95

Item/Item	Fornecedor	Fornecedor
Quantidade	Valor Unitario	Valor Unitario
Unid.Med.	Quantidade	Quantidade
Descricao	Valor Total	Valor Total
	Marca	Marca
	Prazo	Prazo
	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	MUNICIPIO DE TOLEDO
	Valor Unitario 21,5000	Valor Unitario 26,4000
	Quantidade 10.000,0000	Quantidade 10.000,0000
	Valor Total 215.000,00	Valor Total 264.000,00
	12 meses	12 meses
	MUNICIPIO DE JAPIRA	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
	Valor Unitario 25,4900	Valor Unitario 23,4000
	Quantidade 10.000,0000	Quantidade 10.000,0000
	Valor Total 254.900,00	Valor Total 234.000,00
	12 meses	12 meses
	MUNICIPIO DE PLANALTINA DO PARANA	
	Valor Unitario 23,0000	
	Quantidade 10.000,0000	
	Valor Total 230.000,00	
	12 meses	

## Sugestão por Mediana

Lote/Item	Descricao	Unid. Medida	Valor Mediano	Valor Total	Quantidade de Proposta
0001/0001	MASSA ASFALTICA ENSACADA, USI	SACAS	23,4000	234.000,00	5,000
Total do Lote 1:	234.000,00				
Total da Proposta:	234.000,00				

SURG Companhia de Serviços de  
 Urbanização de Guarapuava  
 DAYANE CARDEIRO  
 DEPTO. DE COMPRAS





**SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava**  
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon  
CNPJ 75.646.273/0001-07

## **PREVISÃO DE RECEITA/FATURAMENTO**

### **Requisição Preliminar: 94/2022**

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de massa asfáltica, ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos, para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos.

Declaramos para os devidos fins existir **previsão de receita/faturamento** (valor que se espera faturar e receber num determinado período) para atender ao objeto em epígrafe, conforme consta em contrato de prestação de serviços nº 349/2022 anexo entre a SURG e a Prefeitura Municipal de Guarapuava.

Guarapuava, 25 de Janeiro de 2023.

**BRUNA VANESSA PORTELLA**

**Contabilidade**



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 22/09/2022 11:30:03-03  
https://atende.mecsp32c7c191806e3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

22



## CONTRATO N.º 349/2022

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG - NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento administrativo de Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede e Prefeitura na Rua Brigadeiro Rocha, 2.777 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.178.037/0001-76, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor de Licitações e Contratos, Sr. **DIEGO VOLFF**, e pelos Secretários Municipais, **FLÁVIO CARLOS VERAS JUNIOR**, Secretário Municipal de Viação, Obras e Serv. Urbanos; **PABLO DE ALMEIDA** Secretário Municipal de Educação; **ORIDES NEGRELLO NETO**, Procuradoria Geral do Município; **CHAYANE ANDRADE**, Secretária Municipal de Saúde; **CELSO ALVES DE ARAÚJO**, Secretário Municipal do Meio Ambiente; **PRISCILA SCHRAN DE LIMA** Secretária de Políticas para as Mulheres; **ITACIR JOSÉ VEZZARO**, Secretário Municipal de Agricultura; **KATRIANE MILA**, Secretária Municipal de Turismo e Eventos; **ADALBERTO JOSÉ RIBEIRO DE CAMPOS**, Secretário Municipal de Trânsito e Transporte; **RITA FELCHAK**, Secretária Municipal de Cultura; **SÁVIO FRANÇA DENARDI**, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação e Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Informação; **DORACI SERGER LUY**, Secretária Municipal de Administração; **DIOCESAR COSTA DE SOUZA**, Secretário Municipal de Finanças; **PAULO DIRCEU ROSA DE SOUZA** Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo; **ELENITA LUIZA LODI**, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; **FERNANDO DAMIANI** Secretário Municipal de Habitação; **MILTON DE LACERDA ROSEIRA JUNIOR**, Secretário Municipal de Esportes e Recreação, e de outro lado a **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG –** sociedade de economia mista, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.646.273/0001-07, sediada na Rua Afonso Botelho, n.º 063, Bairro Trianon, na cidade de Guarapuava - Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu Diretor Administrativo Sr. **HALMUTH FAGNER GOBA BRANDTNER**, inscrito no CPF n.º 057.836.209-04, e Diretor Técnico, Sr. **SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, inscrito no CPF n.º 881.700.209-72, partes que celebram o presente contrato observadas as disposições presentes na Lei Federal n.º 8.666/93, no parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município sob n.º 873/2022 nas condições firmadas na **DISPENSA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 33/2022 de acordo com a Requisição ao Compras n.º 673/2022** bem como com fulcro nas cláusulas abaixo descritas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação da SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Sociedade de Economia Mista, para prestação de serviços e execução e/ou administração de obras, conforme tabela de serviços e preços constantes no Anexo II.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2022**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

23

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

**Parágrafo Primeiro:** Para serviços de execução contínua:

- I. A Secretaria solicitante emitirá uma única Ordem de Serviço para o ano da emissão para cada categoria de serviço, especificando os serviços continuados e em qual categoria do Plano de Contas será enquadrada.

**Parágrafo Segundo:** Para serviços que não caracterizam execução contínua:

- I. A Secretaria solicitante emitirá uma Ordem de Serviço para cada serviço a ser realizado especificando a categoria do Plano de Contas.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O valor a ser pago pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** pelas obras e/serviços objeto deste contrato será apurado mensalmente, de acordo com o levantamento das obras e/ou serviços prestados no período do contrato, devendo tais valores serem pagos até 10 (dez) dias após a apresentação da fatura correspondente, a qual deverá ser emitida em nome do **CONTRATANTE**, sendo que a somatória das faturas deve obedecer ao limite global de **R\$ 75.101.500,00 (setenta e cinco milhões cento e um mil e quinhentos reais)** sendo a somatória dos valores:

**SECRETARIA DE OBRAS – R\$ 45.000.000,00**  
**SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – R\$ 7.000.000,00**  
**SECRETARIA DE SAÚDE – R\$ 1.200.000,00**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – R\$ 800.000,00**  
**SECRETARIA DE HABITAÇÃO - R\$ 600.000,00**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - R\$ 600.000,00**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – R\$15.000.000,00**  
**SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO – R\$ 300.000,00**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS – R\$ 100.000,00**  
**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO – R\$ 20.000,00**  
**SECRETARIA DE TURISMO – R\$ 180.000,00**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – R\$ 650.000,00**  
**SECRETARIA DE AGRICULTURA – R\$ 50.000,00**  
**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – R\$40.000,00**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO– R\$ 3.000.000,00**  
**SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES – R\$ 60.000,00**  
**PROCURADORIA GERAL - PGM - R\$ 1.500,00**  
**SECRETARIA DE CULTURA - R\$ 500.000,00**

**Parágrafo Primeiro** – Os valores de cada obra e/ou serviço serão pagos com base nas tabelas constantes no Anexo II, parte integrante deste Contrato.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento da obra e/ou serviço que pode ser objeto de mensuração será feito conforme a medição assinada por Fiscal e Gestor qual deverá especificar em qual categoria do Plano de Contas se enquadra e com anuência do Secretário da pasta solicitante do serviço.

**Parágrafo Terceiro** – A medição que trata o Parágrafo Segundo deverá ser entregue até o





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

24

dia 10 (dez) do mês subsequente contendo o Relatório dos serviços executados e a Ordem de Serviço emitida para execução de tal obra e/ou serviço e em consonância com o Anexo II.

**Parágrafo Quarto** - A secretaria deverá devolver a medição em até 5 (dias) após o recebimento das medições.

**Parágrafo Quinto** – Em caso de desacordo com a medição deverá ser feito um documento, onde consta o desacordo com a medição.

**Parágrafo Sexto** – Os valores consignados nas tabelas constantes do Anexo II poderão ser revisados na mesma proporção e periodicidade aplicadas pelos órgãos competentes que as definem.

**Parágrafo Sétimo** – A providência prevista no Parágrafo Sexto será de iniciativa da CONTRATADA, sendo endereçada ao Gestor do Contrato, e sua aprovação será precedida de análise pela Secretaria Municipal de Finanças e pela Procuradoria Geral do Município.

**CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

A vigência e a execução do contrato será **12(doze) meses**, tendo início a contar da data de assinatura do presente instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – O presente contrato poderá ser prorrogado por iniciativa da **CONTRATANTE**, desde que tal prorrogação atenda ao interesse público, devidamente declarado pela **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Segundo** – A prorrogação do presente contrato poderá ser solicitada pela **CONTRATADA**, mediante concordância expressa do **CONTRATANTE**, e na ocorrência de quaisquer dos casos abaixo descritos:

- I) ocorrer atos do **CONTRATANTE** que interfiram na execução contratual;
- II) ocorrer atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo **CONTRATANTE**;
- III) ocorrer, por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, *lock out*, perturbações industriais, guerras, atos de inimigo público, bloqueio, insurreições, epidemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes e equivalentes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução da(s) obra(s) e que fujam ao controle seguro de qualquer das partes interessadas, as quais não consigam impedir sua ocorrência. A expressão “força maior” deve, também, incluir qualquer atraso causado por legislação, regulamentação ou atos governamentais, por ação ou omissão do **CONTRATANTE** que venham causar atrasos à **CONTRATADA**. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

25

**Parágrafo Terceiro** – Enquanto perdurarem os motivos do **Parágrafo Segundo**, ou quando ocorrer a suspensão do Contrato, por ordem do **CONTRATANTE**, cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves dos funcionários da **CONTRATADA**, ou atrasos por parte de empresas sub-contratadas, não serão entendidas como de força maior.

**Parágrafo Quarto** – Para que a **CONTRATADA** possa requerer a prorrogação do prazo de execução deste Contrato, servindo-se dos fatos descritos no Parágrafo Segundo, os mesmos deverão ser comunicados ao **CONTRATANTE**, cabendo à **CONTRATADA**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do início da referida ocorrência, dar-lhes comprovação.

**Parágrafo Quinto** – Após devidamente comprovados, os motivos invocados pela **CONTRATADA** serão analisados pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Sexto** – Após a aceitação dos motivos invocados pela **CONTRATADA**, e havendo a concordância do **CONTRATANTE**, deverá ser formalizada a prorrogação do Contrato.

**Parágrafo Sétimo** – O recebimento definitivo das obras e/ou serviços deverão ser atestados pelo Fiscal e pelo Secretário(a) solicitante, e somente poderão ser pagos se estiverem de acordo com a Ordem de Serviço.

**CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO**

A **CONTRATADA** não poderá ceder, no todo ou em parte, os direitos e vantagens decorrentes do presente Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÕES**

A gestão contratual, assim como a fiscalização da execução das obras e/ou serviços objeto deste Contrato, será feita pelo **CONTRATANTE**, através de profissionais indicados pelas Secretarias afins, aos quais caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, e também conforme o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

**Parágrafo Primeiro** – Fica nomeado Gestor conforme descrito cláusula 19ª

**Parágrafo Segundo** – Ficam nomeados Fiscais Contrato conforme descrito na cláusula 19ª

**Parágrafo Terceiro** – As Secretarias afins indicarão um Fiscal Setorial para o presente Contrato.

**Parágrafo Quarto** – A Secretaria solicitante poderá nomear Fiscal Especial para atuar, única e exclusivamente, na fiscalização de determinada obra e/ou serviço, o qual atuará em conjunto com o Fiscal Setorial previsto no Parágrafo Terceiro.

**Parágrafo Quinto** – Para as obras de infraestrutura, a **CONTRATADA** deverá elaborar os





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

26

projetos técnicos, memoriais, cronograma físico-financeiro, e orçamento, ART ou RRT, os quais deverão ficar disponíveis para o manuseio dos responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato, assim como para o acesso de eventual órgão externo que assuma a condição de financiador da obra e/ou serviço.

**Parágrafo Sexto** – Para emissão das ordens de serviços relativos a obras e/ou serviços que não sejam considerados de caráter contínuo, o Secretário da pasta poderá solicitar a apresentação do quantitativo, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma de execução, a ser aprovada pelo Secretário da Pasta requisitante e pelo fiscal de obras ou fiscal setorial.

**Parágrafo Sétimo** – A **CONTRATADA** deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo **CONTRATANTE**:

- I - Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
- II - Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

**Parágrafo Oitavo** – No desempenho das funções de gestão e fiscalização do Contrato os servidores da **CONTRATANTE** contarão com a total colaboração da **CONTRATADA**.

**Parágrafo Nono** – A **CONTRATADA** deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de obras e/ou serviços, principalmente nos de trabalho em vias e logradouros públicos, de acordo com as normas de segurança do trabalho, responsabilizando-se integralmente em respeitar as normas vigentes.

**Parágrafo Décimo** – O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** poderão solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro, a fim de revisar e discutir os planos para o trabalho remanescente, visando eliminar problemas potenciais.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** devem elaborar ata dos assuntos tratados nas reuniões de gerenciamento e distribuir cópias aos participantes da reunião. A responsabilidade das partes na tomada de providências será decidida pela fiscalização e informada por escrito a todos que participaram da reunião.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por meio escrito, sendo admitida a comunicação por meios eletrônicos (*e-mail*). A notificação tornar-se-á efetiva após a confirmação de seu recebimento. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou correspondências.

#### **CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES**

No caso de inexecução ou inadimplemento de qualquer cláusula contratual, ficará a **CONTRATADA** sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, com base em processo administrativo onde fique assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa, assim como às seguintes penalidades:

- I – Advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada da obra e/ou serviço, ou quando (i) houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato e/ou (ii) na ocorrência de faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

27

Contrato, não eximindo o advertido, das demais penalidades;

II – Multa de 100 (cem) UFM's (Unidade Fiscal do Município) quando, por ação, omissão ou negligência, a **CONTRATADA** infringir qualquer das demais obrigações contratuais; ou quando, na avaliação do **CONTRATANTE**, os serviços não forem executados de acordo com as especificações técnicas aplicáveis ao caso;

III – Multa de 500 (quinhentas) UFM's (Unidade Fiscal do Município) quando a **CONTRATADA** ceder, no todo ou em parte, os direitos e vantagens decorrentes do Contrato;

IV – Multa de 1.000 (mil) UFM's (Unidade Fiscal do Município) pela inexecução parcial da obra e/ou serviço contratado; ou na hipótese de rescisão contratual motivada por falhas da **CONTRATADA**;

V – Multa de 2.000 (duas mil) UFM's (Unidade Fiscal do Município) pela inexecução total da obra e/ou serviço contratado.

**Parágrafo Primeiro** – A aplicação das penalidades enumeradas acima não impede a rescisão do Contrato ou a efetivação de outras sanções previstas em Lei.

**Parágrafo Segundo** – As multas serão cobradas, preferencialmente, através de descontos nos recebimentos a que a **CONTRATADA** tiver direito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da ciência da **CONTRATADA** sobre a aplicação da penalidade.

**Parágrafo Terceiro** – Caso a opção pelo pagamento das multas venha a ser em moeda corrente, o não recolhimento das mesmas no prazo estipulado no Parágrafo Anterior, implicará na suspensão de qualquer outro pagamento devido à **CONTRATADA**.

**Parágrafo Quarto** – É facultado à **CONTRATADA** recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades que lhe forem aplicadas.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** se obriga a:

- I – Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** na forma estabelecida neste Contrato;
- II – Fiscalizar as obras e/ou serviços ora contratados.
- III- Emitir Ordem de Serviço.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se obriga a:

- I – cumprir fiel e integralmente todos os encargos e obrigações previstas neste Contrato;
- II – enviar, de forma periódica e contínua, até o décimo dia do mês subsequente, contados da emissão da Ordem de Serviço das Obras e/ou dos serviços continuados, as medições relativos as obras e/ou serviços solicitados;
- III – assumir total responsabilidade por seus empregados e/ou prepostos que venham a executar os serviços decorrentes do presente Contrato, sendo que o **CONTRATANTE** não terá nenhuma relação ou vínculo contratual de natureza trabalhista, cuja responsabilidade será tão somente da **CONTRATADA**, sendo esta titular e responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamento de salários e demais ônus, recolhimento de todos os encargos sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes que seus empregados possam ser vítimas ou derem causa, quando da execução do serviço, na forma como é expressa e considerada nos parágrafos 3º e 6º do regulamento de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

28

Seguro Acidente de Trabalho, aprovado pelo decreto n.º 61.784/67;

IV – assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados, bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;

V – manter, em todos os locais de serviço, um seguro sistema de sinalização e segurança do trabalho de acordo com as normas de segurança do trabalho;

VI – não manter em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;

VII – atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;

VIII – apresentar sempre que solicitado, durante toda a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo as legislações em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

IX – executar o objeto contratado na forma ajustada.

X – Nos casos de obras e serviços de engenharia, manter no local da obra o DIÁRIO DE OBRA, que deverá ser apresentado ao Fiscal quando solicitado;

XI – Será de responsabilidade da CONTRATADA a realização e pagamento de laudos e ensaios necessários para comprovar especificações técnicas de obras e serviços de engenharia, quando solicitados pela CONTRATANTE.

**CLAUSULA DÉCIMA - DA SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO:**

**A CONTRATADA** deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, assim como disponibilizar o treinamento respectivo e tornar obrigatório o uso dos EPI's.

- a) O Equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá obrigatoriamente conter a identificação do contratado.
- b) O contratado, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da lei federal nº 6.514 de 22/12/1977, portaria 3.214 de 08/06/197, Normas Regulamentares – nº. 01 a 36 e em especial as nos. 04, 05, 06, 18 e 35.
- c) O contratado, quando necessário realizar trabalhos em altura, deverá observar as normas contidas na NR 35.
- d) O Contratado não será eximido de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.
- e) Deverão ser observadas pelo contratado todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do contratante e de outrem, e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as normas regulamentadoras - NRs aprovadas pela portaria 3.214 de 08/06/1978, lei federal nº 6.514 de 22/12/1977.





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

29

Departamento de Licitações e Contratos

- f) Somente está autorizada a executar a obra para o contratante o contratado que possuir profissionais qualificados e que estejam instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e apresentarem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas; portanto, os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos previstos, os sistemas de proteção individual e coletivo e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados.
- g) O contratante atuará, objetivando o total cumprimento das normas, conforme contido neste contrato, estando autorizado a interditar serviços ou partes destes em caso de não cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na obra.
- h) O contratado deverá, de imediato, providenciar o atendimento das exigências do contratante. Para casos específicos em que a fiscalização conceder prazos de 48 (quarenta e oito) horas para atendimento das exigências, as prorrogações dos referidos prazos não poderão ultrapassar 15 (quinze) dias para o atendimento completo.
- i) Esgotado o prazo descrito no item anterior, o contratante poderá promover as medidas que forem necessárias, cobrando do contratado as despesas daí decorrentes, sem prejuízos de outras penalidades previstas no contrato de empreitada, inclusive a sua rescisão.
- j) Cabe ao contratado solicitar ao contratante a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente na obra e/ou nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

O **CONTRATANTE** poderá fornecer as instalações, máquinas e equipamentos necessários ao desenvolvimento das obras e serviços solicitados à **CONTRATADA**, que poderá assumir os custos de execução, aquisição e/ou manutenção dos mesmos, após aprovados pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Único** – Os custos descritos no *caput* desta Cláusula, por serem imprevisíveis, serão representados pela sigla VB (verba), e deduzidos do pagamento devido à **CONTRATADA** mediante apresentação de medição específica e discriminada, confeccionada pelo **CONTRATANTE** e visitada pela **CONTRATADA**, por meio da Secretaria solicitante.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** assumirá integral responsabilidade por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

30

**CONTRATANTE** de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

Caberá a rescisão do Contrato quando ocorrer quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** – As espécies de rescisão são aquelas previstas no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo ser obedecidas as disposições legais aplicáveis a cada hipótese.

**Parágrafo Segundo** – A rescisão do Contrato, quando motivada por culpa da **CONTRATADA**, implicará na apuração de perdas e danos, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

**Parágrafo Terceiro** – Formalizada a rescisão contratual, a **CONTRATADA** obriga-se a entregar as obras e/ou serviços já concluídos, os materiais depositados, e o canteiro de obras inteiramente desembaraçado, não criando óbices de qualquer natureza à **CONTRATANTE** no que tange à assunção da obra e/ou serviço não finalizado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

A troca eventual de documentos e correspondências entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita por meio escrito, através de protocolo, sendo admitida a utilização de meios eletrônicos (*e-mail*). A notificação tornar-se-á efetiva após a confirmação de seu recebimento. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou correspondências.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos por comum acordo entre as partes, à luz do ordenamento jurídico Lei Federal nº 8.666/93 e demais aplicável ao caso. Na impossibilidade de acordo, deverão ser utilizados os meios judiciais e extrajudiciais cabíveis na espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

Serão incorporadas a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes:

- (i) Das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**,
- (ii) De alterações nas características quantitativas e qualitativas do objeto,
- (iii) Modificação do regime de execução ou fornecimento dos serviços e obras a serem contratadas, ou
- (iv) Nas demais hipóteses previstas no Art. 57 e Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta dispensa de licitação, para o exercício de 2022, correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

31

SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS		
PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA / CANALIZAÇÕES / CALÇADAS		
CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA	FONTES
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/504
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/504
3390392100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/504
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÔRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/504
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/504
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/504
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/504
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/504
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFALTICOS	000/504
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/504
4490510201	PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES	000/504
4490510202	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	000/504
4490510203	PONTES E VIADUTOS	000/504
4490510204	GALERIAS PLUVIAIS	000/504
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/504
4490510206	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/504
4490510207	ATERROS SANITÁRIOS	000/504
4490510208	POÇOS ARTESIANOS	000/504
4490510209	CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS	000/504
4490510210	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	000/504
4490510211	ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	000/504
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/504
ATIVIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO OBRAS E SERVICOS URBANOS		

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2022



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

32



<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/003
3390392100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÔRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/002/003
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/003
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002/003
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFALTICOS	000/002/003
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
<b>PRAÇAS, PARQUES E JARDINS</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/003
3390392100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÔRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/002/003
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/003
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002/003
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS	000/002/003
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
4490510201	PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES	000/002/003
4490510202	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	000/002/003
4490510203	PONTES E VIADUTOS	000/002/003





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

33

4490510204	GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/002/003
4490510206	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002/003
4490510211	ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	000/002/003
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/002/003
<b>MANUTENÇÃO, MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/003
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003
3390394310	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002/003
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002/003
4490510206	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002/003
<b>MANUTENÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO, CANALIZAÇÃO E CALÇADAS EXISTENTES</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003/504
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/003/504
3390392100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003/504
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÓRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/002/003/504
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/003/504
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003/504
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003/504
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS	000/002/003/504
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002/003/504
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003/504



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

34

4490510201	PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES	000/002/003/504
4490510202	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	000/002/003/504
4490510203	PONTES E VIADUTOS	000/002/003/504
4490510204	GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003/504
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/002/003/504
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/002/003/504
<b>REURBANIZAÇÃO DAS RUAS</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/003
3390392100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÔRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/002/003
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/003
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002/003
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS	000/002/003
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
4490510201	PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES	000/002/003
4490510202	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	000/002/003
4490510203	PONTES E VIADUTOS	000/002/003
4490510204	GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/002/003
4490510206	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002/003
4490510207	ATERROS SANITÁRIOS	000/002/003
4490510208	POÇOS ARTESIANOS	000/002/003
4490510209	CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS	000/002/003





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

35

4490510211	ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	000/002/003
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/002/003
<b>MANUTENÇÃO E MELHORIAS NOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DA LIMPEZA DE RUAS E LOGRADOUROS</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÔRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/002/003
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/003
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003
<b>COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE LIXOS</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003/511
3390398203	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	000/002/003/511
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/002/003/511
4490510207	ATERROS SANITÁRIOS	000/002/003/511
4490510209	CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS	000/002/003/511
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/002/003/511
<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/103/104
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/103/104
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/103/104
<b>SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/555
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/555

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2022





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

36



3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/555
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/555
<b>SECRETARIA DE AGRICULTURA</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	0
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	0
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	0
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0
<b>SECRETARIA DE TURISMO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	0
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	0
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	0
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0
<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002
3390394310	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002
<b>SECRETARIA DE FINANÇAS</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/510/077
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/510/077





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

37

3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/510/077
3390394310	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002/510/077
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/510/077
<b>SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	0
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	0
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	0
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0
<b>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002
<b>SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390930300	INDENIZAÇÕES	000/002/509
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/509
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/509
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/509
<b>SECRETARIA DE HABITAÇÃO E URBANISMO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/560
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/560





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

38

3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/560
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÔRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/002/560
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/560
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/560
<b>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002
3390391600	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/613/614
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFALTICOS	000/613/614
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/613/614
4490510201	PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES	000/613/614
4490510202	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	000/613/614
4490510203	PONTES E VIADUTOS	000/613/614
4490510204	GALERIAS PLUVIAIS	000/613/614
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/613/614
4490510206	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/613/614
4490510207	ATERROS SANITÁRIOS	000/613/614
4490510208	POÇOS ARTESIANOS	000/613/614
4490510209	CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS	000/613/614
4490510210	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	000/613/614
4490510211	ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	000/613/614
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/613/614





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

39

SECRETARIA DE CULTURA						
CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA				FONTES	
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS				000/002/150	
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS				000/002/150	
3390391600	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS				000/002/150	
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS				000/002/150	
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				000/002/150	
SECRETARIA DE POLITICAS PÚBLICAS PARA MULHERES						
CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA				FONTES	
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS				000/002	
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS				000/002	
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL				000/002	
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS				000/002	
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				000/002	
SECRETARIA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO						
CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA				FONTES	
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS				0	
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS				0	
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL				0	
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS				0	
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				0	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE						
REFERÊNCIA DE DOTAÇÃO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	AÇÃO	ELEMENTO	VÍNCULO
4874	08	001	0010	2109	33390390000000000000	00000





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

40

5007	08	002	0010	2117	33390390000000000000	00000
5008	08	002	0010	2117	33390390000000000000	00303
5009	08	002	0010	2117	33390390000000000000	00494
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>						
<b>REFERÊNCIA DE DOTAÇÃO</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>ELEMENTO</b>	<b>VÍNCULO</b>
6306	15	001	0008	2127	33390390000000000000	00000

**Parágrafo Único:** As dotações orçamentárias para os exercícios seguintes serão adequadas de acordo com o Orçamento Geral do Município de cada exercício, a ser aprovado pelo Poder Legislativo Municipal.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Qualquer objeto de valor histórico, valor significativo, ou de outro interesse que venha a ser descoberto em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente Contrato, é de propriedade do **CONTRATANTE**. A **CONTRATADA** deverá notificar o **CONTRATANTE** tal descoberta e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO GESTOR E FISCAIS**

**A) DA PREFEITURA**

Fica nomeado como Gestor deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, o Sr. **TIAGO BRONOSKI**, portador do RG 10.076.037-1, inscrito no CPF 075.050.299-16.

Ficam nomeados como Fiscais deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, os Srs.:

Secretaria Municipal de Comunicação Social: **MARIELE CRISTINA CORDOVA VOGT**, CPF: 049.900.179-60 - RG: 7.666.436-6;

Secretaria de Turismo: **CARLOS ALBERTO TROMBINI** - CPF 458.350.559-00 RG 3.077.903-7

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação: **ADRIANO VOLKWEIS**, RG Nº 5.541.724.-5. CPF Nº 037.925.719-00

Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos: Eng. Civil **JOSÉ ELIAS SYDOR**, CPF: 748.773.729-20, RG: 6076328-3, CREA: 64.902/D; Eng. Civil **ELIANE APARECIDA BISCHOF KECHE** CPF: 614.884.459-15, RG: 1891655-0, CREA-PR 16047/D; Eng. Civil **FABIANO RIBEIRO STOCCO**, CPF Nº 099.540.569-71, RG Nº12.964.732-9, CREA/PR 177.642/D.

Secretaria de Saúde: **MARCIO ROSA LOSSO** - RG: 8.011.439-7, CPF: 004.638.379-40; **PEDRO ADEMILSON HORST** - RG: 3.210.482-7, CPF: 409.432.599-91





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

41

Departamento de Licitações e Contratos

Secretaria de Administração: **JOSÉ AIRSON HORST** CPF Nº 435.801.149-72, RG Nº 37324396; **SCHEILA APª KULKA SCHWANS** CPF Nº 031.991.029-64, RG Nº 70270790; **CARLOS MARCELO KALIBERDA** CPF Nº 018.595.619-00, RG Nº 62732741;

Secretaria de Trânsito e Transporte: Engenheiro de Tráfego **DANIEL GONZAGA MOURA DE SOUZA**, RG Nº 7044767-3, CPF Nº 004.377.839-95 CREA/PR 103.636/D; Diretor de Trânsito **ALTAIR BONASSA**, RG Nº 3151446-0, CPF Nº 442.399.479-87 ;

Procuradoria Geral do Município: **DIVONEI JOSÉ DA COSTA**, CPF: 044.289.409-04, RG: 8609331-6

Secretaria de Esportes e Recreação: **ROBSON PRESTES**, CPF nº 486.989.709-15, RG nº 3.289.203-5;

Secretaria de Habitação: **FLÁVIO ALEXANDRE**, CPF nº 080.288.538-11, RG nº 17693618 – SSP/SP

Secretaria de Agricultura: **LEOZELIA SAIDEL PEDROSO** - CPF 630.821.959-20 RG 12.785.115-8; **AMARILDO ANTONIO FREDER** - CPF 029.173.269-05 RG 7.339.474-0

Secretaria de Meio Ambiente: Engenheiro Químico **TIAGO FERREIRA** CPF: 093.325.849-66, RG: 10.877.702-8,

Secretaria de Finanças: **UEUDES SOUSA MOTA** CPF: 018.674.623-70 RG: 13.218.329-5

Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social: **ROSA APARECIDA RAMOS DANIEL** - CPF 025.523.189-08 RG 6.688.120-2; **PATRICIA HIARITHSA MANDU RIBEIRO RIBAS** - CPF 106.412.149-79 RG 13.457.323-6 PR

Secretaria de Planejamento e Urbanismo: Eng. **FABIANO FERREIRA DA SILVA**, RG N.º 89687355-1 SSP/PR, CPF N.º 050.087.429-81;

Secretaria de Educação: **SUZANA DE SOUZA CHAGAS** - CPF Nº 956.766.279-72 - RG Nº 5.394.668-2; **ROSANA ARAUJO MARCONDES SOARES** - CPF Nº 539.069.429-53 - RG Nº 3.407.840-8

Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres: **ELENI CASTRO RODRIGUES** - CPF 026.199.259-75 RG 7.034.569-2; **LAURA MARIA IATSKIU VASCONCELOS** - CPF 039.274.709-02 RG 8.136.781-7

Secretaria de Cultura: **GABRIELA DE OLIVEIRA** CPF 090.972.989-11 RG 12.966.528-9

#### **B) DA CONTRATADA - SURG**

Fiscais Técnicos de Obras, reformas e serviços de engenharia da SURG: Eng. **SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, CREA Nº 30592/D e a Eng. **MARIA DE FÁTIMA WERNECK LANGE**, CREA Nº 25728/D.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

42

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

As partes Contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Termo Contratual, perante o Foro da Comarca do **CONTRATANTE**, Estado do Paraná.

Guarapuava, 22 de Setembro de 2022.



**DIEGO VOLFF**  
DIRETOR DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS  
DECRETO Nº 8437/2021

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**DIEGO VOLFF**  
Diretor de Licitação Contratos



**HALMUNTH FAGNER GOBA  
BRANDTNER**

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA  
22/09/2022 11:29:58  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**HALMUTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo

**COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**

Contratada



**SANDRO ALEX RUSSO  
VALERA**

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA  
22/09/2022 13:50:56  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**SANDRO ALEX RUSSO VALERA**  
Diretor Técnico

**TESTEMUNHAS:**

NOME:

RG/CPF:



**ERIX BIM DENCK BONFIM**

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA  
23/09/2022 08:11:10  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

NOME:

RG/CPF:



**PAMELA PAULETTI  
FERREIRA**

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA  
23/09/2022 08:20:26  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.



**Requisição Preliminar n. 99/2022**

1. **Objeto:** Registro de preços para aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.
2. **Motivação:** A aquisição do produto em questão é indispensável na execução das obras de pavimentação asfáltica.

Trata-se de um produto biodegradável, atóxico e não inflamável que tem como principal função proteger e lubrificar os pneus dos rolos compactadores e evitar a aderência da massa asfáltica ao pneu durante a aplicação. Além de auxiliar no bom desenvolvimento da compactação do asfalto, também aumenta a vida útil dos pneus.

Deste modo, considerando que o produto é imprescindível à continuidade dos serviços prestados por esta Companhia, fica justificada a necessidade de abertura de um novo processo licitatório.


A quantidade relacionada nesta requisição foi estabelecida com base na média de consumo em anos anteriores, aliadas a cálculos de consumo esperado para os próximos períodos, chegando-se a uma estimativa aproximada e que servirão para atender às perspectivas de execução de diversas obras de pavimentação previstas e manutenções necessárias à conservação das vias públicas.

**3. Detalhamento dos produtos**

Item	Quant	Unid	Descrição
01	200	BOMBONAS	ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR, LÍQUIDO, EM FORMA DE FLUÍDO, DILUIÇÃO EM ÁGUA, MÍNIMO DE 1/6, BIODEGRADÁVEL, BAIXA TOXIDADE. EMBALAGEM EM BOMBONAS COM 50 LITROS.

4. **Local de entrega:** Os materiais deverão ser entregues na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, Bairro Santana, em Guarapuava/PR.

Guarapuava, 12 de dezembro de 2022.

  
Eng. Sandro Alex Russo Valera  
Departamento Técnico

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

1.1. Registro de preços para aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme especificação abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição
01	200	BOMBONAS	ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR, LÍQUIDO, EM FORMA DE FLUÍDO, DILUIÇÃO EM ÁGUA, MÍNIMO DE 1/6, BIODEGRADÁVEL, BAIXA TOXIDADE. EMBALAGEM EM BOMBONAS COM 50 LITROS.

**1.2. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

1.2.1. O produto deve ser biodegradável, atóxico, de origem natural e possuir características que impeçam a aderência da massa asfáltica aos pneus dos equipamentos durante a compactação, com objetivo de proteger e lubrificar os pneus de rolos compactadores pneumáticos e veículos, podendo ser utilizado em reservatórios dos equipamentos ou em espargidores portáteis.

1.2.2. O produto deve proporcionar a diluição de, no mínimo, seis partes de água para uma do produto.

1.2.3. É obrigatória a identificação da embalagem através de rótulo com os dados do fabricante, responsável técnico, composição do produto, informações de segurança, número de lote, datas de fabricação e validade.

1.2.4. O produto deve atender a todas as normas de segurança e normas impostas pela ABNT e demais órgãos fiscalizadores em todos os níveis de governo (Federal, Estadual, e Municipal).

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. A aquisição do produto em questão é indispensável na execução das obras de pavimentação asfáltica.

2.2. Trata-se de um produto biodegradável, atóxico e não inflamável que tem como principal função proteger e lubrificar os pneus dos rolos compactadores e evitar a aderência da massa asfáltica ao pneu durante a aplicação. Além de auxiliar no bom desenvolvimento da compactação do asfalto, também aumenta a vida útil dos pneus.

2.3. Deste modo, considerando que o produto é imprescindível à continuidade dos serviços prestados por esta Companhia, fica justificada a necessidade de abertura de um novo processo licitatório.

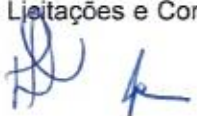
2.4. A quantidade relacionada nesta requisição foi estabelecida com base na média de consumo em anos anteriores, aliadas a cálculos de consumo esperado para os próximos períodos, chegando-se a uma estimativa aproximada e que servirão para atender às perspectivas de execução de diversas obras de pavimentação previstas e manutenções necessárias à conservação das vias públicas.

**3. EXISTÊNCIA DE CONTRATO VIGENTE**

3.1. Não há contrato ou licitação vigente para aquisição do objeto.

**4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS**

4.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de produto comum, nos termos do art. 3º, IV do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG, uma vez que possuem





padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

## 5. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

- 5.1. As entregas serão parceladas, conforme solicitado pela contratante em ordem de compras.
- 5.2. As entregas deverão ser realizadas na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, bairro Santana, em Guarapuava/PR, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação, sendo todas as despesas por responsabilidade da contratada, inclusive frete, carga e descarga, independentemente da quantidade solicitada.
- 5.3. Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.
- 5.4. Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada. Corre por conta da contratada qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.
- 5.5. Deverá acompanhar os produtos a FICHA TÉCNICA e a FICHA DE SEGURANÇA, com as quais o fiscal irá avaliar a conformidade com o presente termo de referência e com a proposta apresentada pela contratada.

## 6. VALOR ESTIMADO

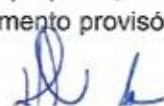
- 6.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais).
- 6.2. O valor total estimado da contratação foi baseado na mediana dos valores encontrados nas pesquisas de preços, calculados no Mapa de Comparativo de Preços, em conformidade com os critérios abaixo informados.

## 7. PREÇO DE REFERÊNCIA

- 7.1. Em anexo ao presente Termo de Referência estão as pesquisas de preços elaboradas em conformidade com o art. 17 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG, as quais se tratam de contratações similares realizadas por outros entes públicos em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da presente pesquisa (pesquisas realizadas junto ao sistema do Banco de Preços) e orçamentos obtidos junto ao mercado do ramo de atividade do objeto.
- 7.2. Para composição da mediana, foram consideradas todas as pesquisas levantadas.
- 7.3. Considerando o teor de pareceres jurídicos emitidos em outros processos licitatórios, informo que adotamos todas as cautelas possíveis para assegurar a lisura da fase de orçamentação.

## 9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1. Os bens serão recebidos:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
  - b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.
- 



9.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada obriga-se a:

- a) Efetuar o fornecimento em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela SURG, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, emitindo-se a respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações de quantidade e valor;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos fornecidos, de acordo com Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- g) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A Contratante obriga-se a:

- a) Receber provisoriamente o material;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

## 12. CONTROLE DA EXECUÇÃO

12.1. Em conformidade com a Portaria n. 18/2022, fica designada Gestora das Contratações a Sra. Jorgete Lacerda e fiscal o Sr. João Valdecir dos Santos.

## 13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado até 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao fornecimento.

13.2. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica dos produtos entregues, a qual deve indicar a quantidade fornecida, a descrição do produto, o valor unitário e total, o número da licitação e da ata/contrato/ordem de fornecimento.






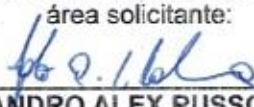
13.3. A nota fiscal deve ser encaminhada ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail [contratos.jorgete@surg.com.br](mailto:contratos.jorgete@surg.com.br), devendo ainda atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

**13.4. É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Gestão de Contratos. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.**

#### 14. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, sendo que o controle da execução do objeto será realizado mediante emissão de ordem de fornecimento.

Guarapuava, 30 de janeiro de 2023.

<p>Termo de referência elaborado por:</p>  <b>DAYANE CORDEIRO</b> Departamento de Compras	<p>Com auxílio e informações repassados pela área solicitante:</p>  <b>ENG. SANDRO ALEX RUSSO VALERA</b> Departamento Técnico
--	---



# Relatório de Cotação: Antiaderente para pneu do rolo compactador

Pesquisa realizada entre 21/12/2022 18:03:29 e 21/12/2022 18:03:58

Relatório gerado no dia 21/12/2022 09:29:01 (IP: 19.22.23.88)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

**Método Matemático Aplicado:** Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.  
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: I - Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

## Item 1: desengraxante

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO ESTIMADO CALCULADO	TOTAL
2 / 7	1	R\$ 1.496,97 (un)	-	R\$ 1.496,97	R\$ 1.496,97
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação
1	MINISTÉRIO DA DEFESA   Comando do Exército   Comando Militar da Amazônia   2º Grupamento de Engenharia de Construção   6º Batalhão de Engenharia de Construção			Nº Pregão: 112022 UASG: 160353	22/09/2022 R\$ 1.767,94
2	MINISTÉRIO DA DEFESA   Comando do Exército   Comando Militar do Nordeste   COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA   3º Batalhão de Engenharia de Construção			Nº Pregão: 112022 UASG: 160202	20/05/2022 R\$ 1.226,00
Valor Unitário					R\$ 1.496,97
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 1.496,97				Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.496,97	

Valor Global: R\$ 1.496,97

## Detalhamento dos Itens

### Item 1: desengraxante

Preço Estimado: R\$ 1.496,97 (un) Percentual: Preço Estimado Calculado: R\$ 1.496,97 Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.496,97

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	óleo antiaderente à base de solventes vegetais, atóxico, não inflamável, biodegradável, similar a marca remobil 280-s, aplicação: pneu de rolo compactador, características adicionais: lubrifica o pneu, evitando ressecamento e aderência de piche, bombona de 50 litros	

Preço (Compras Governamentais) 1: Menor Preço



Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA

Comando do Exército

Comando Militar da Amazônia

2º Grupamento de Engenharia de Construção

6º Batalhão de Engenharia de Construção

**Objeto:** Contratação de empresas para a aquisição de filtros, óleos lubrificantes, pneus, protetores, câmaras de ar e baterias para a realização da manutenção das viaturas e equipamentos de engenharia.

**Descrição:** Solução - REMOCIL ANTI-ADERENTE E PROTETOR PARA ROLO PNEU BIODEGRADÁVEL 50L

CatMat: 135046 - SOLUÇÃO CONTROLE

Data: 22/09/2022 09:30

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:112022 / UASG:160353

Lote/Item: /481

Ata: [Link Ata](#)Fonte: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Quantidade: 40

Unidade: Unidade

UF: RR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
30.217.341/0001-84 * VENCEDOR *	ECOMARKA DISTRIBUIDORA EIRELI	R\$ 1.767,94
18.707.234/0001-39	CLENEX COMERCIO E SERVICOS EIRELI	R\$ 1.828,50
55.118.103/0001-42	ENGEMAO COMPONENTES PARA TRATORES LTDA	R\$ 2.746,30
03.093.486/0003-00	CLARUS TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA	R\$ 2.907,00

**Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Finais**

R\$ 1.226,00

inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA

Comando do Exército

Comando Militar do Nordeste

COMANDO DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

3º Batalhão de Engenharia de Construção

**Objeto:** Aquisição de de insumos (brita, pó de pedra, pedra de mão, areia, cimento, defesa metálica e madeira, vergalhão, arame, cal, adesivo epdxi, brocha e lona).

**Descrição:** Desengraxante - Óleo Antiaderente à base de solventes vegetais, Atóxico, não inflamável, biodegradável, similar a marca REMOCIL 280-S, aplicação: pneu de rolo compactador, características adicionais: lubrifica o pneu, evitando ressecamento e aderência de piche. BOMBONA DE 50 LITROS

CatMat: 66893 - DESENGRAXANTE

Data: 20/05/2022 08:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:112022 / UASG:160202

Lote/Item: /17

Ata: [Link Ata](#)

Adjudicação: 24/05/2022 16:15

Homologação: 04/07/2022 13:52

Fonte: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Quantidade: 30

Unidade: Unidade

UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
04.722.493/0001-99 * VENCEDOR *	ARCO PRODUTOS QUIMICOS E COMERCIO LTDA	R\$ 1.052,75
30.217.341/0001-84	ECOMARKA DISTRIBUIDORA EIRELI	R\$ 1.226,00
16.864.240/0001-74	JCV COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	R\$ 1.226,58



## Extrato de fontes Utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

### Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - ComprasNet

[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Data: 29/09/2022 09:09:58

Acessar a fonte [aqui](#)

.50







CNPJ: 16.864.240/0001-74 - INSC. EST. - 524.048.968.114

**COMERCIO E INDUSTRIA LTDA**

ORÇAMENTO

51

**COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG**

**A/C : DAYANE CORDEIRO. – SETOR DE COMPRAS.**

Conforme solicitado por essa administração, segue abaixo orçamento para fornecimento de ANTIADERENTE.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR, LÍQUIDO, EM FORMA DE FLUÍDO, DILUIÇÃO EM ÁGUA, MÍNIMO DE 1/6, BIODEGRADÁVEL, BAIXA TOXIDADE. EMBALAGEM EM BOMBONAS COM 50 LITROS MODELO: 180 S	REMOCIL - 180S	200	980,00	196.000,00
- VALOR TOTAL: R\$ 196.000,00 – (CENTO E NOVENTA E SEIS MIL REAIS)					

- INCLUSO NO ORÇAMENTO:
- FRETE, DESCARGA E IMPOSTOS.
- VALIDADE DA PROPOSTA: 30 DIAS.
- LOCAL DE ENTREGA: COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG..

Peruíbe, 22 de Dezembro de 2022

**16.864.240/0001-74**

**JCV COMÉRCIO E INDUSTRIA  
LTDA**

Rua Carlos Gomes, nº 333, Jd.  
Ribamar  
Peruíbe/SP CEP 11.750-000

Eng. Vinicius Almeida  
Analista de Vendas

**ENC: Solicitação de Orçamento**

De: COMERCIAL5 JCV COMERCIAL <comercial5@jcvcomercial.com.br>  
Para: <comprasdayane@surg.com.br>  
Data: 22/12/2022 11:54

52

ORÇAMENTO ANTIADERENTE - JCV COMERCIO E INDUSTRIA - SURG.pdf (~210 KB)

Prezada Dayane,

Bom dia, o Emerson está de férias, estou encaminhando o orçamento solicitado.

Qualquer dúvida estou à disposição para saná-las.

Att

**\*É de extrema importância que os itens ofertados atendam 100% das especificações técnicas exigidas.**

**\*\*Em caso de dúvidas favor enviá-las exclusivamente por e-mail.**

**\*\*\*Caso não possa fornecer o item favor indicar quem possa.**

Importante:

Todos os preços devem ser considerados os impostos que incidem nos produtos (IPI, PIS, COFINS, ICMS, S.T, entre outros).  
Se possível discriminar o NCM do Produto.

**Eng.Vinicius Almeida**

Whatsapp - (013) 13 97402-9445

(13) 3456-9100



CNPJ: 16.864.240/0001-74 - INSC. EST.: 524.048.968.114

**COMERCIO E INDUSTRIA LTDA**

De: COMERCIAL2 JCV COMERCIAL <comercial2@jcvcomercial.com.br>

Enviada em: quinta-feira, 22 de dezembro de 2022 11:28

Para: COMERCIAL5 JCV COMERCIAL <comercial5@jcvcomercial.com.br>

Assunto: ENC: Solicitação de Orçamento

De: [comprasdayane@surg.com.br](mailto:comprasdayane@surg.com.br) <[comprasdayane@surg.com.br](mailto:comprasdayane@surg.com.br)>

Enviada em: quarta-feira, 21 de dezembro de 2022 17:58

Para: COMERCIAL2 JCV COMERCIAL <[comercial2@jcvcomercial.com.br](mailto:comercial2@jcvcomercial.com.br)>

Assunto: Solicitação de Orçamento

Boa tarde Emerson!

Poderia me passar um orçamento de antiaderente para nova licitação?

Att.,

---

DAYANE CORDEIRO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG

CNPJ N. 75.646.273/0001-07

RUA AFONSO BOTELHO, N. 63 - BAIRRO TRIANON - CEP 85012-030 - GUARAPUAVA/PR

TEF. (42) 3630-0500

Em 10/02/2022 16:26, [comercial2@jcvcomercial.com.br](mailto:comercial2@jcvcomercial.com.br) escreveu:





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

53

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
16.864.240/0001-74  
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRALDATA DE ABERTURA  
02/08/2010NOME EMPRESARIAL  
JCV COMERCIO E INDUSTRIA LTDATÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*PORTE  
EPP

## CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

46.65-6-00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças

## CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

22.29-3-02 - Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais  
25.11-0-00 - Fabricação de estruturas metálicas  
28.23-2-00 - Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios  
30.32-6-00 - Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários  
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem  
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas  
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral  
45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar  
46.23-1-03 - Comércio atacadista de algodão  
46.21-4-00 - Comércio atacadista de café em grão  
46.22-2-00 - Comércio atacadista de soja  
46.23-1-05 - Comércio atacadista de cacau  
46.23-1-06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas  
46.23-1-07 - Comércio atacadista de sisal  
46.23-1-08 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada  
46.23-1-99 - Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente  
46.23-1-02 - Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal  
46.31-1-00 - Comércio atacadista de leite e laticínios  
46.32-0-03 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada  
46.23-1-09 - Comércio atacadista de alimentos para animais

## CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
R CARLOS GOMESNÚMERO  
333COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*CEP  
11.750-000BAIRRO/DISTRITO  
JARDIM RIBAMARMUNICÍPIO  
PERUIBEUF  
SPENDEREÇO ELETRÔNICO  
JCV@JCVCOMERCIAL.COM.BRTELEFONE  
(13) 3456-9100ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
02/08/2010

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*



53.7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.864.240/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 02/08/2010
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL  
JCV COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

## CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

46.89-3-02 - Comércio atacadista de fios e fibras beneficiados  
46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos  
46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho  
46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho  
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho  
46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem  
46.49-4-01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico  
46.49-4-02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico  
46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano  
46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário  
46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios  
46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia  
46.45-1-03 - Comércio atacadista de produtos odontológicos  
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria  
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal  
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria  
46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações  
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar  
46.49-4-03 - Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos  
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R CARLOS GOMES	NÚMERO 333	COMPLEMENTO *****
------------------------------	---------------	----------------------

CEP 11.750-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM RIBAMAR	MUNICÍPIO PERUIBE	UF SP
-------------------	-----------------------------------	----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO JCV@JCVCOMERCIAL.COM.BR	TELEFONE (13) 3456-9100
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/08/2010
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/01/2023 às 10:57:22 (data e hora de Brasília).

Página: 2/4





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

54

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
16.864.240/0001-74  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
02/08/2010

NOME EMPRESARIAL

JCV COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

46.49-4-06 - Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures  
46.49-4-07 - Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos  
46.49-4-09 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada  
46.89-3-01 - Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis  
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral  
46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas  
46.73-7-00 - Comércio atacadista de material elétrico  
46.79-6-02 - Comércio atacadista de mármore e granitos  
46.79-6-03 - Comércio atacadista de vidros, espelhos, vitrais e molduras  
46.84-2-01 - Comércio atacadista de resinas e elastômeros  
46.87-7-02 - Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão  
46.87-7-01 - Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão  
46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens  
46.86-9-01 - Comércio atacadista de papel e papelão em bruto  
46.85-1-00 - Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção  
46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças  
46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças  
46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação  
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças  
46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO

R CARLOS GOMES

NÚMERO

333

COMPLEMENTO

\*\*\*\*\*

CEP

11.750-000

BAIRRO/DISTRITO

JARDIM RIBAMAR

MUNICÍPIO

PERUIBE

UF

SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO

JCV@JCVCOMERCIAL.COM.BR

TELEFONE

(13) 3456-9100

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

02/08/2010

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/01/2023 às 10:57:22 (data e hora de Brasília).

Página: 3/4



54.1

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.864.240/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 02/08/2010
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL  
JCV COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

## CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças  
46.69-9-01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças  
47.29-6-01 - Tabacaria  
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários  
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes  
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet  
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação  
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente  
46.23-1-01 - Comércio atacadista de animais vivos  
46.49-4-05 - Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas  
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática  
28.69-1-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios  
25.99-3-99 - Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente  
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras  
28.22-4-02 - Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
R CARLOS GOMES

NÚMERO  
333

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
11.750-000

BAIRRO/DISTRITO  
JARDIM RIBAMAR

MUNICÍPIO  
PERUIBE

UF  
SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
JCV@JCVCOMERCIAL.COM.BR

TELEFONE  
(13) 3456-9100

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
02/08/2010

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/01/2023 às 10:57:22 (data e hora de Brasília).

Página: 4/4



SUN PRODUTOS QUÍMICOS LTDA  
VICTOR RODRIGUES REZENDE, 90  
UBERLÂNDIA - MG CEP: 38402334  
Fone: 3432183700 Fax: 3432183707  
www.sunprod.br

Orcamento: 013303  
Data: 25/01/2023  
Hora: 17:25:01

55



Cliente: 304448-0001 SURG COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA  
Cidade: GUARAPUAVA - PR  
Telefone: 84990091

Vendedor: MAYZA EVARISTO  
Contato: MAYZA  
Fax: 3432183707  
Telefone Con: 32183729  
Email Con: VENDAS@SUNQUIMICA.COM

Item Produto	Qtd	Und	Vir Unit	Vir Liq	Vir IPI	Vir ST	Vir Tot
001 ANTIADERENTE COMPACT EASY (BS.50 L) Codigo:010040	4,00	BB	1.345,40	5.381,60	0,00	0,00	5.381,60

Cond. Pagto: A VISTA

CMS: Incluso

Ret: CIF

Prazo de Entrega: 00 dias a partir da emissão do pedido

Validade da proposta: 27/01/2023

Transportadora: TECLOG TRANSPORTES (IRELI)

Nro. Solicitação Cliente:

Nro. Nossa Solicitação:

Obs:

Total: 5.381,60



Re: [spam] Solicitação de orçamento

56



De Vendas Sunquímica <vendas@sunquimica.com>  
Para <comprasdayane@surg.com.br>  
Cópia <vendas06@sunquimica.com>, <vendas04@sunquimica.com>, <vendas03@sunquimica.com>  
Data 26/01/2023 08:51

SURG COMPANHIA 25 01 23.jpg (~59 KB)

Bom dia Dayane, espero que esteja bem!

Sem problema.

Continuo te aguardando.

Tenha um ótimo dia!

Att,

Em 25/01/2023 18:09, [comprasdayane@surg.com.br](mailto:comprasdayane@surg.com.br) escreveu:



 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>		57 
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.681.727/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/02/1983
NOME EMPRESARIAL SUN PRODUTOS QUIMICOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SUNQUIMICA		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 20.61-4-00 - Fabricação de sabões e detergentes sintéticos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 20.63-1-00 - Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 20.52-5-00 - Fabricação de desinfestantes domissanitários 20.99-1-99 - Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 46.49-4-09 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada 46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 71.20-1-00 - Testes e análises técnicas 20.62-2-00 - Fabricação de produtos de limpeza e polimento		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R VICTOR R REZENDE	NÚMERO 90	COMPLEMENTO *****
CEP 38.401-730	BAIRRO/DISTRITO DISTRITO INDUSTRIAL	MUNICÍPIO UBERLÂNDIA
		UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/01/2023 às 10:59:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



À

SURG COMPANHIA DE SERVICOS DE URBANIZACAO DE GUARAPUAVA

Olá, ótimo dia, Sra. Dayane .

Conforme solicitado, informamos as condições para fornecimento do produto.

- Produto – ASFALTEX-A- Óleo antiaderente para pneus de rolos compactadores de asfalto (produto solúvel em água na proporção de até 1 pra 10);
- Características – Trata-se de produto de excelente qualidade, é biodegradável, base vegetal, sem derivados de petróleo, solúvel em água, rende muito, que não resseca pneus nem ataca o pavimento;
- Valor por litro – R\$ 18,35;
- Valor da bombona de 50 litros – R\$ 917,50
- Valor orçado para 200 bombonas – R\$ 183.500,00
- Embalagem – Bombona 50 litros
- Valor do produto por litro para a quantidade de 200 bombonas de 50 litros cada .
- **Disponibilidade imediata;**
- **Pagamento – para primeira compra na Plural, pagamento antecipado;**
- **Frete FOB– frete por conta do cliente, com impostos inclusos;**
- **Validade da proposta: 5 dias úteis a contar desta data.**

Agradecemos pela oportunidade de apresentarmos esta proposta de parceria comercial.

Atenciosamente,

Patrícia Marcelo .

Cerquilha/SP, 03 de janeiro de 2023.



## RES: RES: Solicitação de orçamento



De <atendimento@pluralquimica.com.br>  
Para <comprasdayane@surg.com.br>  
Data 03/01/2023 09:51

59

FT\_ASFALTEX-A.pdf (~294 KB)

COTAÇÃO SRA. DAYANE - COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG 03-01-2023.pdf (~177 KB)

Bom dia Sra Dayane.

Conforme solicitado segue a cotação.

Qualquer duvida estou à disposição.

Att.



**Patrícia Marcelo**

VENDA

(15) 3384-1006

(15) 99114-6046

Rua José Rodrigues Marques, 50  
Capuava, Cerquilho/SP



De: comprasdayane@surg.com.br <comprasdayane@surg.com.br>

Enviada em: terça-feira, 3 de janeiro de 2023 09:11

Para: atendimento@pluralquimica.com.br

Assunto: Re: RES: Solicitação de orçamento

ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR, LÍQUIDO, EM FORMA DE FLUÍDO, DILUIÇÃO EM ÁGUA, MÍNIMO DE 1/6, BIODEGRADÁVEL, BAIXA TOXIDADE. EMBALAGEM EM BOMBONAS COM 50 LITROS

Melhor aqui pelo email mesmo

---

DAYANE CORDEIRO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG

CNPJ N. 15.646.273/0001-07

RUA AFRÊNIO BOTELO, N. 63 - BAIRRO TRIANON - CEP 85012-030 - GUARAPUAVA/PR

TEF. (42) 9630-0500

Em 03/01/2023 09:07, atendimento@pluralquimica.com.br escreveu:

Bom dia Dayane .

Tudo bem ?

As 200 bombonas seria de quantos litros cada ?

A senhora tem um número de whatsapp para me passar ?

Att,

59.V



**De:** comprasdayane@surg.com.br <comprasdayane@surg.com.br>

**Enviada em:** terça-feira, 3 de janeiro de 2023 08:47

**Para:** atendimento@pluralquimica.com.br

**Assunto:** Solicitação de orçamento

Bom dia,

Solicito orçamento para fornecimento de 200 bombonas de antiaderente para pneu de rolo compactador.

Att.,

--

DAYANE CORDEIRO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG

CNPJ N. 75.646.273/0001-07

RUA AFONSO BOTELHO, N. 63 - BAIRRO TRIANGULO - CEP 85012-030 - GUARAPUAVA/PP

TEF. (42) 3630-0500





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.074.154/0001-44 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/08/2009
NOME EMPRESARIAL PLURALQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 20.93-2-00 - Fabricação de aditivos de uso industrial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 20.61-4-00 - Fabricação de sabões e detergentes sintéticos 20.62-2-00 - Fabricação de produtos de limpeza e polimento 20.63-1-00 - Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 20.99-1-99 - Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente 23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças 46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R JOSE RODRIGUES MARQUES	NÚMERO 50	COMPLEMENTO *****
CEP 18.520-000	BAIRRO/DISTRITO CAPUAVA	MUNICÍPIO CERQUILHO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@COFISE.COM.BR	TELEFONE (15) 3285-1430	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/08/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/01/2023 às 10:33:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

# DISPAV IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO LTDA.



Telefone: (11) 2662-4411/2081-4411  
E-mail: comercial@dispav.com.br  
Home Page: www.dispav.com.br

END.: RUA CACHOEIRA, 1895 - CATUMBI  
CEP.: 03024-000  
SAO PAULO - SP

... 07575-SURG COMPANHIA DE SERVICOS  
... RUA AFONSO BOTELHO 63  
lo: Guarapuava  
... 85015000 U.F: PR  
C.N.P.J.: 75.646.273/0001-07  
Insc.Est:  
E-Mail...  
Telefone: (42) 3630-0500  
Contato: DAYANE  
Número de Orçamento: 112530  
Data: 26/01/2023

nt.	Prazo	Código	Descrição	Fabricante	Preço Unit.	Preço Total	NCM	IPI	ICM	ST/FCP	ST
000 2 DIAS	ABIOPAV	BIOPAV ANTIADERENTE BB 50L	BIOPAV 0	15,56	74.688,00	15180090		12,00		CC	
000 8 DIAS	ABIOPAV	BIOPAV ANTIADERENTE BB 50L	BIOPAV 0	15,56	80.912,00	15180090		12,00		CC	

R\$ 778,00

Indido por  
DEU

Total Produtos.....	155.600,0
Total do IPI.....	0,0
Total c/ IPI.....	155.600,0
Total da ST/FCP ST:	0,0
TT c/IPI/ST/FCP ST:	155.600,0
Desconto: 0,00000%	0,0
Valor do Frete.....	0,0
Total da Cotação...	155.600,0

Partilha ICMS.: 15.484,10

[ST] Substituição Tributária  
[SC] Sem Crédito ICMS  
[CC] Com Crédito ICMS

Posto: 15 DIAS  
ora / Frete:  
a.: 0,00  
Frete por conta do: Emt. ( ) Dest. ( x )  
Observações:  
PAGTO A COMBINAR  
Mensagens Fixas:  
Cond.Pagamento: 0 DIAS  
Entrega:  
BOTELHO 63  
Mensagens  
Promocionais:  
Cep:85015000





62



 CO00112530.PDF (~132 KB)

Dayane, segue orçamento atualizado com o custo de frete incluso.

Dispav Importação, Exportação e Comércio Ltda  
Fixo: (11) 2662-4417 / (11) 2081-4411  
Cel: (11) 94031-2945



Assunto: Re: RES: RES: RES: RES: Solicitação de orçamento

Seria possível você incluir no orçamento o custo de frete para entrega em Guarapuava?

443

TEF. (42)3630-0500

Em 03/01/2023 14:04, DISPAV - Tadeu Conceição escreveu:

Handwritten signature

Ana,

62.v

Vou te encaminhar nossa apresentação em anexo.

Trabalhamos com peças de reposição para equipamentos de pavimentação e terraplanagem.

Se precisar de novas cotações, estou à disposição.

Att,



**Tadeu Inácio da Conceição**

Vendedor Técnico

Dispav Importação, Exportação e Comércio Ltda

Fixo: (11) 2662-4417 / (11) 2081-4411

Cel: (11) 94031-2945



De: DISPAV - Tadeu Conceição

Enviada em: terça-feira, 3 de janeiro de 2023 13:50

Para: 'comprasdayane@surg.com.br' <comprasdayane@surg.com.br>

Assunto: RES: RES: RES: RES: Solicitação de orçamento

Ok, e muito obrigado.



**Tadeu Inácio da Conceição**

Vendedor Técnico

Dispav Importação, Exportação e Comércio Ltda

Fixo: (11) 2662-4417 / (11) 2081-4411

Cel: (11) 94031-2945



De: comprasdayane@surg.com.br <comprasdayane@surg.com.br>

Enviada em: terça-feira, 3 de janeiro de 2023 13:36

Para: DISPAV - Tadeu Conceição <tadeu.conceicao@dispav.com.br>

Assunto: Re: RES: RES: RES: RES: Solicitação de orçamento

Como informado por telefone, trabalhamos com licitação, assim que tivermos o edital lhes encaminho

Att

---

DAYANE CORDEIRO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG

CNPJ N. 75.646.273/0001-07

RUA AFRONSO BOTELHO, N. 63 - BAIRRO TRIANON - CEP 85012-030 - GUARAPUAVA/PR

TEF. (42) 3630-0500





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

63



NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
14.005.563/0001-87  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
21/07/2011

NOME EMPRESARIAL  
DISPAV IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTE  
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
29.49-2-99 - Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente  
46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças  
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças  
46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças  
46.69-9-01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças  
28.69-1-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios  
25.99-3-99 - Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente  
33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente  
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador  
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes  
46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves  
45.30-7-06 - Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores  
45.12-9-01 - Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
R CACHOEIRA

NÚMERO  
1895

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
03.024-000

BAIRRO/DISTRITO  
CATUMBI

MUNICÍPIO  
SAO PAULO

UF  
SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
RENATO@DISPAV.COM.BR

TELEFONE  
(11) 2662-4419/ (11) 3812-6139

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
21/07/2011

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/01/2023 às 10:07:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

## MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

64

Compra Pesquisa No.....: 99 / 2022

Condição de Pagamento.....: 15o (decimo quinto) dia útil do mes subsequente  
 Validade da Proposta Pesquisa.....: 60 dias  
 Prazo de Execução.....: 12 meses

## Relatório dos Proponentes

Código	Nome	CNPJ/CPF/Doc. Estrangeiro
067	DISPAV IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO LTDA	14.005.563/0001-87
070	JCV COMERCIAL EXPORT-IMPORT LTDA	16.864.240/0001-74
051	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	07.797.967/0001-95
065	PLURALQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	11.074.154/0001-44
065	SUN PRODUTOS QUIMICOS LTDA	17.681.727/0001-84

Lote/Item	Quantidade	Unid. Med.	Descrição	Fornecedor	Valor Unitario	Quantidade	Valor Total	Prazo	Fornecedor	Valor Unitario	Quantidade	Valor Total	Prazo
0001/0001	200,0000		Antiaderente para pneus de rol	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	1.496,9700	200,0000	299.394,00	12 meses	JCV COMERCIAL EXPORT-IMPORT LTDA	980,0000	200,0000	196.000,00	12 meses
				SUN PRODUTOS QUIMICOS LTDA	1.345,4000	200,0000	269.080,00	12 meses	PLURALQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	917,0000	200,0000	183.400,00	12 meses
				DISPAV IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO LTD	778,0000	200,0000	155.600,00	12 meses					

## Sugestão por Mediana

Lote/Item	Descrição	Unid. Medida	Valor Mediano	Valor Total	Quantidade de Propostas
0001/0001	Antiaderente para pneus de ro	UNIDADE	980,0000	196.000,00	5,0000
Total do Lote 1:				196.000,00	
Total da Proposta:				196.000,00	

**SURG** Companhia de Serviços de  
Urbanização de Guarapuava

DAYANE CORDEIRO  
DEPTO DE COMPRAS





Guarapuava, 30 de janeiro de 2023.

---

**Ao Departamento de Contabilidade**

**Assunto:** Encaminhamento de processo

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de antiaderente para pneus do rolo compactador de asfalto.

---

**Prezados**

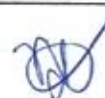
Encaminho o processo para verificação da existência de previsão de recursos financeiros para adimplemento da contratação por este Departamento de Contabilidade.

Atenciosamente,

**DAYANE CORDEIRO**  
Departamento de Compras



## **PREVISÃO DE RECEITA/FATURAMENTO**



### **Requisição Preliminar 99/2022**

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

Declaramos para os devidos fins existir **previsão de receita/faturamento** (valor que se espera faturar e receber num determinado período) para atender ao objeto em epígrafe, conforme consta em contrato de prestação de serviços nº 349/2022 anexo entre a SURG e a Prefeitura Municipal de Guarapuava.

Guarapuava, 31 de Janeiro de 2023.

**BRUNA VANESSA PORTELLA**

**Contabilidade**





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

CONTRATO N.º 349/2022

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO  
DE GUARAPUAVA E A COMPANHIA DE  
SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE  
GUARAPUAVA – SURG - NA FORMA  
ABAIXO:**

Pelo presente instrumento administrativo de Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede e Prefeitura na Rua Brigadeiro Rocha, 2.777 – Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.178.037/0001-76, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor de Licitações e Contratos, Sr. **DIEGO VOLFF**, e pelos Secretários Municipais, **FLÁVIO CARLOS VERAS JUNIOR**, Secretário Municipal de Viação, Obras e Serv. Urbanos; **PABLO DE ALMEIDA** Secretário Municipal de Educação; **ORIDES NEGRELLO NETO**, Procuradoria Geral do Município; **CHAYANE ANDRADE**, Secretária Municipal de Saúde; **CELSO ALVES DE ARAÚJO**, Secretário Municipal do Meio Ambiente; **PRISCILA SCHRAN DE LIMA** Secretária de Políticas para as Mulheres; **ITACIR JOSÉ VEZZARO**, Secretário Municipal de Agricultura; **KATRIANE MILA**, Secretária Municipal de Turismo e Eventos; **ADALBERTO JOSÉ RIBEIRO DE CAMPOS**, Secretário Municipal de Trânsito e Transporte; **RITA FELCHAK**, Secretária Municipal de Cultura; **SÁVIO FRANÇA DENARDI**, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação e Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Informação; **DORACI SERGER LUY**, Secretária Municipal de Administração; **DIOCESAR COSTA DE SOUZA**, Secretário Municipal de Finanças; **PAULO DIRCEU ROSA DE SOUZA** Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo; **ELENITA LUIZA LODI**, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; **FERNANDO DAMIANI** Secretário Municipal de Habitação; **MILTON DE LACERDA ROSEIRA JUNIOR**, Secretário Municipal de Esportes e Recreação, e de outro lado a **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG –** sociedade de economia mista, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.646.273/0001-07, sediada na Rua Afonso Botelho, n.º 063, Bairro Trianon, na cidade de Guarapuava - Estado do Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu Diretor Administrativo **Sr. HALMUTH FAGNER GOBA BRANDTNER**, inscrito no CPF n.º 057.836.209-04, e Diretor Técnico, **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, inscrito no CPF n.º 881.700.209-72, partes que celebram o presente contrato observadas as disposições presentes na Lei Federal n.º 8.666/93, no parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município sob n.º 873/2022 nas condições firmadas na **DISPENSA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 33/2022 de acordo com a Requisição ao Compras n.º 673/2022** bem como com fulcro nas cláusulas abaixo descritas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO**

Contratação da SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Sociedade de Economia Mista, para prestação de serviços e execução e/ou administração de obras, conforme tabela de serviços e preços constantes no Anexo II.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2022**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
Departamento de Licitações e Contratos

68

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

**Parágrafo Primeiro:** Para serviços de execução contínua:

- I. A Secretaria solicitante emitirá uma única Ordem de Serviço para o ano da emissão para cada categoria de serviço, especificando os serviços continuados e em qual categoria do Plano de Contas será enquadrada.

**Parágrafo Segundo:** Para serviços que não caracterizam execução contínua:

- I. A Secretaria solicitante emitirá uma Ordem de Serviço para cada serviço a ser realizado especificando a categoria do Plano de Contas.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O valor a ser pago pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** pelas obras e/serviços objeto deste contrato será apurado mensalmente, de acordo com o levantamento das obras e/ou serviços prestados no período do contrato, devendo tais valores serem pagos até 10 (dez) dias após a apresentação da fatura correspondente, a qual deverá ser emitida em nome do **CONTRATANTE**, sendo que a somatória das faturas deve obedecer ao limite global de **R\$ 75.101.500,00 (setenta e cinco milhões cento e um mil e quinhentos reais)** sendo a somatória dos valores:

**SECRETARIA DE OBRAS – R\$ 45.000.000,00**  
**SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – R\$ 7.000.000,00**  
**SECRETARIA DE SAÚDE – R\$ 1.200.000,00**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – R\$ 800.000,00**  
**SECRETARIA DE HABITAÇÃO - R\$ 600.000,00**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - R\$ 600.000,00**  
**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – R\$15.000.000,00**  
**SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO – R\$ 300.000,00**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS – R\$ 100.000,00**  
**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO – R\$ 20.000,00**  
**SECRETARIA DE TURISMO – R\$ 180.000,00**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – R\$ 650.000,00**  
**SECRETARIA DE AGRICULTURA – R\$ 50.000,00**  
**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – R\$40.000,00**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO– R\$ 3.000.000,00**  
**SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES – R\$ 60.000,00**  
**PROCURADORIA GERAL - PGM - R\$ 1.500,00**  
**SECRETARIA DE CULTURA - R\$ 500.000,00**

**Parágrafo Primeiro** – Os valores de cada obra e/ou serviço serão pagos com base nas tabelas constantes no Anexo II, parte integrante deste Contrato.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento da obra e/ou serviço que pode ser objeto de mensuração será feito conforme a medição assinada por Fiscal e Gestor qual deverá especificar em qual categoria do Plano de Contas se enquadra e com anuência do Secretário da pasta solicitante do serviço.

**Parágrafo Terceiro** – A medição que trata o Parágrafo Segundo deverá ser entregue até o





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

69

Departamento de Licitações e Contratos

dia 10 (dez) do mês subsequente contendo o Relatório dos serviços executados e a Ordem de Serviço emitida para execução de tal obra e/ou serviço e em consonância com o Anexo II.

**Parágrafo Quarto** - A secretaria deverá devolver a medição em até 5 (dias) após o recebimento das medições.

**Parágrafo Quinto** – Em caso de desacordo com a medição deverá ser feito um documento, onde consta o desacordo com a medição.

**Parágrafo Sexto** – Os valores consignados nas tabelas constantes do Anexo II poderão ser revisados na mesma proporção e periodicidade aplicadas pelos órgãos competentes que as definem.

**Parágrafo Sétimo** – A providência prevista no Parágrafo Sexto será de iniciativa da CONTRATADA, sendo endereçada ao Gestor do Contrato, e sua aprovação será precedida de análise pela Secretaria Municipal de Finanças e pela Procuradoria Geral do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

A vigência e a execução do contrato será **12(doze) meses**, tendo início a contar da data de assinatura do presente instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – O presente contrato poderá ser prorrogado por iniciativa da **CONTRATANTE**, desde que tal prorrogação atenda ao interesse público, devidamente declarado pela **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Segundo** – A prorrogação do presente contrato poderá ser solicitada pela **CONTRATADA**, mediante concordância expressa do **CONTRATANTE**, e na ocorrência de quaisquer dos casos abaixo descritos:

- I) ocorrer atos do **CONTRATANTE** que interfiram na execução contratual;
- II) ocorrer atos de terceiros que interfiram no prazo de execução ou outros devidamente justificados e aceitos pelo **CONTRATANTE**;
- III) ocorrer, por motivos de força maior ou caso fortuito, entre outros, *lock out*, perturbações industriais, guerras, atos de inimigo público, bloqueio, insurreições, epidemias, quarentenas, avalanches, terremotos, enchentes, explosões ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes e equivalentes a estes, desde que estes fatos tenham influência direta sobre a execução da(s) obra(s) e que fujam ao controle seguro de qualquer das partes interessadas, as quais não consigam impedir sua ocorrência. A expressão "força maior" deve, também, incluir qualquer atraso causado por legislação, regulamentação ou atos governamentais, por ação ou omissão do **CONTRATANTE** que venham causar atrasos à **CONTRATADA**. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

70

Departamento de Licitações e Contratos

**Parágrafo Terceiro** – Enquanto perdurarem os motivos do **Parágrafo Segundo**, ou quando ocorrer a suspensão do Contrato, por ordem do **CONTRATANTE**, cessam os deveres e responsabilidades de ambas as partes em relação ao Contrato. Os atrasos provenientes de greves dos funcionários da **CONTRATADA**, ou atrasos por parte de empresas sub-contratadas, não serão entendidas como de força maior.

**Parágrafo Quarto** – Para que a **CONTRATADA** possa requerer a prorrogação do prazo de execução deste Contrato, servindo-se dos fatos descritos no **Parágrafo Segundo**, os mesmos deverão ser comunicados ao **CONTRATANTE**, cabendo à **CONTRATADA**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do início da referida ocorrência, dar-lhes comprovação.

**Parágrafo Quinto** – Após devidamente comprovados, os motivos invocados pela **CONTRATADA** serão analisados pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Sexto** – Após a aceitação dos motivos invocados pela **CONTRATADA**, e havendo a concordância do **CONTRATANTE**, deverá ser formalizada a prorrogação do Contrato.

**Parágrafo Sétimo** – O recebimento definitivo das obras e/ou serviços deverão ser atestados pelo Fiscal e pelo Secretário(a) solicitante, e somente poderão ser pagos se estiverem de acordo com a Ordem de Serviço.

**CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO**

A **CONTRATADA** não poderá ceder, no todo ou em parte, os direitos e vantagens decorrentes do presente Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO, TESTES, REUNIÕES DE GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÕES**

A gestão contratual, assim como a fiscalização da execução das obras e/ou serviços objeto deste Contrato, será feita pelo **CONTRATANTE**, através de profissionais indicados pelas Secretarias afins, aos quais caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, e também conforme o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.

**Parágrafo Primeiro** – Fica nomeado Gestor conforme descrito cláusula 19ª

**Parágrafo Segundo** – Ficam nomeados Fiscais Contrato conforme descrito na cláusula 19ª

**Parágrafo Terceiro** – As Secretarias afins indicarão um Fiscal Setorial para o presente Contrato.

**Parágrafo Quarto** – A Secretaria solicitante poderá nomear Fiscal Especial para atuar, única e exclusivamente, na fiscalização de determinada obra e/ou serviço, o qual atuará em conjunto com o Fiscal Setorial previsto no **Parágrafo Terceiro**.

**Parágrafo Quinto** – Para as obras de infraestrutura, a **CONTRATADA** deverá elaborar os





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

71

Departamento de Licitações e Contratos

projetos técnicos, memoriais, cronograma físico-financeiro, e orçamento, ART ou RRT, os quais deverão ficar disponíveis para o manuseio dos responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato, assim como para o acesso de eventual órgão externo que assuma a condição de financiador da obra e/ou serviço.

**Parágrafo Sexto** – Para emissão das ordens de serviços relativos a obras e/ou serviços que não sejam considerados de caráter contínuo, o Secretário da pasta poderá solicitar a apresentação do quantitativo, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma de execução, a ser aprovada pelo Secretário da Pasta requisitante e pelo fiscal de obras ou fiscal setorial.

**Parágrafo Sétimo** – A **CONTRATADA** deverá permitir que funcionários, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo **CONTRATANTE**:

- I - Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
- II - Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

**Parágrafo Oitavo** – No desempenho das funções de gestão e fiscalização do Contrato os servidores da **CONTRATANTE** contarão com a total colaboração da **CONTRATADA**.

**Parágrafo Nono** – A **CONTRATADA** deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de obras e/ou serviços, principalmente nos de trabalho em vias e logradouros públicos, de acordo com as normas de segurança do trabalho, responsabilizando-se integralmente em respeitar as normas vigentes.

**Parágrafo Décimo** – O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** poderão solicitar reuniões de gerenciamento um ao outro, a fim de revisar e discutir os planos para o trabalho remanescente, visando eliminar problemas potenciais.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** devem elaborar ata dos assuntos tratados nas reuniões de gerenciamento e distribuir cópias aos participantes da reunião. A responsabilidade das partes na tomada de providências será decidida pela fiscalização e informada por escrito a todos que participaram da reunião.

**Parágrafo Décimo Segundo** – Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por meio escrito, sendo admitida a comunicação por meios eletrônicos (*e-mail*). A notificação tornar-se-á efetiva após a confirmação de seu recebimento. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou correspondências.

#### **CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES**

No caso de inexecução ou inadimplemento de qualquer cláusula contratual, ficará a **CONTRATADA** sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, com base em processo administrativo onde fique assegurado o direito do contraditório e da ampla defesa, assim como às seguintes penalidades:

- I – Advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada da obra e/ou serviço, ou quando (i) houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato e/ou (ii) na ocorrência de faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

72

Departamento de Licitações e Contratos

Contrato, não eximindo o advertido, das demais penalidades;

II – Multa de 100 (cem) UFM's (Unidade Fiscal do Município) quando, por ação, omissão ou negligência, a **CONTRATADA** infringir qualquer das demais obrigações contratuais; ou quando, na avaliação do **CONTRATANTE**, os serviços não forem executados de acordo com as especificações técnicas aplicáveis ao caso;

III – Multa de 500 (quinhentas) UFM's (Unidade Fiscal do Município) quando a **CONTRATADA** ceder, no todo ou em parte, os direitos e vantagens decorrentes do Contrato;

IV – Multa de 1.000 (mil) UFM's (Unidade Fiscal do Município) pela inexecução parcial da obra e/ou serviço contratado; ou na hipótese de rescisão contratual motivada por falhas da **CONTRATADA**;

V – Multa de 2.000 (duas mil) UFM's (Unidade Fiscal do Município) pela inexecução total da obra e/ou serviço contratado.

**Parágrafo Primeiro** – A aplicação das penalidades enumeradas acima não impede a rescisão do Contrato ou a efetivação de outras sanções previstas em Lei.

**Parágrafo Segundo** – As multas serão cobradas, preferencialmente, através de descontos nos recebimentos a que a **CONTRATADA** tiver direito, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da ciência da **CONTRATADA** sobre a aplicação da penalidade.

**Parágrafo Terceiro** – Caso a opção pelo pagamento das multas venha a ser em moeda corrente, o não recolhimento das mesmas no prazo estipulado no Parágrafo Anterior, implicará na suspensão de qualquer outro pagamento devido à **CONTRATADA**.

**Parágrafo Quarto** – É facultado à **CONTRATADA** recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades que lhe forem aplicadas.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** se obriga a:

- I – Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** na forma estabelecida neste Contrato;
- II – Fiscalizar as obras e/ou serviços ora contratados.
- III – Emitir Ordem de Serviço.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se obriga a:

- I – cumprir fiel e integralmente todos os encargos e obrigações previstas neste Contrato;
- II – enviar, de forma periódica e contínua, até o décimo dia do mês subsequente, contados da emissão da Ordem de Serviço das Obras e/ou dos serviços continuados, as medições relativos as obras e/ou serviços solicitados;
- III – assumir total responsabilidade por seus empregados e/ou prepostos que venham a executar os serviços decorrentes do presente Contrato, sendo que o **CONTRATANTE** não terá nenhuma relação ou vínculo contratual de natureza trabalhista, cuja responsabilidade será tão somente da **CONTRATADA**, sendo esta titular e responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamento de salários e demais ônus, recolhimento de todos os encargos sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes que seus empregados possam ser vítimas ou derem causa, quando da execução do serviço, na forma como é expressa e considerada nos parágrafos 3º e 6º do regulamento de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

73

Seguro Acidente de Trabalho, aprovado pelo decreto n.º 61.784/67;

IV – assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados, bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;

V – manter, em todos os locais de serviço, um seguro sistema de sinalização e segurança do trabalho de acordo com as normas de segurança do trabalho;

VI – não manter em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;

VII – atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;

VIII – apresentar sempre que solicitado, durante toda a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo as legislações em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

IX – executar o objeto contratado na forma ajustada.

X – Nos casos de obras e serviços de engenharia, manter no local da obra o DIÁRIO DE OBRA, que deverá ser apresentado ao Fiscal quando solicitado;

XI – Será de responsabilidade da CONTRATADA a realização e pagamento de laudos e ensaios necessários para comprovar especificações técnicas de obras e serviços de engenharia, quando solicitados pela CONTRATANTE.

**CLAUSULA DÉCIMA - DA SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO:**

**A CONTRATADA** deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, assim como disponibilizar o treinamento respectivo e tornar obrigatório o uso dos EPI's.

- a) O Equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá obrigatoriamente conter a identificação do contratado.
- b) O contratado, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da lei federal nº 6.514 de 22/12/1977, portaria 3.214 de 08/06/197, Normas Regulamentares – nº. 01 a 36 e em especial as nos. 04, 05, 06, 18 e 35.
- c) O contratado, quando necessário realizar trabalhos em altura, deverá observar as normas contidas na NR 35.
- d) O Contratado não será eximido de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.
- e) Deverão ser observadas pelo contratado todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do contratante e de outrem, e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as normas regulamentadoras - NRs aprovadas pela portaria 3.214 de 08/06/1978, lei federal nº 6.514 de 22/12/1977.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

74

Departamento de Licitações e Contratos

- f) Somente está autorizada a executar a obra para o contratante o contratado que possuir profissionais qualificados e que estejam instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e apresentarem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas; portanto, os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos previstos, os sistemas de proteção individual e coletivo e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados.
- g) O contratante atuará, objetivando o total cumprimento das normas, conforme contido neste contrato, estando autorizado a interditar serviços ou partes destes em caso de não cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na obra.
- h) O contratado deverá, de imediato, providenciar o atendimento das exigências do contratante. Para casos específicos em que a fiscalização conceder prazos de 48 (quarenta e oito) horas para atendimento das exigências, as prorrogações dos referidos prazos não poderão ultrapassar 15 (quinze) dias para o atendimento completo.
- i) Esgotado o prazo descrito no item anterior, o contratante poderá promover as medidas que forem necessárias, cobrando do contratado as despesas daí decorrentes, sem prejuízos de outras penalidades previstas no contrato de empreitada, inclusive a sua rescisão.
- j) Cabe ao contratado solicitar ao contratante a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente na obra e/ou nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

O **CONTRATANTE** poderá fornecer as instalações, máquinas e equipamentos necessários ao desenvolvimento das obras e serviços solicitados à **CONTRATADA**, que poderá assumir os custos de execução, aquisição e/ou manutenção dos mesmos, após aprovados pelo **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Único** – Os custos descritos no *caput* desta Cláusula, por serem imprevisíveis, serão representados pela sigla VB (verba), e deduzidos do pagamento devido à **CONTRATADA** mediante apresentação de medição específica e discriminada, confeccionada pelo **CONTRATANTE** e visitada pela **CONTRATADA**, por meio da Secretaria solicitante.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** assumirá integral responsabilidade por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

75

Departamento de Licitações e Contratos

**CONTRATANTE** de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

Caberá a rescisão do Contrato quando ocorrer quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** – As espécies de rescisão são aquelas previstas no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, devendo ser obedecidas as disposições legais aplicáveis a cada hipótese.

**Parágrafo Segundo** – A rescisão do Contrato, quando motivada por culpa da **CONTRATADA**, implicará na apuração de perdas e danos, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

**Parágrafo Terceiro** – Formalizada a rescisão contratual, a **CONTRATADA** obriga-se a entregar as obras e/ou serviços já concluídos, os materiais depositados, e o canteiro de obras inteiramente desembaraçado, não criando óbices de qualquer natureza à **CONTRATANTE** no que tange à assunção da obra e/ou serviço não finalizado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

A troca eventual de documentos e correspondências entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita por meio escrito, através de protocolo, sendo admitida a utilização de meios eletrônicos (*e-mail*). A notificação tornar-se-á efetiva após a confirmação de seu recebimento. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou correspondências.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos por comum acordo entre as partes, à luz do ordenamento jurídico Lei Federal n.º 8.666/93 e demais aplicável ao caso. Na impossibilidade de acordo, deverão ser utilizados os meios judiciais e extrajudiciais cabíveis na espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES**

Serão incorporadas a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes:

- (i) Das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**,
- (ii) De alterações nas características quantitativas e qualitativas do objeto,
- (iii) Modificação do regime de execução ou fornecimento dos serviços e obras a serem contratadas, ou
- (iv) Nas demais hipóteses previstas no Art. 57 e Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta dispensa de licitação, para o exercício de 2022, correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

76

**SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS**

**PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA / CANALIZAÇÕES / CALÇADAS**

<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/504
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/504
3390392100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/504
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÔRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/504
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/504
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/504
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/504
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/504
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFALTICOS	000/504
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/504
4490510201	PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES	000/504
4490510202	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	000/504
4490510203	PONTES E VIADUTOS	000/504
4490510204	GALERIAS PLUVIAIS	000/504
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/504
4490510206	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/504
4490510207	ATERROS SANITÁRIOS	000/504
4490510208	POÇOS ARTESIANOS	000/504
4490510209	CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS	000/504
4490510210	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	000/504
4490510211	ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	000/504
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/504
<b>ATIVIDADES DA SECRETARIA DE VIACAO OBRAS E SERVICOS URBANOS</b>		

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2022**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

77

<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/003
3390392100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE Córregos, Lagos e Fundos de Vales	000/002/003
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/003
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002/003
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFALTICOS	000/002/003
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
<b>PRAÇAS, PARQUES E JARDINS</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/003
3390392100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE Córregos, Lagos e Fundos de Vales	000/002/003
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/003
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002/003
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS	000/002/003
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
4490510201	PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES	000/002/003
4490510202	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	000/002/003
4490510203	PONTES E VIADUTOS	000/002/003



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

78

4490510204	GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/002/003
4490510206	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002/003
4490510211	ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	000/002/003
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/002/003
<b>MANUTENÇÃO, MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/003
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003
3390394310	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002/003
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002/003
4490510206	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002/003
<b>MANUTENÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO, CANALIZAÇÃO E CALÇADAS EXISTENTES</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003/504
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/003/504
3390392100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003/504
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÓRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/002/003/504
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/003/504
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003/504
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003/504
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS	000/002/003/504
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002/003/504
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003/504





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

73

4490510201	PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES	000/002/003/504
4490510202	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	000/002/003/504
4490510203	PONTES E VIADUTOS	000/002/003/504
4490510204	GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003/504
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/002/003/504
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/002/003/504
<b>REURBANIZAÇÃO DAS RUAS</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/003
3390392100	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÔRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/002/003
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/003
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002/003
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS	000/002/003
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/002/003
4490510201	PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES	000/002/003
4490510202	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	000/002/003
4490510203	PONTES E VIADUTOS	000/002/003
4490510204	GALERIAS PLUVIAIS	000/002/003
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/002/003
4490510206	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002/003
4490510207	ATERROS SANITÁRIOS	000/002/003
4490510208	POÇOS ARTESIANOS	000/002/003
4490510209	CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS	000/002/003



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

80

4490510211	ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	000/002/003
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/002/003
<b>MANUTENÇÃO E MELHORIAS NOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DA LIMPEZA DE RUAS E LOGRADOUROS</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÔRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/002/003
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/003
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/003
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003
<b>COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE LIXOS</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/003/511
3390398203	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	000/002/003/511
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/002/003/511
4490510207	ATERROS SANITÁRIOS	000/002/003/511
4490510209	CANALIZAÇÃO DE CÔRREGOS	000/002/003/511
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/002/003/511
<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/103/104
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/103/104
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/103/104
<b>SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/555
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/555





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

81

3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/555
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/555
<b>SECRETARIA DE AGRICULTURA</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	0
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	0
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	0
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0
<b>SECRETARIA DE TURISMO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	0
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	0
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	0
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0
<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002
3390394310	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002
<b>SECRETARIA DE FINANÇAS</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/510/077
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/510/077



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

82

3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/510/077
3390394310	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - DESTINADOS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/002/510/077
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/510/077
<b>SECRETARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	0
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	0
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	0
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0
<b>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002
<b>SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390930300	INDENIZAÇÕES	000/002/509
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/509
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/509
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/509
<b>SECRETARIA DE HABITAÇÃO E URBANISMO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002/560
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002/560





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

83

3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL	000/002/560
3390398201	LIMPEZA E DESSASSOREAMENTO DE CÓRREGOS, LAGOS E FUNDOS DE VALES	000/002/560
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002/560
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002/560
<b>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO</b>		
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>FONTES</b>
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS	000/002
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	000/002
3390391600	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/002
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	000/002
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	000/002
4490399916	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	000/613/614
4490399904	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFALTICOS	000/613/614
4490399901	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	000/613/614
4490510201	PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES	000/613/614
4490510202	RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS	000/613/614
4490510203	PONTES E VIADUTOS	000/613/614
4490510204	GALERIAS PLUVIAIS	000/613/614
4490510205	SISTEMA DE ESGOTOS	000/613/614
4490510206	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	000/613/614
4490510207	ATERROS SANITÁRIOS	000/613/614
4490510208	POÇOS ARTESIANOS	000/613/614
4490510209	CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS	000/613/614
4490510210	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	000/613/614
4490510211	ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS	000/613/614
4490510299	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	000/613/614



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Licitações e Contratos

84

SECRETARIA DE CULTURA						
CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA				FONTES	
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS				000/002/150	
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS				000/002/150	
3390391600	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS				000/002/150	
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS				000/002/150	
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				000/002/150	
SECRETARIA DE POLITICAS PÚBLICAS PARA MULHERES						
CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA				FONTES	
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS				000/002	
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS				000/002	
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL				000/002	
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS				000/002	
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				000/002	
SECRETARIA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO						
CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO CATEGORIA ECONÔMICA				FONTES	
3390391601	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS				0	
3390390500	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS				0	
3390391602	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS EM GERAL				0	
3390398202	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS				0	
3390399999	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				0	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE						
REFERÊNCIA DE DOTAÇÃO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	AÇÃO	ELEMENTO	VÍNCULO
4874	08	001	0010	2109	33390390000000000000	00000





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

85

*[Handwritten signature]*

Departamento de Licitações e Contratos

5007	08	002	0010	2117	33390390000000000000	00000
5008	08	002	0010	2117	33390390000000000000	00303
5009	08	002	0010	2117	33390390000000000000	00494
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
REFERÊNCIA DE DOTAÇÃO	ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	AÇÃO	ELEMENTO	VÍNCULO
6306	15	001	0008	2127	33390390000000000000	00000

**Parágrafo Único:** As dotações orçamentárias para os exercícios seguintes serão adequadas de acordo com o Orçamento Geral do Município de cada exercício, a ser aprovado pelo Poder Legislativo Municipal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Qualquer objeto de valor histórico, valor significativo, ou de outro interesse que venha a ser descoberto em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente Contrato, é de propriedade do **CONTRATANTE**. A **CONTRATADA** deverá notificar o **CONTRATANTE** tal descoberta e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO GESTOR E FISCAIS

##### A) DA PREFEITURA

Fica nomeado como Gestor deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, o Sr. **TIAGO BRONOSKI**, portador do RG 10.076.037-1, inscrito no CPF 075.050.299-16.

Ficam nomeados como Fiscais deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, os Srs.:

Secretaria Municipal de Comunicação Social: **MARIELE CRISTINA CORDOVA VOGT**, CPF: 049.900.179-60 - RG: 7.666.436-6;

Secretaria de Turismo: **CARLOS ALBERTO TROMBINI** - CPF 458.350.559-00 RG 3.077.903-7

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação: **ADRIANO VOLKWEIS**, RG Nº 5.541.724.-5. CPF Nº 037.925.719-00

Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos: Eng. Civil **JOSÉ ELIAS SYDOR**, CPF: 748.773.729-20, RG: 6076328-3, CREA: 64.902/D; Eng. Civil **ELIANE APARECIDA BISCHOF KECHÉ** CPF: 614.884.459-15, RG: 1891655-0, CREA-PR 16047/D; Eng. Civil **FABIANO RIBEIRO STOCCO**, CPF Nº 099.540.569-71, RG Nº 12.964.732-9, CREA/PR 177.642/D.

Secretaria de Saúde: **MARCIO ROSA LOSSO** - RG: 8.011.439-7, CPF: 004.638.379-40; **PEDRO ADEMILSON HORST** - RG: 3.210.482-7, CPF: 409.432.599-91



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

86

Departamento de Licitações e Contratos

Secretaria de Administração: **JOSÉ AIRSON HORST** CPF N° 435.801.149-72, RG N° 37324396; **SCHEILA APª KULKA SCHWANS** CPF N°031.991.029-64, RG N° 70270790; **CARLOS MARCELO KALIBERDA** CPF N° 018.595.619-00, RG N° 62732741;

Secretaria de Trânsito e Transporte: Engenheiro de Tráfego **DANIEL GONZAGA MOURA DE SOUZA**, RG N° 7044767-3, CPF N° 004.377.839-95 CREA/PR 103.636/D; Diretor de Trânsito **ALTAIR BONASSA**, RG N° 3151446-0, CPF N° 442.399.479-87 ;

Procuradoria Geral do Município: **DIVONEI JOSÉ DA COSTA**, CPF: 044.289.409-04, RG: 8609331-6

Secretaria de Esportes e Recreação: **ROBSON PRESTES**, CPF nº 486.989.709-15, RG nº 3.289.203-5;

Secretaria de Habitação: **FLÁVIO ALEXANDRE**, CPF nº 080.288.538-11, RG nº 17693618 – SSP/SP

Secretaria de Agricultura: **LEOZELIA SAIDEL PEDROSO** - CPF 630.821.959-20 RG 12.785.115-8; **AMARILDO ANTONIO FREDER** - CPF 029.173.269-05 RG 7.339.474-0

Secretaria de Meio Ambiente: Engenheiro Químico **TIAGO FERREIRA** CPF: 093.325.849-66, RG: 10.877.702-8,

Secretaria de Finanças: **UEUDES SOUSA MOTA** CPF: 018.674.623-70 RG: 13.218.329-5

Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social: **ROSA APARECIDA RAMOS DANIEL** - CPF 025.523.189-08 RG 6.688.120-2; **PATRICIA HIARITHSA MANDU RIBEIRO RIBAS** - CPF 106.412.149-79 RG 13.457.323-6 PR

Secretaria de Planejamento e Urbanismo: Eng. **FABIANO FERREIRA DA SILVA**, RG N.º 89687355-1 SSP/PR, CPF N.º 050.087.429-81;

Secretaria de Educação: **SUZANA DE SOUZA CHAGAS** - CPF N° 956.766.279-72 - RG N° 5.394.668-2; **ROSANA ARAUJO MARCONDES SOARES** - CPF N° 539.069.429-53 - RG N° 3.407.840-8

Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres: **ELENI CASTRO RODRIGUES** - CPF 026.199.259-75 RG 7.034.569-2; **LAURA MARIA IATSKIU VASCONCELOS** - CPF 039.274.709-02 RG 8.136.781-7

Secretaria de Cultura: **GABRIELA DE OLIVEIRA** CPF 090.972.989-11 RG 12.966.528-9

**B) DA CONTRATADA - SURG**

Fiscais Técnicos de Obras, reformas e serviços de engenharia da SURG: Eng. **SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, CREA N° 30592/D e a Eng. **MARIA DE FÁTIMA WERNECK LANGE**, CREA N° 25728/D.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Departamento de Licitações e Contratos

87

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

As partes Contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Termo Contratual, perante o Foro da Comarca do **CONTRATANTE**, Estado do Paraná.

Guarapuava, 22 de Setembro de 2022.



**DIEGO VOLFF**  
DIRETOR DE LICITAÇÕES E  
CONTRATOS  
DECRETO Nº 8437/2021

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**DIEGO VOLFF**  
Diretor de Licitação Contratos



**HALMUNTH FAGNER GOBA  
BRANDTNER**

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA  
22/09/2022 11:29:58

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**HALMUTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo

**COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**

Contratada



**SANDRO ALEX RUSSO  
VALERA**

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA  
22/09/2022 13:50:56

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**SANDRO ALEX RUSSO VALERA**  
Diretor Técnico

**TESTEMUNHAS:**

NOME:  
RG/CPF:



**ERIX BIM DENCK BONFIM**

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA  
23/09/2022 08:11:10

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

NOME:  
RG/CPF:



**PAMELA PAULETTI  
FERREIRA**

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA  
23/09/2022 08:20:26

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.



# SURG

83

## ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA NO EXERCÍCIO DE 2021

Aos quatros dias do mês de Janeiro de dois mil e um, às 18h00min horas, em sua sede social na Rua Afonso Botelho, 63 – Bairro Trianon na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, atendendo a convocação de forma legal e estatutária, reuniu-se os membros efetivos do Conselho de Administração, os senhores: Antonio Carlos Santos Alves, Acir Ribeiro Queiroz, Ednilson Antonio Pires, Shaylane Stavinski Ribeiro, Nilton Cesar dos Santos, Valdeney Jorge Domingues da Silva, Sandro Alex Russo Valera e Halmunth Fagner Goba Brandtner, para deliberarem sobre o seguinte: a) Dentro do que faculta o artigo 143, parágrafo 1º da Lei 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia, foi reeleito para preencher o cargo de Diretor Administrativo da SURG o Sr. Halmunth Fagner Goba Brandtner e para Diretor Técnico o Sr. Sandro Alex Russo Valera. b) Ficando desta forma, a Diretoria assim constituída: **DIRETOR ADMINISTRATIVO Sr. Halmunth Fagner Goba Brandtner**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Rua C, nº 259/Apto 202, Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 9.771.629-3 (PR) e CPF nº 057.836.209-04; **DIRETOR TÉCNICO Sr. Sandro Alex Russo Valera**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Rua Carlos Gonçalves de Siqueira, 152, Santana, nesta cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 1.467.818-2 (PR) e CPF nº 881.700.209-72 e Registro no CREA nº PR-30592/D. Nada mais havendo a constar lavrou-se a presente ATA que depois de lida e aprovada, vai por todos assinada.

Halmunth Fagner Goba Brandtner  
Diretor Administrativo

Antônio Carlos Santos Alves

Ednilson Antonio Pires

Valdeney Jorge Domingues da Silva

Guarapuava., 04 de Janeiro de 2021.

Sandro Alex Russo Valera

Diretor Técnico

Acir Ribeiro Queiróz

Shaylane Stavinski Ribeiro

Nilton Cesar dos Santos



**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA**

(Extratos nos termos do artigo 130, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, lavrada na folha 148 do livro de Atas das Assembleias Gerais nº 01 registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº 69.8906 em data de 12 de junho de 1972). **LOCAL:** Rua Afonso Botelho, 63 Trianon, em Guarapuava.

**Estado do Paraná, DIA E HORA:** 04 de Janeiro de 2021, às 17h00min (dezessete horas). **QUÓRUM:** 100,00% (Cem por cento). **CONSTITUIÇÃO DA MESA:** Presidente: Doraci Senger Luy, pelo Município de Guarapuava.

Halmunth Fagner Goba Brandtner, Diretor Administrativo da SURG e secretário: Paulo Cesar Tracz. **ORDEM DO DIA:** I – Eleição do Conselho de Administração; II – Eleição do Conselho Fiscal. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:**

I) Conforme artigo 12º do Estatuto Social, o Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiado da Companhia, será composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, a critério da Assembleia Geral, todos acionistas por ela eleitos e destituíveis a qualquer momento, dessa forma fica deliberado para compor o **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, foram reeleitos**, os senhores: **membros efetivos:** Acir Ribeiro de Queiroz, brasileiro, casado, militar, residente e domiciliado a Rua das Limeiras, 185 Bairro Bonsucesso, Guarapuava – Paraná, portador da Identidade Civil RG nº 3.189.880-2 SSP/PR e CPF nº 340.829.569-72; Antonio Carlos Santos Alves, brasileiro, casado, Administrador, residente e domiciliado na Rua Cinco de Outubro, 1213 Trianon, Guarapuava – Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 620.359-0 SSP/PR e CPF nº 167.830.009-82; Edenilson Antonio Pires, brasileiro, casado, bacharel em Direito, residente e domiciliado na Rua Presidente Getúlio Vargas, 1246 Centro, Guarapuava, Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 3.563.723-0 SSP/PR e CPF nº 926.028.869-04; Shaylane Stavinski Ribeiro, brasileira, casada, Engenheira Civil, residente e domiciliado na Rua Professor Becker, 3290 Apto 103, Santa Cruz, Guarapuava – Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 10.429.043-4 SSP/PR e CPF nº 068.028.209-27; Valdeney Jorge Domingues da Silva, brasileiro, casado, Administrador, residente e domiciliado na Rua Padre Chagas, 2538, Centro, Guarapuava, Paraná, portador da identidade Civil RG nº 2.042.797-3 SSP/PR e CPF nº 288.212.629-87; Nilton Cesar dos Santos, brasileiro, casado, Administrador, residente e domiciliado na Rua Das Palmeiras, 154, Bairro Industrial, Guarapuava – Paraná, portador da identidade Civil RG nº 7.835.323-9 SSP/PR e CPF nº 019.403.919-62. II) Conforme artigo 24º do Estatuto Social, A Companhia terá em funcionamento permanente, um Conselho Fiscal composto de três membros e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral dessa forma foi deliberado para compor o **CONSELHO FISCAL, foram reeleitos**, membros efetivos, os senhores: José Jacir Queiroz, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado na Travessa Dr. Murici, 35 Alto da XV, Guarapuava, Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 2.025.582 SSP/PR e CPF nº 412.029.379-34; Paulo Sérgio Syritluk, brasileiro, casado, Administrador, residente e domiciliado na Rua João Padleski, 14 Santana, Guarapuava, Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 4.100.822-9 SSP/PR e CPF nº 604.164.599-00; Adão Alcione Monteiro, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado na Rua Das Violetas, 31 Trianon, Guarapuava – Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 928.116-9 SSP/PR e CPF nº 177.270.659-00; **membros suplentes:** respectivamente: José Valdir Ribeiro, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado na Rua Otto Rickli, 214 São Cristóvão, Guarapuava – Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 3.101.690-8 SSP/PR e CPF nº 495.630.769-15; Flávio Alexandre, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado na Rua João Padleski, 233 Santana, Guarapuava – Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 17.693.618-X e CPF nº 080.288.538-11,0, todos enquadrados nos requisitos estabelecidos nos artigos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia. **ACIONISTAS PRESENTES:** Doraci Senger Luy, pelo Município de Guarapuava, Halmunth Fagner Goba Brandtner pela SURG, Acir Ribeiro de Queiroz, Antonio Carlos Santos Alves, Edenilson Antonio Pires, Nilton Cesar dos Santos, Shaylane Stavinski Ribeiro e Valdeney Jorge Domingues da Silva. **CERTIDÃO:** Certifico que a presente Ata é cópia fiel daquela lavrada na folha 144 do livro de Atas das Assembleias Gerais da SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, registrado na Junta Comercial do Paraná, sob nº 69.8906 em 12 de Junho de 1972. Guarapuava, 04 de Janeiro de 2021. Doraci Senger Luy – Presidente, Halmunth Fagner Goba Brandtner, Acir Ribeiro de Queiroz, Antonio Carlos Santos Alves, Edenilson Antonio Pires, Nilton Cesar dos Santos, Shaylane Stavinski Ribeiro, Valdeney Jorge Domingues da Silva, Adão Alcione Monteiro, José Valdir Ribeiro, Paulo Sérgio Syritluk.

4683/2021

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO**

Paulo Roberto Pereira, CPF nº 637.851.456-91 torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação da Licença de Operação para Tratamento e/ou Disposição Final de Resíduos Sólidos instalada Bairro dos Macacos, S/N, Bairro - Barbosa, Siqueira Campos, Paraná.

4550/2021

**SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

José Carlos Pontarolo torna público que recebeu do IAT, a Licença de Operação para Extração de Saibro instalada Localidade de Boa Vista, S/N, zona Rural, Guamiranga / PR.

4528/2021

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA SIMPLIFICADA**

A EMPRESA GOMES E SANTOS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pinhais/PR, a Renovação da Licença Simplificada para Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal E Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, nº83/2018 implantada sito à Rua RIO PURUS, 802 bairro Weissópolis, município de Pinhais/PR.

4828/2021

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA NO EXERCÍCIO DE 2021**

Aos quatro dias do mês de Janeiro de dois mil e um, às 18h00min horas, em sua sede social na Rua Afonso Botelho, 63 – Bairro Trianon na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, atendendo a convocação de forma legal e estatutária, reuniu-se os membros efetivos do Conselho de Administração, os senhores: Antonio Carlos Santos Alves, Acir Ribeiro Queiroz, Edenilson Antonio Pires, Shaylane Stavinski Ribeiro, Nilton Cesar dos Santos, Valdeney Jorge Domingues da Silva, Sandro Alex Russo Valera e Halmunth Fagner Goba Brandtner, para deliberarem sobre o seguinte: a) Dentro do que faculta o artigo 143, parágrafo 1º da Lei 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia, foi reeleito para preencher o cargo de Diretor Administrativo da SURG o Sr. Halmunth Fagner Goba Brandtner e para Diretor Técnico o Sr. Sandro Alex Russo Valera. b) Ficando desta forma, a Diretoria assim constituída: **DIRETOR ADMINISTRATIVO** Sr. Halmunth Fagner Goba Brandtner, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Rua C, nº 259/Apto 202, Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 9.771.629-3 (PR) e CPF nº 057.836.209-04; **DIRETOR TÉCNICO** Sr. Sandro Alex Russo Valera, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Rua Carlos Gonçalves de Siqueira, 152, Santana, nesta cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 1.467.818-2 (PR) e CPF nº 881.700.209-72 e Registro no CREA nº PR-30592/D. Nada mais havendo a constar lavrou-se a presente ATA que depois de lida e aprovada, vai por todos assinada. Guarapuava,, 04 de Janeiro de 2021. Halmunth Fagner Goba Brandtner, Sandro Alex Russo Valera, Antônio Carlos Santos Alves, Acir Ribeiro Queiroz, Edenilson Antônio Pires, Shaylane Stavinski Ribeiro, Valdeney Jorge Domingues da Silva, Nilton Cesar dos Santos.

4543/2021

**SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA**

A EMPRESA GOMES E SANTOS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA., torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pinhais/PR, a Licença Simplificada para Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal E Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Nº83/2018 a ser implantada sito à Rua RIO PURUS, 802 bairro Weissópolis, município de Pinhais/PR.

4825/2021

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA**

A AS COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEIS - EIRELI, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pinhais/PR, a Licença Simplificada para Comércio atacadista de papel e papelão em bruto, Comércio varejista de artigos de papelaria, Comércio atacadista de embalagens, a ser implantada sito à Rua Cruzeiro do sul, 1102, bairro Emiliano Pernetta, município de Pinhais/PR.

4817/2021

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA**

A LORIVAL MOREIRA COSTA ME, CNPJ 13.621.042/0001-91, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pinhais/PR, a Licença Simplificada para 31.04-7-08 - Fabricação de colchões, a ser implantada sito à R RIO TINGUI, nº 60, bairro Weissópolis, município de Pinhais/PR.

4812/2021

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO**

José Carlos Pontarolo torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação da Licença de Operação para Extração de Saibro instalada Localidade de Boa Vista, S/N, zona Rural, Guamiranga / PR.

4529/2021

**SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA**

PEDRO MACIEJSKI torna público que recebeu do IAT, a Licença Simplificada para PISCICULTURA DE CORTE a ser implantada LR 199, GLEBA 8, COLONIA PINDORAMA, BAIXO IGUAÇUZZINHO, Município de NOVA AURORA, Estado do Paraná Validade: 20.01.2027.

4494/2021





PORTARIA Nº 19/2022

**Designa Pregoeiro e Equipe de Apoio de  
pregões bem como Presidente e Comissão  
Permanente de Licitação.**

O Diretor Administrativo da **SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que preceitua o Estatuto Social da Companhia, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear o sr. **Paulo Cezar Tracz** para exercer as atribuições de Pregoeiro como titular, e como suplente a sra. **Leiliane Ap. Santos Gaspar**.

**Parágrafo Único:** Cumulativamente, o sr. **Paulo Cezar Tracz** fica nomeado para responder como Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, e como suplente a sra. **Leiliane Ap. Santos Gaspar**.

**Art. 2º** - Ficam nomeados para compor a Equipe de Apoio para atuar nos processos de Pregão Presencial, o senhor **Felipe Veroni Caldas** e a senhora **Nayara Kaminski de Oliveira**.

**Parágrafo Único:** Cumulativamente, o senhor **Felipe Veroni Caldas** e a senhora **Nayara Kaminski de Oliveira** ficam nomeados para responder como Comissão Permanente de Licitação – CPL.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogando as disposições contrárias.

Guarapuava, 14 de dezembro de 2022.

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo



**SURG****EXTRATO DE CONTRATO****91**

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA  
Número do Contrato: 74/2022  
Data de Início do Contrato: 13/12/2022 Data de Expiração do Contrato: 10/02/2023  
Processo: 84/2022 Modalidade: 49 - Pregão  
Fornecedor: 24.035.925/0001-36 - SILMÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
Descrição do Objeto: Aquisição de placas vibratórias compactadoras.  
Valor total do Contrato: 9.957,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA  
Número da Ata: 108/2022 Data da Ata: 13/12/2022 Data da Assinatura da Ata: 13/12/2022  
Data de Início da Ata: 13/12/2022 Data de Expiração da Ata: 13/12/2023  
Processo: 83/2022 Modalidade: 48 - Pregão - Registro de Preço  
Fornecedor: 00.284.707/0001-77 - BRASMACO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - EIRELI  
Descrição do Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS E DEMAIS INSUMOS PARA PINTURA AUTO-MOTIVA.  
Valor total da Ata: 118.712,93

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL**

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 48/2021 ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 22/2021, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG E A EMPRESA MHNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA  
CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a prorrogação do prazo do objeto oriundo do contrato 48/2021, que tem por finalidade a prestação de serviço de fornecimento de Internet secundária para a Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG.  
CLÁUSULA SEGUNDA - MOTIVAÇÃO - A motivação para o presente aditivo de prazo, encontra-se descrita na solicitação de prorrogação contratual página 94 do presente processo.  
CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR REAJUSTADO - Pelo objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$5.508,00 (cinco mil, quinhentos e oito reais).  
CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE E VIGÊNCIA - O contrato ora aditivado, expirará no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de 14 de DEZEMBRO de 2022.  
CLÁUSULA QUINTA - CLÁUSULAS ALTERADAS E FUNDAMENTO LEGAL - Em conformidade com o artigo 127, inciso III, letra "a" e seu § 3º do RILICC da SURG demais dispositivos pertinentes a espécie.  
CLÁUSULA SEXTA - RATIFICAÇÃO Em tudo o mais fica ratificado para todos os efeitos de direito as cláusulas do contrato 48/2021. Guarapuava, 13 de dezembro de 2022. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER(A) e outros

**PORTARIA Nº 19/2022**

Designa Pregoeiro e Equipe de Apoio de pregões bem como Presidente e Comissão Permanente de Licitação.  
O Diretor Administrativo da SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que preceitua o Estatuto Social da Companhia, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o sr. Paulo Cezar Tracz para exercer as atribuições de Pregoeiro como titular, e como suplente a sra. Leiliane Ap. Santos Gaspar.

Parágrafo Único: Cumulativamente, o sr. Paulo Cezar Tracz fica nomeado para responder como Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, e como suplente a sra. Leiliane Ap. Santos Gaspar.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor a Equipe de Apoio para atuar nos processos de Pregão Presencial, o senhor Felipe Veroni Caldas e a senhora Nayara Kaminski de Oliveira.

Parágrafo Único: Cumulativamente, o senhor Felipe Veroni Caldas e a senhora Nayara Kaminski de Oliveira ficam nomeados para responder como Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogando as disposições contrárias.  
Guarapuava, 14 de dezembro de 2022.

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo

.92



**SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava**  
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon  
**CNPJ 75.646.273/0001-07**

## **PORTARIA Nº 001/2023**

O Diretor Administrativo da **SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que preceitua o Estatuto Social da Companhia, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia.

### **RESOLVE**

**Art. 1º. NOMEAR**, nos termos do art. 166 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG, gestor e fiscais dos contratos e das atas de registro de preços realizados por esta Companhia, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização de sua execução:

#### **GESTORA DOS CONTRATOS E DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

- Jorgete Lacerda

#### **FISCAIS DOS CONTRATOS E DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

##### **Almoxarifado:**

- João Vanor Siqueira

- Dirceu Kloster

##### **Departamento Administrativo**

- Vera Aparecida Lack Santos

- Ataíze Paulena

##### **Departamento de Varrição**

- Rosângela Aparecida de Matos Fonseca

##### **Departamento de Coleta de lixo**

- Fernanda de Oliveira Lopes

- Silvana Cândido

##### **Departamento de Manutenção Mecânica**

- Francisco José Pereira Silvério

##### **Departamento de Manutenção Elétrica**

- Clodoaldo de Oliveira Santos

##### **Departamento de Obras**

- João Valdecir dos Santos

- José Maria Trindade de Jesus

- José Santos

- Matheus Camilo Stempinhaki

##### **Departamento de Praças, Parques e Jardins**

- Eduardo Moreira da Rosa

##### **Departamento de Segurança do Trabalho**

- Igraziane Limberger

##### **Departamento de Sinalização Viária**

- Loacir Carlos da Fonseca

##### **Departamento Técnico**

- Maria de Fátima Werneck Lange

- Cristiane Dominico Lacerda

##### **Departamento de Transportes**

- Rodrigo Bredum

- Leandro Monteiro da Silva

##### **Departamento de Tecnologia e informática**

- João Dutra Cristoforu

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guarapuava, 05 de Janeiro de 2023.

SURG COMPANHIA DE  
SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO  
DE GUARAPUAVA

Assinado de forma digital por SURG  
COMPANHIA DE SERVIÇOS DE  
URBANIZAÇÃO DE  
GUARAPUAVA  
Data: 2023.01.05 10:32:20 -05'00'

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo



## MINUTA EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
AMPLA CONCORRÊNCIA

A **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**, doravante denominada abreviadamente SURG, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria Nº 19/2022, publicado no Boletim Oficial do Município de Guarapuava, Paraná, edição nº 2521 de 15 de dezembro de 2022, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que está aberta a licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com as Requisições Preliminares nº 94/2022 e 99/2022, emitida pelo Departamento Técnico e com as especificações conforme o ANEXO I deste Edital.

Esta licitação será regida pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019 e nº 1.447/2007, e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o art. 178 da Lei 14.133/2021, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e está subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (Descrição do Objeto)
- ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO
- ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

### DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

..... de ..... de 2023 às 08h30min

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**UASG: 929391** – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**CREDENCIAMENTO, RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**  
Disponível até o horário da abertura da sessão, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**ACESSO ÀS INFORMAÇÕES:** Pelo site [www.surg.com.br/surg/licitacoes](http://www.surg.com.br/surg/licitacoes), na sede da SURG à rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, em Guarapuava – Paraná. Pelo telefone: (042) 3630-0500. No Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**Pregoeiro:** Paulo Cezar Tracz ou Leiliane Ap. Santos Gaspar



## 1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme especificações constantes neste edital e no seu Anexo I.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.1.2. A SURG não se obriga a adquirir os itens relacionados do licitante vencedor, nem as quantidades indicadas no ANEXO I, podendo realizar licitações específicas para aquisição daqueles itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 110, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e § 3º, do art. 66, da Lei 13.303/2016.

## 2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão a conta de recursos financeiros próprios da SURG.

## 3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## 4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a empresas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;



- 4.2.2.1.** Empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem possuir capacidade econômica e comprovem que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.
- 4.2.3.** Que estejam reunidas em consórcio;
- 4.2.3.1.** Veda-se a participação de empresas reunidas em consórcio por se tratar o objeto deste pregão um produto/serviço simples e comum.
- 4.3.** Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 13, do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.
- 4.4.** Como condição para participação no Pregão, a entidade licitante deverá declarar:
- 4.4.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, somente no caso de se tratar de entidade de menor porte.
- 4.4.1.1** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.5.** Independente do porte da entidade, deverá assinalar, "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.5.2.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.5.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.5.4.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.5.5.** Que a proposta foi elaborada de forma independente.
- 4.5.6.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.5.7.** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## **5 – DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1.** Todos os participantes deverão encaminhar a proposta e os documentos de habilitação – item 8 – exclusivamente via sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos.
- 5.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.3.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e documentos apresentados.
- 5.6.** O licitante deverá também enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



5.6.1. Valor unitário e total do item;

5.6.2. Marca;

5.6.3. Fabricante;

5.6.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - ANEXO I: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.7. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, embalagens, transporte até destino designado pelo fiscal do contrato, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto, conforme o caso.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. NO CASO DE ALGUMA INCONSISTÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE O ANEXO I E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, **DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO ANEXO I.**

5.10. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

## **6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **2,00% (dois por cento)**.

6.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

6.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**6.11.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.12.** Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

**6.13.** Será adotado para o envio de lances neste pregão o **modo de disputa aberto**;

**6.13.1** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos.

**6.13.2** Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**6.13.3** A prorrogação automática de que trata o item 6.13.2 ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**6.13.4** Na hipótese de não haver lances 6.13.1 e 6.13.2 a sessão pública será encerrada automaticamente.

**6.13.5** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**6.14.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**6.15.** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, nos termos do disposto no item 6.12.

**6.16.** Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 6 de outubro de 2015.

**6.17.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.18.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.19.** Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.20.** No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

**6.21.** A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

**6.22.** Após a etapa de lances, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### **7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**7.1.** Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

**7.2.** Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutável.



**7.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**7.3.** Após a análise da proposta quanto sua exequibilidade, o Pregoeiro realizará negociação por meio do sistema eletrônico com o licitante que apresentou o lance mais vantajoso, a fim de obter melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**7.3.1.** A negociação poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.4.** Encerrada essa etapa, o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação de anexo feita via sistema**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e/ou proposta negociada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.4.1.** Dentre os demais documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos e/ou folhetos.

**7.4.2.** A proposta final (ajustada) do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, podendo ser prorrogado a critério do Pregoeiro, e deverá:

**7.4.2.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**7.4.2.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**7.4.2.3.** Deverá conter todas as informações exigidas nos **ANEXOS I e IV** do Edital.

**7.3.4.** O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**7.4.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, conforme as orientações presentes no Termo de Referência.

**7.4.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.4.2.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.4.3.** Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade descritos no Termo de Referência.

**7.4.4.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.4.5.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**7.4.6.** As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente.

**7.4.7.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**7.5.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



7.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

## 8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente **quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 SICAF;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 8.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 8.1.5 Lista de Inidôneos, mantida pelo Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Toda a documentação para fins de habilitação deverá ser anexada ao sistema até a data e horário previstos para início da sessão, conforme item 8.6 deste edital, de modo que somente será verificada pelo pregoeiro a documentação daqueles licitantes declarados detentores de melhor oferta após a fase de disputa por lances.

8.4.1. Quando não enviado a documentação pela licitante no sistema do Comprasnet o Pregoeiro poderá (a seu critério) consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

8.4.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF ou as enviadas via sistema comprasnet.

8.4.1.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 04 (quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.5. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista e qualificação econômico financeira e técnica nas condições seguintes:

### 8.6. Habilitação jurídica

8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);

8.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.6.6. Alvará de localização e funcionamento da empresa participante, fornecido pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado.





**8.6.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;**

### **8.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- 8.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);**
- 8.7.2. Prova de regularidade com relação aos Tributos Federais e para com a Dívida Ativa da União;**
- 8.7.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;**
- 8.7.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;**
- 8.7.5. Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS).**
- 8.7.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).**

### **8.8. Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.8.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante em data não superior a 120 (cento e vinte) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;**

### **8.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA SOMENTE PARA O ITEM 01 - MASSA ASFÁLTICA ENSACADA**

- 8.9.1. Declaração ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o(s) item(ns) cotados desta licitação. Obs. Esta declaração deverá conter CNPJ da empresa declarante e assinatura reconhecida/ salvo se for órgão público.**

- 8.9.2. Comprovante de registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da empresa FABRICANTE do produto da região a que estiver vinculada. A comprovação deverá ser através de certidão de registro emitido pelo CREA, devendo estar no prazo de validade.**

- 8.9.3. Comprovante de registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, de seu responsável técnico.**

- 8.9.4. Deverá comprovar o vínculo com esse profissional (descrito no item 8.9.5) registrado no CREA através de:**

1) Cópia do registro de empregado do profissional técnico junto a proponente.

Ou

2) contrato de trabalho firmado com profissional habilitado que será o responsável técnico, com firma/assinatura reconhecida de ambos os assinantes.

- 8.9.5. Licença ambiental de Operação da Usina de lavra e céu aberto e de beneficiamento de minerais, fornecida pelo órgão ambiental competente. A licença deverá ser apresentada no nome da Usina Fabricante e caso a mesma não pertença a Licitante, deverá ser apresentada **declaração** de disponibilidade para atendimento do objeto.**

- 8.10. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares e mediante solicitação do Pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, 4 (quatro) horas ou período superior definido pelo pregoeiro e informado via chat.**

- 8.10.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.**

- 8.11. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **04 (quatro) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.**

- 8.12. Na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no referido documento, deverão ter sido emitidos em até 90 (noventa) dias anteriores à data estabelecida para a data de abertura da licitação.**

- 8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.**



**8.14.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**8.15.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**8.16.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**8.17.** Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, que detenha a proposta mais vantajosa, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**8.17.1.** A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

**8.18.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.19.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**8.20.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## 9 – DOS RECURSOS

**9.1.** O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**9.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**9.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**9.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**9.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 5 (cinco) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.3.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 10 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**10.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

**10.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 11 – DA GARANTIA DO PRODUTO

**11.1.** Ao participar do certame, automaticamente a contratada concede garantia de estocagem por até 24 (vinte e quatro) meses para massa asfáltica ensacada, salvo se a garantia de fábrica for superior.



**11.2.** No ato da entrega a validade do antiaderente para pneus deverá ser de no mínimo 12 meses.

## **12 – DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Ata de Registro de Preço. O prazo de vigência da Ata é de 12 meses contados de sua assinatura.

**12.2.** O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, quando deverá comparecer no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, TEL: (42) 3630-0500 ou no mesmo prazo, assinar eletronicamente e devolver no e-mail juridico@surg.com.br.

**12.3.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**12.4.** A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido no presente Instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas no **item 12.9** deste Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração da Ata.

**12.5.** No ato da contratação/assinatura da Ata de Registro de Preços, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a ata em nome da empresa.

**12.6.** No ato de assinatura dos contratos, quando solicitado, deverá a licitante apresentar: **Certidões Negativas de Débito Federal, Municipal, CRF/FGTS e CNDT, sob pena de decair do direito à assinatura do contrato e sofrer as sanções cabíveis.**

**12.7.** Previamente à contratação, a critério da SURG, será realizada consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

**12.7.1.** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**12.8.** Caso a licitante vencedora não apresente situação regular de habilitação, no momento da assinatura do Contrato, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação constante na Ata de Sessão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**12.9.** Este Edital e seu(s) anexo(s) integrarão o termo firmado, independente de transcrição.

**12.10.** A desobediência no cumprimento do prazo de entrega (conforme **ANEXO I**) e demais requisitos mencionados neste Edital e seus Anexos, acarretará à contratada as sanções previstas no artigo 181 do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, bem como as seguintes:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, pela inexecução total da ata de registro de preços e/ou contrato ou recusa de sua assinatura;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor de cada item da proposta atualizada, por dia que exceder o prazo contratual para fornecimento do objeto ou prestação de serviço, até o limite de 10 dias de atraso. Após esse prazo será aplicada multa de 5% do remanescente, limitado a 10% do total do item da proposta atualizada, podendo ocorrer o cancelamento da ata de registro de preços ou a rescisão contratual;
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade;
- d) As multas mencionadas nos itens anteriores serão descontadas dos pagamentos a que a DETENTORA DA ATA/CONTRATADA tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso;
- e) As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes.

**12.11.** As multas mencionadas no **item 12.10** serão descontadas dos pagamentos a que a contratada tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso.

**12.11.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, sendo-lhes franqueada vista no processo.



**12.12. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 (doze) meses.**

**12.13.** Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo da Ata de Registro de Preços ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**12.14.** Existido saldo ao final da ata de registro de preços, poderá a Administração celebrar contratos para os objetos restante da Ata de Registro de Preço, desde que realizado dentro do prazo de vigência da ata, observando os quantitativos remanescentes, preço mais vantajoso para a SURG e demais condições fixadas na respectiva ata.

**12.14.1.** Havendo celebração de contrato entre as partes, este seguirá a minuta constante no **Anexo III**.

**12.14.** Aplica-se ao Sistema de Registro de Preços da SURG, as disposições contidas no Regulamento Interno de licitações, Contratos e Convênios da SURG, no Decreto Municipal n. 1447/2007 e na Lei Federal nº 13.303/2016.

**13 – DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**13.1.** Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes ou outro que venha a substituí-lo.

**13.2.** Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

**13.3.** A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação, Contrato ou Ata de Registro de Preços, conforme **item 13.4**.

**13.4.** Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata/Contrato, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura das propostas de preços;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

**13.4.1.** Faculta-se a juntada – no sistema eletrônico – de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

**13.4.2.** Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata/Contrato emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no **item 13.3**, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contratos para conferência.

**13.4.3.** Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contratos encaminhará o processo ao Departamento Jurídico para emissão de Parecer Jurídico.



**13.4.4.** Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

**13.5.** Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido

**13.6.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**13.7.** Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata/Contrato adotar as medidas necessárias à revisão da ata/ contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

**13.8.** Compete ao Gestor de Contratos, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

**13.9.** A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

**13.10.** A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

**13.11.** Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

## 14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

**14.1.** As entregas deverão ser realizadas na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, bairro Santana, em Guarapuava/PR, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação, sendo todas as despesas por responsabilidade da contratada, inclusive frete, carga e descarga, independentemente da quantidade solicitada.

**14.2.** A entrega do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade de utilização e conforme as solicitações do departamento de obras e técnico da SURG, mediante emissão de ordem de compras.

**14.3.** Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.

**14.4.** Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada, como também qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.

**14.5.** A SURG rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento efetuado em desacordo com os termos acordados no contrato. Caso sejam rejeitados os produtos, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo 5 (cinco) dias, por outros que atendam de forma satisfatória à contratação, sem ônus adicionais para a SURG

**14.6.** Efetivada a contratação, a contratada assegura garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses dos produtos estocados, tendo que substituir o que por ventura venha a apresentar defeitos ou imperfeições, sem ônus adicional à SURG.

### 14.7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- a. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega/execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.



b. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

## 15 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E A SURG

### 15.1. São obrigações da Contratante:

**15.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como neste contrato;

**15.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e neste contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**15.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**15.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**15.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**15.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 15.3. São obrigações da Contratada:

**15.3.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**15.3.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

**15.3.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**15.3.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;

**15.3.5.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste CONTRATO, o objeto em desacordo com o contratado.

**15.3.6.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**15.3.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**15.3.8.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**15.3.9.** Prestar garantia de no mínima de 03 (três) a contar da entrega.

**15.3.10.** Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;

**15.3.11.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência (**Anexo I**) ou na minuta de contrato;

**15.3.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;





**15.3.13.** Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**15.3.14.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## 16 – DO PAGAMENTO

**16.1.** O pagamento será realizado até o 15º dia útil do mês subsequente ao fornecimento, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

**16.1.1.** A nota fiscal e os demais documentos solicitados no ato da entrega dos produtos, conforme item 16.2. devem ser encaminhados ao Departamento de Compras da SURG, pelo e-mail [contratos.jorgete@surg.com.br](mailto:contratos.jorgete@surg.com.br), e atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

**16.1.2. É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Compras. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.**

**16.2.** A contratada deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

- a) Nota Fiscal Eletrônica, a qual deverá indicar a quantidade fornecida, o produto, o número da licitação e do contrato. **Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica:** Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ata/contrato.
- b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- e) Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio do fornecedor.

**16.3.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial ao Ministério do Trabalho.

**16.4.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial à Receita Federal do Brasil (RFB).

**16.5.** Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.

**16.6.** Os pagamentos dos fornecimentos efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.

**16.7.** A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

**16.8.** Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

**16.8.1.** Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constata a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**16.8.2.** Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.



**16.8.3.** Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**16.9.** Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

## **17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com este edital e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG que venha a prejudicar a empresa, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

**17.2.** Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas, garantida a prévia defesa, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

**17.2.1.** As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

**17.3.** São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- II - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela SURG;
- III - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- IV - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- V - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- VI - incorrer em inexecução contratual; e
- VII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;

**17.4.** A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

**17.4.1.** A aplicação de advertência importa na comunicação da mesma à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro de Fornecedores do Município, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

**17.4.2.** A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

**17.5.** A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.
- II - pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a presente licitação.
- III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total do contrato;
- IV - nos demais casos de atraso, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- V - no caso de inexecução parcial, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;
- VI - no caso de inexecução total, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;





**17.5.1.** Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia.

**17.5.2.** Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Publicação de Portaria no Diário Oficial do Município e comunicação formal ao Cadastro de Fornecedores do Município para fins de registro.

**17.5.3.** Não havendo concordância da contratada e a SURG acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente.

**17.5.4.** Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo.

**17.5.5.** O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis.

**17.5.6.** O valor da multa aplicada será:

- I - retido dos pagamentos devidos pela SURG;
- II - pago por meio de Guia de Recolhimento;
- III - descontado do valor da garantia prestada; ou
- IV - cobrado judicialmente.

**17.5.7.** A SURG poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

**17.6.** Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

**17.6.1.** A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

**17.6.2.** Se a sanção for aplicada no curso da vigência de um contrato, a SURG poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

**17.6.3.** A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

**17.7.** Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a SURG às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a SURG em virtude de atos ilícitos praticados.

**17.8.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no artigo 185 e seguintes do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

**17.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**17.10.** A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## 18 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**18.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**18.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [juridico@surg.com.br](mailto:juridico@surg.com.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, telefone (42) 3630-0500, Departamento de Licitações.



- 18.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.
- 18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 18.5. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico ou protocolados no endereço indicado no Edital.
- 18.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## 19 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 19.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) **"prática corrupta"**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
  - b) **"prática fraudulenta"**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
  - c) **"prática colusiva"**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
  - d) **"prática coercitiva"**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
  - e) **"prática obstrutiva"**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo.
- 19.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## 20 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO / CONTRATO

- 20.1. Em conformidade com a Portaria nº 01/2023, fica designada Gestora das contratações a Sra. Jorgete Lacerda.
- 20.2. Compete ao Gestor da ATA/Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação, conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, bem como:
- I - Zelar pela observância dos termos constantes do edital, termo de referência (**Anexo I**), projeto básico ou equivalente, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e serviços ou obras executadas, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;





- II - Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;
- III - Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual; verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços está sendo cumprida conforme contrato e sob a vigilância do fiscal;
- IV - Controlar, juntamente com o fiscal de contrato, o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação à unidade competente, e com antecedência mínima de 1 (um) mês do término contratual, apresentando para tanto as devidas justificativas;
- V - Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;
- VI - Comunicar e justificar formalmente à unidade responsável pelos contratos quando da necessidade de: alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades do órgão, em especial ao observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização ou insuficiência de prazo para concluí-lo; rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 3 (três) meses do término contratual, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;
- VII - Submeter à unidade competente, para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;
- VIII - Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços;
- IX - Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- X - Comunicar por escrito imediatamente à autoridade competente a ocorrência de atrasos e irregularidades na execução do ajuste;
- XI - Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade competente, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;
- XII - Coordenar pesquisas mercadológicas, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação e apoiar, sempre que solicitado, a unidade competente por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- XIII - Tomar as providências pertinentes para a elaboração dos Projetos Básicos ou Termos de Referência necessários, com a colaboração das unidades técnicas, atendendo aos prazos mínimos para a realização das licitações ou contratações pretendidas;
- XIV - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, até a assinatura do contrato, de maneira a evitar, inclusive, descontinuidades;
- XV - Auxiliar a Unidade de Licitação, no que tange a seus conhecimentos técnicos, nas respostas aos questionamentos, impugnações e recursos;
- XVI - Confrontar os preços e quantidades constantes do documento fiscal com os estabelecidos no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas estabelecidas;
- XVII - Verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais por parte da contratada;
- XVIII - Informar à Administração as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados;
- XIX - Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;

## 21 – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA/CONTRATO

2.1. Em conformidade com a Portaria nº 01/2023, fica designado Fiscal de Contrato o Sr. João Valdecir dos Santos.

21.2. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal do Contrato, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada:

- I - Receber o produto/serviço contratado, e verificar se atende às especificações contidas no contrato/licitação (qualidade, quantidade, marca, etc).



- II - Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, verificando se condiz com o objeto entregue/serviço prestado, bem como se atende aos dados contidos no contrato/licitação, promovendo as correções devidas;
- III - Atuar juntamente com o gestor, para o fim de controlar o saldo do contrato e o prazo de vigência, impedindo que sejam fornecidos produtos ou prestados serviços além da quantidade prevista no contrato ou na ordem de compras/serviços, bem como para que o fornecimento ou prestação do serviço não seja realizado fora do prazo de vigência do contrato ou da licitação;
- IV - Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, como, por exemplo, falhas, atrasos, interrupções, inconformidades, informando ao Gestor do Contrato aquelas ocorrências que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;
- V - Acompanhar e controlar as entregas e o estoque de materiais de reposição, bem como verificar o prazo de vigência do contrato ou da licitação, para evitar que fornecimentos e serviços contínuos sejam interrompidos;
- VI - Manter, sempre, relacionamento com a Contratada ou seu Preposto, representando a Administração e adotando todas as medidas junto a empresa com relação ao objeto do contrato;
- VII - Verificar a qualificação dos empregados da Contratada, em conformidade com o contido no edital, proposta ofertada e contrato assinado e manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e bom comportamento, bem como que atendam aos protocolos de segurança no trabalho, conforme exigências feitas no edital da licitação e no contrato;
- VIII - Quando se tratar de prestação de serviços com caminhões/maquinário locado, manter absoluto controle sobre os serviços (como por exemplo, controle das horas trabalhadas ou volume carregado), além disso, observar se o caminhão ou máquina colocados no serviço atendem às exigências feitas no edital da licitação e relacionados no contrato;
- IX - Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;
- X - Diante de uma irregularidade na execução contratual, o fiscal de contratos deve anotá-la e, não sendo de sua competência solucionar a pendência, deve solicitar aos seus superiores (gestor do contrato e diretores) as providências cabíveis;
- XI - Elaborar Relatório de Análise Técnica.

## 22 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.2.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SURG.
- 22.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.8.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.9.** É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 22.10.** Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

**22.11.** Os casos não previstos neste Edital serão decididos à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da SURG.

**22.12.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.surg.com.br](http://www.surg.com.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, Guarapuava - PR, nos dias úteis, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min, no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Guarapuava - PR, .... de ..... de 2023.

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DESCRIÇÃO DO OBJETO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023 - Processo Administrativo nº 05/2023**

**DO OBJETO:** Registro de preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme condições e exigências estabelecidas abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição dos produtos
1	10.000	SACAS	MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.
2	200	BOMBONAS	ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR, LÍQUIDO, EM FORMA DE FLUÍDO, DILUIÇÃO EM ÁGUA, MÍNIMO DE 1/6, BIODEGRADÁVEL, BAIXA TOXIDADE. EMBALAGEM EM BOMBONAS COM 50 LITROS.

1.1. Conforme disposto no art. 34 da Lei 13.303/2016, bem como no art. 18 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, o valor de referência é **SIGILOSO** e somente será divulgado após a fase de lances.

1.2. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre este termo de referência e o constante na plataforma do pregão eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Termo de Referência.

1.3. Deverá ser especificado na proposta a marca do produto ofertado.

1.4. A proposta deverá seguir o padrão estabelecido no Anexo IV.

**2. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS****2.1. Especificações para o Item 1 - MASSA ASFÁLTICA ENSACADA**

2.1.1. A massa Asfáltica ensada (recompositor de pista) deve ser usinado a quente a uma temperatura aproximada de 119 graus C, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, modificado por polímeros e processos de mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos).

2.1.2. O produto deve proporcionar a estocagem por até 24 meses, capaz de ser aplicado mesmo em buracos com água e em períodos de chuva, sem perda de coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação.

2.1.3. O produto deve estar devidamente embalado em sacas de 25 kg, devendo estarem intactas, sem rasgos e conter no mínimo as seguintes informações: a) Prazo de estocagem; b) Indicação do produto; c) Telefone ou e-mail para contato com o fabricante.



**2.2. Especificações para o Item 2 - ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR**

2.2.1. O produto deve ser biodegradável, atóxico, de origem natural e possuir características que impeçam a aderência da massa asfáltica aos pneus dos equipamentos durante a compactação, com objetivo de proteger e lubrificar os pneus de rolos compactadores pneumáticos e veículos, podendo ser utilizado em reservatórios dos equipamentos ou em espargidores portáteis.

2.2.2. O produto deve proporcionar a diluição de, no mínimo, seis partes de água para uma do produto.

2.2.3. É obrigatória a identificação da embalagem através de rótulo com os dados do fabricante, responsável técnico, composição do produto, informações de segurança, número de lote, datas de fabricação e validade.

2.2.4. O produto deve atender a todas as normas de segurança e normas impostas pela ABNT e demais órgãos fiscalizadores em todos os níveis de governo (Federal, Estadual, e Municipal).

**3. ENVIO DE AMOSTRAS**

3.1. A licitante vencedora deverá entregar AMOSTRA dos itens em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, feita via chat, para teste.

3.1.2. As amostras deverão ser entregue no almoxarifado da SURG localizado à Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85012-030, Guarapuava - PR.

3.1.3. Para o Item 1, a amostra deverá ser de, no mínimo, 05 (cinco) sacas do produto com as características exigidas neste Termo de Referência.

3.1.3. Para o Item 2, a amostra deverá ser de, no mínimo, 01 (uma) bombona do produto com as características exigidas neste Termo de Referência.

3.2. Para o Item 1, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, emitido no máximo há 12 (doze) meses, conforme as normas do DER/DNIT PR.

3.2.1. AS LICITANTES de outros estados não ficam impedidas de participar, apenas ficam obrigadas também a apresentar o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, CONFORME AS NORMAS DO DER/DNIT - PR.

3.3. Para o Item 2, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, a FICHA TÉCNICA e a FICHA DE SEGURANÇA, com as quais o fiscal irá avaliar a conformidade com o presente termo de referência e com a proposta apresentada pela contratada

3.4. As amostras serão analisadas pela comissão de análise de amostras formada pelos funcionários Maria de Fátima Werneck Lang e João Valdecir dos Santos, que verificará a conformidade com o solicitado pela SURG. Caso não esteja, de imediato procede-se a solicitação das amostras da segunda colocada, e assim por diante, respectivamente, sendo assegurado novo prazo de entrega - 5 (cinco) dias úteis - contando agora, da convocação formal.

3.5. O objeto será adjudicado à licitante, no caso de as amostras estarem de acordo com as especificações exigidas, ficando a licitante vencedora obrigada a fornecer somente o produto aprovado pela comissão de análise.

3.6. Fica vedada a apresentação de prospectos e/ou catálogos descritivos, em substituição às amostras.

3.7. As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente.



**ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2023**

SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Aos \_\_\_\_\_, na SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Estado do Paraná, situada na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, em Guarapuava - Paraná, CEP 85.070-165, o Diretor Administrativo **Sr. HALMUTH F. GOBA BRANDTNER**, e Diretor Técnico **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, combinado com a Lei Federal nº 10.520/02 e com Decreto Municipal nº 1.447/2007, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 04/2023** – Sistema de Registro de Preços, realizado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023, às XXh00min, devidamente homologado, **RESOLVE**, registrar preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme condições previstas no instrumento convocatório, o qual, juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar, estabelecida à Rua XXXXXX, bairro XXXX, CEP XXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXX, aqui representada por (sócio, procurador, etc.) XXXXXXXXX, inscrito no CPF nº XXXXXXXX, como segue:

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto desta ATA é o Registro de Preços da PROMITENTE, devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada, originária do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 04/2023, dos produtos abaixo descritos:

**ITENS**

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.2. As quantidades são estimativas para o período de validade desta ata, de acordo com a demanda, não se obrigando a SURG à aquisição total.

1.3. A SURG poderá, por meio do Departamento de Compras, adquirir o objeto da licitação de dois ou mais fornecedores que detenham preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do detentor e obedecendo a ordem de classificação das respectivas propostas.

1.4. A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, após a assinatura da ata.

1.5. O compromisso do fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Emissão da Ordem de Compras ou instrumento equivalente.

1.6. Cada fornecimento deverá ser prestado mediante solicitação por escrito, através da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento.

1.7. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Edital.



## 2. DO PREÇO

2.1. O valor global do objeto é de R\$ ( ).

2.2. Os valores a serem pagos à Detentora da Ata serão aqueles discriminados na proposta apresentada e que se sagrou vencedora do certame, conforme descrito no item 1 desta ata.

2.3. Os preços dos produtos /serviços são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta.

2.4. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transportes de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

## 3. CRITÉRIOS DE ENTREGA

3.1. As entregas deverão ser realizadas na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, bairro Santana, em Guarapuava/PR, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação, sendo todas as despesas por responsabilidade da contratada, inclusive frete, carga e descarga, independentemente da quantidade solicitada.

3.2. A entrega do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade de utilização e conforme as solicitações do departamento de obras e técnico da SURG, mediante emissão de ordem de compras.

3.3. Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.

3.4. Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada, como também qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.

3.5. A SURG rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento efetuado em desacordo com os termos acordados no contrato. Caso sejam rejeitados os produtos, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo 5 (cinco) dias, por outros que atendam de forma satisfatória à contratação, sem ônus adicionais para a SURG.

3.6. Efetivada a contratação, a contratada assegura garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses dos produtos estocados, tendo que substituir o que por ventura venha a apresentar defeitos ou imperfeições, sem ônus adicional à SURG.

### 3.7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

a. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega/execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

### 3.8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS

#### 3.8.1. Especificações para o Item 1 - MASSA ASFÁLTICA ENSACADA

3.8.1.1. A massa Asfáltica ensada (recompositor de pista) deve ser usinado a quente a uma temperatura aproximada de 119 graus C, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, modificado por polímeros e processos de mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos).

3.8.1.2. O produto deve proporcionar a estocagem por até 24 meses, capaz de ser aplicado mesmo em buracos com água e em períodos de chuva, sem perda de coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação.

3.8.1.3. O produto deve estar devidamente embalado em sacas de 25 kg, devendo estarem intactas, sem rasgos e conter no mínimo as seguintes informações: a) Prazo de estocagem; b) Indicação do produto; c) Telefone ou e-mail para contato com o fabricante.

#### 3.8.2. Especificações para o Item 2 - ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR

3.8.2.1. O produto deve ser biodegradável, atóxico, de origem natural e possuir características que





impeçam a aderência da massa asfáltica aos pneus dos equipamentos durante a compactação, com objetivo de proteger e lubrificar os pneus de rolos compactadores pneumáticos e veículos, podendo ser utilizado em reservatórios dos equipamentos ou em espargidores portáteis.

3.8.2.2. O produto deve proporcionar a diluição de, no mínimo, seis partes de água para uma do produto.

3.8.2.3. É obrigatória a identificação da embalagem através de rótulo com os dados do fabricante, responsável técnico, composição do produto, informações de segurança, número de lote, datas de fabricação e validade.

3.8.2.4. O produto deve atender a todas as normas de segurança e normas impostas pela ABNT e demais órgãos fiscalizadores em todos os níveis de governo (Federal, Estadual, e Municipal).

#### 4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

4.2. A existência de preços registrados não obriga a SURG a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

#### 5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

5.1. Fica nomeada como GESTORA desta ata **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeado o **Sr. João Valdecir dos Santos**, matrícula 150215, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

5.2. Compete ao **Gestor de Ata** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.

5.3. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal de Ata**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

#### 6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento / prestação de serviços correrão a conta de recursos próprios da SURG

#### 7. DOS PAGAMENTOS

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do mês subsequente ao do recebimento e ou fornecimento do produto, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

7.2. A Detentora da Ata deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

a) Nota Fiscal Eletrônica: Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica: Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ata/contrato.

b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;

c) Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF;



7.3. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

7.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

7.5. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.

7.6. Os pagamentos dos fornecimentos efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.

7.7. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

7.8. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

7.8.1. Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constata a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.8.2. Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.

7.8.3. Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.9. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA**

8.1. Deverá fornecer o objeto contratado com observância rigorosa das condições desta Ata, do Edital e seus Anexos, prestando os serviços / fornecimento de acordo com as especificações, dentro do prazo estipulado e nas quantidades definidas na Ordem de Fornecimento/Serviço, os quais serão solicitadas de acordo com a necessidade durante o período de validade desta ata.

8.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

8.3. Deverá refazer os trabalhos que eventualmente apresentem defeitos ou desconformidade de especificação, sem ônus para a SURG e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.4. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Detentora da Ata pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

8.5. São igualmente de inteira responsabilidade todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do contrato e sua execução, com inteira exclusão de qualquer responsabilidade da SURG, sendo vedado qualquer tipo de reembolso.

8.6. Por qualquer forma de inadimplência da licitante vencedora da garantia total dos serviços executados, sem prejuízo do previsto neste instrumento e das responsabilidades administrativas, civil e criminal, observando o competente processo e a ampla defesa.

8.7. Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.

8.8. Manter atualizados os dados do preposto\* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.





(\*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1 Exercer a fiscalização da Ata verificando se os orçamentos com a discriminação dos serviços/produtos e a relação de peças a serem substituídas estão de acordo com o solicitado.

9.2 Notificar a Detentora da Ata por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto fornecido, fixando prazo para a sua correção.

9.3. Efetuar os pagamentos pactuados na Ata de Registro de Preços.

## 10. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

10.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

10.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

10.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

10.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

10.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

10.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico



## 11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pela SURG, quando:

I – a detentora descumprir as condições de ata de registro de preços;

II – a detentora não retirar a Ordem de Fornecimento/Serviço ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III – a detentora der causa ao cancelamento da ata de registro de preços;

IV – em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;

V – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto a sua atualização;

VI – por razões de interesse público devidamente fundamentado.

11.1.2. Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I – os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto a sua atualização;

II – comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

III – houver o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Boletim Oficial do Município juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado na SURG.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nesta ata, no caso de interrupção dos serviços.

11.4. Cancelada a ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada àquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela SURG, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Boletim Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

## 12. DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços registrados na Ata serão publicados, no Boletim Oficial do Município e anexado no site da SURG.

## 13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis.

13.2. Nas hipóteses previstas nos arts. 144 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, poderá ser revisto o valor registrado ou contratado, para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, em conformidade com o contido no **Anexo II**.

13.3. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

13.4. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.





13.5. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços, conforme item abaixo.

13.6. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura da sessão pública de proposta de preços;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

13.7. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência.

13.8. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico.

13.9. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

13.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatare:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

13.11. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.12. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata adotar as medidas necessárias à revisão da ata, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.13. Compete ao Gestor da ata de registro de preços, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

13.14. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços."



13.15. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

13.16. É vedado à licitante contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital de licitação.

13.17. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Integram esta Ata, a proposta de preços da detentora.

14.2. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, como o único competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guarapuava - PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo

**SANDRO ALEX RUSSO VALERA**  
Diretor Técnico

**CONTRATADA**  
Representante Legal

**JORGETE LACERDA**  
Testemunha / Gestora da Ata

**JOÃO VALDECIR DOS SANTOS**  
Testemunha / Fiscal da ata



**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO****MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2023****CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE  
URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG E A  
EMPRESA .....**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado a **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**, com sede na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, na cidade de Guarapuava, estado do Paraná, CEP 85.012-030 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.646.273/0001-07, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER** brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 057.836.209-04, e o seu diretor Técnico, **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 881.700.209-72, ambos com domicílio profissional no mesmo endereço indicado da SURG.

E de outro lado, a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede a Rua ....., nº ....., Bairro ....., CEP ....., (cidade, estado)....., neste ato representada pelo Sr. ...., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, vêm firmar o presente Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preço nº .../2023**, nos termos da Lei nº federal 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, bem como, o processo realizado na forma de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023**, por Sistema de Registro de Preços, que fazem parte integrante deste instrumento, como se nele estivessem transcritos, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme especificações e quantitativos descritos no subitem 1.4 deste contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Conforme permissivo legal, insculpido no artigo 139, parte final do §2º do RILCC da SURG, as partes convencionam que a Contratante, no decorrer da vigência contratual, poderá exceder os limites de supressão dos objetos estabelecidos no §1º, do referido RILCC.

1.4. Discriminação do objeto:



Lote	Item	Quant	Unid	Descrição do material	Valor Unitário	Valor Total
						VALOR TOTAL R\$ .....

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de ....., com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 133 e 136, ambos do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da SURG.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas com recursos próprios da SURG.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado 15 (quinze) dias úteis do mês subsequente do recebimento da nota fiscal eletrônica, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

5.2. A nota fiscal deve ser encaminhada ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail [contratos.jorgete@surg.com.br](mailto:contratos.jorgete@surg.com.br), devendo ainda atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

**5.3. É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Compras. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.**

5.4. A Contratada deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos serviços/produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

- Nota Fiscal Eletrônica: Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica:** Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do empenho (contendo as informações: dados bancários, nº do empenho);
- Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;**
- Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF;**
- Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede do fornecedor.**
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho);**

**OBS:** Tais cópias deverão corresponder ao mês de competência imediatamente anterior ao da prestação dos serviços. Quando se tratar do último mês (encerramento do Contrato), as cópias deverão ser do mês da execução dos serviços.

5.5. Na nota fiscal deverá constar a discriminação, unidade de referência e o valor unitário e global dos produtos;

5.6. Juntamente com a nota fiscal deverá ser apresentado Termo de Recebimento dos produtos pelo gestor do contrato/ata da SURG;

5.7. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder a entrega dos mesmos ao setor financeiro para posterior autorização de pagamento.

5.8. Os pagamentos dos serviços prestados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor financeiro da SURG.



5.9. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos produtos entregues, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

5.10. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor ou o fiscal, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 3 (três) dias úteis e:

- a) Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constata a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- b) Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.
- c) Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.11. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

5.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

5.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Após o interregno de um ano, mediante requerimento prévio da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice que menor percentual represente à época de sua concessão, acarretando a menor onerosidade possível à SURG, de acordo com o que determina o princípio da economicidade, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.9. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

6.10. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da SURG ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

6.11. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:





- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas neste contrato, no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços.

6.12. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da publicação deste contrato;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

6.13. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.14. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico

6.15. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

6.16. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes da assinatura do contrato;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

6.17. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

6.18. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a SURG, deverá o Gestor do Contrato adotar as medidas necessárias à revisão do contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro

6.19. Compete ao Gestor do contrato, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

6.20. A Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste contrato.

6.21. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

6.22. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor contratado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços contratados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de rescisão do contrato



## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. As entregas deverão ser realizadas na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, bairro Santana, em Guarapuava/PR, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação, sendo todas as despesas por responsabilidade da contratada, inclusive frete, carga e descarga, independentemente da quantidade solicitada.

8.2. A entrega do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade de utilização e conforme as solicitações do departamento de obras e técnico da SURG, mediante emissão de ordem de compras.

8.3. Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.

8.4. Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada, como também qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.

8.5. A SURG rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento efetuado em desacordo com os termos acordados no contrato. Caso sejam rejeitados os produtos, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo 5 (cinco) dias, por outros que atendam de forma satisfatória à contratação, sem ônus adicionais para a SURG.

8.6. Efetivada a contratação, a contratada assegura garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses dos produtos estocados, tendo que substituir o que por ventura venha a apresentar defeitos ou imperfeições, sem ônus adicional à SURG.

## **8.7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

a. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega/execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

## **8.8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS**

### **8.8.1. Especificações para o Item 1 - MASSA ASFÁLTICA ENSACADA**

8.8.1.1. A massa Asfáltica ensada (recompositor de pista) deve ser usinado a quente a uma temperatura aproximada de 119 graus C, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, modificado por polímeros e processos de mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos).

8.8.1.2. O produto deve proporcionar a estocagem por até 24 meses, capaz de ser aplicado mesmo em buracos com água e em períodos de chuva, sem perda de coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação.

8.8.1.3. O produto deve estar devidamente embalado em sacas de 25 kg, devendo estarem intactas, sem rasgos e conter no mínimo as seguintes informações: a) Prazo de estocagem; b) Indicação do produto; c) Telefone ou e-mail para contato com o fabricante.

### **8.8.2. Especificações para o Item 2 - ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR**

8.8.2.1. O produto deve ser biodegradável, atóxico, de origem natural e possuir características que impeçam a aderência da massa asfáltica aos pneus dos equipamentos durante a compactação, com objetivo de proteger e lubrificar os pneus de rolos compactadores pneumáticos e veículos, podendo ser utilizado em reservatórios dos equipamentos ou em espargidores portáteis.

8.8.2.2. O produto deve proporcionar a diluição de, no mínimo, seis partes de água para uma do produto.

8.8.2.3. É obrigatória a identificação da embalagem através de rótulo com os dados do fabricante, responsável técnico, composição do produto, informações de segurança, número de lote, datas de fabricação e validade.



8.8.2.4. O produto deve atender a todas as normas de segurança e normas impostas pela ABNT e demais órgãos fiscalizadores em todos os níveis de governo (Federal, Estadual, e Municipal).

## 9. CLAÚSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 166, § 2º e artigos seguintes do RILCC, será designado representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da SURG ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Tema nº 246/STF.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Fica nomeada como GESTORA deste contrato a **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeado o **Sr. João Valdecir dos Santos**, matrícula 150215, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

9.5. Compete ao **Gestor de Contrato** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.

9.6. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal do Contrato**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

## 10. CLAÚSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

### 10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como neste contrato;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e neste contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 10.3. São obrigações da Contratada:

10.3.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.3.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.



10.3.3. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Contratada pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

10.3.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato;

10.3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.3.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3.9. Manter atualizados os dados do preposto\* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(\*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).

10.3.10. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

10.3.11. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

11.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

11.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.



11.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

11.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

11.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SURG;
- III - judicialmente, nos termos da legislação.
- IV - devido o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

12.2. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.3. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o subitem anterior<sup>o</sup> será de 90 (noventa) dias.

12.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

12.5. A rescisão por ato unilateral da SURG acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no RILCC da SURG:

- I - assunção imediata do objeto contratado, pela SURG, no estado e local em que se encontrar;
- II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela SURG;
- III - na hipótese de insuficiência ou ausência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à SURG.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 173 do RILCC da SURG.

12.7. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 12.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3 Indenizações e multa

12.8. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações extraordinárias, conforme art. 137 do RILCC da SURG, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a - omissão ou atraso de providências a cargo da SURG;
- b - atraso nos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.



12.8.1. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o prazo ou cronograma de execução poderá ser prorrogado por período necessário a execução total do objeto.

12.8.2. Uma vez prorrogados os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega na forma deste artigo, o prazo de vigência contratual será prorrogado na mesma medida.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos no RILCC da SURG.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 139 e seguintes do RILCC da SURG.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no RILCC da SURG, na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Boletim Oficial do Município, no prazo previsto no RILCC da SURG.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. É eleito o Foro da comarca de Guarapuava para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme RILCC da SURG.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Guarapuava, ..... de..... de 2023

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo

**SANDRO ALEX RUSSO VALERA**  
Diretor Técnico

**NOME DA EMPRESA**  
CONTRATADA  
**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL**  
Representante Legal

**JORGETE LACERDA**  
Testemunha/Gestora do contrato

**JOÃO VALDECIR DOS SANTOS**  
Testemunha/Fiscal do Contrato

**DEPARTAMENTO JURÍDICO SURG****PREGÃO ELETRÔNICO nº 04/2023****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023****INTERESSADO: Departamento de Licitação / departamento Técnico**

**OBJETO:** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto,

**PARECER nº 12/2023**

Vem para este Departamento Jurídico, para análise jurídica final, em conformidade com a alínea "g", § único do art. 15 e art. 24, ambos Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, os autos de processo de licitação em epígrafe, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, pelo sistema de registro de preços, visando o registro de preços para: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme condições descritas no termo de referência, anexo I do Edital.

O valor total máximo admitido para este Pregão Eletrônico é de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), conforme consta do item 6, do termo de referência – fls. 06 e 45, das requisições preliminares nº 94 e 99, respectivamente. O valor máximo estimado do contrato corre sob sigilo, nos moldes previsto no art. 18, do Regulamento Interno da SURG.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos: (i) Requisição Preliminar, do Departamento Técnico – fls. 03 e 45; (ii) Termo de Referência (fls. 04-08 e 44-47); (iii) pesquisas de preços / cotação, com os respectivos orçamentos (fls. 09-20 e 48-64); (iv) indicação de previsão de recursos próprios para aquisição (fls. 21 e 66); (v) Portaria de designação do pregoeiro e equipe de apoio (Fls. 90); (vi) Portaria designando o gestor e fiscal de contrato (fls. 92); (vii) minuta de Edital e anexos (fls. 93-132).

Em síntese é o relatório.





## II. FUNDAMENTAÇÃO

### 1. Preliminar

A manifestação produzida pela assessoria jurídica, na forma estatuída pela alínea “g”, § único do art. 15 e art. 24, ambos Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, é obrigatória, mas não vinculativa para o gestor da entidade estatal, que pode dela discordar, desde que apresente as razões de fato e de direito que lhes dê sustentação.

Ressalte-se que não há como se produzir orientação jurídica condicionada ao seu cumprimento quando tal orientação não é vinculativa, ou seja, quando seu cumprimento não é impositivo.

Pode a assessoria jurídica, visando dar cumprimento ao princípio da celeridade processual e, assim, evitar que o processo licitatório ou da contratação direta, contendo as respectivas minutas, retorne para nova análise a partir da orientação jurídica exarada, proceder a exame e aprovação desses instrumentos com ressalvas, devidamente fundamentadas. O gestor público pode acolhê-las ou não, motivando a decisão neste último caso. Se acolhidas, elas passam a integrar a própria motivação do gestor. Aprovar minuta com ressalvas não significa produzi-la para a Administração.

A assessoria jurídica compete examiná-la na integralidade e aprová-la, se condizente com as normas de regência. Se ressalvas forem feitas, cumpre à assessoria jurídica motivá-las, apresentando, inclusive, proposta de redação para alguns de seus dispositivos ou cláusulas, conforme a norma de regência aplicável, cuidando-se para que a proposição não adentre no campo da oportunidade e conveniência do gestor.

### 2. Da modalidade de licitação

O pregão trata-se de uma modalidade de licitação pública, instituída através da Lei nº 10.520/2002, que, em seu art. 1º, dispõe que essa modalidade constitui uma faculdade posta à escolha do administrador público para a aquisição de bens e serviços comuns. No Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, referida modalidade encontra-se regulamentada nos arts. 21, 33 e 65.

Segundo HELY LOPES MEIRELLES, “bens e serviços comuns são aqueles com padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente pelo edital de licitação, através de especificações usuais no mercado. Geralmente, são bens e serviços fornecidos por um grande número de empresas e facilmente comparáveis entre si. Neste caso, é fácil identificar o menor preço, único critério de julgamento no pregão.”<sup>2</sup>

Alinda, o art. 99 e 101 e seguintes, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.

<sup>1</sup> “Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.”

<sup>2</sup> MEIRELLES, Helv Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, P. 228.



em 31/01/2019, dispõem que a SURG poderá conjugar a adoção da modalidade de pregão, com a utilização do Sistema de Registro de Preços.

Para HELY LOPES MEIRELLES, registro de preços é o *"sistema de compras pelo qual os interessados em fornecer materiais, equipamentos ou serviços ao poder público concordam em manter os valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período e fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo previamente estabelecido. No entanto, é importante ressaltar que a Administração Pública não é obrigada a contratar quaisquer dos itens registrados. Essa é uma característica peculiar do SRP."*<sup>3</sup>

Assim, considerando que a contratação de empresa especializada para confecção de uniformes para os funcionários da SURG, através do Sistema de Registro de Preços, é, *a priori*, facilmente classificada como bem/serviço "comum", correta a opção pelo pregão presencial para a realização do certame licitatório.

### **3. Do tipo de licitação**

A Lei nº 10.520/2002 que, como visto, trata da licitação na modalidade de pregão, estabelece, em seu art. 4º, X, que para o *"julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço"*, ou seja, a lei claramente determina que nessa modalidade de certame deve-se necessariamente utilizar-se o tipo de licitação de menor preço, previsto no art.65, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019.

E, segundo o dispositivo da Lei de Licitações supra mencionado, esse tipo de licitação ocorre *para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital*.

Portanto, correta a utilização do tipo menor preço no procedimento licitatório sob análise.

### **4. Do regime de execução da licitação / forma de fornecimento**

Além da modalidade e tipo de licitação, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, determina que o Administrador deve prever o regime de execução da licitação, ou seja, deve determinar se a licitação será por item ou lote global<sup>4</sup>, quando a proposta dos licitantes deve englobar toda a execução do objeto.

Nesse aspecto, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula 247 que preconiza:

<sup>3</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2006.

<sup>4</sup> Art. 22. Nas contratações da SURG poderá ser utilizado um dos seguintes regimes de execução:

- I - empreitada por preço unitário;
- II - empreitada por preço global;
- III - contratação por tarefa;
- IV - empreitada integral;
- V - contratação semi-integrada;
- VI - contratação integrada.



*"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade".*

Deste modo, a regra é que as licitações sejam por item, a fim de preservar a competitividade e fomentar a livre iniciativa, previstos, respectivamente, no art. 2º Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019 e art. 1º, IV da Constituição. Ocorre, porém, que se esse procedimento causar prejuízo para o conjunto ou complexo da licitação (questões técnicas) ou para a economia de escala (questões econômicas) e, desde que devida e amplamente justificado, é perfeitamente possível o agrupamento em lotes, desde que não comprometa a competitividade.

Nesse sentido, o Acórdão 2407/2006, do Plenário do TCU:

*"59. Como é sabido, a regra do fracionamento da contratação deve ser aplicada nas hipóteses em que isso for possível e representar vantagem para a Administração. Essa medida visa a ampliar a competitividade, sob o pressuposto de que a redução do porte das aquisições ampliaria o universo de possíveis interessados na disputa.*

*60. Essa regra, contudo, poderá ser mitigada em face de limites de ordem técnica, ou seja, o fracionamento em lotes deverá respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado.*

*61. Além disso, o fracionamento da contratação poderá também esbarrar em impedimentos de ordem econômica, os quais se relacionam com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Logo, nas situações em que pode ocorrer o aumento dos custos para o Poder Público, não caberá falar em fracionamento, uma vez que a sua finalidade é a redução das despesas administrativas."*

Assim, considerando que o objeto da licitação é a aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e a aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, através do Sistema de Registro de Preços, a opção pela forma de fornecimento por item está de acordo com o teor da Súmula 247 do TCU.

## **5. Fase preparatória ou interna**

Preliminarmente, registre-se que a presente análise limita-se à verificação da regularidade da licitação quanto aos procedimentos da fase interna.

O legislador dividiu o pregão em duas fases: a interna, ou preparatória, na qual se desenvolvem os atos iniciais e que serão objeto do presente Parecer; e a externa, iniciada pela divulgação do ato convocatório, seguida do julgamento e terminada com a assinatura do contrato.

A fase preparatória ou interna do pregão abrange os elementos preparatórios do certame, desde justificativa do setor solicitante, definição do objeto, pesquisa de mercado, definição das exigências, critérios de aceitação, sanções por inadimplemento, cláusulas e minuta contratual e demais fases do procedimento propriamente dito, nos termos do art. 14 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019.



**5.1. Justificativa do setor solicitante e autorização para abertura de procedimento licitatório**

A presente licitação tem origem nas Requisições Preliminares nº 94/2022 e 99/2022, ambas emitidas pelo Departamento Técnico da SURG, obedecendo integralmente ao Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 1.168/2006 e 1.447/2007, cuja justificativa para a aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e a aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, bem como a autorização para a abertura de processo para esse fim constam do Termo de Referência.

**5.2. Definição do objeto**

Os objetos, inclusive com as especificações técnicas, constam descritas no Termo de Referência de fls. 04 a 08 e 44 a 47, bem como no Anexo 01 da minuta de Edital.

**5.3. Pesquisa de mercado / orçamento**

Conforme determina o inciso III, do art. 3º, da Lei nº 10.520/2002, bem o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, consta do Termo de Referência os valores referenciais de mercado obtidos através da pesquisa de preços com potenciais fornecedores.

**5.4. Recursos Financeiros**

Consta às fls. 21 e 66 a previsão de recursos financeiros próprios para futuras aquisições que se façam necessárias, devidamente assinada pela contadora responsável da SURG.

**5.5. Designação do pregoeiro e equipe de apoio**

Consta dos autos do procedimento licitatório a indicação do pregoeiro e da respectiva equipe de apoio – fls.90 (Portaria nº 90/2022).

**5.6. Demais exigências do Termo de Referência**

Além dos itens acima analisados (objeto, especificações técnicas, justificativa/motivação, autorização para abertura do procedimento licitatório e valores referenciais de mercado), o Termo de Referência prevê prazo, local e condições de entrega; prazos e condições de garantia; responsável pelo recebimento, telefone e e-mail; condições e prazos de pagamento; obrigações do contratante e do contratado; qualificações técnicas de quem se pretende contratar; resultados esperados com a contratação; e cotação de preços, cumprindo as exigências contidas no art. 37, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, inclusive com a indicação do fiscal e do gestor do contrato.

**6. Da minuta do Edital**

O edital de licitação no Sistema de Registro de Preços observará o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com



as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016 e a Lei 10.520/2002, contemplando, ainda, o prazo de validade do registro de preço, a realização periódica de pesquisa de mercado.

E ainda, em conformidade com o art. 37, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016 e do art. 4º, III<sup>5</sup>, da Lei nº 10.520/2002, o preâmbulo do Edital contém o número de ordem em série anual, o nome do setor interessado, a modalidade e o tipo de licitação, a menção de que a licitação será regida pelo referido Regulamento Interno da SURG e referidas leis federais e pelos Decretos Municipais vigentes e aplicáveis ao caso e, ainda, local, dia e hora para recebimento das propostas e sessão de disputa de preços.

Além disso, em cumprimento às demais exigências legais, previstas nos dispositivos acima referidos, o Edital contempla as cláusulas essenciais para garantir eventual futura contratação.

Constituem anexos do edital sob análise: especificações do objeto; termo de credenciamento; habilitação prévia; declarações; proposta comercial e minuta da Ata de Registro de Preços e do contrato.

#### **6.1. Das exigências de habilitação previstas no Edital**

As exigências editalícias quanto aos documentos relativos à habilitação são compatíveis com o objeto licitado, bem como com a previsão do art. 42 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

#### **7. Da minuta da Ata de Registro de Preços e do Contrato**

A minuta da Ata de Registro de Preços e do contrato, contém todas as cláusulas necessárias para a sua regularidade, tais como o registro dos preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas, nos termos do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG. Prevê ainda, a maioria das cláusulas necessárias ao eventual futuro contrato, conforme disposto no art. 131 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, bem como os elementos do Termo de Referência que devem ser nele replicados.

#### **8. Da Lei Complementar nº 123/2006**

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o Edital prevê a possibilidade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, com os benefícios à elas inerentes.

5

“Art. 4º - (...)”

III - do edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso;”

### III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, presentes os requisitos exigidos na legislação vigente, manifesta-se esta assessora pela regularidade do Edital de Pregão Presencial nº 04/2023 – Processo Administrativo nº: 05/2023, estando o mesmo em condições de seguir o procedimento de estilo.

Ainda, nos termos do art. 60, inc. I, combinado com o art. 61, inc. I, alínea “a” do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, o aviso contendo o resumo do Edital deverá ser publicado, no mínimo uma vez, tanto no Boletim Oficial do Município e por meio eletrônico, no Site Oficial da SURG, na Internet, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data de recebimento das propostas.

É o parecer.

Guarapuava, 22 de fevereiro de 2023.



**SAMIRA KARAM SEMAAN**  
**ASSESSORA JURÍDICA**



### TERMO DE APROVAÇÃO

Nos termos Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e **desde que observadas eventuais ressalvas constantes no Parecer Jurídico nº 12/2023**, de autoria da assessora jurídica, Samira Karam seaman, **AUTORIZO** a realização do procedimento licitatório nº04/2023, dos processo administrativo de licitação nº 05/2023, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, pelo sistema de registro de preços, visando o registro de preços para: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme condições descritas no termo de referência, anexo I do Edital.

Guarapuava, 23 de fevereiro de 2023.

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
AMPLA CONCORRÊNCIA**

A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG, doravante denominada abreviadamente SURG, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria Nº 19/2022, publicado no Boletim Oficial do Município de Guarapuava, Paraná, edição nº 2521 de 15 de dezembro de 2022, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que está aberta a licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com as Requisições Preliminares nº 94/2022 e 99/2022, emitida pelo Departamento Técnico e com as especificações conforme o ANEXO I deste Edital.

Esta licitação será regida pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019 e nº 1.447/2007, e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o art. 178 da Lei 14.133/2021, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e está subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (Descrição do Objeto)
- ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO
- ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

09 de março de 2023 às 08h30min

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**UASG: 929391** – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**CREDENCIAMENTO, RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**  
Disponível até o horário da abertura da sessão, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**ACESSO ÀS INFORMAÇÕES:** Pelo site [www.surg.com.br/surg/licitacoes](http://www.surg.com.br/surg/licitacoes), na sede da SURG à rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, em Guarapuava – Paraná. Pelo telefone: (042) 3630-0500. No Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**Pregoeiro:** Paulo Cezar Tracz ou Leiliane Ap. Santos Gaspar



## 1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para, conforme especificações constantes neste edital e no seu **Anexo I**, a saber:

(i) **aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente**, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e

(ii) **aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto**.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.1.2. A existência de preços registrados em ata não obriga a SURG a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado (detentor da ata) preferência em igualdade de condições, conforme preconiza o §3º, do art.66, da Lei nº 13.303/2016, combinado com o art. 110, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG;

1.1.3. A SURG não se obriga a adquirir, dentro do prazo de vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados nos contratos que venham a ser firmados (oriundos da(s) ata(s) de registro de preço), tendo em vista que referida aquisição se dará de acordo com a sua oportunidade e conveniência.

## 2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão a conta de recursos financeiros próprios da SURG.

## 3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## 4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a empresas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.



**4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:**

**4.2.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.2.2.** Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

**4.2.2.1.** Empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem possuir capacidade econômica e comprovem que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

**4.2.3.** Que estejam reunidas em consórcio;

**4.2.3.1.** Veda-se a participação de empresas reunidas em consórcio por se tratar o objeto deste pregão um produto/serviço simples e comum.

**4.3.** Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 13, do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

**4.4.** Como condição para participação no Pregão, a entidade licitante deverá declarar:

**4.4.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, somente no caso de se tratar de entidade de menor porte.

**4.4.1.1** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

**4.4.1.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**4.5.** Independente do porte da entidade, deverá assinalar, "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**4.5.1.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

**4.5.2.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**4.5.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**4.5.4.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.5.5.** Que a proposta foi elaborada de forma independente.

**4.5.6.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.5.7.** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**5 – DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Todos os participantes deverão encaminhar a proposta e os documentos de habilitação – item 8 – exclusivamente via sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos.

**5.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**5.3.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e documentos apresentados.

5.6. O licitante deverá também enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor unitário e total do item;

5.6.2. Marca;

5.6.3. Fabricante;

5.6.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - ANEXO I: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.7. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, embalagens, transporte até destino designado pelo fiscal do contrato, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto, conforme o caso.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. NO CASO DE ALGUMA INCONSISTÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE O ANEXO I E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, **DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO ANEXO I.**

5.10. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

## **6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **2,00% (dois por cento)**.

6.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

6.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.



6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.13. Será adotado para o envio de lances neste pregão o **modo de disputa aberto**;

6.13.1 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos.

6.13.2 Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática de que trata o item 6.13.2 ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.13.4 Na hipótese de não haver lances 6.13.1 e 6.13.2 a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.13.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, nos termos do disposto no item 6.12.

6.16. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 6 de outubro de 2015.

6.17. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

6.21. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

6.22. Após a etapa de lances, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## 7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

7.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.2.2. A licitante que apresentar proposta com valor global inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (i) média aritmética dos valores das propostas das licitantes que participaram da fase de lance do certame superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou, (ii) valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista, deverá comprovar, juntamente com a proposta reajustada, que seu preço é, em realidade, praticável dentro de suas condições empresariais e administrativas, diante dos preços médios de mercado.

7.3. Após a análise da proposta quanto sua exequibilidade, o Pregoeiro realizará negociação por meio do sistema eletrônico com o licitante que apresentou o lance mais vantajoso, a fim de obter melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.3.1. A negociação poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.4. Encerrada essa etapa, o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação de anexo feita via sistema**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e/ou proposta negociada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.4.1. Dentre os demais documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos e/ou folhetos.

7.4.2. A proposta final (ajustada) do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, podendo ser prorrogado a critério do Pregoeiro, e deverá:

7.4.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

7.4.2.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.4.2.3. Deverá conter todas as informações exigidas nos **ANEXOS I e IV** do Edital.

7.4.3. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente **amostra**, sob pena de não aceitação da proposta, conforme as orientações presentes no Termo de Referência.

7.5.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.5.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.5.3. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade descritos no Termo de Referência.



**7.5.4.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.5.5.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**7.5.6.** As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente.

**7.5.7.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**7.6.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**7.7.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

## 8 – DA HABILITAÇÃO

**8.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente **quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1** SICAF;

**8.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**8.1.3** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**8.1.4** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

**8.1.5** Lista de Inidôneos, mantida pelo Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

**8.3.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Toda a documentação para fins de habilitação deverá ser anexada ao sistema até a data e horário previstos para início da sessão, conforme item 8.6 deste edital, de modo que somente será verificada pelo pregoeiro a documentação daqueles licitantes declarados detentores de melhor oferta após a fase de disputa por lances.

**8.4.1.** Quando não enviado a documentação pela licitante no sistema do Comprasnet o Pregoeiro poderá (a seu critério) consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

**8.4.1.1.** Também poderão ser consultados os sites oficiais emissores de certidões quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF ou as enviadas via sistema comprasnet.

**8.4.1.2.** Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do site oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 04 (quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**8.5.** Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista e qualificação econômico financeira e técnica nas condições seguintes:



## **8.6. Habilitação jurídica**

- 8.6.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoeempreendedor.gov.br](http://www.portaldoeempreendedor.gov.br);
- 8.6.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.6.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.6.5.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.6.6.** Alvará de localização e funcionamento da empresa participante, fornecido pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, com descrição da atividade compatível e específico com o objeto licitado.
- 8.6.7.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

## **8.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- 8.7.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- 8.7.2.** Prova de regularidade com relação aos Tributos Federais e para com a Dívida Ativa da União;
- 8.7.3.** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;
- 8.7.4.** Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;
- 8.7.5.** Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS).
- 8.7.6.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

## **8.8. Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.8.1.** Certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante em data não superior a 120 (cento e vinte) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

## **8.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA SOMENTE PARA O ITEM 01 - MASSA ASFÁLTICA ENSACADA**

- 8.9.1.** Declaração ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o(s) item(ns) cotados desta licitação. **Obs. Esta declaração deverá conter CNPJ da empresa declarante e assinatura reconhecida/ salvo se for órgão público.**
- 8.9.2.** Comprovante de registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da empresa **FABRICANTE do produto** da região a que estiver vinculada. A comprovação deverá ser através de certidão de registro emitido pelo CREA, devendo estar no prazo de validade.
- 8.9.3.** Comprovante de registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, de seu responsável técnico.
- 8.9.4.** Deverá comprovar o vínculo com esse profissional (descrito no item 8.9.5) registrado no CREA através de:
- 1) Cópia do registro de empregado do profissional técnico junto a proponente.
  - Ou
  - 2) contrato de trabalho firmado com profissional habilitado que será o responsável técnico, com firma/assinatura reconhecida de ambos os assinantes.

- 8.9.5.** Licença ambiental de Operação da Usina de lavra e céu aberto e de beneficiamento de minerais, fornecida pelo órgão ambiental competente. A licença deverá ser apresentada no nome da Usina Fabricante e caso a mesma não pertença a Licitante, deverá ser apresentada **declaração** de disponibilidade para atendimento do objeto.



**8.10.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares e mediante solicitação do Pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, 4 (quatro) horas ou período superior definido pelo pregoeiro e informado via chat.

**8.10.1.** O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**8.11.** Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **04 (quatro) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**8.12.** Na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no referido documento, deverão ter sido emitidos em até 90 (noventa) dias anteriores à data estabelecida para a data de abertura da licitação.

**8.13.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.14.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**8.15.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**8.16.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**8.17.** Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, que detenha a proposta mais vantajosa, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**8.17.1.** A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

**8.18.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.19.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**8.20.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## 9 – DOS RECURSOS

**9.1.** O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**9.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**9.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**9.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**9.2.3.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 5 (cinco) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 10 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 11 – DA GARANTIA DO PRODUTO

11.1. Ao participar do certame, automaticamente a contratada concede garantia de estocagem por até 24 (vinte e quatro) meses para massa asfáltica ensacada, salvo se a garantia de fábrica for superior.

11.2. No ato da entrega, a validade do antiaderente para pneus deverá ser de no mínimo 12 meses.

## 12 – DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Ata de Registro de Preço. O prazo de vigência da Ata é de 12 meses contados de sua assinatura.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, quando deverá comparecer no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, n. 63 - Triangulo - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, TEL: (42) 3630-0500 ou no mesmo prazo, assinar eletronicamente e devolver no e-mail [juridico@surg.com.br](mailto:juridico@surg.com.br).

12.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4. A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido no presente Instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas no **item 12.9** deste Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração da Ata.

12.5. No ato da contratação/assinatura da Ata de Registro de Preços, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar, a saber: (i) documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a ata em nome da empresa, se for o caso; e, (ii) Planilha de composição do novo preço (preço reajustado), com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa, juntamente com a cópia dos orçamentos e ou notas fiscais de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual e futura solicitação de revisão/reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

12.6. **No ato de assinatura dos contratos, quando solicitado, deverá a licitante apresentar: Certidões Negativas de Débitos Federais, CRF/FGTS e CNDT, sob pena de decair do direito à assinatura do contrato e sofrer as sanções cabíveis.**

12.7. Previamente à contratação, a critério da SURG, será realizada consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

12.7.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.8. Caso a licitante vencedora não apresente situação regular de habilitação, no momento da assinatura do Contrato, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação constante na Ata de Sessão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.9. Este Edital e seu(s) anexo(s) integrarão o termo firmado, independente de transcrição.

12.10. A desobediência no cumprimento do prazo de entrega (conforme **ANEXO I**) e demais requisitos mencionados neste Edital e seus Anexos, acarretará à contratada as sanções previstas no artigo 181 do



Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, bem como as seguintes:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, pela inexecução total da ata de registro de preços e/ou contrato ou recusa de sua assinatura;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor de cada item da proposta atualizada, por dia que exceder o prazo contratual para fornecimento do objeto ou prestação de serviço, até o limite de 10 dias de atraso. Após esse prazo será aplicada multa de 5% do remanescente, limitado a 10% do total do item da proposta atualizada, podendo ocorrer o cancelamento da ata de registro de preços ou a rescisão contratual;
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade;
- d) As multas mencionadas nos itens anteriores serão descontadas dos pagamentos a que a DETENTORA DA ATA/CONTRATADA tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso;
- e) As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes.

**12.11.** As multas mencionadas no **item 12.10** serão descontadas dos pagamentos a que a contratada tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso.

**12.12.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, sendo-lhes franqueada vista no processo.

**12.13. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 (doze) meses.**

**12.14.** Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo da Ata de Registro de Preços ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**12.15.** Existido saldo ao final da ata de registro de preços, poderá a Administração celebrar contratos para os objetos restante da Ata de Registro de Preço, desde que realizado dentro do prazo de vigência da ata, observando os quantitativos remanescentes, preço mais vantajoso para a SURG e demais condições fixadas na respectiva ata.

**12.15.1.** Havendo celebração de contrato entre as partes, este seguirá a minuta constante no **Anexo III**.

**12.16.** Aplica-se ao Sistema de Registro de Preços da SURG, as disposições contidas no Regulamento Interno de licitações, Contratos e Convênios da SURG, no Decreto Municipal n. 1447/2007 e na Lei Federal nº 13.303/2016.

### **13 – DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**13.1.** Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes ou outro que venha a substituí-lo.

**13.2.** Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

**13.3.** A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação, Contrato ou Ata de Registro de Preços, conforme **item 13.4**.



**13.4.** Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata/Contrato, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura das propostas de preços;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

**13.4.1. Faculta-se a juntada – no sistema eletrônico – de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.**

**13.4.2.** Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata/Contrato emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no item 13.3, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contratos para conferência.

**13.4.3.** Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contratos encaminhará o processo ao Departamento Jurídico para emissão de Parecer Jurídico.

**13.4.4.** Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

**13.5.** Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido

**13.6.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**13.7.** Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata/Contrato adotar as medidas necessárias à revisão da ata/ contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

**13.8.** Compete ao Gestor de Contratos, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

**13.9. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.**

**13.10.** A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

**13.11.** Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

## **14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**14.1.** As entregas deverão ser realizadas na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, bairro Santana, em Guarapuava/PR, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação, sendo todas as despesas por responsabilidade da contratada, inclusive frete, carga e descarga, independentemente da quantidade solicitada.



**14.2.** A entrega do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade de utilização e conforme as solicitações do departamento de obras e técnico da SURG, mediante emissão de ordem de compras.

**14.3.** Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.

**14.4.** Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada, como também qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.

**14.5.** A SURG rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento efetuado em desacordo com os termos acordados no contrato. Caso sejam rejeitados os produtos, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo 5 (cinco) dias, por outros que atendam de forma satisfatória à contratação, sem ônus adicionais para a SURG.

**14.6.** Efetivada a contratação, a contratada assegura garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses dos produtos estocados, tendo que substituir o que por ventura venha a apresentar defeitos ou imperfeições, sem ônus adicional à SURG.

#### **14.7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

a. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega/execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

### **15 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E A SURG**

#### **15.1. São obrigações da Contratante:**

**15.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como neste contrato;

**15.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e neste contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**15.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**15.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**15.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**15.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **15.3. São obrigações da Contratada:**

**15.3.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**15.3.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

**15.3.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**15.3.4.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;



**15.3.5.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste CONTRATO, o objeto em desacordo com o contratado.

**15.3.6.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**15.3.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**15.3.8.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**15.3.9.** Prestar garantia de no mínima de 03 (três) a contar da entrega.

**15.3.10.** Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;

**15.3.11.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência (**Anexo I**) ou na minuta de contrato;

**15.3.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**15.3.13.** Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**15.3.14.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## 16 – DO PAGAMENTO

**16.1.** O pagamento será realizado até o 15º dia útil do mês subsequente ao fornecimento, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

**16.1.1.** A nota fiscal e os demais documentos solicitados no ato da entrega dos produtos, conforme item 16.2. devem ser encaminhados ao Departamento de Compras da SURG, pelo e-mail [contratos.jorgete@surg.com.br](mailto:contratos.jorgete@surg.com.br), e atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

**16.1.2.** É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Compras. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.

**16.2.** A contratada deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

- Nota Fiscal Eletrônica, a qual deverá indicar a quantidade fornecida, o produto, o número da licitação e do contrato. **Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica:** Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ata/contrato.
- Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;
- Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio do fornecedor.

**16.3.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial ao Ministério do Trabalho.



**16.4.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

**16.5.** Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.

**16.6.** Os pagamentos dos fornecimentos efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.

**16.7.** A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

**16.8.** Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

**16.8.1.** Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constata a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**16.8.2.** Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.

**16.8.3.** Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**16.9.** Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

## 17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**17.1.** Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com este edital e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG que venha a prejudicar a empresa, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

**17.2.** Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas, garantida a prévia defesa, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

**17.2.1.** As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

**17.3.** São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- II - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela SURG;
- III - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- IV - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- V - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- VI - incorrer em inexecução contratual; e
- VII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;

**17.4.** A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.





**17.4.1.** A aplicação de advertência importa na comunicação da mesma à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro de Fornecedores do Município, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

**17.4.2.** A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

**17.5.** A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a presente licitação.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total do contrato;

IV - nos demais casos de atraso, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

V - no caso de inexecução parcial, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VI - no caso de inexecução total, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

**17.5.1.** Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia.

**17.5.2.** Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Publicação de Portaria no Diário Oficial do Município e comunicação formal ao Cadastro de Fornecedores do Município para fins de registro.

**17.5.3.** Não havendo concordância da contratada e a SURG acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente.

**17.5.4.** Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo.

**17.5.5.** O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis.

**17.5.6.** O valor da multa aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pela SURG;

II - pago por meio de Guia de Recolhimento;

III - descontado do valor da garantia prestada; ou

IV - cobrado judicialmente.

**17.5.7.** A SURG poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

**17.6.** Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

**17.6.1.** A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

**17.6.2.** Se a sanção for aplicada no curso da vigência de um contrato, a SURG poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

**17.6.3.** A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

**17.7.** Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a SURG às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:



- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a SURG em virtude de atos ilícitos praticados.

**17.8.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no artigo 185 e seguintes do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

**17.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**17.10.** A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## 18 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**18.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**18.2.** A **impugnação** poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **juridico@surg.com.br**, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, telefone (42) 3630-0500, Departamento de Licitações.

**18.3.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

**18.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**18.5.** Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico ou protocolados no endereço indicado no Edital.

**18.6.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**18.7.** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## 19 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

**19.1.** Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**19.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de



um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo.

**19.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## 20 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO / CONTRATO

**20.1.** Em conformidade com a Portaria nº 01/2023, fica designada Gestora das contratações a Sra. Jorgete Lacerda.

**20.2.** Compete ao Gestor da ATA/Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação, conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, bem como:

- I** - Zelar pela observância dos termos constantes do edital, termo de referência (**Anexo I**), projeto básico ou equivalente, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditivos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e serviços ou obras executadas, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;
- II** - Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;
- III** - Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual; verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços está sendo cumprida conforme contrato e sob a vigilância do fiscal;
- IV** - Controlar, juntamente com o fiscal de contrato, o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação à unidade competente, e com antecedência mínima de 1 (um) mês do término contratual, apresentando para tanto as devidas justificativas;
- V** - Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;
- VI** - Comunicar e justificar formalmente à unidade responsável pelos contratos quando da necessidade de: alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades do órgão, em especial ao observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização ou insuficiência de prazo para concluí-lo; rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 3 (três) meses do término contratual, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;
- VII** - Submeter à unidade competente, para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;
- VIII** - Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços;
- IX** - Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- X** - Comunicar por escrito imediatamente à autoridade competente a ocorrência de atrasos e irregularidades na execução do ajuste;
- XI** - Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade competente, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;
- XII** - Coordenar pesquisas mercadológicas, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação e apoiar, sempre que solicitado, a unidade competente por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- XIII** - Tomar as providências pertinentes para a elaboração dos Projetos Básicos ou Termos de Referência necessários, com a colaboração das unidades técnicas, atendendo aos prazos mínimos para a realização das licitações ou contratações pretendidas;



- XIV** - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, até a assinatura do contrato, de maneira a evitar, inclusive, descontinuidades;
- XV** - Auxiliar a Unidade de Licitação, no que tange a seus conhecimentos técnicos, nas respostas aos questionamentos, impugnações e recursos;
- XVI** - Confrontar os preços e quantidades constantes do documento fiscal com os estabelecidos no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas estabelecidas;
- XVII** - Verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais por parte da contratada;
- XVIII** - Informar à Administração as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados;
- XIX** - Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;

## 21 – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA/CONTRATO

**2.1.** Em conformidade com a Portaria nº 01/2023, fica designado Fiscal de Contrato o Sr. João Valdecir dos Santos.

**21.2.** Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal do Contrato, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada:

- I** - Receber o produto/serviço contratado, e verificar se atende às especificações contidas no contrato/licitação (qualidade, quantidade, marca, etc).
- II** - Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, verificando se condiz com o objeto entregue/serviço prestado, bem como se atende aos dados contidos no contrato/licitação, promovendo as correções devidas;
- III** - Atuar juntamente com o gestor, para o fim de controlar o saldo do contrato e o prazo de vigência, impedindo que sejam fornecidos produtos ou prestados serviços além da quantidade prevista no contrato ou na ordem de compras/serviços, bem como para que o fornecimento ou prestação do serviço não seja realizado fora do prazo de vigência do contrato ou da licitação;
- IV** - Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, como, por exemplo, falhas, atrasos, interrupções, inconformidades, informando ao Gestor do Contrato aquelas ocorrências que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;
- V** - Acompanhar e controlar as entregas e o estoque de materiais de reposição, bem como verificar o prazo de vigência do contrato ou da licitação, para evitar que fornecimentos e serviços contínuos sejam interrompidos;
- VI** - Manter, sempre, relacionamento com a Contratada ou seu Preposto, representando a Administração e adotando todas as medidas junto a empresa com relação ao objeto do contrato;
- VII** - Verificar a qualificação dos empregados da Contratada, em conformidade com o contido no edital, proposta ofertada e contrato assinado e manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e bom comportamento, bem como que atendam aos protocolos de segurança no trabalho, conforme exigências feitas no edital da licitação e no contrato;
- VIII** - Quando se tratar de prestação de serviços com caminhões/maquinário locado, manter absoluto controle sobre os serviços (como por exemplo, controle das horas trabalhadas ou volume carregado), além disso, observar se o caminhão ou máquina colocados no serviço atendem às exigências feitas no edital da licitação e relacionados no contrato;
- IX** - Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;
- X** - Diante de uma irregularidade na execução contratual, o fiscal de contratos deve anotá-la e, não sendo de sua competência solucionar a pendência, deve solicitar aos seus superiores (gestor do contrato e diretores) as providências cabíveis;
- XI** - Elaborar Relatório de Análise Técnica.

## 22 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**22.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.





**22.2.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**22.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**22.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**22.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SURG.

**22.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**22.8.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**22.9.** É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**22.10.** Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

**22.11.** Os casos não previstos neste Edital serão decididos à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da SURG.

**22.12.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.surg.com.br](http://www.surg.com.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, Guarapuava - PR, nos dias úteis, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min, no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Guarapuava - PR, 24 de fevereiro de 2023.

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
DIRETOR ADMINISTRATIVO



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DESCRIÇÃO DO OBJETO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023 - Processo Administrativo nº 05/2023**

**1. DO OBJETO:** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para, a saber: (i) **aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente**, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) **aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto**, conforme especificações constantes no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição dos produtos
1	10.000	SACAS	MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.
2	200	BOMBONAS	ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR, LÍQUIDO, EM FORMA DE FLUÍDO, DILUIÇÃO EM ÁGUA, MÍNIMO DE 1/6, BIODEGRADÁVEL, BAIXA TOXIDADE. EMBALAGEM EM BOMBONAS COM 50 LITROS.

**1.1.** Conforme disposto no art. 34 da Lei 13.303/2016, bem como no art. 18 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, o valor de referência é **SIGILOSO** e somente será divulgado após a fase de lances.

**1.2.** No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre este termo de referência e o constante na plataforma do pregão eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Termo de Referência.

**1.3.** Deverá ser especificado na proposta a marca do produto ofertado.

**1.4.** A proposta deverá seguir o padrão estabelecido no Anexo IV.

**1.5.** A licitação será dividida em itens, conforme quadro acima mencionado, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

**1.6.** A existência de preços registrados em ata não obriga a SURG a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado (detentor da ata) preferência em igualdade de condições, conforme preconiza o §3º, do art. 66, da Lei nº13.303/2016, combinado com o art. 110, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG;



1.7. A SURG não se obriga a adquirir, dentro do prazo de vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados nos contratos que venham a ser firmados (oriundos da(s) ata(s) de registro de preço), tendo em vista que referida aquisição se dará de acordo com a oportunidade e conveniência da SURG.

## 2. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 2.1. Especificações para o Item 1 - MASSA ASFÁLTICA ENSACADA

2.1.1. A massa Asfáltica ensada (recompositor de pista) deve ser usinado a quente a uma temperatura aproximada de 119 graus C, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, modificado por polímeros e processos de mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos).

2.1.2. O produto deve proporcionar a estocagem por até 24 meses, capaz de ser aplicado mesmo em buracos com água e em períodos de chuva, sem perda de coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação.

2.1.3. O produto deve estar devidamente embalado em sacas de 25 kg, devendo estarem intactas, sem rasgos e conter no mínimo as seguintes informações: a) Prazo de estocagem; b) Indicação do produto; c) Telefone ou e-mail para contato com o fabricante.

### 2.2. Especificações para o Item 2 - ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR

2.2.1. O produto deve ser biodegradável, atóxico, de origem natural e possuir características que impeçam a aderência da massa asfáltica aos pneus dos equipamentos durante a compactação, com objetivo de proteger e lubrificar os pneus de rolos compactadores pneumáticos e veículos, podendo ser utilizado em reservatórios dos equipamentos ou em espargidores portáteis.

2.2.2. O produto deve proporcionar a diluição de, no mínimo, seis partes de água para uma do produto.

2.2.3. É obrigatória a identificação da embalagem através de rótulo com os dados do fabricante, responsável técnico, composição do produto, informações de segurança, número de lote, datas de fabricação e validade.

2.2.4. O produto deve atender a todas as normas de segurança e normas impostas pela ABNT e demais órgãos fiscalizadores em todos os níveis de governo (Federal, Estadual, e Municipal).

## 3. ENVIO DE AMOSTRAS

3.1. A licitante vencedora deverá entregar AMOSTRA dos itens em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, feita via chat, para teste.

3.1.2. As amostras deverão ser entregue no almoxarifado da SURG localizado à Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85012-030, Guarapuava - PR.

3.1.3. Para o Item 1, a amostra deverá ser de, no mínimo, 05 (cinco) sacas do produto com as características exigidas neste Termo de Referência.

3.1.3. Para o Item 2, a amostra deverá ser de, no mínimo, 01 (uma) bombona do produto com as características exigidas neste Termo de Referência.

3.2. Para o Item 1, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, emitido no máximo há 12 (doze) meses, conforme as normas do DER/DNIT PR.

3.2.1. AS LICITANTES de outros estados não ficam impedidas de participar, apenas ficam obrigadas também a apresentar o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, CONFORME AS NORMAS DO DER/DNIT - PR.

3.3. Para o Item 2, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, a FICHA TÉCNICA e a FICHA DE SEGURANÇA, com as quais o fiscal irá avaliar a conformidade com o presente termo de referência e com a proposta apresentada pela contratada

3.4. As amostras serão analisadas pela comissão de análise de amostras formada pelos funcionários Maria de Fátima Werneck Lang e João Valdecir dos Santos, que verificará a conformidade com o solicitado pela SURG. Caso não esteja, de imediato procede-se a solicitação das amostras da segunda colocada, e assim por diante,



respectivamente, sendo assegurado novo prazo de entrega - 5 (cinco) dias úteis - contando agora, da convocação formal.

3.5. O objeto será adjudicado à licitante, no caso de as amostras estarem de acordo com as especificações exigidas, ficando a licitante vencedora obrigada a fornecer somente o produto aprovado pela comissão de análise.

3.6. Fica vedada a apresentação de prospectos e/ou catálogos descritivos, em substituição às amostras.

3.7. As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente.



**ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2023**

SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Aos ....., na SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Estado do Paraná, situada na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, em Guarapuava - Paraná, CEP 85.070-165, o Diretor Administrativo **Sr. HALMUTH F. GOBA BRANDTNER**, e Diretor Técnico **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, combinado com a Lei Federal nº 10.520/02 e com Decreto Municipal nº 1.447/2007, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 04/2023** – Sistema de Registro de Preços, realizado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023, às XXh00min, devidamente homologado, **RESOLVE**, registrar preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme condições previstas no instrumento convocatório, o qual, juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar, estabelecida à Rua XXXXXX, bairro XXXX, CEP XXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXX, aqui representada por (sócio, procurador, etc.) XXXXXXXX, inscrito no CPF nº XXXXXXXX, como segue:

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto desta ATA é o Registro de Preços da PROMITENTE, devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada, originária do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 04/2023, dos produtos abaixo descritos:

**ITENS**

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.2. As quantidades são estimativas para o período de validade desta ata, de acordo com a demanda, não se obrigando a SURG à aquisição total.

1.3. A SURG poderá, por meio do Departamento de Compras, adquirir o objeto da licitação de dois ou mais fornecedores que detenham preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do detentor e obedecendo a ordem de classificação das respectivas propostas.

1.4. A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, após a assinatura da ata.

1.5. O compromisso do fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Emissão da Ordem de Compras ou instrumento equivalente.

1.6. Cada fornecimento deverá ser prestado mediante solicitação por escrito, através da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento.

1.7. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Edital.





## 2. DO PREÇO

- 2.1. O valor global do objeto é de R\$ ( ).
- 2.2. Os valores a serem pagos à Detentora da Ata serão aqueles discriminados na proposta apresentada e que se sagrou vencedora do certame, conforme descrito no item 1 desta ata.
- 2.3. Os preços dos produtos /serviços são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta.
- 2.4. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transportes de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

## 3. CRITÉRIOS DE ENTREGA

- 3.1. As entregas deverão ser realizadas na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, bairro Santana, em Guarapuava/PR, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação, sendo todas as despesas por responsabilidade da contratada, inclusive frete, carga e descarga, independentemente da quantidade solicitada.
- 3.2. A entrega do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade de utilização e conforme as solicitações do departamento de obras e técnico da SURG, mediante emissão de ordem de compras.
- 3.3. Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.
- 3.4. Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada, como também qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.
- 3.5. A SURG rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento efetuado em desacordo com os termos acordados no contrato. Caso sejam rejeitados os produtos, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo 5 (cinco) dias, por outros que atendam de forma satisfatória à contratação, sem ônus adicionais para a SURG.
- 3.6. Efetivada a contratação, a contratada assegura garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses dos produtos estocados, tendo que substituir o que por ventura venha a apresentar defeitos ou imperfeições, sem ônus adicional à SURG.

### 3.7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- a. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega/execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

### 3.8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS

#### 3.8.1. Especificações para o Item 1 - MASSA ASFÁLTICA ENSACADA

3.8.1.1. A massa Asfáltica ensada (recompositor de pista) deve ser usinado a quente a uma temperatura aproximada de 119 graus C, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, modificado por polímeros e processos de mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos).

3.8.1.2. O produto deve proporcionar a estocagem por até 24 meses, capaz de ser aplicado mesmo em buracos com água e em períodos de chuva, sem perda de coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação.

3.8.1.3. O produto deve estar devidamente embalado em sacas de 25 kg, devendo estarem intactas, sem rasgos e conter no mínimo as seguintes informações: a) Prazo de estocagem; b) Indicação do produto; c) Telefone ou e-mail para contato com o fabricante.

#### 3.8.2. Especificações para o Item 2 - ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR

3.8.2.1. O produto deve ser biodegradável, atóxico, de origem natural e possuir características que impeçam a aderência da massa asfáltica aos pneus dos equipamentos durante a compactação, com objetivo de proteger e lubrificar os pneus de rolos compactadores pneumáticos e veículos, podendo ser



utilizado em reservatórios dos equipamentos ou em espargidores portáteis.

3.8.2.2. O produto deve proporcionar a diluição de, no mínimo, seis partes de água para uma do produto.

3.8.2.3. É obrigatória a identificação da embalagem através de rótulo com os dados do fabricante, responsável técnico, composição do produto, informações de segurança, número de lote, datas de fabricação e validade.

3.8.2.4. O produto deve atender a todas as normas de segurança e normas impostas pela ABNT e demais órgãos fiscalizadores em todos os níveis de governo (Federal, Estadual, e Municipal).

#### 4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

4.2. A existência de preços registrados não obriga a SURG a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

#### 5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

5.1. Fica nomeada como GESTORA desta ata **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeado o **Sr. João Valdecir dos Santos**, matrícula 150215, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

5.2. Compete ao **Gestor de Ata** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.

5.3. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal de Ata**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

#### 6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento / prestação de serviços correrão a conta de recursos próprios da SURG

#### 7. DOS PAGAMENTOS

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do mês subsequente ao do recebimento e ou fornecimento do produto, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

7.2. A Detentora da Ata deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

a) Nota Fiscal Eletrônica: Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica: Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ata/contrato.

b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;

c) Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF;

7.3. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.



7.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

7.5. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.

7.6. Os pagamentos dos fornecimentos efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.

7.7. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

7.8. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

7.8.1. Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constata a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.8.2. Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.

7.8.3. Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.9. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA**

8.1. Deverá fornecer o objeto contratado com observância rigorosa das condições desta Ata, do Edital e seus Anexos, prestando os serviços / fornecimento de acordo com as especificações, dentro do prazo estipulado e nas quantidades definidas na Ordem de Fornecimento/Serviço, os quais serão solicitadas de acordo com a necessidade durante o período de validade desta ata.

8.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

8.3. Deverá refazer os trabalhos que eventualmente apresentem defeitos ou desconformidade de especificação, sem ônus para a SURG e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.4. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Detentora da Ata pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

8.5. São igualmente de inteira responsabilidade todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do contrato e sua execução, com inteira exclusão de qualquer responsabilidade da SURG, sendo vedado qualquer tipo de reembolso.

8.6. Por qualquer forma de inadimplência da licitante vencedora da garantia total dos serviços executados, sem prejuízo do previsto neste instrumento e das responsabilidades administrativas, civil e criminal, observando o competente processo e a ampla defesa.

8.7. Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.

8.8. Manter atualizados os dados do preposto\* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(\*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).



## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1 Exercer a fiscalização da Ata verificando se os orçamentos com a discriminação dos serviços/produtos e a relação de peças a serem substituídas estão de acordo com o solicitado.

9.2 Notificar a Detentora da Ata por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto fornecido, fixando prazo para a sua correção.

9.3. Efetuar os pagamentos pactuados na Ata de Registro de Preços.

## 10. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

10.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

10.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

10.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

10.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

10.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

10.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico

## 11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pela SURG, quando:



- I – a detentora descumprir as condições de ata de registro de preços;
- II – a detentora não retirar a Ordem de Fornecimento/Serviço ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III – a detentora der causa ao cancelamento da ata de registro de preços;
- IV – em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;
- V – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto a sua atualização;
- VI – por razões de interesse público devidamente fundamentado.

11.1.2. Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

- I - os preços registrados se apresentaram inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto a sua atualização;
- II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.
- III - houver o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Boletim Oficial do Município juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado na SURG.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nesta ata, no caso de interrupção dos serviços.

11.4. Cancelada a ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada àquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela SURG, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Boletim Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

## 12. DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços registrados na Ata serão publicados, no Boletim Oficial do Município e anexado no site da SURG.

## 13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis.

13.2. Nas hipóteses previstas nos arts. 144 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, poderá ser revisto o valor registrado ou contratado, para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, em conformidade com o contido no **Anexo II**.

13.3 Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

13.4. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.5. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:



- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços; conforme item abaixo.

13.6. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura da sessão pública de proposta de preços;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

13.7. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência.

13.8. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico.

13.9. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

13.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

13.11. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.12. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata adotar as medidas necessárias à revisão da ata, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.13. Compete ao Gestor da ata de registro de preços, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

13.14. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços."

13.15. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado



vigente à época da licitação.

13.16. É vedado à licitante contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital de licitação.

13.17. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, a proposta de preços da detentora.

14.2. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, como o único competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guarapuava - PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo

**SANDRO ALEX RUSSO VALERA**  
Diretor Técnico

**CONTRATADA**  
Representante Legal

**JORGETE LACERDA**  
Testemunha / Gestora da Ata

**JOÃO VALDECIR DOS SANTOS**  
Testemunha / Fiscal da ata



**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO****MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_/2023****CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE  
URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG E A  
EMPRESA .....**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado a **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**, com sede na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, na cidade de Guarapuava, estado do Paraná, CEP 85.012-030 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.646.273/0001-07, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER** brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 057.836.209-04, e o seu diretor Técnico, **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 881.700.209-72, ambos com domicílio profissional no mesmo endereço indicado da SURG.

E de outro lado, a empresa ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede a Rua ....., nº ....., Bairro ....., CEP ....., (cidade, estado)....., neste ato representada pelo Sr. ...., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada **CONTRATADA**, vêm firmar o presente Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preço nº .../2023**, nos termos da Lei nº federal 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, bem como, o processo realizado na forma de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023**, por Sistema de Registro de Preços, que fazem parte integrante deste instrumento, como se nele estivessem transcritos, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de (.....), conforme especificações e quantitativos descritos no subitem 1.4 deste contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Conforme permissivo legal, insculpido no artigo 139, parte final do §2º do RILCC da SURG, as partes convencionam que a Contratante, no decorrer da vigência contratual, poderá exceder os limites de supressão dos objetos estabelecidos no §1º, do referido RILCC.

1.4. Discriminação do objeto:

Lote	Item	Quant	Unid	Descrição do material	Valor Unitário	Valor Total
						<b>VALOR TOTAL R\$ .....</b>



1.5. A SURG procederá a aquisição do(s) produtos acima referidos de acordo com a oportunidade e conveniência do Departamento Técnico, razão pela qual não se obriga a adquirir, dentro do prazo de vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados no subitem acima (1.4), sendo que tal fato não gerará direito algum à contratada, acerca do recebimento total do valor ora contratado, e ou mesmo a aplicação de qualquer penalidade à contratante por suposto descumprimento parcial do contrato.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de \_\_\_\_\_, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 133 e 136, ambos do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da SURG.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas com recursos próprios da SURG.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado 15 (quinze) dias úteis do mês subsequente do recebimento da nota fiscal eletrônica, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

5.2. A nota fiscal deve ser encaminhada ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail [contratos.jorgete@surg.com.br](mailto:contratos.jorgete@surg.com.br), devendo ainda atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

**5.3. É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Compras. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.**

5.4. A Contratada deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos serviços/produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

- a) **Nota Fiscal Eletrônica: Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica:** Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do empenho (contendo as informações: dados bancários, nº do empenho);
- b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF;
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede do fornecedor.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho);

**OBS:** Tais cópias deverão corresponder ao mês de competência imediatamente anterior ao da prestação dos serviços. Quando se tratar do último mês (encerramento do Contrato), as cópias deverão ser do mês da execução dos serviços.

5.5. Na nota fiscal deverá constar a discriminação, unidade de referência e o valor unitário e global dos produtos;

5.6. Juntamente com a nota fiscal deverá ser apresentado Termo de Recebimento dos produtos pelo gestor do contrato/ata da SURG;

5.7. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder a entrega dos mesmos ao setor financeiro para posterior autorização de pagamento.



5.8. Os pagamentos dos serviços prestados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor financeiro da SURG.

5.9. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos produtos entregues, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

5.10. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor ou o fiscal, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 3 (três) dias úteis e:

- a) Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constata a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- b) Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.
- c) Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.11. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

5.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

5.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Após o interregno de um ano, mediante requerimento prévio da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice que menor percentual represente à época de sua concessão, acarretando a menor onerosidade possível à SURG, de acordo com o que determina o princípio da economicidade, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.9. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.



6.10. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da SURG ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

6.11. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas neste contrato, no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços.

6.12. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da publicação deste contrato;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

6.13. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.14. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico

6.15. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

6.16. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes da assinatura do contrato;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

6.17. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

6.18. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a SURG, deverá o Gestor do Contrato adotar as medidas necessárias à revisão do contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro

6.19. Compete ao Gestor do contrato, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

6.20. A Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste contrato.



6.21. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

6.22. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor contratado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços contratados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de rescisão do contrato

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. As entregas deverão ser realizadas na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, bairro Santana, em Guarapuava/PR, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação, sendo todas as despesas por responsabilidade da contratada, inclusive frete, carga e descarga, independentemente da quantidade solicitada.

8.2. A entrega do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade de utilização e conforme as solicitações do departamento de obras e técnico da SURG, mediante emissão de ordem de compras.

8.3. Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.

8.4. Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada, como também qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.

8.5. A SURG rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento efetuado em desacordo com os termos acordados no contrato. Caso sejam rejeitados os produtos, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo 5 (cinco) dias, por outros que atendam de forma satisfatória à contratação, sem ônus adicionais para a SURG

8.6. Efetivada a contratação, a contratada assegura garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses dos produtos estocados, tendo que substituir o que por ventura venha a apresentar defeitos ou imperfeições, sem ônus adicional à SURG.

### **8.7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

a. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega/execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

### **8.8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS**

#### **8.8.1. Especificações para o Item 1 - MASSA ASFÁLTICA ENSACADA**

8.8.1.1. A massa Asfáltica ensada (recompositor de pista) deve ser usinado a quente a uma temperatura aproximada de 119 graus C, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, modificado por polímeros e processos de mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos).

8.8.1.2. O produto deve proporcionar a estocagem por até 24 meses, capaz de ser aplicado mesmo em buracos com água e em períodos de chuva, sem perda de coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação.

8.8.1.3. O produto deve estar devidamente embalado em sacas de 25 kg, devendo estarem intactas, sem rasgos e conter no mínimo as seguintes informações: a) Prazo de estocagem; b) Indicação do produto; c) Telefone ou e-mail para contato com o fabricante.

#### **8.8.2. Especificações para o Item 2 - ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR**

8.8.2.1. O produto deve ser biodegradável, atóxico, de origem natural e possuir características que impeçam a aderência da massa asfáltica aos pneus dos equipamentos durante a compactação, com objetivo de proteger e lubrificar os pneus de rolos compactadores pneumáticos e veículos, podendo ser





utilizado em reservatórios dos equipamentos ou em espargidores portáteis.

8.8.2.2. O produto deve proporcionar a diluição de, no mínimo, seis partes de água para uma do produto.

8.8.2.3. É obrigatória a identificação da embalagem através de rótulo com os dados do fabricante, responsável técnico, composição do produto, informações de segurança, número de lote, datas de fabricação e validade.

8.8.2.4. O produto deve atender a todas as normas de segurança e normas impostas pela ABNT e demais órgãos fiscalizadores em todos os níveis de governo (Federal, Estadual, e Municipal).

## 9. CLAÚSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 166, § 2º e artigos seguintes do RILCC, será designado representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da SURG ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Tema nº 246/STF.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Fica nomeada como GESTORA deste contrato a **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeado o **Sr. João Valdecir dos Santos**, matrícula 150215, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

9.5. Compete ao **Gestor de Contrato** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.

9.6. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal do Contrato**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

## 10. CLAÚSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como neste contrato;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e neste contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





### 10.3. São obrigações da Contratada:

10.3.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.3.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

10.3.3. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Contratada pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

10.3.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato;

10.3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.3.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3.9. Manter atualizados os dados do preposto\* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(\*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).

10.3.10. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

10.3.11. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

11.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

11.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;



VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

11.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

11.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

11.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SURG;
- III - judicialmente, nos termos da legislação.
- IV - devido o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

12.2. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.3. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o subitem anteriorº será de 90 (noventa) dias.

12.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

12.5. A rescisão por ato unilateral da SURG acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no RILCC da SURG:

- I - assunção imediata do objeto contratado, pela SURG, no estado e local em que se encontrar;
- II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela SURG;
- III - na hipótese de insuficiência ou ausência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à SURG.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 173 do RILCC da SURG.

12.7. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 12.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3 Indenizações e multa

12.8. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações extraordinárias, conforme art. 137 do RILCC da SURG, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a - omissão ou atraso de providências a cargo da SURG;



b - atraso nos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

12.8.1. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o prazo ou cronograma de execução poderá ser prorrogado por período necessário a execução total do objeto.

12.8.2. Uma vez prorrogados os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega na forma deste artigo, o prazo de vigência contratual será prorrogado na mesma medida.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos no RILCC da SURG.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 139 e seguintes do RILCC da SURG.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no RILCC da SURG, na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Boletim Oficial do Município, no prazo previsto no RILCC da SURG.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. É eleito o Foro da comarca de Guarapuava para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme RILCC da SURG.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Guarapuava, ..... de..... de 2023

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo

**SANDRO ALEX RUSSO VALERA**  
Diretor Técnico

**NOME DA EMPRESA**  
**CONTRATADA**  
**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL**  
Representante Legal

**JORGETE LACERDA**  
Testemunha/Gestora do contrato

**JOÃO VALDECIR DOS SANTOS**  
Testemunha/Fiscal do Contrato



**ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL****PROPOSTA COMERCIAL**(uso obrigatório por todas as licitantes)  
(papel timbrado da licitante)

EDITAL DE PREGÃO Nº 04/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023

Empresa: ..... CNPJ .....

Endereço: ..... Cidade: ..... Estado: .....

Fone / Whatsapp: ..... Email: .....

**Dados Bancários:**

Banco: ..... Agência: ..... Conta: .....

OBJETO: Registro de preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01						
02						
...						

Valor unitário = R\$ ..... (... por extenso...)

Valor global = R\$ ..... (... por extenso ...)

**Validade da proposta:** 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.

**Prazo de Entrega dos Produtos:** 10 (dez) dias contados da solicitação / ordem de compras.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 04/2023 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da ata de registro de preços, respectivamente).

Local, ..... de ..... de 2023.

.....  
Nome e Assinatura do sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante  
(Nº Cédula de Identidade)



**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
AMPLA CONCORRÊNCIA**

**A Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, por seu diretor administrativo, torna público que realizará a licitação a seguir:**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023**

**SISTEMA EMPREGADO:** Portal de Compras do Governo Federal  
<https://www.gov.br/compras/pt-br>

**OBJETO:** Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**SUPORTE LEGAL:** Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019, nº 1.447/2007 e suas alterações; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014;

**ABERTURA DA SESSÃO E DISPUTA POR LANCES:** 09/03/2023 às 08h30min

**CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:** Disponível até o horário de abertura da sessão pública, pelo Portal de Compras.

**ACESSO ÀS INFORMAÇÕES:** e-mail: [juridico@surg.com.br](mailto:juridico@surg.com.br) ou no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon – CEP 85.012-030. Telefone (42) 3630-0500.

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelo site: <http://surg.com.br/surg/licitacoes> ou pelo Portal de Compras do Governo Federal.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guarapuava - PR, 24 de fevereiro de 2023

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo



**SURG****AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
AMPLA CONCORRÊNCIA**

A Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, por seu diretor administrativo, torna público que realizará a licitação a seguir:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023

SISTEMA EMPREGADO: Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBJETO: Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019, nº 1.447/2007 e suas alterações; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014;

ABERTURA DA SESSÃO E DISPUTA POR LANCES: 09/03/2023 às 08h30min

CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Disponível até o horário de abertura da sessão pública, pelo Portal de Compras.

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: e-mail: [juridico@surg.com.br](mailto:juridico@surg.com.br) ou no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon – CEP 85.012-030. Telefone (42) 3630-0500.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelo site: <http://surg.com.br/surg/licitacoes> ou pelo Portal de Compras do Governo Federal.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guarapuava - PR, 24 de fevereiro de 2023

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE****PORTARIA Nº 08/2023  
DESIGNAÇÃO DE GESTORES, FISCAIS E SUPLENTE  
Decreto nº 9651/2022**

**Art. 1º** Designar os servidores abaixo relacionados, como responsáveis pela gestão e fiscalização, conforme disposto no Decreto nº 7545/2019, dos contratos oriundos dos seguintes Pregões e Dispensa abaixo:

Registro de preço para eventual aquisição de material de proteção individual e material de limpeza, pregão 90/2022. gestor o servidor sergio borack, rg: 9.693.490-4, cpf: 067.926.119-21, suplente de gestor o servidor luis carlos paganini junior, rg: 12.975.980-1, cpf: 097.265.329-57, fiscal a servidora vanessa cristina dangui da silva, rg: 7.846.845-9, cpf: 007.783.639-10, suplente de fiscal o servidor fabio pelech antunes, rg: 13.774.157-1, cpf: 106.846.559-00.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.  
Guarapuava, 22 de Fevereiro de 2023.

**Chayane Andrade**  
Secretaria Municipal de Saúde  
Decreto nº 9651/2022

**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO  
DE GUARAPUAVA****PORTARIA Nº 18/2023**

O Presidente Do Poder Legislativo Municipal de Guarapuava Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o Memorando nº 03/2023 da Comissão de Avanços, Promoções e Avaliação de Títulos;

Considerando o Memorando 53/2023 (Gabinete da Presidência) e o Memorando 042/2023 (Diretoria de Gestão Administrativa);

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Determinar o enquadramento na grade de progressão funcional e promoção de carreira do servidor efetivo Silvio Antonio Xitiuk, matrícula funcional 685-1, na classe de referência III, com o total acumulado de 183,30 pontos, estando nesta data no nível C05.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 24 de fevereiro de 2023.

**Pedro Luiz Moraes**  
Presidente



[Voltar](#)

## Detalhes processo licitatório

## Informações Gerais

Entidade Executora	SURG - COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA
Ano*	2023
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	4
Modalidade*	Pregão
Número edital/processo*	05
<b>Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito</b>	
Instituição Financeira	
Contrato de Empréstimo	

Descrição Resumida do Objeto\* Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto

Forma de Avaliação	Menor Preço
Dotação Orçamentária*	
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	430.000,00

## A entidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação

Data de Lançamento do Edital	24/02/2023		
Data da Abertura das Propostas	09/03/2023	Data Registro	24/02/2023
NOVA Data da Abertura das Propostas		Data Registro	
Data de Lançamento do Edital			
Data da Abertura das Propostas			
Há itens exclusivos para EPP/ME?	Não		
Há cota de participação para EPP/ME?	Não	Percentual de participação:	0,00
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?	Não		
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?	Não		

Data Cancelamento

Editar

Excluir



HOME ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/](http://SURG.COM.BR/SURG/))

LICITAÇÕES ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/LICITACOES/](http://SURG.COM.BR/SURG/LICITACOES/))

CONCURSOS ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/CONCURSOS/](http://SURG.COM.BR/SURG/CONCURSOS/))

SOBRE ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/SOBRE/](http://SURG.COM.BR/SURG/SOBRE/))

PORTAL DO SERVIDOR ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/PORTAL-DO-SERVIDOR/](http://SURG.COM.BR/SURG/PORTAL-DO-SERVIDOR/))

CONTATO ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/CONTATO/](http://SURG.COM.BR/SURG/CONTATO/))

OUVIDORIA ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/OUVIDORIA/](http://SURG.COM.BR/SURG/OUVIDORIA/))

E-MAIL ([HTTP://WEBMAIL.SURG.COM.BR](http://WEBMAIL.SURG.COM.BR))

Licitações (<http://surg.com.br/surg/licitacoes/>) / Licitações 2023

## Licitações

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA

Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AMPLA CONCORRÊNCIA

A Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, por seu diretor administrativo, torna público que realizará a licitação a seguir:

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023

**SISTEMA EMPREGADO:** Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br> (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

**OBJETO:** Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**SUPORTE LEGAL:** Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019, nº 1.447/2007 e suas alterações; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014;

**ABERTURA DA SESSÃO E DISPUTA POR LANCES:** 09/03/2023 às 08h30min

**CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:** Disponível até o horário de abertura da sessão pública, pelo Portal de Compras.



**ACESSO ÀS INFORMAÇÕES:** e-mail: [juridico@surg.com.br](mailto:juridico@surg.com.br) (<mailto:juridico@surg.com.br>) ou nº **186**  
Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon – CEP 85.012-030. Telefone  
(42) 3630-0500.

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O Edital e seus anexos poderão ser obtidos CLICANDO AQUI  
([http://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2023/02/3\\_EDITAL-04.2023.pdf](http://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2023/02/3_EDITAL-04.2023.pdf)) ou pelo Portal de  
Compras do Governo Federal.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guarapuava – PR, 24 de fevereiro de 2023

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**

Diretor Administrativo

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ▾

Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto.

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ▾

Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de impressoras, com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões, equipe de suporte disponível para manutenção, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos, exceto papel.

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ▾

Registro de preços para contratação de empresa especializada em prestação de: (i) serviços de buffet (coffe break, almoços e jantares); (ii) serviços continuados para fornecimento de refeição transportada (do tipo marmitex).

*AVISO 27/01/2023*

([http://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2023/01/7\\_Comunicado.pdf](http://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2023/01/7_Comunicado.pdf))



187



COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

**Pregão nº 42023 (SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)**

**Modo de Disputa:** Aberto

**Objeto:** Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

**Data/hora Fim Envio Propostas:** 09/03/2023 08:30

**Data Prevista de Abertura da Sessão (início dos lances):** 09/03/2023 08:30

Fechar





PREGÃO 04/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2023

OBJETO: Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

# IMPUGNAÇÃO





**LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI**

CNPJ: 36.646.042/0001-41

INSCR. EST.: 124.112.263,115

189

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023**

**OBJETO:** 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para, conforme especificações constantes neste edital e no seu **Anexo I**, a saber:

(i) **aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente**, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e...

**Impugnante: LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI**

Ao Sr. (a) Pregoeiro (a) da **SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava**.

A empresa **LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de São José do Rio Preto -SP, situada na Avenida José Munia, 5209, Sala 36, 3º andar, Jardim Redentor, CEP: 15085-350, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.646.042/0001-41, vem, respeitosamente, perante V. Sa., apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL** em epígrafe, com sustentação no § 2º do artigo 41 da Lei 8666/93 - aplicável por força do artigo 9º da Lei Federal nº 10.520/2002 - e artigo 18 do Decreto Federal nº. 5.450/2005, pelos fatos demonstrados nesta peça.





LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI

CNPJ: 36.646.042/0001-41

INSCR. EST.: 124.112.263.115

190



**DO PRAZO DE ELABORAÇÃO DOS LAUDOS**

Consta no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA:

3.2. Para o Item 1, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, **emitido no máximo há 12 (doze) meses**, conforme as normas do DER/DNIT PR.

Os referidos LAUDOS emitidos por laboratórios credenciados ao **INMETRO** não possuem data de validade, mas sim, data de elaboração dos ensaios.

Sendo assim, o Órgão ora Licitante não deve exigir e onerar desnecessariamente as empresas participantes a realizarem laudos exclusivos para esta licitação?

Referidos laudos possuem custos elevados que inviabilizam as empresas de os realizarem periodicamente.

Este órgão não pode e não deve exigir condições onde a própria legislação não os obriga.

Uma vez a empresa em posse de seu LAUDO emitido, garante que possui capacidade e qualidade em seu material, que segue a risca as normas e a "receita" para conseguir bons resultados.

Um novo laudo só será feito, caso a empresa possua interesse em realizar ensaios para conseguir resultados diferentes dos que já possui.





**LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI**

CNPJ: 36.646.042/0001-41

INSCR. EST.: 124.112.263.115

191



Neste diapasão, caso este órgão Licitante queira exigir laudos atualizados ou para seu determinado lote, deve assumir tal custo, e neste caso, esta empresa esta a disposição para o fornecimento de amostras e material necessário para tanto.

A empresa IMPUGNANTE concorda plenamente com as exigências de comprovação de qualidade do produto licitado através de estudos laboratoriais, no entanto, é demasiadamente custoso e desnecessário que a empresa faça esses ensaios laboratoriais a cada 12 (doze) meses.

Se for seguir esta linha de raciocínio os Laudos deveriam ser realizados a cada lote de fabricação, porém o custo elevado desses estudos laboratoriais inviabilizam essa frequencia.

A posse dos Laudos com resultados compatíveis com as normas, comprova a capacidade da empresa em obter o produto com a máxima qualidade, seja este estudo realizado em 12 meses ou em 05 anos!

Sendo assim, não restam dúvidas quanto a necessidade de adequação do presente Edital, suprimindo a exigência referida.

### **REQUERIMENTOS**

Diante de todo o alegado acima e amparados na probidade administrativa deste Pregoeiro serve o presente para **REQUERER** a Vossa Senhoria, o quanto segue:

- A **PROCEDÊNCIA** da presente Impugnação para que este órgão modifique o edital em seu item 3.2 no anexo I (termo de Referência) para suprimir

**LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI**

CNPJ: 36.646.042/0001-41

INSCR. EST.: 124.112.263.115

o prazo de emissão do referido laudo, que assim diz: **“emitido no máximo há 12 (doze) meses”**.

Por fim, pelos fundamentos e motivos acima expostos, requer a procedência da impugnação apresentada.

Pelo que PEDE  
DEFERIMENTO.

S. J. Rio Preto/SP, 07 de março de 2023.

MIRELA FAVA Assinado de forma digital  
por MIRELA FAVA  
FERNANDES:3432315783

34323157835 Dados: 2023.03.07  
11:23:13 -03'00'

**LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI**  
**CNPJ nº 36.646.042/0001-41**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
 PARLAMENTO NACIONAL DE TRANSLAÇÃO  
 CARTEIRA NACIONAL DE TABELAÇÃO

JOSE  
 MIRANDA FAVA

CPF: 44270683-659/SP

CPF: 343.231.578-35 DATA DE NASCIMENTO: 10/06/1985

PLACAO: JOSE OTAVIO FAVA

IRACI BATISTA MACRESI  
 FAVA

TERMINO: 22/08/2023 VIGENCIA: 23/09/2003

NUMERO: 03030864342

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1705596430

MOBILIDADE PLACAO 1705596430

DATA: 23/08/2018

SAO JOSE DO RIO PRETO, SP

92309462200  
 60543371263

SÃO PAULO

O PRESENTE DOCUMENTO DIGITAL FOI CONFERIDO COM O ORIGINAL E ASSINADO DIGITALMENTE POR SILVIO AUGUSTO PELLEGRINI DE OLIVEIRA, EM 10/7/2020, ÀS 8:41, NOS TERMOS DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.200-2 DE 24 DE AGOSTO DE 2001. SUA AUTENTICIDADE DEVERÁ SER CONFIRMADA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CENAD.ORG.BR/AUTENTICIDADE. O PRESENTE DOCUMENTO DIGITAL PODE SER CONVERTIDO EM PAPEL POR MEIO DE AUTENTICAÇÃO NO TABELIONATO DE NOTAS (ITENS 205 e 206, CAP. XIV, NSCGJSP).





Cartão de registro de constituição sob o MEI nº 260566703 em 12/05/2022 da empresa LIDER ASFALTO RAPIDO EIRELI, pertencendo sob o nº SP09502020916. Admissão: valer a assinatura registrada em: <http://www.juca.org.br> com a filial de negócios. GIBELIA SIREMA CLECHIN - Secretária Geral. Esta obra foi autenticada digitalmente e assinada em 13/03/2020 por GIBELIA SIREMA CLECHIN - Secretária Geral. Autenticação: 131070768. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Constituinte de acordo com o padrão JUCESP.

Trabalho Credenciado - São Paulo - Fone: 17-3215-8181 - [www.juca.org.br](http://www.juca.org.br)

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Pelo presente instrumento particular de Constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), MIRELA FAVA FERNANDES, brasileira, natural de São José do Rio Preto/SP, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 10.06.85, empresária, portadora do RG, 44.170.083-4/SSP-SP expedida em 14.07.16 e CPF: 343.231.578-35, residente e domiciliada na Rua Idelfonso Giardini, 204, Quadra 08, Lote 03 e 04, Parque Residencial Buena Vista, em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, CEP: 15077-432, resolve constituir uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

### PRIMEIRA

#### DO NOME EMPRESARIAL E SEDE

A empresa girará sob o nome empresarial (denominação social) LIDER ASFALTO RAPIDO EIRELI e terá sede na Av. José Munio, 5209, Sala 36, 3º Andar, Jardim Redenção, em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, CEP: 15085-350.

PARAGRAFO ÚNICO - Para consecução de seus objetivos sociais, a empresa poderá, a qualquer tempo, criar, alterar, ou extinguir estabelecimentos filiais ou sucursais, em qualquer parte do território nacional ou fora dele, mediante alteração contratual devidamente arquivada na Junta Comercial.

### SEGUNDA

#### DO OBJETO SOCIAL

A sociedade exercerá as atividades de:

A) Comércio varejista de materiais de construção em geral (CNAE 47440-99);

B) Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas (CNAE 47440-04);

C) Comércio atacado especializado de materiais de construção, tais como: concreto asfáltico, blocos de concreto e massa asfáltica ensacada (CNAE 46796-04);

D) Locação de outros meios de transporte, tais como: caminhões, sem condutor (CNAE 77195-99);

E) Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operadores (CNAE 77322-01).

### TERCEIRA

#### DO CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DO SEU TITULAR

O capital social será de R\$. 105.000,00 (cento e cinco mil reais) dividido em 105.000 (cento e cinco mil) quotas no valor de R\$. 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional pela única titular MIRELA FAVA FERNANDES.

PARAGRAFO ÚNICO - A responsabilidade do titular é limitada à importância total do capital social integralizado.

### QUARTA

#### DO PRAZO DE DURAÇÃO

A empresa iniciará suas atividades em 18 de Fevereiro de 2020, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

### QUINTA

#### DA DISSOLUÇÃO

Em caso de morte ou incapacidade superveniente do titular, não implicará na dissolução da empresa, podendo ser mantida a cota de seus herdeiros ou sucessores.



Trabalho Credenciado - São Paulo - Fone: 17-3215-8181 - [www.juca.org.br](http://www.juca.org.br)

Cartão de registro de constituição sob o MEI nº 260566703 em 12/05/2022 da empresa LIDER ASFALTO RAPIDO EIRELI, pertencendo sob o nº SP09502020916. Admissão: valer a assinatura registrada em: <http://www.juca.org.br> com a filial de negócios. GIBELIA SIREMA CLECHIN - Secretária Geral. Esta obra foi autenticada digitalmente e assinada em 13/03/2020 por GIBELIA SIREMA CLECHIN - Secretária Geral. Autenticação: 131070768. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Constituinte de acordo com o padrão JUCESP.







Memorando 08/2023

Guarapuava - PR, 07 de março de 2023.

AO  
DEPARTAMENTO TÉCNICO  
A/C Sandro Alex Russo Valera

**Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023**

**Objeto:** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para, a saber: (i) **aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente**, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) **aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto**, conforme especificações constantes no quadro abaixo:

O Departamento de Licitações informa que nessa data recebeu impugnação do referido edital, tendo em que a impugnação trata-se de questões técnica encaminho o presente processo para a área solicitante do produto analisar a ref. impugnação.

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
**LEILIANE AP. SANTOS GASPAR**  
Departamento de Licitações



**RESPOSTA DA IMPUGNAÇÃO**

AO  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
A/C Leiliane

**Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023**

**Objeto:** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para, a saber: (i) **aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente**, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) **aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto**, conforme especificações constantes no quadro abaixo:

Tendo em vista a impugnação do edital quanto ao item 1. que trata de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos, cap 50/70 modificado por aditivo, processo e mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos), com garantia de estocagem por até 24 (vinte e quatro) meses, capaz de ser aplicada em buracos com água, em períodos de chuva, sem perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação, embalada em sacas de 25 kg, onde a impugnante requereu que fosse suprido o **prazo de validade do laudo** a ser apresentado juntamente com a amostra, informo que:

Uma vez existindo o laudo a empresa garante que segue as normas, sendo assim, informo que é possível suprir a exigência no edital da emissão do laudo emitido no máximo há 12 (doze) meses.

Guarapuava - PR, 08 de março de 2023.

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
**Sandro Alex Russo Valera**  
**DEPARTAMENTO TÉCNICO**

**RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº: 04/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 05/2023**

A empresa LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de São José do Rio Preto -SP, situada na Avenida José Munia, 5209, Sala 36, 3º andar, Jardim Redentor, CEP: 15085-350, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.646.042/0001-41, apresentou impugnação contra os termos do Edital em epígrafe, cujo um dos objetos é o a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para a aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos;

**1. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO**


Nos termos do item 18 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 04/2023, **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSO:**

**18.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

Foi o presente pedido de impugnação enviado a essa pregoeira no dia 07/03/2021.

Conforme o ensinamento do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, “A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do artigo 110 da leiº 8666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta”.

Tendo em vista que o prazo para que se possa apresentar razões de impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à realização da sessão, e a presente sessão está marcada para o dia 09/03/2023, o prazo fim para apresentação de impugnação seria o dia 07/03/2021. Desta forma, o pedido de impugnação ao edital da empresa LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI é tempestivo.





## 2. DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Resumidamente, argumenta a impugnante que o para o Item 1, a *licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, emitido no máximo há 12 (doze) meses, conforme as normas do DER/DNIT PR. Porém os referidos LAUDOS emitidos por laboratórios credenciados ao INMETRO não possuem data de validade, mas sim, data de elaboração dos ensaios. Sendo assim, o Órgão ora Licitante não deve exigir e onerar desnecessariamente as empresas participantes a realizarem laudos exclusivos para esta licitação? Referidos laudos possuem custos elevados que inviabilizam as empresas de os realizarem periodicamente.*

Ao final requer *PROCEDÊNCIA* da presente Impugnação para que este órgão modifique o edital em seu item 3.2 no anexo I (termo de Referência) para suprimir o prazo de emissão do referido laudo, que assim diz: “emitido no máximo há 12 (doze) meses”.

## 3. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO

No edital, a administração exige a:

3.2. Para o Item 1, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, emitido no máximo há 12 (doze) meses, conforme as normas do DER/DNIT PR.

A impugnante argumenta que os LAUDOS emitidos por laboratórios credenciados ao INMETRO não possuem data de validade, mas sim, data de elaboração dos ensaios.

Sendo assim, o Órgão ora Licitante não deve exigir e onerar desnecessariamente as empresas participantes a realizarem laudos exclusivos para esta licitação? Referidos laudos possuem custos elevados que inviabilizam as empresas de os realizarem periodicamente.

Por se tratar de exigência técnica, essa pregoeira encaminhou o processo licitatório juntamente com a impugnação para a área solicitante, essa por sua vez decidiu o que segue:

***Tendo em vista a impugnação do edital quanto ao Item 1. que trata de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos, cap 50/70 modificado por aditivo, processo e mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos), com garantia de estocagem por até***

**24 (vinte e quatro) meses, capaz de ser aplicada em buracos com água, em períodos de chuva, sem perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação, embalada em sacas de 25 kg, onde a impugnante requereu que fosse suprido o prazo de validade do laudo a ser apresentado juntamente com a amostra, informo que:**

**Uma vez existindo o laudo a empresa garante que segue as normas, sendo assim, informo que é possível suprir a exigência no edital da emissão do laudo emitido no máximo há 12 (doze) meses.**

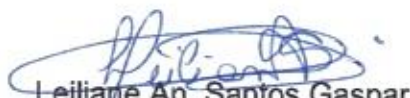
Nesse sentido, não obstante o zelo da administração da SURG, sobretudo do setor requisitante, que procurou estabelecer critérios para uma contratação segura, concluímos que a solicitação da impugnante não afeta a qualidade do objeto pretendido pretendida, ampliando ainda mais a competição entre os concorrentes.

Razão pela qual Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG, altera a referida exigência no edital, para ao final suprir do edital o prazo da emissão do laudo, mantendo todas as demais disposições contidas no edital inclusive a data de abertura das propostas e habilitação.

#### **4. DA CONCLUSÃO**

Portanto, a Pregoeira, juntamente com a Equipe de Apoio também designada, opina pelo acolhimento da presente impugnação, retificando-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2023 no sentido de não se exigir prazo de emissão do laudo, mantendo as demais cláusulas inclusive a data de abertura e julgamento.

Guarapuava/PR. 08 de março de 2023.

  
Leiliane Ap. Santos Gaspar  
**Pregoeira**



## ERRATA

### RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 04/2023

A SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, por intermédio de seu Diretor Administrativo, da Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 19/2022, tornam público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO ao edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023**, tipo Menor Preço Por Item, relativo ao Processo Administrativo nº 05/2023, que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, contendo as seguintes alterações ao instrumento convocatório:

#### ONDE SE LÊ:

#### **3. ENVIO DE AMOSTRAS**

3.1. A licitante vencedora deverá entregar AMOSTRA dos itens em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, feita via chat, para teste.

3.1.2. As amostras deverão ser entregue no almoxarifado da SURG localizado à Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85012-030, Guarapuava - PR.

3.1.3. Para o Item 1, a amostra deverá ser de, no mínimo, 05 (cinco) sacas do produto com as características exigidas neste Termo de Referência.

3.1.3. Para o Item 2, a amostra deverá ser de, no mínimo, 01 (uma) bombona do produto com as características exigidas neste Termo de Referência.

3.2. Para o Item 1, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, emitido no máximo há 12 (doze) meses, conforme as normas do DER/DNIT PR.

3.2.1. AS LICITANTES de outros estados não ficam impedidas de participar, apenas ficam obrigadas também a apresentar o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, CONFORME AS NORMAS DO DER/DNIT - PR.

3.3. Para o Item 2, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, a FICHA TÉCNICA e a FICHA DE SEGURANÇA, com as quais o fiscal irá avaliar a conformidade com o presente termo de referência e com a proposta apresentada pela contratada

3.4. As amostras serão analisadas pela comissão de análise de amostras formada pelos funcionários Maria de Fátima Werneck Lang e João Valdecir dos Santos, que verificará a conformidade com o solicitado pela SURG. Caso não esteja, de imediato procede-se a solicitação das amostras da segunda colocada, e assim por diante, respectivamente, sendo assegurado novo prazo de entrega - 5 (cinco) dias úteis - contando agora, da convocação formal.

3.5. O objeto será adjudicado à licitante, no caso de as amostras estarem de acordo com as especificações exigidas, ficando a licitante vencedora obrigada a fornecer somente o produto aprovado pela comissão de análise.

3.6. Fica vedada a apresentação de prospectos e/ou catálogos descritivos, em substituição às amostras.

3.7. As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente.



**LEIA-SE:**

**3. ENVIO DE AMOSTRAS**

3.1. A licitante vencedora deverá entregar AMOSTRA dos itens em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, feita via chat, para teste.

3.1.2. As amostras deverão ser entregue no almoxarifado da SURG localizado à Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85012-030, Guarapuava - PR.

3.1.3. Para o Item 1, a amostra deverá ser de, no mínimo, 05 (cinco) sacas do produto com as características exigidas neste Termo de Referência.

3.1.3. Para o Item 2, a amostra deverá ser de, no mínimo, 01 (uma) bombona do produto com as características exigidas neste Termo de Referência.

**3.2. Para o Item 1, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, conforme as normas do DER/DNIT PR.**

3.2.1. AS LICITANTES de outros estados não ficam impedidas de participar, apenas ficam obrigadas também a apresentar o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, CONFORME AS NORMAS DO DER/DNIT - PR.

3.3. Para o Item 2, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, a FICHA TÉCNICA e a FICHA DE SEGURANÇA, com as quais o fiscal irá avaliar a conformidade com o presente termo de referência e com a proposta apresentada pela contratada

3.4. As amostras serão analisadas pela comissão de análise de amostras formada pelos funcionários Maria de Fátima Werneck Lang e João Valdecir dos Santos, que verificará a conformidade com o solicitado pela SURG. Caso não esteja, de imediato procede-se a solicitação das amostras da segunda colocada, e assim por diante, respectivamente, sendo assegurado novo prazo de entrega - 5 (cinco) dias úteis - contando agora, da convocação formal.

3.5. O objeto será adjudicado à licitante, no caso de as amostras estarem de acordo com as especificações exigidas, ficando a licitante vencedora obrigada a fornecer somente o produto aprovado pela comissão de análise.

3.6. Fica vedada a apresentação de prospectos e/ou catálogos descritivos, em substituição às amostras.

3.7. As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente.

Tendo em vista que a alteração supracitada não interfere na elaboração da proposta, **a data de abertura da sessão e disputa por lances permanece para o dia 09/03/2023, às 08h30min** (horário de Brasília-DF), através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), conforme previsto na parte final da alínea "a", do inciso II, do §4º, do artigo 40, do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG. E todos os demais termos e condições estabelecidas no edital de Licitação e seus anexos, permanecem inalterados.

Esta errata está disponível no endereço: Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon – CEP 85.012-030. Telefone (42) 3630-0500, ou através dos "sites": <http://surg.com.br/surg/licitacoes/licitacoes-2-2-2-3/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Guarapuava - PR, 08 de março de 2023.

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo





Assunto **Re: IMPUGNAÇÃO AO PREGÃO Nº 04/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023**  
De Jurídico Surg <juridico@surg.com.br>  
Para LICITAÇÃO - LÍDER ASFALTO RÁPIDO <auxiliarlider2@gmail.com>  
Data 08/03/2023 16:46

• 6\_Resposta impugnação\_pregoeira.pdf(~152 KB)

Boa tarde,

Em resposta à impugnação apresentada por vossa empresa, segue em anexo arquivo com a resposta.  
Informo que a mesma se encontra disponível no Compras.net e no site da SURG.

Nos mantemos à disposição,

Atenciosamente,

Em 07/03/2023 12:58, LICITAÇÃO - LÍDER ASFALTO RÁPIDO escreveu:

Prezados, boa tarde

Em anexo segue Impugnação ao Pregão Eletrônico nº 04/2023, Processo Administrativo nº 05/2023.

Aguardo retorno,

Favor acusar o recebimento deste.

Att;  
LÍDER ASFALTO RÁPIDO LTDA.

--

 **SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava**

Departamento de Licitações

Leiliane/Felipe/Guilherme/Nayara

Assunto **Mensagem entregue com sucesso**  
De <MAILER-DAEMON@storagemail239-farm16.kinghost.net>  
Para <juridico@surg.com.br>  
Data 08/03/2023 16:49

- Delivery report(~480 B)

Este é o sistema de e-mail no servidor smtp-sp217-62.kinghost.net

Sua mensagem foi entregue com sucesso para o(s) destino(s) listados abaixo. Se a mensagem foi entregue na Caixa de Entrada, você não deve mais receber notificações, caso contrário, ainda receberá mensagens de outros sistemas.

Para obter mais detalhes acesse o link:

<https://kinghost.com.br/wiki/artigo/mensagem-entregue-com-sucesso/>

Equipe KingHost

<auxiliarlider2@gmail.com>: delivery via  
gmail-smtp-in.l.google.COM[142.251.0.26]:25: 250 2.0.0 OK 1678304988  
g1-20020a056870a70100b001728f5f6eafsi15424682oam.21 - gsmtip

Reporting-MTA: dns; smtp-sp217-62.kinghost.net  
X-Postfix-Queue-ID: E685C4076DFD  
X-Postfix-Sender: rfc822; juridico@surg.com.br  
Arrival-Date: Wed, 8 Mar 2023 16:49:45 -0300 (-03)

Final-Recipient: rfc822; auxiliarlider2@gmail.com  
Original-Recipient: rfc822;auxiliarlider2@gmail.com  
Action: relayed  
Status: 2.0.0  
Remote-MTA: dns; gmail-smtp-in.l.google.COM  
Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 OK 1678304988  
g1-20020a056870a70100b001728f5f6eafsi15424682oam.21 - gsmtip

Return-Path: <juridico@surg.com.br>  
Received: from webmail-worker-ctrl-12.kinghost.net (imap-vip-01-farm16.kinghost.net [191.6.216.4])  
(Authenticated sender: juridico@surg.com.br)  
by smtp-sp217-62.kinghost.net (Postfix) with ESMTPA id E685C4076DFD  
for <auxiliarlider2@gmail.com>; Wed, 8 Mar 2023 16:49:45 -0300 (-03)  
DKIM-Signature: v=1; a=rsa-sha1; c=relaxed/relaxed; d=dkim.kinghost.net;  
s=king1; t=1678304986; bh=+RXBtFCFzXNqXZ2MpRa2mp2AGy0=;  
h=Date:From:To:Subject:In-Reply-To:References:From;  
b=Xl9fns45lwnHugWklPMAJIb1knN/ncfJ1rFdIDNYw9vaGg2u+IvSy+vHFMbIp6FnU  
/I1rjZ3S24XpiBRRTmgNALbS/W9UtzlmsQg5cYcqzdA6n43kf8yzHwJna2Dtay1CKM  
2HX4qnN6SaR9t52FUHSduHXrc7KKcD6G7PVW7RnE=  
MIME-Version: 1.0  
Date: Wed, 08 Mar 2023 16:46:02 -0300  
From: =?UTF-8?Q?Jur=C3=ADdico\_Surg?= <juridico@surg.com.br>  
To: =?UTF-8?Q?LICITA=C3=87=C3=830\_-\_L=C3=8DDER\_ASFALTO\_R=C3=81PIDO?=  
<auxiliarlider2@gmail.com>  
Subject: =?UTF-8?Q?Re=3A\_IMPUGNA=C3=87=C3=830\_AO\_PREG=C3=830\_N=C2=BA\_04/2?=  
=?UTF-8?Q?023\_PROCESSO\_ADMINISTRATIVO\_N=C2=BA\_05/2023?=  
In-Reply-To: <CA1LTj3c=sNay4j-jv\_-1iV+BxfyzUJf1PAUuSjst9jTm6K-dcQ@mail.gmail.com>  
References: <CA1LTj3c=sNay4j-jv\_-1iV+BxfyzUJf1PAUuSjst9jTm6K-dcQ@mail.gmail.com>  
User-Agent: Roundcube Webmail/Final  
Message-ID: <a02ace5bc04923534893ee6b4da79656@surg.com.br>  
X-Sender: juridico@surg.com.br  
Return-Receipt-To: =?UTF-8?Q?Jur=C3=ADdico\_Surg?= <juridico@surg.com.br>  
Disposition-Notification-To: =?UTF-8?Q?Jur=C3=ADdico\_Surg?=  
<juridico@surg.com.br>  
Content-Type: multipart/mixed;  
boundary="=\_65e00895847798edd6d559ad4873ea8d"  
X-SND-ID: q8yVctiURTGTvbJxEa3/rEWrhnpvJxhUmOMfNmVp74/5SG0RbaPuztXZ1x3  
Pr/YuVa8770bn27101hC1Dcuk001010tCh06TadMaa01uFB-0-1-1740-1130



**Impugnação 08/03/2023 16:29:05**

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023 OBJETO: 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para, conforme especificações constantes neste edital e no seu Anexo I, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e... Impugnante: LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI Ao Sr. (a) Pregoeiro (a) da SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava. A empresa LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de São José do Rio Preto -SP, situada na Avenida José Munia, 5209, Sala 36, 3º andar, Jardim Redentor, CEP: 15085-350, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.646.042/0001-41, vem, respeitosamente, perante V. Sa., apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL em epígrafe, com sustentação no § 2º do artigo 41 da Lei 8666/93 - aplicável por força do artigo 9º da Lei Federal nº 10.520/2002 - e artigo 18 do Decreto Federal nº. 5.450/2005, pelos fatos demonstrados nesta peça. DO PRAZO DE ELABORAÇÃO DOS LAUDOS Consta no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA: 3.2. Para o Item 1, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, emitido no máximo há 12 (doze) meses, conforme as normas do DER/DNIT PR. Os referidos LAUDOS emitidos por laboratórios credenciados ao INMETRO não possuem data de validade, mas sim, data de elaboração dos ensaios. Sendo assim, o Órgão ora Licitante não deve exigir e onerar desnecessariamente as empresas participantes a realizarem laudos exclusivos para esta licitação? Referidos laudos possuem custos elevados que inviabilizam as empresas de os realizarem periodicamente. Este órgão não pode e não deve exigir condições onde a própria legislação não os obriga. Uma vez a empresa em posse de seu LAUDO emitido, garante que possui capacidade e qualidade em seu material, que segue a risca as normas e a "receita" para conseguir bons resultados. Um novo laudo só será feito, caso a empresa possua interesse em realizar ensaios para conseguir resultados diferentes dos que já possui. Neste diapasão, caso este órgão Licitante queira exigir laudos atualizados ou para seu determinado lote, deve assumir tal custo, e neste caso, esta empresa esta a disposição para o fornecimento de amostras e material necessário para tanto. A empresa IMPUGNANTE concorda plenamente com as exigências de comprovação de qualidade do produto licitado através de estudos laboratoriais, no entanto, é demasiadamente custoso e desnecessário que a empresa faça esses ensaios laboratoriais a cada 12 (doze) meses. Se for seguir esta linha de raciocínio os Laudos deveriam ser realizados a cada lote de fabricação, porém o custo elevado desses estudos laboratoriais inviabilizam essa frequência. A posse dos Laudos com resultados compatíveis com as normas, comprova a capacidade da empresa em obter o produto com a máxima qualidade, seja este estudo realizado em 12 meses ou em 05 anos! Sendo assim, não restam dúvidas quanto a necessidade de adequação do presente Edital, suprimindo a exigência referida. REQUERIMENTOS Diante de todo o alegado acima e amparados na probidade administrativa deste Pregoeiro serve o presente para REQUERER a Vossa Senhoria, o quanto segue: - A PROCEDÊNCIA da presente Impugnação para que este órgão modifique o edital em seu item 3.2 no anexo I (termo de Referência) para suprimir o prazo de emissão do referido laudo, que assim diz: "emitido no máximo há 12 (doze) meses". Por fim, pelos fundamentos e motivos acima expostos, requer a procedência da impugnação apresentada. Pelo que PEDE DEFERIMENTO. Mirela Fava Fernandes S. J. Rio Preto/SP, 07 de março de 2023.



**Resposta 08/03/2023 16:29:05**

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO nº: 04/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 05/2023 A empresa LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de São José do Rio Preto - SP, situada na Avenida José Munia, 5209, Sala 36, 3º andar, Jardim Redentor, CEP: 15085-350, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.646.042/0001-41, apresentou impugnação contra os termos do Edital em epígrafe, cujo um dos objetos é o a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para a aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; 1. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO Nos termos do item 18 do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2023, IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSO: 18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital. Foi o presente pedido de impugnação enviado a essa pregoeira no dia 07/03/2021. Conforme o ensinamento do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, "A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do artigo 110 da lei nº 8666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta". Tendo em vista que o prazo para que se possa apresentar razões de impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à realização da sessão, e a presente sessão está marcada para o dia 09/03/2023, o prazo fim para apresentação de impugnação seria o dia 07/03/2021. Desta forma, o pedido de impugnação ao edital da empresa LÍDER ASFALTO RÁPIDO EIRELI é tempestivo. 2. DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE Resumidamente, argumenta a impugnante que o para o Item 1, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, emitido no máximo há 12 (doze) meses, conforme as normas do DER/DNIT PR. Porém os referidos LAUDOS emitidos por laboratórios credenciados ao INMETRO não possuem data de validade, mas sim, data de elaboração dos ensaios. Sendo assim, o Órgão ora Licitante não deve exigir e onerar desnecessariamente as empresas participantes a realizarem laudos exclusivos para esta licitação? Referidos laudos possuem custos elevados que inviabilizam as empresas de os realizarem periodicamente. Ao final requer PROCEDÊNCIA da presente Impugnação para que este órgão modifique o edital em seu item 3.2 no anexo I (termo de Referência) para suprimir o prazo de emissão do referido laudo, que assim diz: "emitido no máximo há 12 (doze) meses". 3. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO No edital, a administração exige a: 3.2. Para o Item 1, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, emitido no máximo há 12 (doze) meses, conforme as normas do DER/DNIT PR. A impugnante argumenta que os LAUDOS emitidos por laboratórios credenciados ao INMETRO não possuem data de validade, mas sim, data de elaboração dos ensaios. Sendo assim, o Órgão ora Licitante não deve exigir e onerar desnecessariamente as empresas participantes a realizarem laudos exclusivos para esta licitação? Referidos laudos possuem custos elevados que inviabilizam as empresas de os realizarem periodicamente. Por se tratar de exigência técnica, essa pregoeira encaminhou o processo licitatório juntamente com a impugnação para a área solicitante, essa por sua vez decidiu o que segue: Tendo em vista a impugnação do edital quanto ao Item 1. que trata de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos, cap 50/70 modificado por aditivo, processo e mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos), com garantia de estocagem por até 24 (vinte e quatro) meses, capaz de ser aplicada em buracos com água, em períodos de chuva, sem perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação, embalada em sacas de 25 kg, onde a impugnante requereu que fosse suprido o prazo de validade do laudo a ser apresentado juntamente com a amostra, informo que: Uma vez existindo o laudo a empresa garante que segue as normas, sendo assim, informo que é possível suprir a exigência no edital da emissão do laudo emitido no máximo há 12 (doze) meses. Nesse sentido, não obstante o zelo da administração da SURG, sobretudo do setor requisitante, que procurou estabelecer critérios para uma contratação segura, concluímos que a solicitação da impugnante não afeta a qualidade do objeto pretendido pretendida, ampliando ainda mais a competição entre os concorrentes. Razão pela qual Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG, altera a referida exigência no edital, para ao final suprir do edital o prazo da emissão do laudo, mantendo todas as demais disposições contida no edital inclusive a data de abertura das propostas e habilitação. 4. DA CONCLUSÃO Portanto, a Pregoeira, juntamente com a Equipe de Apoio também designada, opina pelo acolhimento da presente impugnação, retificando-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2023 no sentido de não se exigir prazo de emissão do laudo, mantendo as demais cláusulas inclusive a data de abertura e julgamento. Guarapuava/PR. 08 de março de 2023. Leiliane Ap. Santos Gaspar Pregoeira



**Aviso 08/03/2023 16:33:52**

**ERRATA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 04/2023 A SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, por intermédio de seu Diretor Administrativo, da Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 19/2022, tornam público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023, tipo Menor Preço Por Item, relativo ao Processo Administrativo nº 05/2023, que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, contendo as seguintes alterações ao instrumento convocatório: ONDE SE LÊ: 3. ENVIO DE AMOSTRAS 3.1. A licitante vencedora deverá entregar AMOSTRA dos itens em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, feita via chat, para teste. 3.1.2. As amostras deverão ser entregue no almoxarifado da SURG localizado à Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85012-030, Guarapuava - PR. 3.1.3. Para o Item 1, a amostra deverá ser de, no mínimo, 05 (cinco) sacas do produto com as características exigidas neste Termo de Referência. 3.1.3. Para o Item 2, a amostra deverá ser de, no mínimo, 01 (uma) bombona do produto com as características exigidas neste Termo de Referência. 3.2. Para o Item 1, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, emitido no máximo há 12 (doze) meses, conforme as normas do DER/DNIT PR. 3.2.1. AS LICITANTES de outros estados não ficam impedidas de participar, apenas ficam obrigadas também a apresentar o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, CONFORME AS NORMAS DO DER/DNIT - PR. 3.3. Para o Item 2, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, a FICHA TÉCNICA e a FICHA DE SEGURANÇA, com as quais o fiscal irá avaliar a conformidade com o presente termo de referência e com a proposta apresentada pela contratada 3.4. As amostras serão analisadas pela comissão de análise de amostras formada pelos funcionários Maria de Fátima Werneck Lang e João Valdecir dos Santos, que verificará a conformidade com o solicitado pela SURG. Caso não esteja, de imediato procede-se a solicitação das amostras da segunda colocada, e assim por diante, respectivamente, sendo assegurado novo prazo de entrega - 5 (cinco) dias úteis - contando agora, da convocação formal. 3.5. O objeto será adjudicado à licitante, no caso de as amostras estarem de acordo com as especificações exigidas, ficando a licitante vencedora obrigada a fornecer somente o produto aprovado pela comissão de análise. 3.6. Fica vedada a apresentação de prospectos e/ou catálogos descritivos, em substituição às amostras. 3.7. As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente. LEIA-SE: 3. ENVIO DE AMOSTRAS 3.1. A licitante vencedora deverá entregar AMOSTRA dos itens em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação do pregoeiro, feita via chat, para teste. 3.1.2. As amostras deverão ser entregue no almoxarifado da SURG localizado à Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85012-030, Guarapuava - PR. 3.1.3. Para o Item 1, a amostra deverá ser de, no mínimo, 05 (cinco) sacas do produto com as características exigidas neste Termo de Referência. 3.1.3. Para o Item 2, a amostra deverá ser de, no mínimo, 01 (uma) bombona do produto com as características exigidas neste Termo de Referência. 3.2. Para o Item 1, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, conforme as normas do DER/DNIT PR. 3.2.1. AS LICITANTES de outros estados não ficam impedidas de participar, apenas ficam obrigadas também a apresentar o laudo com relatório de laboratório credenciado pelo INMETRO, CONFORME AS NORMAS DO DER/DNIT - PR. 3.3. Para o Item 2, a licitante vencedora deve apresentar, juntamente com as amostras, a FICHA TÉCNICA e a FICHA DE SEGURANÇA, com as quais o fiscal irá avaliar a conformidade com o presente termo de referência e com a proposta apresentada pela contratada 3.4. As amostras serão analisadas pela comissão de análise de amostras formada pelos funcionários Maria de Fátima Werneck Lang e João Valdecir dos Santos, que verificará a conformidade com o solicitado pela SURG. Caso não esteja, de imediato procede-se a solicitação das amostras da segunda colocada, e assim por diante, respectivamente, sendo assegurado novo prazo de entrega - 5 (cinco) dias úteis - contando agora, da convocação formal. 3.5. O objeto será adjudicado à licitante, no caso de as amostras estarem de acordo com as especificações exigidas, ficando a licitante vencedora obrigada a fornecer somente o produto aprovado pela comissão de análise. 3.6. Fica vedada a apresentação de prospectos e/ou catálogos descritivos, em substituição às amostras. 3.7. As amostras ficarão retidas na SURG para realização de eventuais ensaios tecnológicos e para fins de comparação com os produtos que serão entregues futuramente. Tendo em vista que a alteração supracitada não interfere na elaboração da proposta, a data de abertura da sessão e disputa por lances permanece para o dia 09/03/2023, às 08h30min (horário de Brasília-DF), através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), conforme previsto na parte final da alínea "a", do inciso II, do §4º, do artigo 40, do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG. E todos os demais termos e condições estabelecidas no edital de Licitação e seus anexos, permanecem inalterados. Esta errata está disponível no endereço: Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon - CEP 85.012-030. Telefone (42) 3630-0500, ou através dos "sites": <http://surg.com.br/surg/licitacoes/licitacoes-2-2-2-3/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br> Guarapuava - PR, 08 de março de 2023. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER Diretor Administrativo**



HOME ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/](http://SURG.COM.BR/SURG/))

LICITAÇÕES ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/LICITACOES/](http://SURG.COM.BR/SURG/LICITACOES/))

CONCURSOS ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/CONCURSOS/](http://SURG.COM.BR/SURG/CONCURSOS/))

SOBRE ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/SOBRE/](http://SURG.COM.BR/SURG/SOBRE/))

PORTAL DO SERVIDOR ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/PORTAL-DO-SERVIDOR/](http://SURG.COM.BR/SURG/PORTAL-DO-SERVIDOR/))

CONTATO ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/CONTATO/](http://SURG.COM.BR/SURG/CONTATO/))

OUVIDORIA ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/OUVIDORIA/](http://SURG.COM.BR/SURG/OUVIDORIA/))

E-MAIL ([HTTP://WEBMAIL.SURG.COM.BR](http://WEBMAIL.SURG.COM.BR))

Licitações (<http://surg.com.br/surg/licitacoes/>) / Licitações 2023

## Licitações

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA ▾

Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

*Impugnação 08/03/2023*

0

*Resposta do Departamento Técnico 08/03/2023*

0

*Resposta da Pregoeira 08/03/2023*

0

*Errata 08/03/2023*

0

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ▾

Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto.





PREGÃO 04/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2023

OBJETO: Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

# **PARTICIPANTES E DECLARAÇÕES**

**DECLARAÇÕES**

UASG 929391 - COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA  
Pregão Nº 42023 (SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Porte da Empresa
25.244.319/0001-93	RAJ Indústria e Pavimentações Ltda	ME/EPP
Data Declarações: 05/03/2023 13:06	Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u>	Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u>	Declaração de Menor: <u>SIM</u>	Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		
03.127.904/0001-70	TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	ME/EPP
Data Declarações: 06/03/2023 14:58	Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u>	Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u>	Declaração de Menor: <u>SIM</u>	Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		
36.646.042/0001-41	LIDER ASFALTO RAPIDO LTDA	ME/EPP
Data Declarações: 07/03/2023 10:35	Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u>	Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u>	Declaração de Menor: <u>SIM</u>	Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		
18.375.607/0001-11	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA	Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 07/03/2023 14:55	Declaração MEE/EPP: <u>NÃO</u>	Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u>	Declaração de Menor: <u>SIM</u>	Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		
18.707.234/0001-39	CLENEX COMERCIO E SERVICOS LTDA	ME/EPP
Data Declarações: 08/03/2023 13:23	Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u>	Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u>	Declaração de Menor: <u>SIM</u>	Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		
14.115.466/0001-47	EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA	ME/EPP
Data Declarações: 08/03/2023 15:45	Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u>	Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u>	Declaração de Menor: <u>SIM</u>	Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		
04.268.030/0001-34	SC ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA	ME/EPP
Data Declarações: 08/03/2023 16:57	Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u>	Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u>	Declaração de Menor: <u>SIM</u>	Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		
30.961.753/0001-24	H R CORTES LTDA	ME/EPP
Data Declarações: 09/03/2023 02:01	Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u>	Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u>	Declaração de Menor: <u>SIM</u>	Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u>		Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		

Imprimir o  
Relatório

Fechar





PREGÃO 04/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2023

OBJETO: Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

**PROPOSTAS  
AJUSTADAS**

**EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA****ANEXO IV  
PROPOSTA COMERCIAL**

EDITAL DE PREGÃO Nº 04/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023

**Dados Bancários:**

Banco: SICOOB 756 Agência: 4355 Conta: 86274

Item	Qtd.	Und.	Descrição	Marca	Valor unit.	Valor total
1	10.000	Sacas	MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.	EVOPAV/ PARANANORTE	R\$ 21,99	R\$ 219.900,00

Valor unitário = R\$ 21,99 (vinte e um reais e noventa e nove centavos).

Valor global = R\$ 219.900,00 (duzentos e dezenove mil e novecentos reais).

**Validade da proposta:** 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.**Prazo de Entrega dos Produtos:** 10 (dez) dias contados da solicitação / ordem de compras.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 04/2023 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da ata de registro de preços, respectivamente).

Assaí, 09 de Março de 2023.



Documento assinado digitalmente

EUDES BARBOZA DE SOUZA

Data: 09/03/2023 10:07:21 -0300

Verifique em <https://verificador.itl.br>**EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA**

CNPJ: 14.115.466/0001-47

EUDES BARBOZA DE SOUZA

RG: 6486.840-3 - SSP

CPF: 033.364.859-59

**EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA**

RUA NITEROI, 1815 – CENTRO – ASSAÍ – PR – CEP: 86220-000

CNPJ: 14.115.466/0001-47 – INSC. ESTADUAL: 90568.500.71 – INSC. MUNICIPAL: 34728942

EMAIL: [euvesou@evopav.com.br](mailto:euvesou@evopav.com.br) – FONE: 42-2262-0075



## 1 – OBJETIVO

Determinação da massa específica, massa específica aparente e da absorção de água de grãos de pedregulho retidos na peneira de abertura 4,8 mm das amostras entregues no laboratório.

## 2 – AMOSTRA

Amostra de Pedrisco (Brita 0) - Fornecedor: Pedreira Norte. Data de coleta não declarada. Entregue pelo interessado em nosso laboratório em 18/02/2022.

## 3 – METODOLOGIA

A metodologia empregada na realização dos ensaios é prescrita pela seguinte norma da ABNT:

ABNT NBR 6458:2016 : Grão de pedregulho retidos na peneira de abertura 4,8 mm - Determinação da  
Versão corrigida 2017 : massa específica, massa específica aparente e da absorção de água

## 4 – RESULTADOS OBTIDOS

CARACTERÍSTICAS		RESULTADOS
Massa específica dos grãos	(g/cm³)	2,68
Massa específica aparente dos grãos	(g/cm³)	2,64
Absorção de água	(%)	0,544

## 5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

"As opiniões e interpretações expressas abaixo não fazem parte do escopo da acreditação deste laboratório"

A análise dos resultados deverá ser realizada de acordo a especificação ou projeto do interessado

As informações de amostragem, coleta, identificação da amostra e local de aplicação foram fornecidas pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

  
Tecn. Const. Civ. Edif. Celina Miki Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

  
Engº Antonio Carlos Pitta  
Diretor

  
Marcos Pereira da Silva  
Encarregado de Pavimentação SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

Este relatório cancela e substitui o anteriormente emitido em 09/12/2021, trata-se do suplemento do RE01, referente à exclusão de informação (pó de pedra), no item 2 - amostra, devido à falha de transcrição de dados.

IDENTIFICAÇÃO RELATÓRIO DE ENSAIO	
NÚMERO	01A
CENTRO DE CUSTO	2.3.4.040.0106
PEDIDO DE ENSAIO	205,455
ID	1000041172
PÁGINA	01/02

<b>TÍTULO</b>	:	Ensaio em solos
<b>INTERESSADO</b>	:	EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA. Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>REFERÊNCIA</b>	:	Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>NATUREZA DO TRABALHO</b>	:	Determinação da massa específica, massa específica aparente e da absorção de água de grãos de pedregulho retidos na peneira de abertura 4,8 mm, conforme ABNT NBR 6458:2016 Versão corrigida 2 2017.

**NOTA IMPORTANTE**

OS RESULTADOS DESTES ENSAIOS TEM SIGNIFICADO RESTRITO, SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA ENTREGUE PELO INTERESSADO



## 5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

### LIMITES MÁXIMOS DE PERDAS

ESPECIFICAÇÃO			
Limite de perda			Norma
Solução	Miúdo	Graúdo	
Sulfato de sódio	$\leq 10\%$	$\leq 12\%$	ASTM C33/18
Sulfato de magnésio	$\leq 15\%$	$\leq 18\%$	

A amostra analisada atende a especificação da ASTM C33/18, quanto ao ensaio realizado.

Regra de decisão: Incerteza de medição não considerada na declaração de conformidade.

As informações de amostragem, coleta, identificação da amostra e local de aplicação foram fornecidas pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

*Celina Miki Yokoyama*  
Tecn. Const. Civ. Edif. Celina Miki Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

*Antonio Carlos Pitta*  
Engº Antonio Carlos Pitta  
Diretor

*Renato Barbosa de Melo*  
Renato Barbosa de Melo  
Assistente Técnico III  
Concremat Engenharia e Tecnologia

## 1 – OBJETIVO

Determinação da durabilidade do agregado.

## 2 – AMOSTRA

Amostra de Pó de Pedra - Fornecedor: Pedreira Norte. Data de coleta não declarada. Entregue pelo interessado em nosso laboratório em 18/02/2022.

Procedência da amostra: Pedreira Pedra Norte.

## 3 – METODOLOGIA

A amostra foi analisada conforme a prescrição da seguinte norma:

ASTM C 88/18 : Standard Test Method for Soundness of Aggregates by Use of Sodium Sulfate or Magnesium Sulfate.

## 4 - RESULTADOS OBTIDOS

GRADUAÇÃO	COMPOSIÇÃO GRANULOMETRICA DA AMOSTRA			PESO DAS FRAÇÕES DA AMOSTRA ANTES DO ENSAIO (g)	PESO DAS FRAÇÕES DA AMOSTRA DEPOIS DO ENSAIO (g)	PORCENTAGEM DA FRAÇÃO APÓS O ENSAIO, QUE PASSA NA PENEIRA QUE FOI ORIGINALMENTE RETIDA (% DE PERDA)	MÉDIA PONDERADA CALCULADA COM BASE NA GRANULOMETRIA DA AMOSTRA ORIGINAL (% DE PERDA CORRIGIDA)
	PASSANTE (mm)	RETIDO (mm)	MATERIAL RETIDO (%)				
63,5 a 38	63,5	50,0	-	-	-	-	-
	50,0	37,5	-	-	-	-	-
38 a 19	37,5	25,0	-	-	-	-	-
	25,0	19,0	-	-	-	-	-
19 a 9,5	19,0	12,5	-	-	-	-	-
	12,5	9,5	-	-	-	-	-
9,5 a 4,8	9,5	4,75	0	-	-	1,10*	0,00
4,8 a 2,4	4,75	2,36	22	100,1	99,0	1,10	0,24
2,4 a 1,2	2,36	1,18	23	100,0	99,4	0,60	0,14
1,2 a 0,6	1,18	0,60	16	100,1	99,1	1,00	0,16
0,6 a 0,3	0,60	0,30	13	100,1	99,5	0,60	0,08
0,3 a 0,15	0,30	0,15	9			-	-
Menor 0,15			17			-	-
Totais			100	-	-	-	0,62 = 1
Obs. *A perda percentual (1,10%) desta fração foi considerada como tendo a mesma perda da fração imediatamente menor, pois essa fração contém menos de 5% da amostra original recebida ou não existe. Conforme estabelecido no item 5.4.							
Números de Partículas ≥ 19 mm:				-			
Números de Partículas Afetadas				-			
Natureza da Ação:				-			

**Solução utilizada: Sulfato de Sódio.**

Ensaio realizado no período de 24/02/2022 a 12/03/2022.



IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE ENSAIO	
NÚMERO	01
CENTRO DE CUSTO	2.3.4.040.0106
PEDIDO DE ENSAIO	205.455
ID	1000041160
PÁGINA	01/03

<b>TÍTULO</b>	:	Ensaio em Agregado.
<b>INTERESSADO</b>	:	EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA. Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>REFERÊNCIA</b>	:	Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>NATUREZA DO TRABALHO</b>	:	Determinar a Durabilidade dos agregados. (Pó de pedra).

**NOTA IMPORTANTE**  
OS RESULTADOS DESTES ENSAIOS TEM SIGNIFICADO RESTRITO, SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA ENTREGUE PELO INTERESSADO

**A** : EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA. Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293  
Mutirão - Assaí/PR.  
**Referência** : Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.  
**Fornecedor** : Pedreira Pedra Norte.  
**Amostra** : Amostra de agregado graúdo – Pedrisco (Brita 0). Data de coleta não declarada. Entregue pelo interessado em nosso laboratório em 18/02/2022.

## DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE FORMA PELO MÉTODO DO PAQUÍMETRO

(ABNT NBR 7809:19)

### ANÁLISE GRANULOMÉTRICA

ABERTURA DA PENEIRA	PORCENTAGEM RETIDA (%)	PORCENTAGEM ACUMULADA (%)
76.0 mm	-	-
64.0 mm	-	-
50.0 mm	-	-
38.0 mm	-	-
32.0 mm	-	-
25.0 mm	-	-
19.0 mm	-	-
12.5 mm	-	-
9.5 mm	7	7
6.3 mm	53	60
4.8 mm	24	84
2.4 mm	16	100
1.2 mm	0	100
600 µm	0	100
300 µm	0	100
150 µm	0	100
RESÍDUO	0	100

### RESULTADOS OBTIDOS E CLASSIFICAÇÃO

COMPRIMENTO MÉDIO ( $C_{MÉDIO}$ )	14,2 mm
ESPESSURA MÉDIA ( $E_{MÉDIA}$ )	8,3 mm
GRADUAÇÃO DO AGREGADO:	4,75 / 12,5
ÍNDICE DE FORMA:	1,7

"As opiniões e interpretações expressas abaixo não fazem parte do escopo da acreditação deste laboratório".

Quanto a verificação do índice de forma pelo método do paquímetro solicitada pelo interessado, a amostra analisada atende as especificações da ABNT NBR 7211:2009, estabelecidas no item 6.1.2.  
A amostra analisada se enquadra na graduação 4,75 / 12,5 prescrita pela ABNT NBR 7211/09.

Regra de decisão: Incerteza de medição não considerada na declaração de conformidade.

As informações de amostragem, coleta, identificação da amostra e local de aplicação foram fornecidas pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

*Celina Miki Yokoyama*  
Teog. Const. Civ. Edif. Celina Miki Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

*Engº Antonio Carlos Pitta*  
Diretor

**NOTA IMPORTANTE**  
OS RESULTADOS DESTES ENSAIOS TEM SIGNIFICADO  
RESTRITO, SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA  
ENTREGUE PELA INTERESSADA

*Renato Barbosa de Melo*  
Assistente Técnico III  
Concremat Engenharia e Tecnologia



**A** : EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA. Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 Mutirão - Assaí/PR.

**Referência** : Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.

**Fornecedor** : Pedreira Pedra Norte.

**Amostra** : Amostra de agregado graúdo – Pedrisco (Brita 0). Data de coleta não declarada. Entregue pelo interessado em nosso laboratório em 18/02/2022.

### DETERMINAÇÃO DA ABRASÃO "LOS ANGELES" (NBR-NM 51:01)

COMPOSIÇÃO GRANULOMÉTRICA			GRADUAÇÃO PARA ENSAIO
Penelras		Retida acumulado da Massa total (%)	Massa parcial (g)
NR.	Abertura (mm)		
-	63,0	-	-
-	50,0	-	-
-	37,5	-	-
-	25,0	-	-
-	19,0	-	-
-	12,5	-	-
-	9,5	-	-
134396	6,3	60	2500
212989	4,75	84	2502
-	2,36	-	-

MASSA INICIAL (g)	MASSA FINAL (g)	GRADUAÇÃO DE ENSAIO	ABRASÃO "LOS ANGELES" (%)	QUANTIDADE DE ESFERAS	MASSA DAS ESFERA (g)
5002	3539	C	29,2	08	3335

**Obs.:** Ensaio realizado no período de 24/02/2022 a 26/02/2022.

#### • ANÁLISE DOS RESULTADOS

"As opiniões e interpretações expressas abaixo não fazem parte do escopo da acreditação deste laboratório."

A amostra analisada atende as especificações da ABNT NBR 7211/09, quanto ao ensaio realizado.

Regra de decisão: Incerteza de medição não considerada na declaração de conformidade.

As informações de amostragem, coleta, identificação da amostra e local de aplicação foram fornecidas pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

*Celina Miki Yokoyama*  
Teog. Const. Civ. Edif. Celina Miki Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

*Engº Antonio Carlos Pitta*  
Engº Antonio Carlos Pitta  
Diretor

**NOTA IMPORTANTE**  
OS RESULTADOS DESTES ENSAIO TEM SIGNIFICADO  
RESTRITO, SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA  
ENTREGUE PELO INTERESSADO

*Renato Barbosa de Melo*  
Renato Barbosa de Melo  
Assistente Técnico III  
Concremat Engenharia e Tecnologia

## 1 – OBJETIVO

Determinação da massa específica, massa específica aparente e da absorção de água de grãos de pedregulho retidos na peneira de abertura 4,8 mm das amostras entregues no laboratório.

## 2 – AMOSTRA

Amostras de Pedrisco (Brita 0) e Pó de Pedra - Fornecedor: Pedreira Norte. Data de coleta não declarada. Entregue pelo interessado em nosso laboratório em 18/02/2022.

## 3 – METODOLOGIA

A metodologia empregada na realização dos ensaios é prescrita pela seguinte norma da ABNT:

ABNT NBR 6458:2016 : Grão de pedregulho retidos na peneira de abertura 4,8 mm - Determinação da  
Versão corrigida 2017 : massa específica, massa específica aparente e da absorção de água

## 4 – RESULTADOS OBTIDOS

CARACTERÍSTICAS		RESULTADOS
Massa específica dos grãos	(g/cm³)	2,68
Massa específica aparente dos grãos	(g/cm³)	2,64
Absorção de água	(%)	0,544

## 5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

"As opiniões e interpretações expressas abaixo não fazem parte do escopo da acreditação deste laboratório"

A análise dos resultados deverá ser realizada de acordo a especificação ou projeto do Interessado

As informações de amostragem, coleta, identificação da amostra e local de aplicação foram fornecidas pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

  
Teog. Const. Civ. Edif. Celina Miki Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

  
Engº Antonio Carlos Pitta  
Diretor

  
Marcos Pereira da Silva  
Encarregado de Pavimentação SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia



<b>TÍTULO</b>	:	Ensaio em solos
<b>INTERESSADO</b>	:	EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA. Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>REFERÊNCIA</b>	:	Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>NATUREZA DO TRABALHO</b>	:	Determinação da massa específica, massa específica aparente e da absorção de água de grãos de pedregulho retidos na peneira de abertura 4,8 mm, conforme ABNT NBR 6458:2016 Versão corrigida 2 2017.

**NOTA IMPORTANTE**  
OS RESULTADOS DESTE ENSAIO TEM SIGNIFICADO  
RESTRITO, SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA  
ENTREGUE PELO INTERESSADO

## 1 – OBJETIVO

Determinar o índice de degradação de rochas após compactação Marshall, sem ligante - ID<sub>M</sub>.

## 2 – AMOSTRA

Amostras de Pedrisco (Brita 0) e Pó de pedra - Fornecedor: Pedreira Norte. Data de coleta não declarada. Entregues pelo interessado em nosso laboratório em 18/02/2022.

## 3 – METODOLOGIA

As amostras foram ensaiadas de acordo com a metodologia prescrita pela seguinte norma:

DNER-ME 401/1999

: Agregados – Determinação do índice de degradação de rochas após compactação Marshall, com ligante – ID<sub>ML</sub> e sem ligante – ID<sub>M</sub>

## 4 – RESULTADO OBTIDO

ENSAIO	RESULTADO OBTIDO	ESPECIFICAÇÃO DNIT 031/2006
ID <sub>M</sub>	4,1 %	Máximo 8 %

Amostra analisada em 24/02/2022.

## 5 – ANÁLISE DO RESULTADO

A amostra analisada atende a especificação quanto ao ensaio de índice de degradação de rochas após compactação Marshall, sem ligante - ID<sub>M</sub>.


Regra de decisão: Incerteza de medição não considerada na declaração de conformidade.

As informações de amostragem, coleta, identificação da amostra e local de aplicação foram fornecidas pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

  
Tecn. Const. Civ. Edif. Celina Miki Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

  
Eng.º Antonio Carlos Pilla  
Diretor

  
Marcos Pereira da Silva  
Encarregado de Pavimentação SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia



IDENTIFICAÇÃO RELATÓRIO DE ENSAIO	
NÚMERO	01
CENTRO DE CUSTO	2.3.4.040.0106
PEDIDO DE ENSAIO	205.455
ID	1000040676
PÁGINA	01/02

<b>TÍTULO</b>	:	Agregado para pavimentação
<b>INTERESSADO</b>	:	EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA. Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>REFERÊNCIA</b>	:	Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>NATUREZA DO TRABALHO</b>	:	Determinação do índice de degradação de rochas após compactação Marshall, sem ligante - ID <sub>M</sub> , conforme DNER-ME 401/1999.

**NOTA IMPORTANTE**  
OS RESULTADOS DESTES ENSAIOS TEM SIGNIFICADO  
RESTRITO, SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA  
ENTREGUE PELO INTERESSADO

**A** : EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA. Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.

**Referência** : Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.

**Amostra** : Pó de Pedra fornecida pela Pedreira Pedra Norte. Data de coletada não declarada. Entregue pelo interessado em nosso laboratório em 18/02/2022.

## ENSAIO DE EQUIVALENTE DE AREIA (DNER ME 54-97)

### • DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

Pó de Pedra fornecida pela Pedreira Pedra Norte

### • RESULTADOS

EQUIVALENTE DE AREIA (E. A.)	RESULTADOS OBTIDOS (%)				VALOR ESPECIFICADO
	1ª DETERMINAÇÃO	2ª DETERMINAÇÃO	3ª DETERMINAÇÃO	MÉDIA	%
	57,6	57,9	57,9	58	-

### • ANÁLISE DO RESULTADO

A análise do resultado deverá ser realizada de acordo com a especificação ou projeto do interessado.

As informações de amostragem, coleta, identificação da amostra e local de aplicação foram fornecidas pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

**NOTA IMPORTANTE**  
OS RESULTADOS DESTES ENSAIOS TEM SIGNIFICADO RESTRITO, SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA ENTREGUE PELO INTERESSADO

  
Téc. Const. Civ. Edif. Celina Miki Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

  
Eng.º Antonio Carlos Pilla  
Diretor

  
Marcos Pereira da Silva  
Encarregado de Pavimentação SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia



## 1 – OBJETIVO

Determinação da adesividade do agregado graúdo ao ligante betuminoso da amostra entregue no laboratório.

## 2 – AMOSTRA

Amostra de Pedrisco (Brita 0) - Fornecedor: Pedreira Norte. Data de coleta não declarada. Entregue pelo interessado em nosso laboratório em 18/02/2022.

Amostra de CAP 50/70 não fornecida pelo interessado, foi utilizado CAP do laboratório conforme solicitação do interessado.

## 3 – METODOLOGIA

A metodologia empregada na realização do ensaio é prescrita pela seguinte norma:

DNER ME 78:1994 : Agregado - Adesividade do agregado graúdo a ligante betuminoso

## 4 – RESULTADO OBTIDO

Adesividade satisfatória.

## 5 – ANÁLISE DO RESULTADO

"As opiniões e interpretações expressas abaixo não fazem parte do escopo da acreditação deste laboratório"

A análise dos resultados deverá ser realizada de acordo com a especificação ou projeto do interessado.

Regra de decisão: Incerteza de medição não considerada na declaração de conformidade.

As informações de amostragem, coleta, identificação da amostra e local de aplicação foram fornecidas pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

  
Tec. Const. Civ. Edif. Celina Miki Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

  
Engº Antonio Carlos Pilla  
Diretor

  
Marcos Pereira da Silva  
Encarregado de Pavimentação SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

<b>TÍTULO</b>	:	Ensaio em asfalto
<b>INTERESSADO</b>	:	EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA. Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>REFERÊNCIA</b>	:	Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>NATUREZA DO TRABALHO</b>	:	Adesividade em agregado graúdo – Pedrisco (Brita 0) com CAP 50/70, conforme a DNER-ME 78/1994.

**NOTA IMPORTANTE**  
OS RESULTADOS DESTES ENSAIOS TEM SIGNIFICADO  
RESTRITO, SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA  
ENTREGUE PELO INTERESSADO



## 1 – OBJETIVO

Determinar o índice de degradação de rochas após compactação Marshall, com ligante - ID<sub>ML</sub>.

## 2 – AMOSTRA

Amostras de Pedrisco e Pó de pedra - Fornecedor: Evopav. Data de coleta não declarada. Entregues pelo interessado em nosso laboratório em 18/02/2022.

Amostra de CAP 50/70 não fornecida pelo interessado, foi utilizado CAP do laboratório conforme solicitação do interessado.

## 3 – METODOLOGIA

As amostras foram ensaiadas de acordo com a metodologia prescrita pela seguinte norma:

DNER-ME 401/1999

: Agregados – Determinação do índice de degradação de rochas após compactação Marshall, com ligante – ID<sub>ML</sub> e sem ligante – ID<sub>M</sub>

## 4 – RESULTADO OBTIDO

ENSAIO	RESULTADO OBTIDO	ESPECIFICAÇÃO DNIT 031/2006
ID <sub>ML</sub>	2,1 %	Máximo 5 %

Amostra analisada em 02/12/2021.

## 5 – ANÁLISE DO RESULTADO

A amostra analisada atende a especificação quanto ao ensaio de índice de degradação de rochas após compactação Marshall, com ligante CAP 50/70 utilizado do laboratório - ID<sub>ML</sub>.

Regra de decisão: Incerteza de medição não considerada na declaração de conformidade.

As informações de amostragem, coleta, identificação da amostra e local de aplicação foram fornecidas pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

  
Teog. Const. Civ. Edif. Celina Miki Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

  
Engº Antonio Carlos Pitta  
Diretor

  
Marcos Pereira da Silva  
Encarregado de Pavimentação SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

IDENTIFICAÇÃO RELATÓRIO DE ENSAIO	
NÚMERO	02
CENTRO DE CUSTO	2.3.4.040.0106
PEDIDO DE ENSAIO	205.387
ID	1000040891
PÁGINA	01/02

228

<b>TÍTULO</b>	:	Agregado para pavimentação
<b>INTERESSADO</b>	:	EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA. Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>REFERÊNCIA</b>	:	Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.
<b>NATUREZA DO TRABALHO</b>	:	Determinação do índice de degradação de rochas após compactação Marshall, com ligante - ID <sub>ML</sub> , conforme DNER-ME 401/1999.

**NOTA IMPORTANTE**  
OS RESULTADOS DESTE ENSAIO TEM SIGNIFICADO  
RESTRITO, SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA  
ENTREGUE PELO INTERESSADO



**A** : EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA. Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.  
**Referência** : Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR  
**Faixa:** : IE 03/2009-PMSP - Faixa IV PMSP  
**Fornecedor** : Evopav  
**Amostra** : CBUQ com CAP 50/70 modificado para aplicação a frio. Amostrado e transportado pelo interessado e entregue em nosso laboratório em 18/02/2022.

**DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO POR COMPRESSÃO DIAMETRAL DE MISTURAS BETUMINOSAS**  
(DNIT ME 136/2018- ABNT NBR 15087:12)

**DESCRIÇÃO DA AMOSTRA**

DATA DA COLETA	DATA DO ENSAIO
Não declarado	24/02/2022

**RESULTADOS**

RESISTÊNCIA À TRAÇÃO POR COMPRESSÃO DIAMETRAL	
	1,24
ESPECIFICAÇÃO:	≥ 0,80

**Obs:**

**• ANÁLISE DOS RESULTADOS**

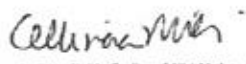
A amostra analisada atende a especificação, quanto ao ensaio realizado.

Regra de decisão: Incerteza de medição não considerada na declaração de conformidade.

As informações de amostragem, coleta, identificação da amostra e local de aplicação foram fornecidas pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

**NOTA IMPORTANTE**  
OS RESULTADOS DESTES ENSAIO TEM SIGNIFICADO RESTRITO, SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA ENTREGUE PELO INTERESSADO

  
Tecg. Const. Civ. Edif. Celina Miki Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

  
Eng.º Antonio Carlos Pitta  
Diretor

  
Marcos Pereira da Silva  
Encarregado de Pavimentação SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

**A** : EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA. Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.  
**Referência** : Rua Dr. Gustavo Américo Hasselmann, 293 - Mutirão - Assaí/PR.  
**Faixa:** : IE 03/2009-PMSP - Faixa V PMSP  
**Fornecedor** : Evopav  
**Amostra** : CBUQ com CAP 50/70 modificado para aplicação a frio. Amostrado e transportado pelo interessado e entregue em nosso laboratório em 18/02/2022.

**DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO POR COMPRESSÃO DIAMETRAL DE MISTURAS BETUMINOSAS**  
(DNIT ME 136/2018- ABNT NBR 15087:12)

**DESCRIÇÃO DA AMOSTRA**

DATA DA COLETA	DATA DO ENSAIO
Não declarado	24/02/2022

**RESULTADOS**

RESISTÊNCIA À TRAÇÃO POR COMPRESSÃO DIAMETRAL	
	1,18
ESPECIFICAÇÃO:	≥ 0,80

**Obs:**

**• ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A amostra analisada atende a especificação.

Regra de decisão: Incerteza de medição não considerada na declaração de conformidade.

As informações de amostragem, coleta, identificação da amostra e local de aplicação foram fornecidas pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

**NOTA IMPORTANTE**  
OS RESULTADOS DESTES ENSAIO TEM SIGNIFICADO RESTRITO, SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA ENTREGUE PELO INTERESSADO

  
Tecn. Const. Civ. Edif. Celina Miki Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia

  
Engº Antonio Carlos Pitta  
Diretor

  
Marcos Pereira da Silva  
Encarregado de Pavimentação SP  
Concremat Engenharia e Tecnologia



IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE ENSAIO	
NÚMERO DE RELATÓRIO	2
CENTRO DE CUSTO	2.3.4.040.0106
PERÍODO DE ENSAIO	205.387
ID	1000040136
PÁGINA	01/01



CONCREMAT  
comunicazione e tecnologia

293 - Multidão - Assaí/PR.

**EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO L.I. DA RUA DR. GUSTAVO AFFRÉSCIO (POBODIMANN), 203 - MULTIRÃO - ASSAÍ/PR.**

Referencia : Rua Dr. Gustavo Attencio, 1333 - Fátima, Curitiba - PR - 81212-900 - Fone: (41) 333-1111 - Fax: (41) 333-1112 - E-mail: [contato@pm.sp.gov.br](mailto:contato@pm.sp.gov.br) - [www.pm.sp.gov.br](http://www.pm.sp.gov.br)

- IE valorizado maior - 1,00 e 1,10 mil.
- CBIO com CAP 50/70 modificado para aplicação a frio. Amostrado e transportado pelo interessado o entregue em nosso laboratório em 18/02/2022.

Fornecedores : Evonov

CONTROLE TECNOLÓGICO - C.B.U.Q.

AM	Local	GRANULOMETRIA % QUE PASSA NAS PENEIRAS (DNIR ME 083/95)										LABORATÓRIO - DENSIDADE DE PROJETO - 2,388 g/cm³ (DNIR ME 117/94; DNIR ME 63/94; DNIR ME 43/95)														PISTA																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
		34"	10"	38"	4"	10"	40"	60"	200"	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>	D <sub>475</sub>	D <sub>75</sub>	D <sub>150</sub>	D <sub>300</sub>	D <sub>600</sub>	D <sub>850</sub>	D <sub>1060</sub>	D <sub>2000</sub>	FLUEN- CIA (mm)	ESTAB. (km)	R.B.V. (%)	V.C.B. (%)	V.A.M. (%)	BETU- ME (%)	VV (%)	V.C.B. (%)	R.B.V. (%)	D <sub>10</sub>	D <sub>30</sub>	D <sub>60</sub>	D <sub>100</sub>	D <sub>200</sub>

1. *Marshall Islands* and *Marshall Islands* are separate islands.

São Paulo, 25 de abril de 2022..

*Cellina Mili*  
Tecn. Const. Civ. Edif. Celina Mili Yokoyama  
Gerente do Laboratório de SP  
Concursos Especiais Tecnologia

Marcelo Pereira da Silva  
Encarregado de Pavimentação SP  
Concretas Enchentes e Tecnologia

NOTA IMPORTANTE  
OS RESULTADOS DESTES ENSAIOS TEM SIGNIFICADO  
RESTRIITO. SE APLICAM TÃO SOMENTE A AMOSTRA.  
ENTRQUE PELO INTERESSADO

o. A falta de base técnica da medicina não considerada na declaração de conformidade.

Regra de decisão: incentiva os membros do comitê a não confundirem sua decisão com a decisão da maioria. Identificar os membros seniores e locais de aplicação foram fornecidos pelo interessado, sendo de responsabilidade do mesmo.

As informações de amostragem, coleta, identificação ou análise e locais de aplicação serão remanejadas por...

E EXPRESSAMENTE PROIBIDA REPRODUÇÃO PARCIAL DESTES DOCUMENTOS E MODIFICAÇÃO DE QUALQUER DELES SEM A CONSENTIDA NO POSTAL E ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS.

ESTE FORMULÁRIO DEVE SER CONSUL TADO NO PORTAL ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

RUA HOMERD VAZ DU  
ASEAL 002 R - REV 1



SURG – CIA. DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA  
PE SRP Nº 04/2023 – UASG 929391  
PROCESSO ADM. Nº 05/2023

ANEXO IV  
PROPOSTA COMERCIAL

EDITAL DE PREGÃO Nº 04/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023

**Empresa:** TSC PONTUAL Comercial e Distribuidora Ltda. EPP CNPJ nº 03.127.904/0001-70  
**Inscrição Estadual** nº 524.054.355.118 – **Inscrição Municipal** nº 9.135.161  
**Endereço:** Rua Dora, nº 626, Baln. Três Marias, Cidade: Peruíbe - Estado: São Paulo - **CEP** 11.750-000  
**Fone:** (13) 3456-9100 / **Whatsapp** (13) 99794-5206 / (13) 99639-1558 / (13) 99684-1483  
**Email:** [tscpontual@tscpontual.com.br](mailto:tscpontual@tscpontual.com.br) / [doc1@tscpontual.com.br](mailto:doc1@tscpontual.com.br) / [doc2@tscpontual.com.br](mailto:doc2@tscpontual.com.br)  
**Dados Bancários:** Banco: Caixa Econômica Federal - Agência: 1438-3 - Conta: 2920-2.

**OBJETO:** Registro de preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e **aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto**, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
2	200	Bombonas	Antiaderente para pneus de rolo Compactador, líquido, em forma de fluido, diluição em água, mínimo de 1/6, biodegradável, baixa toxicidade. Embalagem em Bombonas com 50 litros.	PRUDEMPLAST/ REMOCIL 180S	883,56	176.712,00

Valor unitário = R\$ 883,56 (oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos)

Valor global = R\$ 176.712,00 (Cento e setenta e seis mil, setecentos e doze reais)

**Validade da proposta:** 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.

**Prazo de Entrega dos Produtos:** 10 (dez) dias contados da solicitação / ordem de compras.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 04/2023 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da ata de registro de preços, respectivamente).

Peruíbe, 09 de março de 2023.

**03.127.904/0001-70**

**TSC PONTUAL  
COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA**

**Rua Dora, 626, Balneário Três Marias -  
Peruíbe - SP  
CEP 11.750-000**

SERGIO CARLOS

TRONI:046529528

21

Assinado de forma digital por  
SERGIO CARLOS  
TRONI:04652952821  
Dados: 2023.03.09 10:40:30  
-03'00'

Sergio Carlos Troni  
RG: 14.198.011-4 - SSP/SP  
CPF: 046.529.528-21  
Diretor



## Especificações Técnicas

### Protetor e antiaderente de pneus biodegradável e atóxico

#### 1. DESCRIÇÃO

A PRUDEPLAST QUÍMICA INDUSTRIAL foi precursora na fabricação e desenvolvimento de produtos especialmente voltados ao segmento de pavimentação asfáltica, inovando com tecnologia avançada e específica para a produção de antiaderentes para pneus de rolos compactadores. Desde 2006, vem aperfeiçoando sua linha **REMOCIL**, tornando-se líder de mercado devido à excelência de seus produtos, desenvolvidos a partir da carência do mercado interno brasileiro de produtos destinados a este fim, e em substituição à elementos como o óleo diesel, erroneamente utilizado para esta aplicação. Da necessidade de produtos específicos e apropriados, foram especialmente elaborados os componentes da linha **REMOCIL**, que se utiliza de matérias primas e de tecnologia mais avançada, resultando em produtos totalmente adequados aos revestimentos asfálticos, e que preservam a integridade dos elementos utilizados, como os rolos compactadores e pneus. **REMOCIL 180 S** é um produto de base vegetal, elaborado para aplicação em compactador de pneus. Seu principal objetivo é proteger e impedir a aderência de asfalto nos pneus. É um produto que atende as empresas de pavimentação e obras rodoviárias.

##### Principais Vantagens:

1. **PRODUTO BIODEGRADÁVEL;**
2. **NÃO INFLAMÁVEL;**
3. Evita a aderência de asfalto no pneu;
4. Não deixa sinais no asfalto;
5. Praticidade na preparação e diluição do produto;
6. Altamente econômico;
7. É um produto de completa remoção por enxágue;
8. Atóxico;
9. Não contém solventes alifáticos;
10. Não possui odor forte ou irritante.

#### 2. APLICAÇÕES

É recomendado para revestimento asfáltico aditivado com polímero ou convencional.

#### 3. INSTRUÇÕES DE USO

A diluição sugerida para utilização é de até 1:10 (uma parte do produto para 9 partes de água), variando conforme o tipo de revestimento asfáltico. Para obtenção de melhores resultados de aplicação e de rendimento do produto recomendamos que após o lançamento do revestimento asfáltico pela vibroacabadora, a rolagem de compactação deverá ser iniciada com rolo compactador vibratório, seguido por rolagem de acabamento, com rolo de pneus. O procedimento deverá seguir as etapas descritas abaixo:

3.1) Abastecer o reservatório da máquina com uma quantidade de água de pH neutro que represente 60% da quantidade total de solução desejada;

3.2) Em um recipiente separado, realizar uma diluição de **REMOCIL 180 S** em água de pH neutro, antes de transferi-lo para o reservatório da máquina. Poderá ser utilizada uma bombona de 50 L, usada, com a parte superior aberta. Adicionar a quantidade de **REMOCIL 180 S** suficiente para o preparo da solução, na diluição desejada. Ocupar, de preferência, até a metade do volume da bombona. Em seguida preencher com água de pH neutro, até ocupar um volume suficiente para realizar a mistura do produto sem que ocorra o derramamento. Com auxílio de um pedaço de cano de PVC, ou algum objeto semelhante, agitar a solução até a mistura completa. Se o volume de **REMOCIL 180 S** não for suficiente para preencher o reservatório, efetuar nova diluição da mesma maneira;

3.3) Transferir a mistura pré-diluída para o reservatório da máquina e completar com o restante da água de pH neutro, até atingir a quantidade total de solução desejada;

##### Para outras informações:

Solicite literatura do produto e Fichas de Instrução de Segurança do Produto Químico, ou ligue para (+55) 18 2101 9989.  
Ou visite o nosso website em: [www.prudemplast.com.br](http://www.prudemplast.com.br).

As informações contidas nesta Ficha Técnica correspondem a dados coletados em diversas referências de conceituada credibilidade, e refletem nosso melhor conhecimento para manuseio deste produto sobre condições normais, entretanto a Prudemplast Química Industrial não fornece garantias a respeito das informações aqui apresentadas, portanto as mesmas devem ser utilizadas como referencial sujeito a questionamentos, não se responsabilizando por qualquer dano que eventualmente venha a ocorrer pelo uso dessas informações.

PRUDEPLAST QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Avenida José Moisés Ferreira, 800  
Distrito Industrial, Presidente Prudente, São Paulo - Brasil  
CEP: 19043-120

Emissão  
13/05/2014

Revisão  
00

Elaborado por  
Luciana F. C. Sás

Analisado criticamente e  
Aprovado por  
José Yoshinobu Nishimoto  
CRQ nº: 77167

**REMOCIL 180 S**

CÓDIGO: FT - 120

3.4) Após o preenchimento do reservatório, preferencialmente, utilizar de bomba para circulação do produto no reservatório da máquina, até que haja a completa homogeneização. Como alternativa a este método, movimentar algumas vezes a máquina, para frente ou para trás, realizando paradas bruscas para homogeneizar a mistura dentro do reservatório.

**IMPORTANTE:** Sempre utilizar água potável para o preparo do produto. A utilização de água captada diretamente em rios, córregos ou represas, pode causar o entupimento dos bicos aspersores, devido à grande quantidade de impurezas contidas na água não tratada. A água com pH descontrolado pode afetar a estabilidade da solução e consequentemente a eficiência do produto.

A aplicação de **REMOCIL 180 S** deverá ser feita por pulverização.

**4. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS**

Estado Físico	Líquido
Aparência	Opaco
Cor	Branco
Odor	Característico
Densidade (g/cm <sup>3</sup> )	0,975 – 1,000
Solubilidade em água / Miscibilidade	Total
Validade	12 Meses

**5. COMPOSIÇÃO**

Ácidos Carboxílicos, Emulsionantes, Aditivos e Veículo.

**6. MANUSEIO E SEGURANÇA**

**CONSERVE FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS E DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS.**

O manuseio do produto deve ser realizado com a utilização dos EPI's que constam na FISPQ.

**7. EMBALAGEM E ARMAZENAMENTO**

**REMOCIL 180 S** é comercializado em embalagens de 50 e 200 Litros.

Armazenar em local coberto, fresco, seco, distante de fontes de calor, na embalagem original devidamente fechada.

Para outras informações:

Solicite literatura do produto e Fichas de Instrução de Segurança do Produto Químico, ou ligue para (+55) 18 2101 8939.  
Ou visite o nosso website em: [www.prudemplast.com.br](http://www.prudemplast.com.br).

As informações contidas nesta Ficha Técnica correspondem a dados coletados em diversas referências de conceituada credibilidade, e refletem nosso melhor conhecimento para manuseio deste produto sobre condições normais, entretanto a Prudemplast Química Industrial não fornece garantias a respeito das informações aqui apresentadas, portanto as mesmas devem ser utilizadas como referencial sujeito a questionamentos, não se responsabilizando por qualquer dano que eventualmente venha a ocorrer pelo uso dessas informações.

PRUDEMPAST QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Avenida: José Moisés Ferreira, 800  
Distrito Industrial, Presidente Prudente, São Paulo - Brasil  
CEP: 19043-120

Emissão      Revisão      Elaborado por  
13/05/2014      00      Luciana F. C. Sás

Analísado criticamente e  
Aprovado por  
José Yoshinobu Nishimoto  
CRQ nº:77167



# REMOCIL 180 S

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DA EMPRESA**

**Identificação da substância/preparação:**  
Referência do produto: REMOCIL 180 S  
Nome do produto: FISQP - 120  
Código interno de identificação: Limpa e protege, impedindo a aderência de poeira e o ressecamento das peças.  
Aplicação:

**Identificação da empresa fabricante:**  
Empresa: PRUDEPLAST QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA  
Endereço: Av. José Múica Ferreira, 800 - Distrito Industrial - Presidente Prudente - SP - Brasil  
CEP: 13.210-1.000  
Telefone: prudem@prudem.com.br  
E-mail: prudem@prudem.com.br  
Teléfonos de Emergência: 0800-115279 - Pol. Química - ABIQUIM - 24h  
0800-0148110 - CEATOX - Hospital das Clínicas  
193 - Bombeiros

**2. IDENTIFICAÇÃO DE PERIGOS**

**Classificação segundo GHS:** Este material não é considerado perigoso pela Norma de Comunicação de Perigo da OSHA (29 CFR 1910.1200).

**Classificação de perigo:**  
Toxicidade aguda oral - Categoria 5  
Toxicidade aguda dérmica - Categoria 5  
Toxicidade aguda inalatória - Categoria 5  
Corrosão/irritação à pele - Categoria 3  
Lesões oculares graves/irritação ocular - Categoria 2B  
Sensibilização à pele - Categoria 1  
Sensibilização respiratória - Categoria 1  
Perigo por aspiração - Categoria 2  
Perigo ao ambiente aquático - agudo - Categoria 3

**Sistema de Classificação Utilizado:** Norma ABNT-NBR 14726 - Parte 2:2009 Versão Corrigida 2:2010.  
Adoção do Sistema Globalmente Harmonizado para a Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos, ONU.

**Outros perigos que não resultam em uma classificação:** De maneira geral o produto não apresenta riscos ao operador. Quando inalado pode provocar sintomas alérgicos.

**Pictogramas:**

**Palavra de Advertência:** ATENÇÃO

**Frase de Perigo:** H303 Pode ser nocivo se ingerido  
H313 Pode ser nocivo em contato com a pele  
H333 Pode ser nocivo se inalado

PRUDEPLAST QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Rua: ...  
PRUDEPLAST QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Rua: ...

**3. COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE OS INGREDIENTES**

**Substância Matéria:** Bases naturais, Derivados vegetais.

**Nome químico ou comum:** Óleo de origem vegetal

**Ingredientes ou impurezas que contribuem para o perigo:**

Nome químico ou comum	Nº CAS	Faixa Concentração (%)
Óleo de origem vegetal	68989-25-3	70-95%

**4. MEDIDAS DE PRIMEIROS SOCORROS**

**Inalação:** Induzir. Caso ocorra sensação de desconforto, remove a vítima para local arejado. Persistindo o problema, obtenha atenção médica.

**Contato com a pele:** Induzir. Caso ocorra irritação em indivíduos alérgicos, lavar com água em abundância. Persistindo o sintoma, obtenha atenção médica.

**Contato com os olhos:** Lave imediatamente com água em abundância. Obtenha atenção médica imediata.

**Ingestão:** Não induzir ao vômito. Caso ocorra espontaneamente, mantenha baixa a cabeça da vítima, evitando obstrução das vias respiratórias. Procure atendimento médico.

**Proteção do prestador de socorro:** Não provocar o vômito. Tratar como contaminação por detergente neutro. Utilize os EPI's na prestação de socorro. Não provocar o vômito.

**5. MANUSEIO E ARMAZENAMENTO**

**Precauções para manuseio seguro:**  
Evite o manuseio do produto sem luvas. Manuseie em local seco e ventilado. Utilize equipamento de proteção individual. Evite a inalação de névoas, vapores e fumos.  
**Medidas de higiene:** Lave as mãos após manusear o produto.

**Condições de armazenamento seguras, incluindo qualquer incompatibilidade:**  
**Prevenção de incêndio e explosão:**  
Mantenha afastado do calor, faísca, chama aberta e superfícies quentes.  
**Condições adequadas:**  
Armazene em local fresco e seco, longe de fontes de ignição.  
Armazene de forma a evitar o derramamento do produto. Não armazene em embalagens abertas e inadequadamente etiquetadas.  
**Embalagens compatíveis:**  
Embalagens plásticas.

**6. CONTROLE DE EXPOSIÇÃO E PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

**Parâmetros de controle específicos**

**Medidas de controle de engenharia:**  
Utilização de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) recomendados para o manuseio do produto. Manter a ventilação do local. As pessoas que manipularem o produto devem estar devidamente treinadas quanto às operações e os riscos existentes.

**Equipamento de proteção individual apropriado:**  
As atividades de manuseio, manutenção, descarte ou outras que os ofereçam risco devem ser usadas os seguintes EPI's:  
Proteção dos olhos/face: Utilize óculos de segurança de ampla visão.  
Proteção das mãos: Luvas impermeáveis de PVC ou nitrilo.  
Proteção da pele e corpo: Uniforme em bom, bota de PVC e avental se houver contato intenso com o produto concentrado.  
Proteção respiratória: Não é necessária em condições normais de uso.

PRUDEPLAST QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Rua: ...  
PRUDEPLAST QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Rua: ...

**7. MANUSEIO E ARMAZENAMENTO**

**Precauções para manuseio seguro:**  
Evite o manuseio do produto sem luvas. Manuseie em local seco e ventilado. Utilize equipamento de proteção individual. Evite a inalação de névoas, vapores e fumos.  
**Medidas de higiene:** Lave as mãos após manusear o produto.

**Condições de armazenamento seguras, incluindo qualquer incompatibilidade:**  
**Prevenção de incêndio e explosão:**  
Mantenha afastado do calor, faísca, chama aberta e superfícies quentes.  
**Condições adequadas:**  
Armazene em local fresco e seco, longe de fontes de ignição.  
Armazene de forma a evitar o derramamento do produto. Não armazene em embalagens abertas e inadequadamente etiquetadas.  
**Embalagens compatíveis:**  
Embalagens plásticas.

**8. CONTROLE DE EXPOSIÇÃO E PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

**Parâmetros de controle específicos**

**Medidas de controle de engenharia:**  
Utilização de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) recomendados para o manuseio do produto. Manter a ventilação do local. As pessoas que manipularem o produto devem estar devidamente treinadas quanto às operações e os riscos existentes.

**Equipamento de proteção individual apropriado:**  
As atividades de manuseio, manutenção, descarte ou outras que os ofereçam risco devem ser usadas os seguintes EPI's:  
Proteção dos olhos/face: Utilize óculos de segurança de ampla visão.  
Proteção das mãos: Luvas impermeáveis de PVC ou nitrilo.  
Proteção da pele e corpo: Uniforme em bom, bota de PVC e avental se houver contato intenso com o produto concentrado.  
Proteção respiratória: Não é necessária em condições normais de uso.

**9. PROPRIEDADES FÍSICO-QUÍMICAS**

Estado físico	Líquido opaco
Cor	Branco
Odor	Característico
pH	8,0-8,5
Ponto de ebulição inicial e faixa de temperatura de ebulição	Não Disponível
Ponto de fusão	Não Disponível
Taxa de evaporação	Não Disponível
Temperatura crítica	Não Disponível
Ponto de fulgor	Não Disponível
Temperatura de auto-ignição	Não Disponível
Pressão de vapor	Não Disponível
Densidade de vapor	0,850 - 0,950
Densidade (g/cm³)	Completamente solúvel
Solubilidade em água	Não Disponível
Temperatura de decomposição	Não Disponível

PRUDEPLAST QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Rua: ...  
PRUDEPLAST QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Rua: ...

**10. MEDIDAS DE COMBATE A INCÊNDIO**

**Produto não inflamável. Não combustível. Não se incendia.**

**Meios adequados de extinção:**  
Espuma mecânica, de acordo com as técnicas recomendadas pelo fabricante para os grandes incêndios. Utilizar Dócil ou Carbono ou Pó Químico para pequenos incêndios. Utilizar água somente na forma de névoa.

**Meios de extinção não apropriados:**  
Água jet plena pode causar espalhamento do produto.

**Perigos específicos:**  
Não aplicável.

**Métodos especiais de combate:**  
Não aplicável.

**Proteção de bombeiros/brigadistas:**  
Usar EPI's descritos na seção 8, em especial o uso de aparelhos de proteção de respiração independente do ar ambiente.

**Perigos específicos da combustão do produto:**  
Não aplicável.

**11. MEDIDAS DE CONTROLE PARA DERRAMAMENTOS OU VAZAMENTOS**

**Precauções pessoais:**  
Utilizar EPI's que constam na seção 8.

**Remoção de fontes de ignição:**  
Evacuar a área afetada, isolar e sinalizar a área atingida. Afaste todas as fontes de calor e ignição. Manter o local ventilado.

**Prevenção de inalação e contato com pele, mucosas e olhos:**  
Utilizar EPI's conforme "8. Controle de Exposição e Proteção Individual".

**Precauções ao meio ambiente:**  
Evitar que o produto atinja cursos d'água. Absorver a mistura com material absorvente.

**Métodos para limpeza:**  
- Inundação: N.D.  
- Neutralização: Material inerte para recuperar o produto químico: terra, areia, vermiculita ou outro material inerte.  
- Recuperação: Recolher o material derramado num recipiente metálico fechado para Fuga de PD, recuperação ou eliminação, de preferência usando equipamento de vácuo.  
- Eliminação: Digerir o produto e a embalagem de acordo com a legislação local.  
- Limpeza/descontaminação: Evacuar a área imediatamente e ventilar ao máximo. Se permitir o acesso de pessoal especializado, equipado com vestimenta de proteção adequada. Contar o produto derramado em discos. Caso não haja água, circundar o vazamento com terra ou areia. Transferir o produto para recipiente adequado. Recolher o material absorvente.

**Procedimentos a serem adotados:**  
Isolamento de área, evacuação fora do perímetro urbano e boia de lobo, afastar curiosos, sinalizar o perigo para o trânsito, eliminar toda fonte de fogo, calor ou faísca e desligar as circuitos elétricos do veículo.

**Prevenção de perigos secundários:**  
N.D.

PRUDEPLAST QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Rua: ...  
PRUDEPLAST QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Rua: ...

#### 10. ESTABILIDADE E REATIVIDADE

**Estabilidade:**  
Estável sob as condições recomendadas de armazenamento.  
**Materiais/substâncias incompatíveis:**  
Oxidantes fortes como dióxido líquido, oxigênio concentrado, hipoclorito de sódio e amônia.  
**Produtos perigosos de decomposição:**  
Não há.

#### 11. INFORMAÇÕES TOXICOLÓGICAS

**Toxicidade aguda:**  
DL50 (ORAL EM RATOS): 7500mg/kg (praticamente não tóxico)  
Inalação CL50 (ratos): >20.00 mg/L (praticamente não tóxico)  
Inalação cutânea primária (Dráze): 0-0-0 (não irritante)  
Inalação ocular (coelho): não irritante  
**Corrosão/irritação da pele:**  
Não classificado como corrosivo ou irritante à pele.  
**Lesões oculares graves/irritação ocular:**  
Não classificado como irritante ocular.  
**Sensibilização respiratória ou à pele:**  
Pode ocasionar sensibilização do trato respiratório.  
**Mutagenicidade em células germinativas:**  
Não classificado como mutágeno.  
**Carcinogenicidade:**  
Não classificado como carcinógeno para humanos.  
**Toxicidade à reprodução e lactação:**  
Não classificado como prejudicial à fertilidade ou o feto.  
**Toxicidade sistêmica para certos órgãos-alvo - exposição única:**  
Não classificado como tóxico para órgãos-alvo, exposição única.  
**Toxicidade sistêmica para certos órgãos-alvo específicos - exposições repetidas:**  
A inalação de fumos e vapores provenientes do super aquecimento pode causar irritação do trato respiratório e membranas mucosas.  
**Perigo por aspiração:**  
Não apresenta perigo por aspiração.

#### 12. INFORMAÇÕES ECOLÓGICAS

**Efeitos ambientais, comportamentos e impactos do produto:**  
**Ecolocidade:**  
O produto é pouco tóxico aos organismos aquáticos.  
**Persistência e degradabilidade:**  
Produto biodegradável.  
**Potencial bioacumulativo:**  
N.D.

PRUDENSA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Av. Brasil, 1000 - Jd. Capim Verde, 020  
Cidade Industrial - Presidente Prudente, SP 13.211-100  
CNPJ 06.811.121

**Emissão** **Revisão** **Elaborado por** **Avaliado tecnicamente e**  
26/09/2018 01 Luciana P. C. Bae Aprovado por  
Joaquim Roberto Nogueira  
CRQ nº 171461

236  
P

#### 13. CONSIDERAÇÕES SOBRE DISPOSIÇÃO FINAL

**Produto:**  
Deve ser eliminado conforme Resolução CONAMA 005/1993, NBR 10.004/2004.  
**Resíduos de produtos:**  
Conforme o estabelecido para o produto.  
**Embalagem usada:**  
O descarte deve ser realizado conforme o estabelecido para o produto. A reciclagem pode ser aplicada desde que obedecidas às legislações pertinentes.  
**EPI necessários para tratamento e a disposição dos resíduos:**  
Recomenda-se o uso de EPI conforme mencionado na seção 8 desta FISPQ.

#### 14. INFORMAÇÕES SOBRE O TRANSPORTE

Produto químico, hidrossolúvel, de pH neutro, não considerado perigoso para o transporte terrestre, marítimo ou aéreo.

#### 15. REGULAMENTAÇÕES

**Regulamentações:** ABNT NBR 14725:2014 Parte 2 e 3 Versão corrigida - de 17/04/2012  
Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

#### 16. OUTRAS INFORMAÇÕES

**Informações complementares:**  
Se manifestar o produto após ter sido compreendido a FISPQ.  
Esta FISPQ preenche completamente as determinações de norma NBR 14725. As informações contidas nesta ficha de segurança são baseadas nas informações de nossos fornecedores ou no nosso conhecimento. As sugestões e recomendações de uso de nossos produtos são baseadas na experiência e bons resultados obtidos. Qualquer utilização inadequada e fora da observância da legislação será de total responsabilidade do usuário.

**Símbolos:**  
N.D. - Informação não disponível.  
CAS - Chemical Abstracts Service.

PRUDENSA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.  
Av. Brasil, 1000 - Jd. Capim Verde, 020  
Cidade Industrial - Presidente Prudente, SP 13.211-100  
CNPJ 06.811.121

**Emissão** **Revisão** **Elaborado por** **Avaliado tecnicamente e**  
26/09/2018 01 Luciana P. C. Bae Aprovado por  
Joaquim Roberto Nogueira  
CRQ nº 171461





## LAUDO DE APROVAÇÃO DE AMOSTRAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA ENSACADA (item i)

DESCRIÇÃO: Declaramos para os devidos fins, que ao procedermos a análise das amostras do Pregão Eletrônico 04/2023, apresentada pela Empresa Evopav - Evolução em Pavimentação, CNPJ 14.115.466/0001-47, observou-se que as mesmas estão de acordo com as descrições constante no Edital de Licitação.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ANTIADERENTE

DESCRIÇÃO: Declaramos para os devidos fins, que ao procedermos a análise da amostra do Pregão Eletrônico 04/2023, apresentada pela Empresa TSC Pontual Comercial e Distribuidora Ltda, CNPJ 03.127.904/0001-70, observou-se que a mesma está de acordo com as descrições constante no Edital de Licitação.

Guarapuava, 21 de março de 2023.



Maria de Fátima de Lacerda Werneck  
Eng<sup>a</sup> civil CREA PR 25.728/D  
SURG - Cia de Serviços de Urbanização de Guarapuava



EDITAL DE PREGÃO Nº 04/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023  
FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

Empresa: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA  
Endereço: Rod. Martin José Gonçalves, nº 395, km 425, Sanga da Toca  
Cidade: Araranguá Estado: Santa Catarina CEP: 88.913-899  
CNPJ nº 18.375.607/0001-11 IE: 257.073.329  
E-mail: [contato@pavsulASFALTOS.com.br](mailto:contato@pavsulASFALTOS.com.br) Fone/whats: 48 3632-5151/ 48 996792230  
Representante Legal: Edmar Ciro de Oliveira CPF: 037.492.169-59 RG: 3654027  
Conta-Corrente: 49125-0 Agência: 2604 Banco: SICREDI

OBJETO: Registro de preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos e aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I

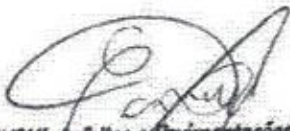
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.	PAVSUL	SC	10000	R\$ 22,49	R\$ 224.900,00

- **Valor unitário da proposta:** R\$ 22,49 (vinte dois e quarenta e nove reais)
- **Valor total da proposta:** R\$ 224.900,00 (duzentos e vinte e quatro mil e novecentos reais).
- **Validade da proposta:** 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.
- **Prazo de Entrega dos Produtos:** 10 (dez) dias contados da solicitação/ordem de compras.
- A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.
- Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 04/2023 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da ata de registro de preços, respectivamente).





Araranguá, 03 de maio de 2023.

  
PAVSUL Asfaltos e Pavimentações Ltda.  
CNPJ 18.375.607/0001-11  
I.E. 257.073.329  
FAX (48) 3632-5151  
Tubarão (SC)

RELATÓRIO DE ENSAIOS GEOTÉCNICOS

FOR-1611-REV02-28-08-2019

SOLOCAP

LABORATÓRIO DE ENSAIOS GEOTÉCNICOS

DATA: 21/05/2021

PROPOSTA Nº: 268-21

OS Nº: 372-PVS3

REVISÃO: 0

RELATÓRIO Nº: 346-21

FOLHA: 2/8

Laboratório de Ensaios Geotécnicos, credenciado pela Cgrec de acordo com a ABNT NBR ISO/IEC 17025, sob o número CRL 1165, este relatório atende aos requisitos de acreditação da Coordenação Geral de Acreditação do Instituto, que avalia a competência do laboratório.

10.1 A Solocap recebeu da Coordenação Geral de Acreditação do Instituto (Cgrec) em 30/09/2018, sob o número CRL 1165, a acreditação segundo os requisitos estabelecidos na ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005. Esta acreditação constitui a expressão formal do reconhecimento de sua competência para realizar atividades de ensaios conforme escopo de acreditação. A revalidação ocorreu em 2019 na versão ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017, com extensão do escopo para atender a seguinte instalação de cliente no qual se realizam ensaios IN SITU. Sendo o primeiro laboratório a acreditar o escopo de ensaios de Solos dentro de uma Barragem no Brasil.

10.2 A situação atual da acreditação e escopo da Solocap podem ser verificados no endereço eletrônico: [www.inmetro.gov.br/credenciamento/laboratorios/Acreditacoes/3552](http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/laboratorios/Acreditacoes/3552)

10.3 Em caso de questionamentos as amostras permanecerão por 30 dias em nosso laboratório, na necessidade de repetição.

#### 11. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS:

Os resultados dos ensaios contidos nos formulários e resumos a seguir são referentes a O.S acima, conforme solicitação do cliente, por e-mail ou proposta. Informamos que a SOLOCAP somente apresenta os resultados e recomenda que o cliente elabore a análise crítica atendendo ao parâmetro do seu projeto.

Bele Horizonte, 21 de maio de 2021.

*Carbório Azevedo Bastos*  
Solocap Geotecnologia Rodoviária Ltda  
Eng. Cristiano Costa Moreira - CREA 61510  
Químico - Eng. Civil - Graduado em Eng. Rodoviária  
Consultor em Materiais e Processos de Pavimentação  
Signatário Autorizado perante a Acreditação - ABNT NBR ISO/IEC 17025

240

1º Laboratório de Geotecnia de Minas Gerais credenciado para esse escopo envolvendo ensaios em: solos, misturas asfálticas, agregados e concreto.

SOLOCAP - Geotecnologia Rodoviária Ltda  
R. Alameda da Paz, 270 - Belo Horizonte - MG - Fone: (031) 3471.5566

Carbório Azevedo Bastos  
Assinatura: Carbório Azevedo Bastos  
Data: 22/05/2021 08:49:35  
Valor Total do Atto: R\$ 4,00  
Selo Digital Tipo Normal C: ALV37397-479U

RELATÓRIO DE ENSAIOS GEOTÉCNICOS

FOR-1611-REV02-28-08-2019

SOLOCAP

LABORATÓRIO DE ENSAIOS GEOTÉCNICOS

DATA: 21/05/2021

PROPOSTA Nº: 268-21

OS Nº: 372-PVS3

REVISÃO: 0

RELATÓRIO Nº: 346-21

FOLHA: 1/8

Laboratório de Ensaios Geotécnicos, credenciado pela Cgrec de acordo com a ABNT NBR ISO/IEC 17025, sob o número CRL 1165, este relatório atende aos requisitos de acreditação da Coordenação Geral de Acreditação do Instituto, que avalia a competência do laboratório.

1. CLIENTE: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES
2. OBJETO: ENSAIOS GEOTÉCNICOS EM ASFALTO E AGREGADO
3. OBRA: ARARANGUAS
4. TRECHO: ROD. MARTINS JOSÉ GONÇALVES, 395, KM 425
5. ATT: EOMAR CIRIO DE OLIVEIRA
6. CONTATO: (31) (48) 36325151  
[licitacao@pavsulastaltos.com.br](mailto:licitacao@pavsulastaltos.com.br)

#### 7. APRESENTAÇÃO:

A Solocap Geotecnologia Rodoviária Ltda, apresenta através do Relatório nº 346-21, ensaios executados em amostra coletada pelo cliente e enviada para o laboratório central da SOLOCAP, com as informações a seguir:

#### 8. AMOSTRAS COLETADAS PELO CLIENTE\*

AMOST.	REGISTRO	MATERIAL	LOCAL/INDICADOR/PRODUTOR
1	1068	MASSA ASFALTO	PAVSUL
2	1069	CAP 50/70	BETUNEL
3	1070	BRITA D	BRITAGEM NUMES

\*A Solocap não emite relatórios de ensaios de controle de qualidade de materiais de construção civil, sendo a responsabilidade do cliente a coleta, acondicionamento, armazenamento e entrega das amostras para análise no laboratório.

#### 9. ENSAIOS SOLICITADOS PELO CLIENTE:

ORD	ENSAIOS	MÉTODO	AMOSTRA	ENSAIOS ACREDITADOS SIM NÃO	QTD
01	ENSAIO MARSHALL - ESTABILIDADE-FLUÊNCIA	DNER - ME 043/1995	1	X	1
02	DENSIDADE APARENTE	DNER - ME 117/1994	1	X	1
03	TRAÇÃO POR COMPRESSÃO	DNER - ME 053/1994	1	X	1
04	TRAÇÃO POR COMPRESSÃO	DNER - ME 053/1994	1	X	1
05	DETERMINAÇÃO DA DENSIDADE REAL - MISTURAS DE AGREGADOS	Nelapad: IT 01	1	X	1
06	DETERMINAÇÃO DA RECUPERAÇÃO ELÁSTICA	NBR 15066/2006	2	X	1
07	ENSAIO DE ABRASÃO	NBR MM 51:2002	3	X	1
08	DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE FORMA	DNER ME 086/1994	3	X	1

#### 10. NOTA:

A reprodução em partes deste relatório de ensaio é permitida desde que todas as informações repassadas pela Solocap sejam fidedignas a esse relatório.

1º Laboratório de Geotecnia de Minas Gerais credenciado para esse escopo envolvendo ensaios em: solos, misturas asfálticas, agregados e concreto.

SOLOCAP - Geotecnologia Rodoviária Ltda  
R. Alameda da Paz, 270 - Belo Horizonte - MG - Fone: (031) 3471.5566

Carbório Azevedo Bastos  
Assinatura: Carbório Azevedo Bastos  
Data: 22/05/2021 08:49:35  
Valor Total do Atto: R\$ 4,00  
Selo Digital Tipo Normal C: ALV37397-479U







[illegible][illegible]



241




REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA


NUMERO DE INSCRIÇÃO 18.375.607/0001-11	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/06/2013
NOME EMPRESARIAL PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA		
TIPO DE ESTABELECIMENTO PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES		
CÓDIGO DE DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 42.13-4-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 19.24-7-00 - Fabricação de produtos do refino de petróleo 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos 42.99-9-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 46.73-6-04 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente 47.44-5-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO RUA MARTIN JOSE GONCALVES	NÚMERO 385	COMPLEMENTO KM 425
CNPJ 08.913-999	RUA/AVENIDA SANGA DA TOCA	MUNICÍPIO ARARANGUA
INSCRIÇÃO ESTADUAL CONTATO@PAVSULASFALTOS.COM.BR		TELEFONE (48) 3632-5151 / (48) 3628-2028
ENTE TITULAR DO ESTABELECIMENTO ***		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/06/2013	
NOME DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL NENHUMA	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL NENHUMA	


Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.  
Emitido no dia 02/05/2023 às 13:55:00 (data e hora de Brasília).

S SOLOCAP		DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE FORMA		DATA: 11/05/2021	RELATÓRIO: 349-21
FOR-01 AGR-004 REV09-04-08-18		DNER ME 086:1994		O.S. Nº: 373-JV33	REVISÃO Nº: D
CLIENTE: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES		PROCEDÊNCIA: BRITAGEM NUNES		FOLHA Nº: 80	
OBRA: ARARANGUÁ/SC		MATERIAL: BRITA 0			
TRECHO: SUB-TRECHO: 1		REGISTRO: 1070			
OPERADOR: FERNANDO					
NÍVEL DO ENSAIO: 11/05/2021		NÍVEL DO ENSAIO: 11/05/2021		h / min 14:50	
CONTROLE DE EQUIPAMENTOS		CRIVO REDUTOR			
EQUIPAMENTO		BALANÇA			
Nº / CÓDIGO		BAL 015		CRI 09	
Nº CERTIF. CALIBRAÇÃO		1166124		CRI 10	
VALIDADE		30/03/2022		CRI 11	
		30/06/2021		CRI 12	
		30/09/2021		CRI 13	
		30/12/2021		CRI 14	
		30/03/2022		CRI 15	
		30/06/2022		CRI 16	
		30/09/2022		CRI 17	
		30/12/2022		CRI 18	
		30/03/2023		CRI 19	
		30/06/2023		CRI 20	
		30/09/2023		CRI 21	
		30/12/2023		CRI 22	
		30/03/2024		CRI 23	
		30/06/2024		CRI 24	
		30/09/2024		CRI 25	
		30/12/2024		CRI 26	
		30/03/2025		CRI 27	
		30/06/2025		CRI 28	
		30/09/2025		CRI 29	
		30/12/2025		CRI 30	
		30/03/2026		CRI 31	
		30/06/2026		CRI 32	
		30/09/2026		CRI 33	
		30/12/2026		CRI 34	
		30/03/2027		CRI 35	
		30/06/2027		CRI 36	
		30/09/2027		CRI 37	
		30/12/2027		CRI 38	
		30/03/2028		CRI 39	
		30/06/2028		CRI 40	
		30/09/2028		CRI 41	
		30/12/2028		CRI 42	
		30/03/2029		CRI 43	
		30/06/2029		CRI 44	
		30/09/2029		CRI 45	
		30/12/2029		CRI 46	
		30/03/2030		CRI 47	
		30/06/2030		CRI 48	
		30/09/2030		CRI 49	
		30/12/2030		CRI 50	
		30/03/2031		CRI 51	
		30/06/2031		CRI 52	
		30/09/2031		CRI 53	
		30/12/2031		CRI 54	
		30/03/2032		CRI 55	
		30/06/2032		CRI 56	
		30/09/2032		CRI 57	
		30/12/2032		CRI 58	
		30/03/2033		CRI 59	
		30/06/2033		CRI 60	
		30/09/2033		CRI 61	
		30/12/2033		CRI 62	
		30/03/2034		CRI 63	
		30/06/2034		CRI 64	
		30/09/2034		CRI 65	
		30/12/2034		CRI 66	
		30/03/2035		CRI 67	
		30/06/2035		CRI 68	
		30/09/2035		CRI 69	
		30/12/2035		CRI 70	
		30/03/2036		CRI 71	
		30/06/2036		CRI 72	
		30/09/2036		CRI 73	
		30/12/2036		CRI 74	
		30/03/2037		CRI 75	
		30/06/2037		CRI 76	
		30/09/2037		CRI 77	
		30/12/2037		CRI 78	
		30/03/2038		CRI 79	
		30/06/2038		CRI 80	
		30/09/2038		CRI 81	
		30/12/2038		CRI 82	
		30/03/2039		CRI 83	
		30/06/2039		CRI 84	
		30/09/2039		CRI 85	
		30/12/2039		CRI 86	
		30/03/2040		CRI 87	
		30/06/2040		CRI 88	
		30/09/2040		CRI 89	
		30/12/2040		CRI 90	
		30/03/2041		CRI 91	
		30/06/2041		CRI 92	
		30/09/2041		CRI 93	
		30/12/2041		CRI 94	
		30/03/2042		CRI 95	
		30/06/2042		CRI 96	
		30/09/2042		CRI 97	
		30/12/2042		CRI 98	
		30/03/2043		CRI 99	
		30/06/2043		CRI 100	
		30/09/2043		CRI 101	
		30/12/2043		CRI 102	
		30/03/2044		CRI 103	
		30/06/2044		CRI 104	
		30/09/2044		CRI 105	
		30/12/2044		CRI 106	
		30/03/2045		CRI 107	
		30/06/2045		CRI 108	
		30/09/2045		CRI 109	
		30/12/2045		CRI 110	
		30/03/2046		CRI 111	
		30/06/2046		CRI 112	
		30/09/2046		CRI 113	
		30/12/2046		CRI 114	
		30/03/2047		CRI 115	
		30/06/2047		CRI 116	
		30/09/2047		CRI 117	
		30/12/2047		CRI 118	
		30/03/2048		CRI 119	
		30/06/2048		CRI 120	
		30/09/2048		CRI 121	
		30/12/2048		CRI 122	
		30/03/2049		CRI 123	
		30/06/2049		CRI 124	
		30/09/2049		CRI 125	
		30/12/2049		CRI 126	
		30/03/2050		CRI 127	
		30/06/2050		CRI 128	
		30/09/2050		CRI 129	
		30/12/2050		CRI 130	
		30/03/2051		CRI 131	
		30/06/2051		CRI 132	
		30/09/2051		CRI 133	
		30/12/2051		CRI 134	
		30/03/2052		CRI 135	
		30/06/2052		CRI 136	
		30/09/2052		CRI 137	
		30/12/2052		CRI 138	
		30/03/2053		CRI 139	
		30/06/2053		CRI 140	
		30/09/2053		CRI 141	
		30/12/2053		CRI 142	
		30/03/2054		CRI 143	
		30/06/2054		CRI 144	
		30/09/2054		CRI 145	
		30/12/2054		CRI 146	
		30/03/2055		CRI 147	
		30/06/2055		CRI 148	
		30/09/2055		CRI 149	
		30/12/2055		CRI 150	
		30/03/2056		CRI 151	
		30/06/2056		CRI 152	
		30/09/2056		CRI 153	
		30/12/2056		CRI 154	
		30/03/2057		CRI 155	
		30/06/2057		CRI 156	
		30/09/2057		CRI 157	
		30/12/2057		CRI 158	
		30/03/2058		CRI 159	
		30/06/2058		CRI 160	
		30/09/2058		CRI 161	
		30/12/2058		CRI 162	
		30/03/2059		CRI 163	
		30/06/2059		CRI 164	
		30/09/2059		CRI 165	
		30/12/2059		CRI 166	
		30/03/2060		CRI 167	
		30/06/2060		CRI 168	
		30/09/2060		CRI 169	
		30/12/2060		CRI 170	
		30/03/2061		CRI 171	
		30/06/2061		CRI 172	
		30/09/2061		CRI 173	
		30/12/2061		CRI 174	
		30/03/2062		CRI 175	
		30/06/2062		CRI 176	
		30/09/2062		CRI 177	
		30/12/2062		CRI 178	
		30/03/2063		CRI 179	
		30/06/2063		CRI 180	
		30/09/2063		CRI 181	
		30/12/2063		CRI 182	
		30/03/2064		CRI 183	
		30/06/2064		CRI 184	
		30/09/2064		CRI 185	
		30/12/2064		CRI 186	
		30/03/2065		CRI 187	
		30/06/2065		CRI 188	
		30/09/2065		CRI 189	
		30/12/2065		CRI 190	
		30/03/2066		CRI 191	
		30/06/2066		CRI 192	
		30/09/2066		CRI 193	
		30/12/2066		CRI 194	
		30/03/2067		CRI 195	
		30/06/2067		CRI 196	
		30/09/2067		CRI 197	
		30/12/2067		CRI 198	
		30/03/2068		CRI 199	
		30/06/2068		CRI 200	
		30/09/2068		CRI 201	
		30/12/2068		CRI 202	
		30/03/2069		CRI 203	
		30/06/2069		CRI 204	
		30/09/2069		CRI 205	
		30/12/2069		CRI 206	
		30/03/2070		CRI 207	
		30/06/2070		CRI 208	
		30/09/2070		CRI 209	
		30/12/2070		CRI 210	
		30/03/2071		CRI 211	
		30/06/2071		CRI 212	
		30/09/2071		CRI 213	
		30/12/2071		CRI 214	
		30/03/2072		CRI 215	
		30/06/2072		CRI 216	
		30/09/2072		CRI 217	
		30/12/2072		CRI 218	
		30/03/2073		CRI 219	
		30/06/2073		CRI 220	
		30/09/2073		CRI 221	
		30/12/2073		CRI 222	
		30/03/2074		CRI 223	
		30/06/2074		CRI 224	
		30/09/2074		CRI 225	
		30/12/2074		CRI 226	
		30/03/2075		CRI 227	
		30/06/2075		CRI 228	
		30/09/2075		CRI 229	
		30/12/2075		CRI 230	
		30/03/2076		CRI 231	
		30/06/2076		CRI 232	
		30/09/2076		CRI 233	
		30/12/2076		CRI 234	
		30/03/2077		CRI 235	
		30/06/2077		CRI 236	
		30/09/2077		CRI 237	
		30/12/2077		CRI 238	
		30/03/2078		CRI 239	
		30/06/2078		CRI 240	
		30/09/2078		CRI 241	
		30/12/2078		CRI 242	
		30/03/2079		CRI 243	
		30/06/2079		CRI 244	
		30/09/2079		CRI 245	
		30/12/2079		CRI 246	
		30/03/2080		CRI 247	
		30/06/2080		CRI 248	
		30/09/2080		CRI 249	
		30/12/2080		CRI 250	
		30/03/2081		CRI 251	
		30/06/2081		CRI 252	
		30/09/2081		CRI 253	
		30/12/2081		CRI 254	
		30/03/2082		CRI 255	
		30/06/2082		CRI 256	
		30/09/2082		CRI 257	
		30/12/2082		CRI 258	
		30/03/2083		CRI 259	
		30/06/2083		CRI 260	
		30/09/2083		CRI 261	
		30/12/2083		CRI 262	
		30/03/2084		CRI 263	

	<b>FISPQ</b> <b>(Ficha De Informações De</b> <b>Segurança De Produtos Químicos)</b> <b>MASSA ASFÁLTICA FRIA</b>	Revisão: 00 Data: 19/06/2017 Em conformidade com NBR 14725:2012

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DA EMPRESA</b>	
Nome do produto:	MASSA ASFÁLTICA FRIA
Principais usos recomendados para a substância ou mistura:	Impermeabilização de revestimentos superficiais; Selar fissuras e pavimentação.
Nome da empresa:	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA. - EPP
Endereço:	RUA PADRE NÓBREGA - REVOREDO
Cidade/Estado:	TUBARÃO/SANTA CATARINA
CEP:	88704-670
Telefone para contato:	(48) 3632-5151
Telefone para emergência:	(48) 98404-9991
E-mail:	contato@pavsulafaltos.com.br

<b>2 - IDENTIFICAÇÃO DE PERIGOS</b>	
Classificação de perigo do produto químico:	Norma ABNT NBR 14725-2:2009 Versão Corrigida:2010. Irritação à pele - Categoria 3 Perigoso ao ambiente aquático - Agudo - Categoria 3
Sistema de classificação utilizado:	Norma ABNT-NBR 14725-2:2009 - versão corrigida 2:2010; Sistema Globalmente Harmonizado para a Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos, ONU.
Outros perigos:	O produto não possui outros perigos.
<b>Elementos apropriados da rotulagem</b>	
Pictogramas:	
Palavra de advertência:	ATENÇÃO
Frases de perigo:	Provoca irritação à pele. Perigoso para os organismos aquáticos, com efeitos prolongados.


	<b>FISPQ</b> <b>(Ficha De Informações De</b> <b>Segurança De Produtos Químicos)</b> <b>MASSA ASFÁLTICA FRIA</b>	Revisão: 00 Data: 19/06/2017 Em conformidade com NBR 14725:2012

Frases de precaução:	Evite a liberação para o meio ambiente. Use luvas de proteção, toupa de proteção, proteção ocular e proteção facial. Em caso de contato com a pele: Lave com água e sabão em abundância. Em caso de contato com os olhos: Enxágue cuidadosamente com água durante vários minutos. No caso de uso de lentes de contato, remova-as, se for fácil. Prosseguindo sem parar. Em caso de irritação cutânea: Consulte um médico. Caso a irritação ocular persistir: Consulte um médico.
----------------------	---

<b>3 - COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE OS INGREDIENTES</b>			
NOME TÉCNICO: Massa Asfáltica Fria			
MISTURA			
Ingredientes ou impurezas que contribuam para o perigo:	Componentes	Concentração (%)	Nº CAS
	Político	95	NA
	CAP (cimento asfáltico de petróleo)	5	8052-42-4

<b>4 - MEDIDAS DE PRIMEIROS-SOCORROS</b>	
Isolação:	Renova a vítima para um local ventilado e a mantenha em repouso numa posição que não dificulte a respiração. Caso sinta indisposição, contate um CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA ou um médico. Leve esta FISPQ.
Contato com a pele:	Remova as roupas e sapatos contaminados. Lave a pele exposta com quantidade suficiente de água para remoção do material. Em caso de irritação cutânea: consulte um médico. Leve esta FISPQ.
Contato com os olhos:	Enxágue cuidadosamente com água durante vários minutos. No caso de uso de lentes de contato, remova-as, se for fácil. Continue enxaguando. Caso a irritação ocular persista: consulte um médico. Leve esta FISPQ.
Ingestão:	Não induza o vômito. Nunca forneça algo por via oral a uma pessoa inconsciente. Lave a boca da vítima com água em abundância. Caso sinta indisposição, contate um CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA ou um médico. Leve esta FISPQ.
Sintomas e efeitos mais importantes, agudos ou tardios:	Provoca irritação à pele vermelhidão, ressecamento, dor e coceira e, aos olhos, vermelhidão, dor, lacrimejamento e prurido, pode causar conjuntivite.




	<b>FISPQ</b> <b>(Ficha De Informações De</b> <b>Segurança De Produtos Químicos)</b> <b>MASSA ASFÁLTICA FRIA</b>	Revisão: 00 Data: 19/06/2017 Em conformidade com NBR 14725:2012

Notas para o médico:	Evite contato com o produto ao socorrer a vítima. Se necessário, o tratamento sintomático deve compreender, sobretudo, medidas de suporte como correção de distúrbios hidroeletrólitos, metabólicos, além de assistência respiratória. Em caso de contato com a pele não fricione o local atingido.
----------------------	---

<b>5 - MEDIDAS DE COMBATE A INCÊNDIO</b>	
Meios de extinção:	Apropriados: Compatível com espuma para hidrocarbonetos, neblina d'água, pó químico seco e dióxido de carbono (CO <sub>2</sub> ). Não recomendados: Jatos d'água de forma direta.
Perigos específicos da mistura ou substância:	A combustão do produto químico ou de sua embalagem pode formar gases irritantes e tóxicos como monóxido de carbono e dióxido de carbono.
Medidas de proteção da equipe de combate a incêndio:	Equipamento de proteção respiratória do tipo autônomo (SCBA) com pressão positiva e vestuário próprio completo. Contêineres e tanques envolvidos no incêndio devem ser resfriados com neblina d'água.


<b>6 - MEDIDAS DE CONTROLE PARA DERRAMAMENTO OU VAZAMENTO</b>	
<b>Precauções pessoais</b>	
1. Para o pessoal que não faz parte dos serviços de emergência:	Não huir. Não toque nos recipientes danificados ou ao material derramado sem o uso de vestimentas adequadas. Evite exposição ao produto. Utilize equipamento de proteção individual conforme descrito na seção 8 da FISPQ para impedir qualquer contaminação de pele, olhos ou roupa.
2. Para pessoal de serviço de emergência:	Utilize EPI completo com óculos de segurança ou protetor facial, luvas de segurança de PVC, vestuário protetor adequado, aventais e botas impermeáveis de PVC. Em caso de vazamento, onde a exposição é grande, recomenda-se o uso de máscara de proteção respiratória com filtro contra vapores orgânicos. Use preventivamente o vazamento de fontes de ignição.
3. Precauções ao meio ambiente:	Mantenha o produto afastado de águas superficiais e subterrâneas, evite que o produto derramado siga os cursos d'água e rede de esgoto.
4. Métodos e materiais para contenção e limpeza:	Utilize névoas de água ou espuma supressora de vapor para reduzir a dispersão dos vapores. Utilize barreiras naturais ou de contenção de derrame. Colete o produto derramado e coloque em recipientes próprios. Absorva o produto remanescente, com areia seca, terra, vermiculita, ou qualquer outro material inerte. Coloque o material adsorvido em recipientes apropriados e remova-os para local seguro. Para destinação final, proceda conforme a Seção 13 desta FISPQ.
5. Diferença na ação de grandes e pequenos vazamentos:	Não há distinção entre as ações de grandes e pequenos vazamentos para este produto.

	<b>FISPQ</b> <b>(Ficha De Informações De</b> <b>Segurança De Produtos Químicos)</b> <b>MASSA ASFÁLTICA FRIA</b>	Revisão: 00 Data: 19/06/2017 Em conformidade com NBR 14725:2012

<b>7 - MANUSEIO E ARMAZENAMENTO</b>	
<b>Medidas técnicas apropriadas para o manuseio</b>	
Precauções para manuseio seguro:	Manuseie em uma área ventilada ou com sistema geral de ventilação/exaustão local. Evite formação de vapores, fumos ou névoas. Evite exposição ao produto. Evite contato com materiais incompatíveis. Utilize equipamento de proteção individual conforme descrito na seção 8.
Recomendações de higiene:	Lave as mãos e o rosto cuidadosamente após o manuseio e antes de comer, beber, fumar ou ir ao banheiro. Roupas contaminadas devem ser trocadas e lavadas antes de sua reutilização. Remova a roupa e o equipamento de proteção contaminado antes de entrar nas áreas de alimentação.
<b>Condições de armazenamento seguro, incluindo qualquer incompatibilidade.</b>	
Prevenção de incêndio e explosão:	Produto não inflamável. Em condições normais de utilização, não há registros de incêndio e explosão. Como medida cautelar, remova todas as fontes de ignição.
Condições adequadas:	Armazene em local bem ventilado, longe da luz solar. Mantenha o recipiente fechado. Mantenha armazenado em temperatura ambiente que não exceda 35°C. Não é necessária adição de estabilizantes e antioxidantes para garantir a durabilidade do produto. Mantenha afastado de materiais incompatíveis. O local de armazenamento deve ter o piso impermeável, isento de materiais combustíveis e com dique de contenção para reter o produto em caso de vazamento.
Materiais para embalagens:	Tambores e bombonas plásticas; sacos de ráfia.

<b>8 - CONTROLE DE EXPOSIÇÃO E PROTEÇÃO INDIVIDUAL</b>	
<b>Parâmetros de controle</b>	
Limites de exposição ocupacional:	Não aplicável.
Medidas de controle de engenharia:	Promova ventilação mecânica e sistema de exaustão direta para o meio exterior. Estas medidas auxiliam na redução da exposição ao produto. Mantenha as concentrações atmosféricas dos constituintes do produto, abaixo dos limites de exposição ocupacional indicados. É recomendado tomar dispositivos chaveiros de emergência e lava olhos na área de trabalho.
<b>Medidas de proteção pessoal</b>	
Proteção dos olhos/face:	Óculos de segurança ou protetor facial.
Proteção da pele e do corpo:	Luvas de segurança de PVC, vestuário protetor adequado, aventais e botas impermeáveis de PVC.
Proteção respiratória:	Máscara de proteção respiratória PPR2.
Perigos térmicos:	Não apresenta perigos térmicos.


<b>9 - PROPRIEDADES FÍSICAS E QUÍMICAS</b>	
Aspecto (estado físico, forma e cor):	Sólido (temperatura ambiente); cor: preto

	<b>FISPQ</b> <b>(Ficha De Informações De</b> <b>Segurança De Produtos Químicos)</b> <b>MASSA ASFÁLTICA FRIA</b>	Revisão: 00 Data: 19/06/2017 Em conformidade com NBR 14725:2012

Odor e limite de odor:	Característico.
pH:	Indisponível.
Ponto de fusão/ponto de congelamento:	-5°C
Ponto de fulgor:	235°C
Taxa de evaporação:	Indisponível.
Inflamabilidade (sólido, gás):	Não inflamável.
Limite inferior/superior de inflamabilidade ou explosividade:	Não aplicável.
Pressão de vapor:	Indisponível.
Densidade de vapor:	Indisponível.
Densidade relativa:	> 1,00
Solubilidade(s):	Solúvel em tricloroetileno e solventes orgânicos. Insolúvel em água.
Coefficiente de partição - n-octanol/água:	Log low: 3,9 - 6,0
Temperatura de autoignição:	485°C
Viscosidade:	Indisponível.

10 - ESTABILIDADE E REATIVIDADE	
Estabilidade e reatividade:	Produto estável em condições normais de temperatura e pressão.
Possibilidade de reações perigosas:	Não são conhecidas reações perigosas com relação ao produto.
Condições a serem evitadas:	Nenhuma quando o produto é armazenado e aplicado corretamente.
Materiais incompatíveis:	Agentes oxidantes fortes como peróxidos, cloratos e ácido crômico. Nafta, oxigênio líquido e solventes voláteis podem formar misturas inflamáveis ou explosivas.
Produtos perigosos da decomposição:	Não são conhecidos produtos perigosos da decomposição.

11 - INFORMAÇÕES TOXICOLÓGICAS	
Toxicidade:	Aguda
Corrosão/irritação à pele:	Causa irritação à pele com vermelhidão, ressecamento, coceira. O contato da pele com o produto aquecido pode causar queimaduras.


	<b>FISPQ</b> <b>(Ficha De Informações De</b> <b>Segurança De Produtos Químicos)</b> <b>MASSA ASFÁLTICA FRIA</b>	Revisão: 00 Data: 19/06/2017 Em conformidade com NBR 14725:2012

Lesões oculares graves/irritação ocular:	Não é esperado que o produto provoque sensibilização aos olhos.
Sensibilização respiratória:	Não é esperado que o produto provoque sensibilização respiratória.
Mutagenicidade em células germinativas:	Não é esperado que o produto apresente mutagenicidade em células germinativas.
Carcinogenicidade:	Não classificado como carcinogênico para humanos.
Toxicidade à reprodução:	Não é esperado que o produto apresente toxicidade à reprodução.
Toxicidade para órgãos-alvo específicos - exposição única:	A ingestão em elevadas concentrações pode causar irritação do trato gastrointestinal.
Toxicidade para órgãos-alvo específicos - exposição repetida:	Os fumos provenientes do aquecimento podem causar dermatite, náuseas, lesões parecidas com ferre, queimaduras e danos aos pulmões após contato repetido ou prolongado. A inalação prolongada pode causar perda de consciência.
Perigo por aspiração:	Não é esperado que o produto apresente perigo por aspiração.

12 - INFORMAÇÕES ECOLÓGICAS	
<b>Efeitos ambientais, comportamento e impactos do produto.</b>	
Ecotoxicidade:	Efeitos sobre organismos aquáticos: É considerado poluente. Vazamentos e derramamentos podem causar mortalidade dos organismos aquáticos, prejudicar a vida selvagem, particularmente as aves. Pode transmitir qualidades indezíveis à água, prejudicando seu uso.
Persistência e degradabilidade:	Em função da ausência de dados, espera-se que o produto apresente persistência e não seja rapidamente degradado.
Potencial bioacumulativo:	Não é esperado potencial bioacumulativo em organismos aquáticos.
Mobilidade no solo:	Não é esperada alta mobilidade no solo.
Outros efeitos adversos:	Não são conhecidos outros efeitos ambientais para este produto.


13 - CONSIDERAÇÕES SOBRE DESTINAÇÃO FINAL	
<b>Métodos recomendados para destinação final</b>	
Produto:	O tratamento e a disposição devem ser avaliados especificamente para cada produto. Devem ser consultadas legislações federais, estaduais e municipais, dentre estas: Resolução CONAMA 005/1993, Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Além dessas, deve consultar a NBR-10.004:2004 (classificação de resíduos).
Restos de produtos:	Mantenha os restos do produto em suas embalagens originais e devidamente fechadas. O descarte deve ser realizado conforme o estabelecido para o produto (em alguma instalação autorizada).



	<b>FISPQ</b> <b>(Ficha De Informações De</b> <b>Segurança De Produtos Químicos)</b> <b>MASSA ASFÁLTICA FRIA</b>	Revisão: 00 Data: 19/06/2017 Em conformidade com NBR 14725:2012


Embalagem usada:	Não utilize embalagens vazias. Estas podem conter restos do produto e devem ser mantidas fechadas e encaminhadas para descarte apropriado conforme estabelecido para o produto.
Informações Adicionais:	Nenhuma informação adicional.

14 - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSPORTE	
Regulamentações nacionais e internacionais.	
Terrestre:	Resolução nº 420 de 12 de Fevereiro de 2004 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) <i>Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos e suas modificações</i>
Hidroviário:	DPC - Diretoria de Portos e Costas (Transporte em águas brasileiras). Normas de Autoridade Marítima (NORMAM). NORMAM 01/DPC: Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto. NORMAM 02/DPC: Embarcações Empregadas na Navegação Interior. IMO - "International Maritime Organization" (Organização Marítima Internacional). International Maritime Dangerous Goods Code (IMDG Code).
Aéreo:	ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil - Resolução nº 129 de 8 de dezembro de 2009 RBAC nº 175 - (REGULAMENTO BRASILEIRO DA AVIAÇÃO CIVIL) - TRANSPORTE DE ARTIGOS PERIGOSOS EM AERONAVES CIVIS. IS nº 175-401 - INSTRUÇÃO SUPLEMENTAR - IS ICAO - "International Civil Aviation Organization" (Organização da Aviação Civil Internacional) - Doc 9284-NA/905 IATA - "International Air Transport Association" (Associação Internacional de Transporte Aéreo) Dungenses Goods Regulation (DGR)
Número ONU:	3077
Nome apropriado para embarque:	Sólido que apresenta perigo para o meio ambiente, N.E.
Classe de risco:	9
Número de risco:	90
Grupo de Embalagem:	III

	<b>FISPQ</b> <b>(Ficha De Informações De</b> <b>Segurança De Produtos Químicos)</b> <b>MASSA ASFÁLTICA FRIA</b>	Revisão: 00 Data: 19/06/2017 Em conformidade com NBR 14725:2012

Informações adicionais:	<p>O produto à temperatura ambiente encontra-se no estado sólido. Portanto não é enquadrado como produto perigoso para transporte segundo a legislação em vigor. Resolução 4/2011.</p> <p>O resíduo deste produto, quando transportado, deve seguir a seguinte sinalização:</p> <div style="text-align: center;">   </div>
-------------------------	--


15 - INFORMAÇÕES SOBRE REGULAMENTAÇÕES	
Regulamentações específicas para o produto químico:	<p>Decreto-Lei nº 2.063 de 06 de outubro de 1983 - Valor máximo de multas.</p> <p>Lei nº 9.605 de 18/05/98 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.</p> <p>Decreto nº 96.044 de 18/05/88 - Aprova o regulamento para o Transporte de Produtos Perigosos - RTTP.</p> <p>Decreto nº 98.973 de 21/02/90 - Aprova o Regulamento do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos e dá outras providências.</p> <p>Decreto nº 1.797 de 25/01/96 - Dispõe sobre a execução do Acordo de Alcance Parcial para a Facilitação do Transporte de Produtos Perigosos, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, de 30 de dezembro de 1994.</p> <p>Decreto nº 2.866 de 08/12/98 - Dispõe sobre a extensão do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial para a Facilitação do Transporte de Produtos Perigosos - Infrações e Multas.</p> <p>Decreto nº 3.179 de 21/09/99 - Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Regulamento a Lei nº 9.605/98).</p> <p>Decreto nº 4.097 de 24/01/02 - Altera os Arts. 7º e 19º dos Regulamentos para os Transportes Rodoviários e Ferroviários de Produtos Perigosos, aprovados pelos Decretos nº 96.044 de 18/05/88, e Decreto nº 98.973, de 21/02/90, respectivamente.</p> <p>Resolução nº 42/04 ANTT - Instruções Complementares ao RTTP e ao RFPF - classificação e relação dos produtos perigosos.</p> <p>Portaria nº 349/02 MT - Aprova as Instruções para a Fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Âmbito Nacional.</p> <p>Resolução nº 168 do CONTRAN - Dispõe sobre os Cursos de Treinamento Específico e Complementar para Condutores de Veículos Rodoviários Transportadores de Produtos Perigosos.</p>

	<b>FISPQ</b> <b>(Ficha De Informações De</b> <b>Segurança De Produtos Químicos)</b>	Revisão: 00 Data: 19/06/2017 Em conformidade com NBR 14725:2012
	<b>MASSA ASFÁLTICA FRIA</b>	

#### 16- OUTRAS INFORMAÇÕES

##### Informações importantes, mas não especificamente descritas às seções anteriores.

Esta FISPQ foi elaborada com base nos dados conhecidos sobre o manuseio apropriado do produto e sob as condições normais de uso, de acordo com a aplicação especificada na embalagem. Qualquer outra forma de utilização do produto que envolva a sua combinação com outros materiais, além de formas de uso diversas daquelas indicadas, são de responsabilidade do usuário. Adverte-se que o manuseio de qualquer substância química requer o conhecimento prévio de seus perigos pelo usuário. No local de trabalho, cabe à empresa usuária do produto promover o treinamento de seus colaboradores quanto aos possíveis riscos advindos da exposição ao produto químico.

	<b>FISPQ</b> <b>(Ficha De Informações De</b> <b>Segurança De Produtos Químicos)</b>	Revisão: 00 Data: 19/06/2017 Em conformidade com NBR 14725:2012
	<b>MASSA ASFÁLTICA FRIA</b>	

#### Referências bibliográficas:

ABNT NBR 14725-2 (Produtos químicos — Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente — Parte 2: Sistema de classificação de perigo); (Chemicals — Information about safety, health and environment — Part 2: Hazard classification system), primeira edição de 26 de agosto de 2009.

ABNT NBR 14725-3 (Produtos químicos — Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente — Parte 3: Rotulagem); (Chemicals — Information about safety, health and environment — Part 3: Labelling), versão corrigida 26 de janeiro de 2010.

ABNT NBR 14725-4 (Produtos químicos — Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente — Parte 4: Ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ)); (Chemicals — Information about safety, health and environment — Part 4: Safety Data Sheet (SDS) for chemicals), primeira edição de 19 de novembro de 2014.

AMERICAN CONFERENCE OF GOVERNMENTAL INDUSTRIAL HYGIENISTS, TLV® and BEL®: Based on the Documentation of the Threshold Limit Values (TLV®) for Chemical Substances and Physical Agents & Biological Exposure Indices (BEL®), Cincinnati-USA, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Norma Regulamentadora (NR) n°7: Programa de controle médico de saúde ocupacional. Brasília, DF, Jun. 1978.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Norma Regulamentadora (NR) n°15: Atividades e operações insalubres. Brasília, DF, Jun. 1978.



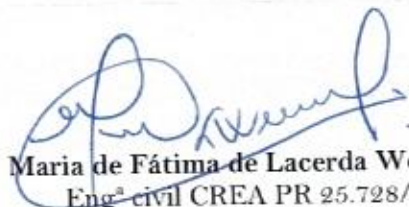
B

**LAUDO DE APROVAÇÃO DE AMOSTRAS**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA ENSACADA (item i)

DESCRIÇÃO: Declaramos para os devidos fins, que ao procedermos a análise das amostras do do Pregão Eletrônico 04/2023, apresentada pela Empresa PavSul Asfaltos e Pavimentações Eireli, CNPJ 18.375.607/0001-11, observou-se que as mesmas estão de acordo com as descrições constante no Edital de Licitação.

Guarapuava, 28 de março de 2023.



Maria de Fátima de Lacerda Werneck  
Eng<sup>a</sup> civil CREA PR 25.728/D  
SURG – Cia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Recebido  
31/5/23

D.



PREGÃO 04/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2023

OBJETO: Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

**HABILITAÇÃO**





249  
P

Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar**

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 03.127.904/0001-70 DUNS®: 920595543  
Razão Social: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA  
Nome Fantasia: TSC PONTUAL  
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 23/03/2023 14:33:15

**Informações da Pessoa Jurídica:**

Razão Social: **TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA**  
CNPJ: **03.127.904/0001-70**

**Resultados da Consulta Eletrônica:**

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



"BORGES" ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA.

4) Equipamentos de detecção de fumaça, antenas, para-raios, cata-ventos, peças e partes;

5) Máquinas, aparelhos e equipamentos, tratores para uso agropecuários, terraplanagem, perfuração, mineração e construção, uso industrial e aeronáutico;

6) Materiais, máquinas, ferramentas para manutenção em geral;

7) Máquinas, equipamentos, mobiliários, peças, suprimentos Ferroviários;

8) Máquinas, equipamentos, mobiliários, peças, suprimentos Metroviários;

9) Máquinas, equipamentos, mobiliários, peças, suprimentos Marítimos/Navais;

10) Máquinas, equipamentos, mobiliários, peças, suprimentos de garagens;

11) Máquinas e equipamentos para construção civil em geral não citados anteriormente;

12) Máquinas, equipamentos, estruturas, andaimes e materiais para construção civil em geral;

13) Materiais, equipamentos, sistemas para sinalização de trânsito, rodoviário, ferroviário, em geral;

14) Ferramental, cabo tomada de força anaconda de veículo blindado de combate leopardo;

15) Máquinas, mobiliário, artigos, aparelhos e equipamentos para uso odontológico, médico, hospitalar, uso comercial, partes e peças;

16) Materiais, equipamentos e acessórios para combate a incêndio;

17) Materiais, equipamentos, produtos e material didático para acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência;

18) Máquinas, equipamentos, produtos e material didático para acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência;

19) Instrumentos e materiais, equipamentos, artigos, mobiliários para uso médico, cirúrgico hospitalar e laboratório, próteses e artigos de ortopedia, odontológicos;

20) Tecidos, cama, mesa, banho, armários, vestuários, ensaços, calçados, acessórios de uso profissional ou não, bolsas, barracas, tendas, encanados, artigos de viagem em geral;

21) Materiais, artigos, equipamentos, utensílios, artigos de higiene e limpeza, residencial, comercial, industrial e outros;

22) Produtos, equipamentos, utensílios, artigos de higiene e limpeza, residencial, comercial, industrial e outros;

23) Equipamentos e artigos de uso pessoal, domésticos, comercial e industrial;

24) Equipamentos, suprimentos, componentes eletrônicos da informática, telefonia e comunicação em geral;

25) Relógio de ponto, controles e sistemas em geral, cofres;

26) Objetos de arte, áudio e vídeo, instrumentos musicais e acessórios em geral;

27) Suvenires, bijuterias, artesanato, artigos usados em geral;

28) Embalagens e outros veículos recreativos, brinquedos em geral;

29) Bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos, brinquedos em geral;

30) Material bélico, equipamentos, acessórios, almagens, dispositivos para imobilização, repressão e uniformes de uso militar e civil;

31) Relojoaria, joalheria, óptico em geral;

32) Sanitários domissanitários;

33) Produtos químicos em geral não controlados e não explosivos;

34) Material, equipamento, suprimentos, artigos, utensílios para escritório, papelaria, livros didáticos, pedagógicos, impressos oficiais, jornais e outras publicações, fotográficas e para filmagem em geral;

35) Material, equipamentos e acessórios para treinamentos operacionais;

36) Compra e venda de matérias primas em geral;

37) Papel, papéis em branco, embalagens, resíduos e sucatas de papel e papelão;

38) Compra e venda de sucatas em geral;

"BORGES" ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA.

11.750-000-0

VICTOR CASTELO PROENÇA, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 08/06/1996, portador da cédula de identidade RG n. 46.040.027-1 SSP/SP, e do CPF 400.794.788-08 residente e domiciliado na Rua Recife, n. 463, Jardim Ribamar, em Perubé, SP, CEP 11.750-000, únicos e exclusivos sócios componentes da sociedade

gên nessa Praça de Perubé, SP, sob o denominatório social de TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP com sede na Rua Dora, n. 626, Balaieiro Três Marias, em Perubé, Estado de São Paulo, CEP 11.750-000, organizando com o capital social R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme contrato social primitivo arquivado na JUCESP sob n. 35.227.386.263 em sessão de 09.05.2013, e última alteração social arquivada sob n. 804.605/15-4 em sessão de 07.04.2015, e RESOLUÇÃO de pleno e comum acordo, e na melhor harmonia direito, o seguinte, que mutuamente aceitam, outorgam e ratificam, a saber:

- Excluir as seguintes atividades da empresa:

Alimentos e bebidas em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; Leites, laticínios, frios, congelados em geral, bomboniere, padaria em geral; Café em grão, torrado, moído, solúvel, grãos, sementes, cacau, soja, cereais, leguminosas beneficiadas ou não, flores, plantas e gramíneas, sial, farinhas, amidos e féculas, frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes, azeites, acúeres, azeites, azítes, óleos e gorduras, algodão, fumo ou folha beneficiadas ou não, alimentos para animais vivos e abutidos, ovos, pescados e frutos do mar;

- Face às alterações havidas, resolve consolidar as cláusulas o contrato social primitivo nos seguintes termos:

Art. PRIMEIRO - A Sociedade girará, sob o denominatório de TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, com sede e foro em cidade e comarca de Perubé, SP, Rua Dora n. 626 - Balaieiro Três Marias, em Perubé, Estado de São Paulo, CEP 11.750-000, podendo abrir ou fechar filiais, agências, escritórios, em qualquer localidade do país ou exterior, podendo ser consignado capital separado para fins fiscais, em todo observada a legislação aplicável, e terá prazo indeterminado para sua duração.

Art. SEGUNDO - A sociedade terá por objeto a atividade de comércio e distribuição de produtos, artigos, equipamentos e serviços em geral, através de concorrência pública, comércio eletrônico, telemarketing ou diretamente ao comprador sem estoque de mercadorias na sede da empresa dos itens relacionados abaixo, podendo abrir, manter e fechar filiais, agências ou representações em qualquer parte do território nacional:

1) Bombos e compressores, equipamentos de refrigeração, fornos, cadeiras, partes e agregados;

2) Motores, agregados, componentes, peças elétricas e acessórios, pneumáticos e câmaras de ar para veículos misto, carga, motocicletas e motocicletas, novos e usados;

3) Máquinas, equipamento elétricos, eletrônicos, aparelhos eletrônicos de uso pessoal, domésticos, comercial ou industrial em geral;

4) Equipamentos de detecção de fumaça, antenas, para-raios, cata-ventos, peças e partes;

5) Máquinas, aparelhos e equipamentos, tratores para uso agropecuários, terraplanagem, perfuração, mineração e construção, uso industrial e aeronáutico;

6) Materiais, máquinas, ferramentas para manutenção em geral;

7) Máquinas, equipamentos, mobiliários, peças, suprimentos Ferroviários;

8) Máquinas, equipamentos, mobiliários, peças, suprimentos Metroviários;

9) Máquinas, equipamentos, mobiliários, peças, suprimentos Marítimos/Navais;

10) Máquinas, equipamentos, mobiliários, peças, suprimentos de garagens;

11) Máquinas e equipamentos para construção civil em geral não citados anteriormente;

12) Máquinas, equipamentos, estruturas, andaimes e materiais para construção civil em geral;

13) Materiais, equipamentos, sistemas para sinalização de trânsito, rodoviário, ferroviário, em geral;

14) Ferramental, cabo tomada de força anaconda de veículo blindado de combate leopardo;

15) Máquinas, mobiliário, artigos, aparelhos e equipamentos para uso odontológico, médico, hospitalar, uso comercial, partes e peças;

16) Materiais, equipamentos e acessórios para combate a incêndio;

17) Materiais, equipamentos, produtos e material didático para acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência;

18) Máquinas, equipamentos, produtos e material didático para acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência;

19) Instrumentos e materiais, equipamentos, artigos, mobiliários para uso médico, cirúrgico hospitalar e laboratório, próteses e artigos de ortopedia, odontológicos;

20) Tecidos, cama, mesa, banho, armários, vestuários, ensaços, calçados, acessórios de uso profissional ou não, bolsas, barracas, tendas, encanados, artigos de viagem em geral;

21) Materiais, artigos, equipamentos, utensílios, artigos de higiene e limpeza, residencial, comercial, industrial e outros;

22) Produtos, equipamentos, utensílios, artigos de higiene e limpeza, residencial, comercial, industrial e outros;

23) Equipamentos e artigos de uso pessoal, domésticos, comercial e industrial;

24) Equipamentos, suprimentos, componentes eletrônicos da informática, telefonia e comunicação em geral;

25) Relógio de ponto, controles e sistemas em geral, cofres;

26) Objetos de arte, áudio e vídeo, instrumentos musicais e acessórios em geral;

27) Suvenires, bijuterias, artesanato, artigos usados em geral;

NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da Lei nº 7.037/2002, de 24 de agosto de 2001. Sua validade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.ondat.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelião de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da Lei nº 7.037/2002, de 24 de agosto de 2001. Sua validade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.ondat.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelião de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



# "BORGES" ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA.

- 50) Vidros, espelhos, vitrais e molduras; Lâmpadas, luminárias, abajures;
- 51) Material elétrico e hidráulico e sanitários em geral;
- 52) Tintas, vernizes, similares, resinas, esmaltes, solventes, produtos químicos e petroquímicos em geral;
- 53) Artigos de colchônia, tapetaria, persianas e cortinas em geral, forros de diversos materiais, divisórias comerciais e industriais;
- 54) Equipamentos, utensílios para culinária, copa, cozinha em geral;
- 55) Móveis e mobiliários em geral e antiguidades;
- 56) Prestação de serviços de locação, manutenção, peças, partes, equipamentos e máquinas e veículos em geral;
- 57) Serviços de transportes no apoio de atividades administrativas;
- 58) Serviço de locação e manutenção de mobiliário em geral;
- 59) Serviços de locação e manutenção e de veículos terrestres, aereos e nauticos;
- 60) Serviços de locação e manutenção e de veículos pesados para uso em terraplanagem, escavações, perfurações e pavimentações e implementos;
- 61) Serviços de blindagem, revestimentos de veículos automotivos em geral;
- 62) Serviços de rebouque de veículo misto, carga, motocicletas;
- 63) Serviços de obras civis de infraestrutura, sinalização viária reparos e manutenção;
- 64) Serviços de locações e manutenções de equipamentos, estrutura, escadas, andaimes, e combate a incêndio;
- 65) Serviços de locação de equipamentos, material, container, estrutura, partes para realização de eventos;
- 66) Serviços de locações e manutenção de equipamentos de informática, gráficos reprodutíveis, aparelhos de comunicação e telecomunicações, geração e transformação de energia, refrigeração, condicionamento de ar, água, limpeza e higienização;
- 67) Serviços de locações de máquinas, equipamentos, acessórios, material, instrumentos cirúrgicos médico-hospitalar, laboratoriais, veterinários;
- 68) Serviços de locação e manutenção de tanques, cilindro e equipamentos de gases hospitalares e industriais;
- 69) Serviços terceirizados auxiliares à saúde;
- 70) Serviços especializados de apoio não operacional e
- 71) Serviços de manutenção e conservação predial em geral.
- PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para atingir seus objetivos, a Sociedade poderá:
- a) Celebrar contratos com terceiros para a execução, no todo ou em parte, dos seus objetivos sociais;
- b) Contratar profissionais habilitados, na forma da legislação pertinente;
- c) Celebrar convênios, contratos e ajustes de cooperação e de prestação de serviços com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, negociando preços, condições e outros meios de distribuição por suas atividades;
- d) Elaborar e implantar regulamentos próprios, regimentos internos, manuais de funções e outra normas internas, estabelecendo tarefas, atribuições, deveres, obrigações, políticas e diretrizes a serem adotadas por todos os sócios e a sua condução das atividades sociais;
- e) Utilizar-se de bens e equipamentos próprios, alugados, arrendados, doados ou a qualquer outro título.
- PARÁGRAFO SEGUNDO** - A sociedade e aos seus sócios prestar ou realizar qualquer atividade que conflite de forma direta ou indireta com os objetivos estabelecidos neste artigo.

## Capítulo II

### Capital Social e Responsabilidade dos Sócios

**Art. TERCEIRO** - O Capital da sociedade é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) divididos em 80.000 (oitenta mil) quotas de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente da moeda nacional, e assim distribuídas entre os sócios.

**SERGIO CARLOS TRONI**  
40.000 (quarenta mil) quotas no valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, totalizando R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) correspondendo a 50,00% (cinquenta) por cento do capital social;

**VICTOR CASTELO PROENÇA**  
40.000 (quarenta mil) quotas no valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, totalizando R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) correspondendo a 50,00% (cinquenta) por cento do capital social;

Rua Ministro Cavalcanti de Almeida Moura, 299 - Sala 4 - Centro - Pernambuco - SP.  
Fone: (11) 3455-9584 / 3455-1827  
e-mail: borgesoc@bol.com.br

# "BORGES" ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA.

Total: 80.000 (oitenta mil) quotas no valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais), totalizando R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) correspondendo a 100% do capital social.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Nos termos do artigo 1.052, da Lei 10.406, de 10.01.2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização das quotas sociais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os aumentos de capital, além dos casos previstos em lei, poderão ser feitos em bens, cujo valor será definido em decisão unânime dos senhores quotistas. Não havendo unanimidade, a nulidade será feita por um terço nominado pelos quotistas representantes de três quintos do capital social.

**Art. QUARTO** - Todas as deliberações sociais serão sempre tomadas por deliberação dos sócios que representem a maioria do Capital Social, podendo o contrato ser reformado no tocante à administração, por consenso dos quotistas.

## Capítulo III

### Da Administração da Sociedade

**Art. QUINTO** - A administração será exercida por qualquer dos sócios indistintamente, **SERGIO CARLOS TRONI** e **VICTOR CASTELO PROENÇA**, os quais terão plenos poderes de gestão, podendo assinar cheques, representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicial, praticando todos os atos necessários, por mais especiais que sejam.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A administração da sociedade, também poderá ser exercida por um dos sócios, em conjunto ou separadamente ou através de procurador, constituído pelos sócios em conjunto ou separadamente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A sociedade poderá constituir procuradores com poderes especiais.

**Art. SEXTO** - É absolutamente vedado, sendo nulo e inoponente em relação à sociedade, o uso da denominação social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive proscrição de avuls, fanca e outros atos de favor, mesmo que a função dos próprios sócios.

**Art. SETIMO** - A retidão mensal a título de pró-labore, será feita por ambos os sócios.

## Capítulo IV

### Da Retirada, Cessão e Transferência de Cotas

**Art. OITAVO** - As cotas do capital social são indivisíveis em relação à sociedade a qual não reconhecerá mais que um titular para cada cota. Cada cota dará direito a um voto nas deliberações sociais. As cotas do capital social, assim como os direitos sobre as mesmas, não poderão ser transferidas, vendidas, alienadas, entregues em dação de pagamento ou cedidas a qualquer título, para terceiros, pessoas sem o expresso consentimento do outro sócio, cabendo a este, em igualdade de preços e condições, o direito de preferência de adquiri-las.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Se algum sócio pretender transferir, vender, alienar e ceder, mesmo em dação de pagamento suas cotas, deverá dar ciência de tal fato ao outro sócio, comunicando este por escrito para que, no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação, o mesmo possa exercer os direitos de preferência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Se as cotas forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio, cuja condição profissional não permita o desempenho das atividades previstas no objeto social, proceder-se-á à respectiva alienação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O não exercício por parte dos demais sócios, quanto ao direito de preferência no prazo fixado no parágrafo primeiro, permitirá que o sócio alienante efetue a transferência das cotas oferecidas a terceiros quaisquer, com o que, desde já, concordam os sócios.

## Capítulo V

### Do Falecimento e Retirada do Sócio

**Art. NONO** - A morte, a retirada de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os sócios remanescentes, no caso de retirada, ou com os herdeiros do sócio pre-morto, em caso de falecimento, se estes assim optarem. Caso os herdeiros não queiram prosseguir na sociedade, serão apurados os haveres do sócio pre-morto, através de Balanço Patrimonial elaborado especialmente para este fim, passível de serem apurados por auditores independentes, indicados pelo inventariante, cujos honorários serão assumidos pela sociedade, pagando-se aos herdeiros ou ao espólio o valor que lhe é devido mediante redução do valor de suas cotas do Capital Social.

Rua Ministro Cavalcanti de Almeida Moura, 299 - Sala 4 - Centro - Pernambuco - SP.  
Fone: (11) 3455-9584 / 3455-1827  
e-mail: borgesoc@bol.com.br





“BORGES” ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Enquanto durar o inventário dos bens do sócio pré morto e não forem apurados os haveres deste, será ele representado, perante a sociedade, por seu espólio, na pessoa do inventariante.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A retirada ou falecimento não exime o sócio ou seus herdeiros da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores pelo prazo de dois anos da data do arquivamento do instrumento societário no registro respectivo, de conformidade com o artigo 1.032 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002.

**Art. DÉCIMO** - Em todo e qualquer caso, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de administração, a menos que seja da mesma categoria profissional do falecido.

**Art. DÉCIMO PRIMEIRO** - Os haveres do sócio retirante serão apurados mediante Balanço Patrimonial especialmente levantado para este fim, salvo se a retirada ocorrer nos três meses subsequentes da data do último Balanço Patrimonial de exercício findo, que, então servirá para tal apuração.

**Art. DÉCIMO SEGUNDO** - O pagamento dos haveres do sócio retirante, ou do sócio falecido, quando os herdeiros optarem pela não permanência na sociedade, será feito em 12 (doze) prestações mensais e consecutivas, corrigidas monetariamente pelos índices oficiais de registro da inflação mais juros de 1% (um por cento) ao mês.

**Art. DÉCIMO TERCEIRO** - A sociedade ora constituída é regida pelas cláusulas aqui constantes e pelas disposições da sociedade empresaria, na forma prevista no art. 1.052 a 1.087, da Lei 10.406, de 10/01/2002.

**Art. DÉCIMO QUARTO** - A duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 2004/1999, ficando assegurado aos sócios, a qualquer tempo, promover a liquidação ou extinção da sociedade, bem como sua transformação, cisão e incorporação, observada a legislação pertinente e o que mais a respeito dispuser este contrato social.

**Art. DÉCIMO QUINTO** - O exercício social coincidirá com o ano calendário e anualmente será levantado Balanço Patrimonial da sociedade para apuração de lucros e perdas, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão divididos ou suportados pelos sócios, na proporção dos respectivos capitais. Fica, ainda, a opção da sociedade, aberta a possibilidade de, no caso de lucros, serem mantidos os valores em conta de Reserva para Aumento de Capital.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A sociedade poderá, no decorrer do ano fiscal, ao seu exclusivo critério, levantar demonstrações contábeis para apuração de lucros e perdas, com o intuito de eleger a distribuição de resultados aos quotistas de forma antecipada.

**Art. DÉCIMO SEXTO** - Os administradores declararão, sob as penas da lei, de que não estão impenhorados de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem, sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, de pública, ou a propriedade.

**Art. DÉCIMO SÉTIMO** - Os casos omissos serão resolvidos pelos sócios observando-se os quóruns fixados neste instrumento. Não havendo definição de quórum específico, este será de dois terços do capital social.

**Art. DÉCIMO OITAVO** - Para a solução de qualquer divergência originária do presente, fica eleito o Foro da Comarca da Cidade de Curitiba, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, perfeitamente justos e contratuados, assinam o presente, juntamente com dois testemunhas, para todos os efeitos legais os administradores **DECLARAM**, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem, sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, de pública, ou a propriedade.

“BORGES” ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA.

Peritiba (SP), 28 de Maio de 2015.  
  
Victor Castelo Proença

TESTEMUNHAS:

a)   
RG: 15.538.470-SSP/SP

a)   
RG: 15.517.035-SSP/SP

JUCESP  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, CIENTIFICO, TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO  
CARTÃO DE REGISTRO FISCAL AUTENTICADO  
SOLO NÚMERO - VERIFICAÇÃO DE FIDELIDADE  
155.590/15-7  
QUANTO ASSINADO JUCA



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**  
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

**JUCESP**  
Junta Comercial do Estado de São Paulo

## DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - EPP

NOME EMPRESARIAL	
ISC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	
NIRE 3522739826-3	
DECLARAÇÃO	
A Sociedade ISC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 09/05/2013, NIRE: 3522739826-3, CNPJ: 03.127.904/0001-70, estabelecida na RUA DORA, 626, BAIRRO: BALNEARIO TRES MARIAS, Peruíbe, SP, CEP: 13760-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, nº 640, de 19/09/2006, que a empresa se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.	
LOCALIDADE	Peruíbe - SP
DATA	17/07/2018
NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO RESPONSÁVEL POR ESTABELECEMENTOS OU REPRESENTANTE LEGAL	
NOME	SERGIO CARLOS TRONI (Sócio)
ASSINATURA	
NOME	VICTOR CASTELO PROENÇA (Sócio)
ASSINATURA	

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DIRETOR

14 JUL 2018

JUCESP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

810-991/18-1

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

23/09/2022 17:48

CNB Online

CENSEC

notariado

Fluxo de Assinaturas

CCN

Busca Testamento

**en** CENAD

Acesso restrito

## > Consulte a Autenticidade de um Documento Eletrônico

1 Seleção o documento que deseja verificar a autenticidade

2 Dados da Assinatura Digital



Aprovado

CPF: 292.774.068-28

Nome: FABRICIO MARCHI DE BRITO

Cartório: 1º TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

Qualificação: Titular

Município: PERUIBE

Estado: SP

Data: 23/09/2022, às 14:29

Quantidade de Páginas Autenticadas: 7

Tipo de documento: Outro

Nova Consulta







GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

**CERTIFICAMOS** QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESPOLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPOLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35227386263		09/05/2013	20/04/1999	PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL						TIPO JURÍDICO	
TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA						SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)	
CNPJ		ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO		
03.127.904/0001-70		RUA DORA		626			
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL		
BALN TRES MARIAS	PERUIBE	SP	11750-000	R\$	800.000,00		

OBJETO SOCIAL
COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE SERVIÇOS DE REBOQUE DE VEÍCULOS COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS E METALÚRGICOS, EXCETO PARA CONSTRUÇÃO COMÉRCIO VAREJISTA DE TECIDOS COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

SÓCIO E ADMINISTRADOR				
NOME				
SERGIO CARLOS TRONI				
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA DORA		612		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	
BALN TRES MARIAS	PERUIBE	SP	11750-000	
CPF	CARGO			QUANTIDADE COTAS
046.529.528-21	SÓCIO E ADMINISTRADOR			400.000,00

SÓCIO E ADMINISTRADOR				
NOME				
VICTOR CASTELO PROENÇA				
ENDEREÇO		NÚMERO	COMPLEMENTO	
RUA RECIFE		465		
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	RG
JARDIM RIBAMAR	PERUIBE	SP	11750-000	460400277
CPF	CARGO			QUANTIDADE COTAS
400.794.788-08	SÓCIO E ADMINISTRADOR			400.000,00

**ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO**



254

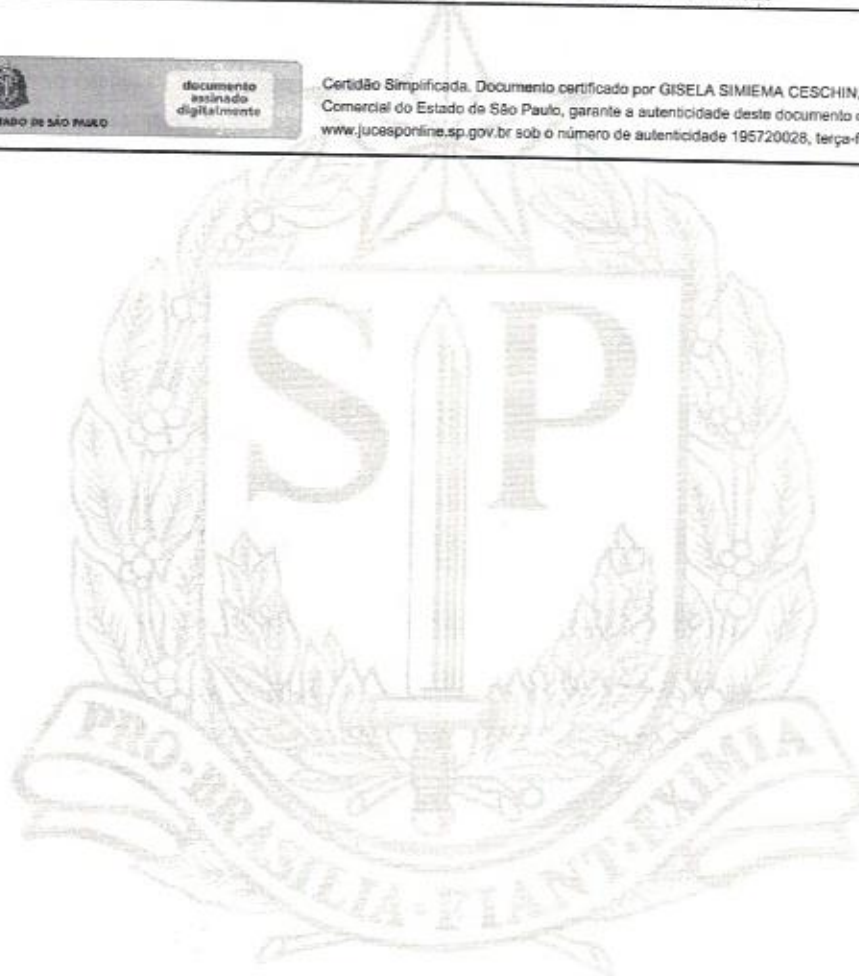


DATA	NÚMERO	
29/03/2021	141.041/21-3	
ARQUIVAMENTO DE BALANÇO REFERENTE O PERÍODO DE 01/01/2020 À 31/12/2020 .		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35227386263  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 28/02/2023



Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 195720028, terça-feira, 28 de fevereiro de 2023 às 10:22:41.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.127.904/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/04/1999
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TSC PONTUAL	PORTE EPP
---	--------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.55-5-01 - Comércio varejista de tecidos 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios 47.85-7-01 - Comércio varejista de antiguidades 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos 47.85-7-99 - Comércio varejista de outros artigos usados 47.63-6-05 - Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios 47.63-6-03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.83-1-02 - Comércio varejista de artigos de relojoaria 47.83-1-01 - Comércio varejista de artigos de joalheria 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.61-0-02 - Comércio varejista de jornais e revistas 46.85-1-00 - Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R DORA	NÚMERO 626	COMPLEMENTO *****
----------------------	---------------	----------------------

CEP 11.750-000	BAIRRO/DISTRITO BALNEARIO TRES MARIAS	MUNICÍPIO PERUIBE	UF SP
-------------------	--	----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO TSCPONTUAL@TSCPONTUAL.COM.BR	TELEFONE (13) 3454-1422/ (13) 3453-4146
---	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/10/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
03.127.904/0001-70  
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRALDATA DE ABERTURA  
20/04/1999

NOME EMPRESARIAL

TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente  
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral  
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas  
47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente  
47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros  
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico  
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos  
47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação  
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura  
47.54-7-02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria  
47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas  
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis  
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes  
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor  
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista  
52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos  
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras  
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes  
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes  
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
R DORANÚMERO  
626COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*CEP  
11.750-000BAIRRO/DISTRITO  
BALNEARIO TRÊS MARIASMUNICÍPIO  
PERUIBEUF  
SPENDEREÇO ELETRÔNICO  
TSCPONTUAL@TSCPONTUAL.COM.BRTELEFONE  
(13) 3454-1422/ (13) 3453-4146

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
07/10/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/02/2023 às 10:36:09 (data e hora de Brasília).

Página: 2/3



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 03.127.904/0001-70 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	<b>DATA DE ABERTURA</b> 20/04/1999
<b>NOME EMPRESARIAL</b> TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
<b>LOGRADOURO</b> R DORA	<b>NÚMERO</b> 626	<b>COMPLEMENTO</b> *****
<b>CEP</b> 11.750-000	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> BALNEARIO TRES MARIAS	<b>MUNICÍPIO</b> PERUIBE
<b>UF</b> SP		
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> TSCPONTUAL@TSCPONTUAL.COM.BR		<b>TELEFONE</b> (13) 3454-1422/ (13) 3453-4146
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****		
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 07/10/2005
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/02/2023 às 10:36:09 (data e hora de Brasília).

Página: 3/3



Data da consulta: 22/02/2023 13:11:29

## Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **03.127.904/0001-70**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA**

## Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2019**Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

## Mais informações

## Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores:

Data Inicial	Data Final	Detalhamento
01/07/2007	31/07/2016	Excluída por Comunicação Obrigatória do Contribuinte

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

## Eventos Futuros (Simples Nacional)

**Não Existem**

## Eventos Futuros (SIMEI)

**Não Existem**

Voltar

Gerar PDF

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8510-0

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE SÃO PAULO

PROIBIDO PLASTIFICAR

B060-048960

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 14.198.011-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/ABR/2011

NOME SERGIO CARLOS TRONI

PATRONATO WALTER TRONI

E APARECIDA GIMENES TRONI

NATURALIDADE S. CAETANO DO SUL -SP DATA DE NASCIMENTO 19/JUN/1962

DOC ORDEM SÃO CAETANO DO SUL -SP

CC: LV.B09 /FLS.99 /N.003780

CNP 046529528/21

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

1ª TABELÃO DE NOME E DE PROTESTO DE P. E/SP

AUTENTICAÇÃO

0733A552707

PERUIRE 11 JUN. 2016

CONFERE COM O ORIGINAL. DOU-SP  
VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE  
AUTENTICIDADE - VALOR - R\$ 2,60  
FONE: (11) 3455-9050

Assinatura de  
Gabriela Lourenço Rocha  
Escrevente

EM BRANCO

EM BRANCO





**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
Departamento de Rendas e Tributos Mobiliários  
Estado de São Paulo



## Alvará de Licença para Localização e Funcionamento

ALVARÁ	INSCRIÇÃO/CCM
100015/2023	9135161

**Contribuinte**

TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

**CPF/CNPJ**

03.127.904/0001-70

**Localização do Estabelecimento**

RUA DORA - nº 626 - PONTO DE REFERENCIA - BALNEARIO TRES MARIAS - PERUIBE/SP - 11750-000

**Ramo de Atividades**

SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS, LIMPEZAS EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS

**Metragem do Estabelecimento**

0.00 m²

*Este documento é válido para o exercício 2022, enquanto satisfazer as exigências da legislação em vigor, devendo ser afixado em local visível*

Código de Autenticidade: **IABBII-100015/2023** | Data do Processamento: **3/1/2023 15:18:03**

PERUIBE, 03 de Janeiro de 2023.

DEPARTAMENTO DE RENDAS E TRIBUTOS MOBILIÁRIOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA



## Consulta Cadastral

## Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp

Início Consultas Atos de Ofício Configuração Sincronismo Isenções Energia Procurações Eletrônicas Encerramento

Imprimir

Voltar

<b>IE:</b> 524.054.355.118 <b>CNPJ:</b> 03.127.904/0001-70 <b>Nome Empresarial:</b> TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	<b>Situação:</b> Ativo <b>Data de Inscrição no Estado:</b> 15/12/2011 <b>Regime Estadual:</b> SN <b>Regime RFB:</b> SN
--	---

Empresa - Geral	
<b>Nome Empresarial:</b> TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA <b>Natureza Jurídica:</b> Sociedade Empresária Limitada <b>Data Início da Atividade:</b> 15/12/2011 <b>CNPJ da Matriz:</b> 03.127.904/0001-70  <b>Porte:</b> Empresa de Pequeno Porte <b>Capital Social:</b> R\$ 800.000,00 <b>Regime Estadual:</b> SIMPLES NACIONAL  <b>Regime Especial de IE Única:</b> Não	
<b>Data início do regime:</b> 01/01/2019  <b>Regime Especial de IE Única por Município:</b> Não	

Estabelecimento - Geral	
<b>Nome Fantasia:</b> TSC PONTUAL <b>CNPJ:</b> 03.127.904/0001-70 <b>IE:</b> 524.054.355.118 <b>NIRE:</b> 35.2.2738626-3  <b>Situação Cadastral:</b> Ativo <b>Ocorrência Fiscal:</b> Ativa  <b>Tipo de Unidade:</b> Unidade produtiva	
<b>Data de Inscrição no Estado:</b> 15/12/2011 <b>Data Início da IE:</b> 10/05/2013  <b>Data Início da Situação:</b> 15/12/2011  <b>Formas de Atuação:</b> Estabelecimento Fixo	

Tributário	
<b>Substituto Tributário:</b> Não <b>CPR:</b> 1200 <b>CPR-ST:</b>	
<b>Desde:</b> 15/12/2011 <b>Data Início da CPR:</b> 01/01/2019	
<b>CNAE Principal:</b> 47.89-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente <b>CNAE Secundários:</b> 43.99-1/04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras 46.85-1/00 - Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção 47.41-5/00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 47.42-3/00 - Comércio varejista de material elétrico 47.43-1/00 - Comércio varejista de vidros 47.44-0/01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0/03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.44-0/05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente 47.44-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.52-1/00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7/01 - Comércio varejista de móveis 47.54-7/02 - Comércio varejista de artigos de colchãoaria 47.54-7/03 - Comércio varejista de artigos de iluminação 47.55-5/01 - Comércio varejista de tecidos 47.56-3/00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios 47.59-8/01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas 47.59-8/99 - Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente 47.61-0/01 - Comércio varejista de livros 47.61-0/02 - Comércio varejista de jornais e revistas 47.61-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.63-6/01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.63-6/03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios 47.63-6/05 - Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	<b>Data Início do CNAE Prin.:</b> 25/04/2013 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 25/04/2013  <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 25/04/2013  <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 15/12/2011 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 15/12/2011 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 15/12/2011 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 15/12/2011 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 15/12/2011  <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 25/04/2013 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 15/12/2011  <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 15/12/2011 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 15/12/2011 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 15/12/2011 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 15/12/2011  <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 15/12/2011 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 25/04/2013  <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 25/04/2013 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 25/04/2013 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 25/04/2013 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 25/04/2013 <b>Data Início do CNAE Sec.:</b> 25/04/2013





47.81-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios  
47.82-2/01 - Comércio varejista de calçados  
47.82-2/02 - Comércio varejista de artigos de viagem  
47.83-1/01 - Comércio varejista de artigos de joalheria  
47.83-1/02 - Comércio varejista de artigos de relojoaria  
47.85-7/01 - Comércio varejista de antiguidades  
47.85-7/99 - Comércio varejista de outros artigos usados  
47.89-0/01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos  
47.89-0/05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários  
49.23-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista  
52.29-0/02 - Serviços de reboque de veículos  
77.11-0/00 - Locação de automóveis sem condutor  
77.32-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes  
77.32-2/02 - Aluguel de andaimes  
77.33-1/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios  
77.39-0/03 - Aluguel de pelcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes  
81.11-7/00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais  
81.21-4/00 - Limpeza em prédios e em domicílios

Data Início do CNAE Sec.: 15/12/2011  
Data Início do CNAE Sec.: 15/12/2011  
Data Início do CNAE Sec.: 15/12/2011  
Data Início do CNAE Sec.: 25/04/2013  
Data Início do CNAE Sec.: 25/04/2013  
Data Início do CNAE Sec.: 25/04/2013  
Data Início do CNAE Sec.: 25/04/2013  
Data Início do CNAE Sec.: 25/04/2013  
Data Início do CNAE Sec.: 25/04/2013  
Data Início do CNAE Sec.: 25/04/2013  
Data Início do CNAE Sec.: 25/04/2013  
Data Início do CNAE Sec.: 15/12/2011  
Data Início do CNAE Sec.: 15/12/2011  
Data Início do CNAE Sec.: 15/12/2011  
Data Início do CNAE Sec.: 15/12/2011  
Data Início do CNAE Sec.: 15/12/2011  
Data Início do CNAE Sec.: 15/12/2011

DRT: DRT-02 - LITORAL

Posto Fiscal: PF-10 - SANTOS

Versão: 4.28.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA  
CNPJ: 03.127.904/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 09:38:51 do dia 08/12/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/06/2023.

Código de controle da certidão: 663F.99D3.3129.4927

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado  
de São Paulo

263



Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.127.904/0001-70

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 22120619244-38

Data e hora da emissão 14/12/2022 15:59:11

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
[www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)

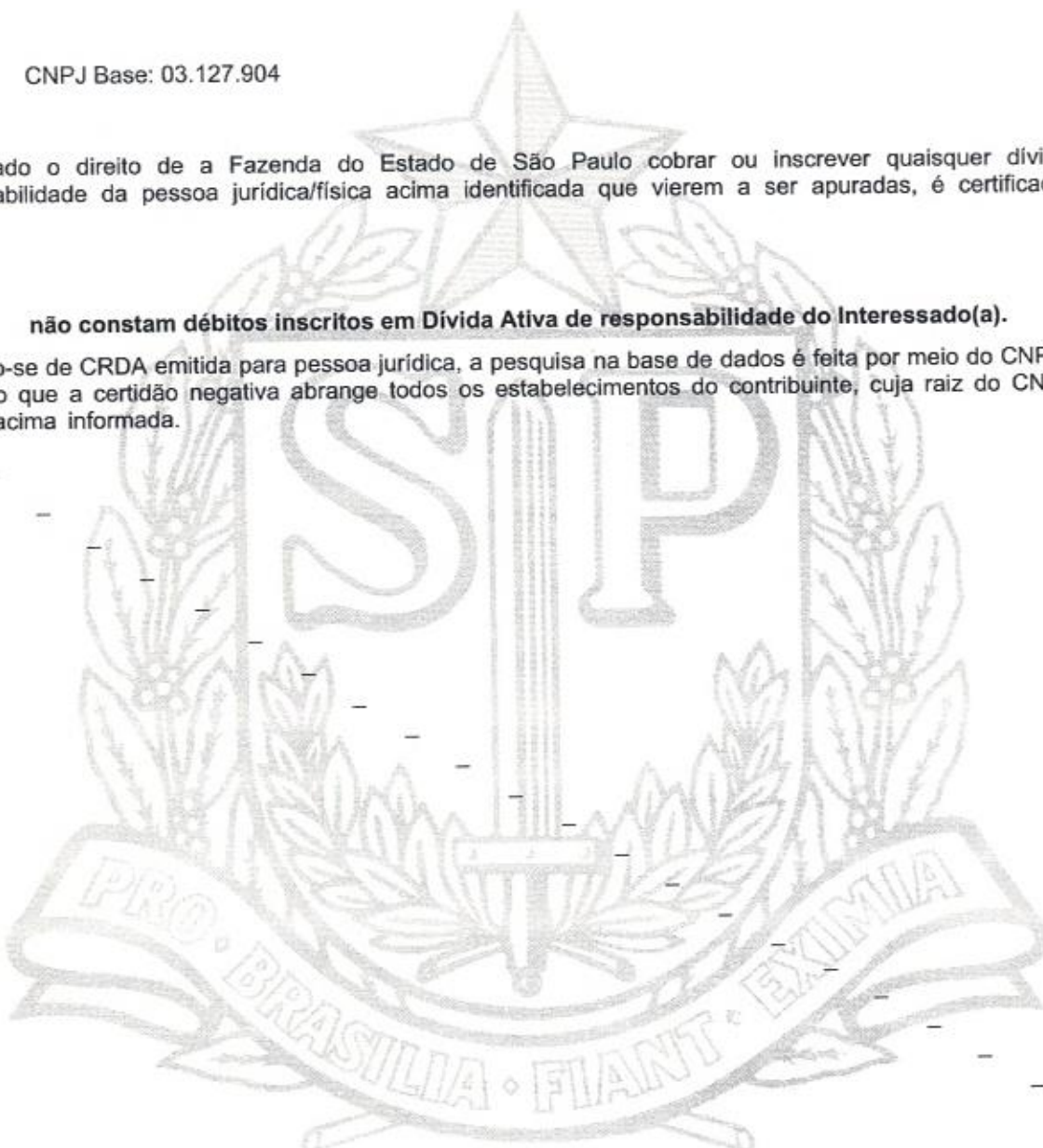
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****Procuradoria da Dívida Ativa****Certidão Negativa de Débitos Tributários  
da  
Dívida Ativa do Estado de São Paulo**

CNPJ Base: 03.127.904

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº

44141928

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão

28/02/2023 10:45:08

(hora de Brasília)

Validade

30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Secretaria Municipal da Fazenda  
Departamento de Rendas e Tributos Imobiliários  
Estado de São Paulo - Brasil

**CERTIDÃO IMOBILIÁRIA**

*C E R T I F I C O*, a pedido de pessoa interessada, que verificando o fichário do Cadastro Predial Territorial Urbano desse município da Estância Balneária de Peruíbe, desse Estado de São Paulo, nele verifiquei **NÃO CONSTAR** como contribuinte **"TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP"**, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.127.904/0001-70 e Inscrição Estadual sob n.º 524.054.355.118, portanto **não há débitos até a presente data**.

*Esta certidão tem validade por 90 (noventa) dias.*

*O referido é verdade e dou fê.*

Peruíbe, 06 de Fevereiro de 2023.

Artur R. C. Martins  
Diretor de Rendas e Tributos Imobiliários  
Matr. 9067

Elaine Rodrigues de Matos  
Auxiliar Administrativo  
Matr. 7619



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Departamento de Rendas e Tributos Mobiliários  
Estado de São Paulo

## CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS

**CERTIFICADO** que, pesquisando o Cadastro de Prestadores de Serviços e Taxas de Licenças e Funcionamento deste Município, dele verifique constar a Inscrição/C.C.M.: em nome de **TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP**, CNPJ/CPF: **03.127.904/0001-70**, cadastrado com o endereço a , **626**, Bairro: **BALNEARIO TRES MARIAS**, Cidade: **PERUIBE**, CEP: **11750-000**, licenciado para exercer a atividade de . Certifico ainda que a citada inscrição se encontra em dia referente aos Tributos Mobiliários, junto à Secretaria Municipal da Fazenda, ressaltando o direito do Município de Peruipe de cobrar outros débitos que porventura venham a ser apurados.

Esta certidão é válida por **90 dias** a contar da data de expedição.  
O referido é verdade e dou fé.

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no site da Prefeitura, no endereço <https://servicosonline.gcaspp.com/pmperuipe>

Certidão emitida com base na Lei 3.101/2010.

Emitida no(a) **2023-01-25T12:55:29.953-03:00** (hora e data de Brasília)

Código de Autenticidade da Certidão: **CAWKCC-005918/2023**

Certidão emitida gratuitamente.

**Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento**





Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.127.904/0001-70  
**Razão Social:** TSC PONTUAL DISTRIB COM E SERVICOS EM GERAL LTDA  
**Endereço:** R DORA 626 / TRES MARIAS / PERUIBE / SP / 11750-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 22/02/2023 a 23/03/2023

**Certificação Número:** 2023022200495463480386

Informação obtida em 23/02/2023 09:48:15

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.127.904/0001-70  
**Razão Social:** TSC PONTUAL DISTRIB COM E SERVICOS EM GERAL LTDA  
**Endereço:** R DORA 626 / TRES MARIAS / PERUIBE / SP / 11750-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 13/03/2023 a 11/04/2023

**Certificação Número:** 2023031300384430173205

Informação obtida em 23/03/2023 16:13:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 03.127.904/0001-70  
Certidão n°: 45293230/2022  
Expedição: 14/12/2022, às 11:43:08  
Validade: 12/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **03.127.904/0001-70**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
SUBSECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**CERTIDÃO**

**EMPREGADOR:** TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (TSC PONTUAL)

**CNPJ:** 03.127.904/0001-70

**DATA E HORA DA EMISSÃO:** 28/02/2023, às 10h39

Conforme os registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), recebidos e processados até o momento da emissão desta certidão, certifica-se que o empregador acima identificado **está desobrigado da cota legal para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, prevista no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.**

**Última competência processada do CAGED:** 01/2023

**Última competência processada da RAIS:** 2021

1. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos da RAIS e do CAGED. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho.

2. Esta certidão não abrange autos de infração e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

3. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.

4. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/verifica.seam> utilizando o código **55WAJF3**.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

271



A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA – DICOGE 1 CERTIFICA, atendendo solicitação formulada por TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 03.127.904/0001-70, para fins de CONCORRÊNCIA PÚBLICA/LICITAÇÃO PÚBLICA/OUTRAS FINALIDADES, que as Unidades a seguir relacionadas prestam os Serviços Extrajudiciais de Tabelião de Notas, Tabelião de Protesto de Letras e Títulos, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica e Registro Civil das Pessoas Naturais na **COMARCA DE PERUÍBE**:

- 1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE PERUÍBE
  - Avenida Governador Mario Covas Junior - nº 1755 - terreo - 11750000
  - Responsável: FABRICIO MARCHI DE BRITO
- OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, CIVIL DE PESSOA JURÍDICA E CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DA SEDE DA COMARCA DE PERUÍBE
  - Praça Monsenhor Lino dos Passos - nº 150 - Sala 11 a 16 - 11750000
  - Responsável: OSCAR LUZ SANCHES PEREIRA

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2023.....



28/02/2023

0064205630



272

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 4802860****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 27/02/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA EPP**, CNPJ: 03.127.904/0001-70, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

PEDIDO Nº: 0064205630







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
■ SECRETARIA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA  
SPI 3 – DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

③

A Diretoria de Apoio Técnico da Secretaria da Primeira Instância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – SPI 3, atendendo a solicitação de

**TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA EPP**  
**CNPJ 03.127.904/0001-70**

**CERTIFICA**, para fins de Concorrência Pública, Licitação Pública, Cadastro, Financiamento, que as certidões de distribuição cível expedidas pela internet, ou pelos distribuidores nas comarcas do interior, abrangem todos os feitos de 1ª instância cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as comarcas do Estado de São Paulo, de acordo com o período indicado na certidão.

**CERTIFICA** que as certidões de distribuição criminal possuem abrangência estadual e são expedidas pela internet. Caso o pesquisado tenha completado a maioria penal antes da data de informatização do Foro/Comarca de interesse, será necessário solicitar a certidão junto ao distribuidor da Comarca, exceto na capital, pois a certidão abrange os feitos não cadastrados no sistema informatizado. A data de informatização consta do Comunicado SPI nº 22/2019.

**CERTIFICA** ainda que as certidões de execuções criminais possuem abrangência estadual, mas são necessárias duas certidões: Execuções Criminais – SAJ PG5 e Execuções Criminais SIVEC, ambas expedidas pela internet. A certidão de Execuções Criminais-SIVEC positiva será expedida somente pelo ofício/Vara de Execução Criminal no qual tramita a execução criminal.

**CERTIFICA**, finalmente, que as certidões solicitadas pela internet ou presencialmente, possuem assinatura digital, nos termos do Comunicado SPI nº 23/2016. Esta certidão é expedida gratuitamente e é válida para todas as comarcas do Estado, em face da base de dados de todos os distribuidores estarem integradas para fins de certidão.

Esta certidão é expedida gratuitamente e é válida para todas as comarcas do Estado, em face da base de dados de todos os distribuidores estarem integradas para fins de certidão.

Prazo de validade desta certidão: 90 dias.

São Paulo, 14 de Dezembro de 2022



274  
P

Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar**

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 14.115.466/0001-47 DUNS®: 900982840  
Razão Social: EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA  
Nome Fantasia: EVOPAV  
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

## Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 23/03/2023 14:32:38

**Informações da Pessoa Jurídica:**

Razão Social: **EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA**  
CNPJ: **14.115.466/0001-47**

**Resultados da Consulta Eletrônica:**

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

**EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA**  
**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
 CNPJ: 14.115.466/0001-47 e NIRE: 41207135383

Fl.01

**MARCIO AURELIO DA SILVA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade civil RG nº. 5.027.872-7 SSP-PR., CPF/MF sob nº. 024.947.299-63, CNH nº. 01164464800 DETRAN-PR, residente e domiciliado em Assaí, PR., à Rua Vereador José Ferreira Alves, nº. 282, Conjunto Sol Nascente, CEP. 86.220-000; **JANUARIO SILVERIO DE SOUZA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da carteira de identidade civil RG nº. 4.210.155-9 SSP-PR., CPF/MF sob nº. 757.355.399-49, CNH nº. 01475352791 DETRAN-PR, residente e domiciliado em Assaí, PR., à Rua Niterói, nº. 1.200, Centro, CEP. 86.220-000; e **EUDES BARBOZA DE SOUZA** brasileiro, solteiro, nascido em 21/10/1981, empresário, portador da carteira de identidade civil RG nº. 6.486.840-3 SSP-PR., CPF/MF sob nº. 033.364.859-59, residente e domiciliado em Assaí, PR., à Rua Takamitsu Uno, nº. 226, Jardim Veneza, CEP: 86.220-000, sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial “**EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA**”, nesta cidade de Assaí, estado do Paraná, à Rua Niterói, nº. 1.815, Centro, CEP. 86.220-000, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº. 41207135383 em 03 de Agosto de 2011 e inscrito no CNPJ/MF sob nº. 14.115.466/0001-47, resolvem por este instrumento particular, alterar seu contrato primitivo, mediante as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O sócio **MARCIO AURELIO DA SILVA**, que possui na sociedade 33.000 (Trinta e três mil) quotas de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, totalizando o valor de R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais), inteiramente integralizadas, retira-se da sociedade, cedendo e transferindo, por venda e compra, 17.000 (Dezessete mil) quotas pelo valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) à **JANUARIO SILVERIO DE SOUZA**, acima qualificado, e 16.000 (Dezesseis mil) quotas pelo valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) à **EUDES BARBOZA DE SOUZA**, acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Os sócios, cedente e cessionário, dão entre si quitação recíproca pela cessão e transferência de quotas efetuada, declarando este conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, ficando sub-rogado nos direitos e obrigações decorrentes deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Em razão desta alteração o Capital Social fica assim distribuído entre os sócios:

NOME	QUOTA	CAPITAL – R\$
1. EUDES BARBOZA DE SOUZA	50.000	50.000,00
2. JANUARIO SILVERIO DE SOUZA	50.000	50.000,00
Totais	100.000	100.000,00



CERTIFICO O REGISTRO EM 08/08/2019 12:09 SOB Nº 20194540375.  
 PROTOCOLO: 194540375 DE 06/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
 11903624595. NIRE: 41207135383.  
 EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
 SECRETÁRIO-GERAL  
 CURITIBA, 08/08/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



**EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA**  
**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
CNPJ: 14.115.466/0001-47 e NIRE: 41207135383

Fl.02

**CLÁUSULA QUARTA:** A administração da sociedade exercida pelos sócios MARCIO AURELIO DA SILVA, JANUARIO SILVERIO DE SOUZA e EUDES BARBOZA DE SOUZA, passará doravante, a ser exercida pelos sócios JANUARIO SILVERIO DE SOUZA e EUDES BARBOZA DE SOUZA, que poderão agir em conjunto ou separadamente, dispensados de caução, com poderes e atribuições de administradores autorizados o uso de nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis e imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**CLÁUSULA QUINTA:** Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLÁUSULA SEXTA: DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO** - A vista da modificação ora ajustada e em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei nº. 10.406/2002, os sócios RESOLVEM, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo que, adequando às disposições da referida Lei nº. 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário, passa a ter a seguinte redação:

### CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DE

**EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA**  
CNPJ/MF: 14.115.466/0001-47 e NIRE: 41207135383



CERTIFICO O REGISTRO EM 08/08/2019 12:09 SOB N° 20194540375.  
PROTOCOLO: 194540375 DE 06/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11903624595. NIRE: 41207135383.  
EVOPAV - EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 08/08/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA**  
**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
 CNPJ: 14.115.466/0001-47 e NIRE: 41207135383

Fl.03

**JANUARIO SILVERIO DE SOUZA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, portador da carteira de identidade civil RG nº. 4.210.155-9 SSP-PR., CPF/MF sob nº. 757.355.399-49, CNH nº. 01475352791 DETRAN-PR, residente e domiciliado em Assaí, PR., à Rua Niterói, nº. 1.200, Centro, CEP. 86.220-000; e **EUDES BARBOZA DE SOUZA** brasileiro, solteiro, nascido em 21/10/1981, empresário, portador da carteira de identidade civil RG nº. 6.486.840-3 SSP-PR., CPF/MF sob nº. 033.364.859-59, residente e domiciliado em Assaí, PR, à Rua Takamitsu Uno, nº. 226, Jardim Veneza, CEP: 86.220-000, sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial “**EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA**”, nesta cidade de Assaí, estado do Paraná, à Rua Niterói, nº. 1.815, Centro, CEP. 86.220-000, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº. 41207135383 em 03 de Agosto de 2011 e inscrito no CNPJ/MF sob nº. 14.115.466/0001-47, resolvem consolidar seu contrato social, mediante cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: NOME EMPRESARIAL: “EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA”.** SEDE E FORO: Rua Niterói, nº. 1.815, Centro, na cidade de Assaí, Estado do Paraná, CEP. 86.220-000. **INÍCIO DAS ATIVIDADES:** 03 de Agosto de 2011. **PRAZO DE DURAÇÃO:** Indeterminado. **OBJETO:** Industrialização e Comercialização atacadista de massa asfáltica, sendo a industrialização por conta de terceiros, pavimentação asfáltica, limpeza e manutenção de vias urbanas, serviços de sinalização viária, pinturas, reformas e vendas de máquinas e equipamentos para pavimentação.

**CLÁUSULA SEGUNDA: CAPITAL SOCIAL:** R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) divididos em 100.000 (Cem mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional e fica assim distribuído entre os sócios:

NOME	QUOTA	CAPITAL – R\$
1. EUDES BARBOZA DE SOUZA	50.000	50.000,00
2. JANUÁRIO SILVERIO DE SOUZA	50.000	50.000,00
Totais	100.000	100.000,00

**CLÁUSULA TERCEIRA: ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:** JANUARIO SILVERIO DE SOUZA e EUDES BARBOZA DE SOUZA, dispensados de caução, com poderes e atribuições de administradores autorizados o uso de nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis e imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. **USO DO NOME COMERCIAL:** Individualmente. **PRÓ-LABORE:** Ao sócio e outros que prestarem serviços a sociedade fixado de comum acordo. **OBRIGAÇÕES:** Proibidos aval, endosso, fiança e caução de favor.



CERTIFICO O REGISTRO EM 08/08/2019 12:09 SOB Nº 20194540375.  
 PROTOCOLO: 194540375 DE 06/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
 11903624595. NIRE: 41207135383.  
 EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
 SECRETÁRIO-GERAL  
 CURITIBA, 08/08/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



**EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA**  
**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
CNPJ: 14.115.466/0001-47 e NIRE: 41207135383

Fl.04

**CLÁUSULA QUARTA:** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLÁUSULA QUINTA:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA SEXTA:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

**Parágrafo Único:** Os lucros, a critério dos sócios, poderão ser distribuídos mensalmente.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DESIMPEDIMENTO:** Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLÁUSULA OITAVA: DELIBERAÇÕES SOCIAIS:** Por maioria absoluta de votos, inclusive a de transformação do tipo jurídico, cabendo um voto a cada quota de capital.

**Parágrafo Primeiro:** As deliberações dos sócios, consoante faculta o artigo 1072 do Código Civil, poderão ser tomadas em reunião convocada pelo administrador.

**Parágrafo Segundo:** As convocações para as reuniões a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser efetuadas por qualquer meio de comunicação.

**CLÁUSULA NONA: DECLARAÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE:** Os sócios declaram sob as penas da Lei, que a empresa se enquadra na condição de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** O presente contrato será regido supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 via.

Assaí – PR., 29 de Julho de 2019.



CERTIFICO O REGISTRO EM 08/08/2019 12:09 SOB Nº 20194540375.  
PROTOCOLO: 194540375 DE 06/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11903624595. NIRE: 41207135383.  
EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 08/08/2019  
www.empresafacil.pr.gov.br

**EVOPAV - EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA**  
**TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**CNPJ: 14.115.466/0001-47 e NIRE: 41207135383**

Fl.05

**Marcio Aurelio da Silva**  
**CPF: 024.947.299-63**

**Eudes Barboza de Souza**  
**CPF: 033.364.859-59**

**Januario Silverio de Souza**  
**CPF: 757.355.399-49**

**TABELIONATO DE NOTAS DE ASSAI-PR**

Av. Rio de Janeiro, nº 548-Centro-CEP 86.220-000-Fone:(43)3262-1360  
 Selo nº 0002V.j6zcc.eiqIt, Controle: Uhxjk.06Y9V  
 Consulte o Selo Digital em <http://www.funarpen.com.br>  
 Reconheço por verdadeira a assinatura de **MARCIO AURELIO DA SILVA (1333)** e **EDES BARBOZA DE SOUZA (3000)** "0004"1163587".  
 Dou fé.

Assai-Paraná, 30 de julho de 2019.  
 Em Teste da Verdade

Roberto Leandro Forn - Escrevente Juramentado



**TABELIONATO DE NOTAS DE ASSAI-PR**

Av. Rio de Janeiro, nº 548-Centro-CEP 86.220-000-Fone:(43)3262-1360  
 Selo nº ADOZh.5L9rh.7DdxI, Controle: kuqes.hN27f  
 Consulte o Selo Digital em <http://www.funarpen.com.br>  
 Reconheço por verdadeira a assinatura de **JANUÁRIO SILVERIO DE SOUZA (428)** "0004"782376". Dou fé.

Assai-Paraná, 30 de julho de 2019.  
 Em Teste da Verdade

Roberto Leandro Forn - Escrevente Juramentado



CERTIFICO O REGISTRO EM 08/08/2019 12:09 SOB Nº 20194540375.  
 PROTOCOLO: 194540375 DE 06/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
 11903624595. NIRE: 41207135383.  
 EVOPAV - EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
 SECRETÁRIO-GERAL  
 CURITIBA, 08/08/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO**  
**CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO**

**PR**

**NOME**  
**JANUARIO SILVERIO DE SOUZA**

**DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF**  
**4210155-9 SESP PR**

**CPF**  
**757.355.399-49**

**DATA NASCIMENTO**  
**28/08/1971**

**FILIAÇÃO**  
**JANUARIO BARBOZA DE SOUZA**  
**MARIA ANA DA CONCEICAO**

**PERMISSÃO**  
**ACC**  
**CAT. HAB.**  
**AD**

**Nº REGISTRO**  
**01475352791**

**VALIDADE**  
**06/10/2025**

**1ª HABILITAÇÃO**  
**19/04/1990**

**RESERVAÇÕES**

**ASSINATURA DO PORTADOR**

**LOCAL**  
**ASSAI, PR**

**DATA EMISSÃO**  
**06/10/2020**




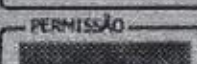
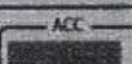
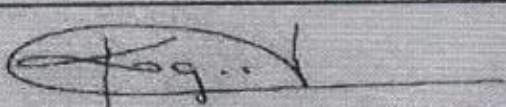


**ASSINATURA DO EMISSOR**

**PARANÁ**

**98697108621**  
**PR918588538**

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
**2136062538**

**PROIBIDO PLASTIFICAR**  
**2136062538**

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTHEA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
NOME <b>EUDES BARBOZA DE SOUZA</b>		DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF <b>6486840-3 SESP PR</b>			
		CPF <b>033.364.859-59</b>		DATA NASCIMENTO <b>21/10/1981</b>	
FILIAÇÃO <b>JANUARIO BARBOZA DE SOUZA</b> <b>NEUZA MACEDO MENEZES</b>					
PERMISSÃO 		ACC 		CAT. HAB. <b>AD</b>	
Nº REGISTRO <b>00974394298</b>		VALIDADE <b>09/07/2024</b>		1ª HABILITAÇÃO <b>24/11/1999</b>	
OBSERVAÇÕES <div style="border: 1px solid black; height: 100px; width: 100%;"></div>					
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>           LOCAL  <b>ASSAI, PR</b> </div> <div>           DATA EMISSÃO  <b>18/07/2019</b> </div> </div>					
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>             ASSINATURA DO PORTADOR         </div> <div> <b>85005318757</b>  <b>PR916421520</b> </div> </div>					
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div>             ASSINATURA DO EMISSOR         </div> <div> <b>PARANÁ</b> </div> <div>  </div> </div>					

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1888357900

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1888357900





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARAPONGAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**ALVARÁ DE LICENÇA**

**Localização, Verificação e Funcionamento Regular de Estabelecimentos de  
Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços Outros**

CNPJ/CNPJ <b>18.702.297/0001-00</b>	CADASTRO MUNICIPAL <b>46646</b>	DATA DE ABERTURA <b>15/08/2013</b>	MEI <b>Não</b>
--	------------------------------------	---------------------------------------	-------------------

RAZÃO SOCIAL  
**PARANA NORTE TECNOLOGIA EM ASFALTOS EIRELI**

NOME FANTASIA

RAMO DE ATIVIDADE

- Comércio varejista de materiais de construção em geral
- Construção de rodovias e ferrovias
- Comércio atacadista de materiais de construção em geral
- Fabricação de outros produtos de minerais não metálicos não especificados anteriormente
- Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes
- Coleta de resíduos não perigosos
- Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
- Obras de urbanização ruas, praças e calçadas
- Obras de terraplenagem

ENDEREÇO COMERCIAL <b>RODOVIA PR 444</b>	NÚMERO <b>S/N</b>
---	----------------------

BAIRRO <b>JARDIM PETROPOLIS</b>	COMPLEMENTO <b>KM 7</b>
------------------------------------	----------------------------

SITUAÇÃO DO CADASTRO <b>Ativo</b>	PROCESSO Nº <b>18165/2013</b>	ÁREA UTILIZADA <b>960,00</b>
--------------------------------------	----------------------------------	---------------------------------

CONTADOR  
**MARCIO LOPES DO CARMO**

ESPÉCIE TIPO	MARCA/MODELO
--------------	--------------

CHASSI	COR	PLACA	ANO
--------	-----	-------	-----

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO  
**O ESTABELECIDO NO CÓDIGO DE POSTURAS.**

OBSERVAÇÕES

ARAPONGAS, 13 de janeiro de 2023.

*Luciane Soares de Queiroz*  
Luciane Soares de Queiroz  
Fiscal de Ação Integrada

Este documento deve ser mantido em local visível  
e acessível à fiscalização. (Lei nº 5.004/2021).  
**O PRESENTE ALVARÁ TEM VALIDADE ATÉ 31/12/2023.**

*Valentin J. C. Pavezi*  
Valentin J. C. Pavezi  
Chefe Divisão  
Fiscalização

**IMPORTANTE:**

Os resíduos recicláveis gerados por esta empresa deverão ser destinados às cooperativas ou associações de catadores de Arapongas, nos termos da lei federal Nº 12305/2010 e do decreto federal 7.404/2010.



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>14.115.466/0001-47</b> MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>03/08/2011</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA</b>					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>EVOPAV</b>				PORTE <b>EPP</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>23.99-1-99 - Fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças</b> <b>42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas</b> <b>81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>					
LOGRADOURO <b>R NITEROI</b>		NÚMERO <b>1.815</b>		COMPLEMENTO <b>*****</b>	
CEP <b>86.220-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>		MUNICÍPIO <b>ASSAI</b>		UF <b>PR</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>PEDIDO@EVOPAV.COM.BR</b>			TELEFONE <b>(43) 3262-0975</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>					
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/08/2011</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/01/2023 às 13:19:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA**  
**CNPJ: 14.115.466/0001-47**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:05:50 do dia 23/09/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/03/2023.

Código de controle da certidão: **0CA3.BA6B.A46E.FBEB**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

286

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 028753909-19**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **14.115.466/0001-47**

Nome: **EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - EPP**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 06/04/2023 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)





LEALDADE  
NOBREZA  
RIQUEZA  
PODER

## Prefeitura do Município de Assaí

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Rio de Janeiro, 720, 1º andar – Fone (043) 3262-1313 – CEP 86.220-000

E-mail: assai@assai.pr.gov.br

CNPJ 76.290.709/0001-30

GESTÃO 2021 – 2024

### SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DIVISÃO DA RECEITA E FISCALIZAÇÃO

#### CERTIDÃO NEGATIVA Nº 845/2022

Certifico que, revendo os livros existentes nesta Divisão da Receita e Fiscalização não foram encontrados débitos vencidos correspondentes a impostos, Taxas e outros com relação ao abaixo referido.

Válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, não podendo a certidão conter erros ou rasuras.

#### NOME

EVOPAV EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA ME

#### ENDEREÇO

RUA NITEROI 1815 CENTRO ASSAI/PR

#### REFERENTE

CONFORME BUSCA REALIZADA NA DIVISÃO DE RECEITA E FISCALIZAÇÃO, NÃO FOI ENCONTRADO DÉBITOS MOBILIARIOS E IMOBILIARIOS, REFERENTES A TAXAS E IMPOSTOS EM NOME DE EVOPAV EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA ME, PORTADORA DO CNPJ Nº 14.115.466/0001-47, COM INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 34728942, ATÉ A PRESENTE DATA.

#### FINALIDADE DA CERTIDÃO

PARA FINS DE ONUS


Fica reservado ao Município o direito de cobrar débitos que por ventura venham a ser constatados em buscas posteriores, assim como de efetuar ou rever lançamentos sobre fatos geradores já ocorridos, Artigo 262 do CTM nº 01/2004, de 30/12/2004.

#### PARA USO DA REPARTIÇÃO

**CERTIFICO**, ainda que NÃO existem débitos lançados e vencidos.

Nome do contribuinte: EVOPAV EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA ME

ASSAI-PR, 15 DE DEZEMBRO DE 2022

  
Aparecida Frizzo  
de Divisão de  
Fiscalização

2023



LEALDADE  
NOBREZA  
RIQUEZA  
PODER

## Prefeitura do Município de Assaí

ESTADO DO PARANÁ

Avenida Rio de Janeiro, 720, 1º andar – Fone (043) 3262-1313 – CEP 86.220-000

E-mail: assai@assai.pr.gov.br

CNPJ 76.290.709/0001-30

GESTÃO 2021 – 2024

### SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DIVISÃO DA RECEITA E FISCALIZAÇÃO

#### CERTIDÃO NEGATIVA Nº 181/2023

Certifico que, revendo os livros existentes nesta Divisão da Receita e Fiscalização não foram encontrados débitos vencidos correspondentes a Impostos, Taxas e outros com relação ao abaixo referido.

Válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, não podendo a certidão conter erros ou rasuras.

NOME

EVOPAV EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA ME

ENDEREÇO

RUA NITEROI 1815 CENTRO ASSAI/PR

REFERENTE

CONFORME BUSCA REALIZADA NA DIVISÃO DE RECEITA E FISCALIZAÇÃO, NÃO FOI ENCONTRADO DÉBITOS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS, REFERENTES A TAXAS E IMPOSTOS EM NOME DE EVOPAV EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA ME, PORTADORA DO CNPJ Nº 14.115.466/0001-47, COM INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 34728942, ATÉ A PRESENTE DATA.

FINALIDADE DA CERTIDÃO

PARA FINS DE ONUS

Fica reservado ao Município o direito de cobrar débitos que por ventura venham a ser constatados em buscas posteriores, assim como de efetuar ou rever lançamentos sobre fatos geradores já ocorridos, Artigo 262 do CTM nº 01/2004, de 30/12/2004.

#### PARA USO DA REPARTIÇÃO

CERTIFICO, ainda que NÃO existem débitos lançados e vencidos.

Nome do contribuinte: EVOPAV EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA ME

ASSAI-PR, 14 DE MARÇO DE 2023

  
Nilse Shinchata Menegazzo  
Secretária de Finanças



[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 14.115.466/0001-47  
**Razão Social:** EVOPAV EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA ME  
**Endereço:** RUA NITEROI 1815 / CENTRO / ASSAI / PR / 86220-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 11/02/2023 a 12/03/2023

**Certificação Número:** 2023021102401789913478

Informação obtida em 13/02/2023 15:41:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

Voltar

Imprimir

290

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 14.115.466/0001-47  
**Razão Social:** EVOPAV EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA ME  
**Endereço:** RUA NITEROI 1815 / CENTRO / ASSAI / PR / 86220-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 21/03/2023 a 19/04/2023

**Certificação Número:** 2023032102440537367075

Informação obtida em 23/03/2023 14:57:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

*Tiagola  
nova*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

291



### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 14.115.466/0001-47

Certidão nº: 45474178/2022

Expedição: 15/12/2022, às 14:46:58

Validade: 13/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **14.115.466/0001-47**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de ASSAÍ

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA  
CNPJ: 14.115.466/0001-47  
Local da Sede: Rua Niteroi 1815, Assaí, PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de ASSAÍ. Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão. A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais. Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010. A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ. A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

ASSAÍ, 1 de Março de 2023



*Abel Jorge Tristão Machado*  
Abel Jorge Tristão Machado  
Distribuidor





**Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade

Secretaria de Obras e Infraestrutura


**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, que a empresa, EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA, inscrita no CNPJ: 14.115.466/0001-47, estabelecida na rua Niterói, 1815, centro da cidade de Assaí - PR, forneceu e fornece satisfatoriamente à PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, CNPJ: 76.105.659/0001-74, desde o dia 01/01/2019 até a presente data, os produtos constantes da relação abaixo especificados:

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.
<ul style="list-style-type: none"><li>• MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE, TEMPERATURA APROXIMADA DE 119° C.</li><li>• PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70, TEOR DE BETUME EM APROX. 6%, MODIFICADO POR POLÍMEROS E PROCESSOS DE MISTURA, NÃO EMULCIONADO, QUE PASSA 100% NA PENEIRA 3/8".</li><li>• PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA-BURACOS).</li><li>• PODE SER ESTOCADA POR ATÉ 12 MESES.</li><li>• CAPAZ DE SER APLICADA MESMO EM BURACOS COM AGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM A PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO.</li><li>• DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO.</li><li>• APRESENTAÇÃO: SACOS DE 25 KG (ráfia)</li></ul>	SACOS	12.000	R\$ 36,00

Registramos, ainda, que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

ALMIRANTE TAMANDARÉ, 28 DE JANEIRO DE 2021



**JOSÉ SILVANO BUZATO**  
Secretário Municipal



**VALTER JOHNSON BOMFIM JUNIOR**  
Diretor Geral da SMOI

RECEBEMOS DE EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA - ME OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL AO LADO

Emissão: 27/01/2022 Destinatário: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ Valor Total: 36.000,00

NF-e

Nº 00.002.544

SÉRIE 1

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO  
LTDA - ME  
RUA NITEROI, 1815CENTRO  
ASSAI-PR  
CEP 86220-000  
Fone/Fax (43)3262-0875

## DANFE

Documento Auxiliar da  
Nota Fiscal Eletrônica0 - Entrada 1  
1 - Saída 1  
Nº 00.002.544 - FL 1/1  
SÉRIE 1

41220114115466000147550010000025441006772137

CHAVE DE ACESSO DA NF-e CONSULTA DE AUTENTICIDADE NO SITE WWW.FAZENDA.GOV.BR  
41-2201-14.115.466/0001-47-55-001-000.002.544-100.877.213-7Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz AutorizadoraPROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO  
141220020375523

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9056850071

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ

14.115.466/0001-47

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CNPJ / CPF

76.105.659/0001-74

DATA DA EMISSÃO

27/01/2022

ENDEREÇO

AV EMILIO JOHNSON, 360 ALMIRANTE TAMANDARÉ

BARRIO / DISTRITO

CENTRO

CEP

83501-000

DATA DA ENTRADA / SAÍDA

27/01/2022

MUNICÍPIO

ALMIRANTE TAMANDARÉ

FONE / FAX

(41)3699-8800

UF

PR

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DA SAÍDA

09:38

FATURA / DUPLICATA

001

36.000,00 27/02/2022

## CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST		VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00		0,00	0,00		0,00	36.000,00	
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	VALOR DO DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR DO IPI	VALOR APROX. TRIB.	VALOR TOTAL DA NOTA	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL			FRETE POR CONTA 0-Emite	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO			MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO	

## DADOS DO PRODUTO/SERVIÇOS

CODIGO DO PRODUTO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCH / SH	CSO	CPRO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR DESCONTO	VALOR TOTAL	B. CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI	V. APRO. TRIBUTO
1	ASFALTO USINADO A QUENTE PARA APLI CAÇÃO A VAIO	27154000	0101	5102	SACOS	1.000,00	36,00	0,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0,00

## CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

## DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EMPENHO N 41/2022 - CONTA PARA DEPOSITO C/C 86274 AG 4355 BANCO BICOOB 756 - PESO BRUTO 25 000 KG PESO LÍQUIDO 25 000 KG / DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL / NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE ICMS, DE ISS E DE IPI / PERMITE O APROVEITAMENTO DE CRÉDITO DE ICMS NO VALOR DE R\$1.368,00 CORRESPONDENTE A ALÍQUOTA DE 3,8 % NOS TERMOS DO ART. 2º DA LC 173/2008

RESERVADO AO FISCO



Pesquisa: Nome ou CNPJ ou telefone

Buscar


[CNPJ info](#) [CNPJ online gerador](#) [Lista de empresas](#) [Consulta por CNPJ](#) [Compartilhar](#) [no Facebook](#)

## Parana Norte Tecnologia Em Asfaltos LTDA

### 18º Congresso de Pregoeiros

Faça sua inscrição Negócios Públicos



#### Informação principal

CNPJ	18.702.297/0001-00 [ MATRIZ ]
Nome da empresa	PARANA NORTE TECNOLOGIA EM ASFALTOS LTDA
Início atividade data	2013-08-15
Natureza jurídica	Sociedade Empresária Limitada
Situação cadastral	ATIVA desde 2013-08-15
Qualificação do responsável	Sócio-Administrador
Capital social	R\$ 99.800,00
Porte da empresa	PEQUENO
Opção pelo simples	Optantes pelo simples desde 2013-08-15
Opção pelo MEI	NÃO

#### Endereço

Rodovia Pr-444, S/N  
Km 7  
JARDIM PETROPOLIS  
ARAPONGAS - PR  
86702-625

#### Contatos

- Telefone(s): (43) 3275-5911
- Correio eletrônico: [comercial@vianovaasfaltos.com.br](mailto:comercial@vianovaasfaltos.com.br)

#### Sócio

Código	CPF***976519**
Nome	Carlos Henrique Gonçalves Barbosa
Data de entrada	2018-09-24
Qualificação	Sócio-Administrador

#### Atividades de negócios da empresa

##### 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

O comércio varejista de materiais de construção (em geral - sem especialização) é um ramo abrangente, incluindo uma ampla gama de clientes: empresas construtoras, empreiteiras, pequenas prestadoras de serviços (reforma, manutenção e construção) e pessoas físicas, como um mestre-de-obras. Os estabelecimentos principais são aqueles que vendem genericamente os principais tipos de produtos e materiais para construção (no mesmo local). Os principais tipos de materiais são: vigas de concreto; ferramentas (alicates, martelos, picaretas, chaves de fenda para diferentes entradas, furadeiras, serras e serrotes); ferragens (peças de ferro ou de outros metais designadas para diversos usos); artefatos de madeira (portas, janelas, vigas e tábuas); materiais primários básicos (areia, britas, cal, cimento e gesso); telhas; tijolos; partes hidráulicas (como conexões, registros, tubulações e tubos - comumente de PVC); privadas e itens de banheiro associados - pias, lavatórios, banheiras, duchas e torneiras; e as pedras de revestimento, divididas em pisos, mosaicos e azulejos, de variadas dimensões, para usos internos e externos e feitas de mármore e granito.

##### 23.30-3-99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes

A fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes, compreende os produtos remanescentes destes segmentos. Podemos citar como exemplos: artefatos de gesso (sancas, estatuetas, cantoneiras e placas), materiais originados de substâncias vegetais (palha, lã de madeira) e outros artefatos de concreto, gesso ou fibrocimento. Dedutivamente, os beneficiários são indústrias de transformação, revendedores comerciais e as próprias empresas da construção civil.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA  
E AGRONOMIA DO PARANÁ

## Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

**Certidão nº: 28385/2023**

**Validade: 30/03/2023**

**Razão Social:** PARANA NORTE TECNOLOGIA EM ASFALTOS EIRELI

**CNPJ:** 18702297000100

**Num. Registro:** 63589

**Registrada desde :** 06/06/2017

**Capital Social:** R\$ 99.800,00

**Endereço:** RODOVIA PR-444 KM7, S/N JARDIM PETROPOLIS

**Município/Estado:** ARAPONGAS-PR

**CEP:** 86702625

**Objetivo Social:**

Indústria e comércio Atacadista e Varejista de misturas asfálticas e artefatos de concreto, materiais de construção, ferragens, ferramentas, insumos utilizados na construção civil e seus resíduos. Construção, aplicação e manutenção de pavimentação asfáltica. Execução de obras de terraplanagem, construção civil e urbanização. Prestação de serviços de engenharia e arquitetura. Importação, Exportação, Distribuição e Comércio Atacadista e Varejista de: fibras têxteis, artificiais e sintéticas, agulhadas e prensadas, beneficiadas e não beneficiadas, próprias ou para terceiros; móveis, acessórios, componentes e matérias primas, máquinas e ferramentas utilizadas na movelaria, artigos de colchoaria, de cama, mesa e banho, de estofados, tapeçaria, cortinas e persianas, artigos de decoração e utilidades domésticas, tecidos e armarinhos; máquinas e equipamentos industriais e comerciais para movimentação de carga, inclusive peças para manutenção e reposição, como empilhadeiras mecânicas, elétricas e motorizadas; equipamentos para uso técnico e profissional de segurança e combate a incêndio; artigos de relojoaria, suvenires, bijuterias e artesanatos; produtos eletrônicos, de telefonia e comunicação, inclusive peças para manutenção e reposição; de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; peças e acessórios para veículos automotores; vidros e espelhos; artigos e acessórios do vestuário; peças e acessórios para motocicletas e motonetas; brinquedos e artigos recreativos e esportivos; produtos eletrônicos para segurança. Prestação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional. Representação comercial de empresas nacionais e internacionais.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2022.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

**RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICOS PELA MATRIZ - CNPJ: 18702297000100**

1 - Nome Civil: ANTONIO ADEMIR FERREIRA

Carteira: SP-42259/D

Data de Expedição: 15/01/1976

Desde: 09/06/2021 Carga Horária: 20:0 H/M Até: 30/03/2022

Desde: 30/03/2022 Carga Horária: 20:0 H/M

Visto Nº: 2136 Data do Visto: 09/02/1976

Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 29º





Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular  
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º  
Restrições: Alínea g, quanto a aeroportos

---

**Para fins de: LICITAÇÕES**

---

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 68862/2023, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 06/03/2023 14:43:29

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA  
E AGRONOMIA DO PARANÁ

## Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **28381/2023**

Validade: 02/09/2023

Nome Civil: ANTONIO ADEMIR FERREIRA

Carteira - CREA-SP Nº :SP-42259/D

Registro Nacional : 2604454645

Registrado(a) desde : 15/01/1976

Filiação : AUGUSTO ALBERTO FERREIRA  
MARIA GIOCONDO

Data de Nascimento : 11/11/1945

Documento de Identidade : 467461 Orgão Emissor : SSP-SP UF : SP

Naturalidade : ARAPONGAS/PR

Visto Nº : 002136

Dt. Expedição Visto : 09/02/1976

CPF : 05541581915

Título: ENGENHEIRO CIVIL  
ESCOLA DE ENGENHARIA DE LINS

Diplomação : 07/01/1974

Situação : Regular

Atribuições profissionais:

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 29º de 11/12/1933

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Restrições: Alínea g, quanto a aeroportos

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:

63589 - PARANA NORTE TECNOLOGIA EM ASFALTOS EIRELI

CNPJ: 18702297000100

Desde: 30/03/2022 Carga Horária: 20 Horas Unidade: HORA/MES

79072 - REGINA TEOBALDO

CNPJ: 37181502000176

Desde: 08/08/2022 Carga Horária: 20 Horas Unidade: HORA/MES

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2023.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: CADASTRO

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 68854/2023.



Emitida via Internet em 06/03/2023 14:41:57

299



Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

## DECLARAÇÃO

A QUEM POSSA INTERESSAR,

Eu, **CARLOS HENRIQUE GONÇALVES BARBOSA**, inscrito no CPF: 017.976.519-19, residente na Rua Campos do Jordão, 260 – Parque Industrial, Rolândia - PR, proprietário da empresa **PARANÁ NORTE TECNOLOGIA EM ASFALTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ: 18.702.297/0001-00, estabelecida em ARAPONGAS – PR à RODOVIA PR, 444, KM 07, SN, JARDIM PETROPOLIS, declaro para os devidos fins e direitos que disponibilizamos de nossa usina para fabricação de massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio para a empresa **EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA**, CNPJ: 14.115.466/0001-47 situada na RUA NITEROI, 1815 – CENTRO – ASSAÍ PR CEP: 86.220.000

Arapongas , 06 de Março de 2023

CARLOS HENRIQUE  
GONCALVES  
BARBOSA:01797651919

Assinado de forma digital por  
CARLOS HENRIQUE GONCALVES  
BARBOSA:01797651919  
Dados: 2023.03.06 14:36:33  
-03'00'

---

CARLOS H. G BARBOSA  
DIRETOR



**CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL**

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 19.527.424-0, concede CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL nas condições e restrições abaixo especificadas.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**

CPF/CNPJ  
18.702.297/0001-00

RG/Inscrição Estadual

Bairro  
Jardim Petrópolis

Nome/Razão Social

**ÚNICO PARANÁ NORTE TECNOLOGIA EM ASFALTOS LTDA - EPP**

Logradouro e Número

Ros-Tangará, 887

Município / UF  
Arapongas/PR

CEP  
86.769-000

**2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

Atividade

**Indústrias diversas**

Atividade Específica

Fabricação de Artefatos de Cimento

Detalhes da Atividade

fabricação e comércio de lama asfáltica - tapa buracos em geral.

Coordenadas UTM (E-N)

444466,0 - 7407905,0

Bacia Hidrográfica

Pirapó

Logradouro e Número

Rodovia PR-444, KM 07

Bairro

Jardim Petrópolis

Município / UF  
Arapongas/PR

CEP  
86.702-625

Porte  
Pequena

**3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO**

**3.1 MATÉRIA-PRIMA**

Descrição

pó de pedra - vedantes, aditivos para lama asfáltica

Quant./Dia  
6.00 t

**3.2 PRODUTO ELABORADO**

Descrição

lama asfáltica- tapa buracos em massa

Quant./Dia  
3000.00 kg

**3.3 ÁGUA UTILIZADA**

Origem Água

Rede Pública

Tipo de Uso

Humano e Empreendimento

Volume (m³/hora)

3,00

Nº Outorga

—

Coordenadas UTM (E-N)

444466 - 7407905

**3.4 EFUENTES LÍQUIDOS**

Origem Efluente

Efluente de esgoto sanitário

Forma Tratamento

Fossa

Destino Final

Sumidouro

Vazão (m³/hora)

1,00

Nº Outorga

—

Coordenadas UTM (E-N)

—

**3.5 RESÍDUOS SÓLIDOS**

Código e Descrição

200199 - Outras frações não anteriormente especificadas

Quant./Dia

120.00 kg

Destino Final

Reciclagem interna

Obs.: As informações das seções 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

**4. CONDICIONANTES**

1. A presente Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE foi emitida com o que estabelece o Artigo 3º, Inciso II, da Resolução CEMA 107/2020, de 09 de Setembro de 2020, Resolução SEMA 51/2009, de 23 de Outubro de 2008 e com base nas informações apresentadas pelo requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

2. As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora dispensados de licenciamento ambiental, de conformidade com o estabelecido pela Resolução CEMA nº 65, 01 de julho de 2008, ensejarão nova DLAE ou licenciamento para a parte ampliada ou alterada.

3. Os critérios adotados para emissão da presente DLAE poderão ser reformulados e/ou complementados de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico e a necessidade de preservação ambiental.

4. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, e seus decretos regulamentadores.

5. Não será permitido qualquer tipo de ocupação, construção e/ou obra em área de preservação permanente.

6. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local do empreendimento deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA N.º 001/90.

7. Fica proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material, exceto nos casos definidos no artigo 15 da Resolução SEMA nº016/14.

8. Esta declaração está vinculada à exatidão das informações apresentadas pelo interessado e não exime o empreendedor do cumprimento das exigências ambientais estabelecidas em disposições legais, regulamentares e em normas técnicas aplicáveis ao caso e o sujeito à fiscalização e anulação da presente declaração, caso sejam constatadas irregularidades, bem como à atuação e imposição de sanções administrativas cabíveis.

9. No caso de destinação final de resíduos sólidos e líquidos, deverão ser atendidos os requisitos da Portaria IAP 212/2019 e/ou Resolução CEMA 078/2009 ou outras que venham a substituí-las, observando a necessidade de solicitação de Autorização Ambiental.

10. Caso necessite de movimentação de solo e o volume ultrapassar a 100,00 m³, deverá solicitar autorização junto a este Instituto.

11. Em ocorrendo a necessidade da remoção de qualquer tipo de cobertura vegetal na área de empresa, esta deverá ser precedida de Autorização específica a ser obtida junto a este Instituto, conforme estabelecido na legislação vigente.

12. Para utilização de recursos hídricos, bem como o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos deverá possuir a Outorga ou a Dispensa de Outorga junto este Instituto.

13. A presente Dispensa de Licença Ambiental Estadual - DLAE, não autoriza a utilização de recursos hídricos, bem como o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos.

Curitiba, 26 de Setembro de 2022

Esta declaração está vinculada à exatidão das informações apresentadas pelo interessado e não exige o empreendedor o cumprimento das exigências ambientais estabelecidas em disposições legais, regulamentares e em normas técnicas aplicáveis ao caso e o sujeito à fiscalização e anulação da presente declaração, caso sejam constatadas irregularidades bem como à atuação e imposição de sanções administrativas cabíveis. O Instituto Água e Terra poderá, a qualquer momento, invalidá-la caso verifique discordância entre as informações e as características reais do empreendimento. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Este CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL deverá ser afixado em local visível.

Assinatura do Representante



Digitally signed by  
INSTITUTO AGUA E  
TERRA-86596162000178  
Date: 2022.09.26  
18:33:40 SRT

JOSE VOLNEI BISOGNIN  
Gabinete da Presidência



Solicitamos o prazo de 05 dias úteis destinados por lei à EPP, para a entrega da certidão federal, pois conforme os comprovantes a receita nos solicitou esse prazo também.

SICOOB  
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL  
PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB - SISBR

23/03/2023 COMPROVANTE DE PAGAMENTO DARF 10.53:04  
ORIGEM DA OPERAÇÃO  
BANCO: 756 - AG: 0001 - BANCO SICOOB PAB - AGENCIA BR  
CNC 756 BANCO COOPERATIVO BRASIL  
7012308270452574  
AG ARRECADADOR: 20862734  
NÚMERO DO DOCUMENTO: 23/03/2023  
DATA PAGAMENTO: 858100010000 66680305230 82070123082  
CÓDIGO DE BARRAS: 70452574300  
68.89  
VALOR TOTAL: F62A1C8D-FC8D-4E2A-A1EF-  
75CD352CC818  
AUTENTICAÇÃO: 435586274 - EVOPAV - EVOLUCAO EM  
CI: ASFALTOS LTDA  
BANCOOB 08006464601



23/03/2023 COMPROVANTE DE PAGAMENTO DARF 10:52:27  
ORIGEM DA OPERAÇÃO  
BANCO: 756 - AG: 0001 - BANCO SICOOB PAB - AGENCIA BR  
AG. ARRECADADOR: 7162308270250962  
NÚMERO DO DOCUMENTO: 20692729  
NÚMERO DO AGENDAMENTO: 23/03/2023  
DATA PAGAMENTO: 95820000010 52330335210 82071623082  
CÓDIGO DE BARRAS: 70250862256  
VALOR TOTAL: 1.052,33  
AUTENTICAÇÃO: 5C5351EB-B886-449F-AF3C-  
DD51324463C8  
435508274 - EVOPAV - EVOLUCAO EM  
ASFALTOS LTDA  
CI: 420  
BANCOOB 08006464001

2023

## Prefeitura do Município de Assai



ESTADO DO PARANÁ  
Assai, 14 de Janeiro, 2023, 1ª edição - Fone (41) 3382-1313 - CEP 84.210-000  
E-mail: assaigov@assai.pr.gov.br  
CNPJ 76.310.799/0001-05  
0657/Ao 2021 - 2624

### SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DIVISÃO DA RECEITA E FISCALIZAÇÃO

#### CERTIDÃO NEGATIVA Nº 181/2023

Certifico que, perante os livros existentes nesta Divisão da Receita e Fiscalização não foram encontrados débitos vencidos correspondentes a impostos, taxas e outras com relação ao abaixo referido.

Válida pelo prazo de 95 (noventa) dias, não podendo a certidão conter erros ou recursos.

NOME	EVOPAV EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA ME
ENDEREÇO	RUA NITEROI 1815 CENTRO ASSAI/PR
REFERENTE	CONFORME BUSCA REALIZADA NA DIVISÃO DE RECEITA E FISCALIZAÇÃO, NÃO FOI ENCONTRADO DÉBITOS IMOBILIÁRIOS, REFERENTES A TAXAS E IMPOSTOS EM NOME DE EVOPAV EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA ME, PORTADORA DO CNPJ Nº 14.115.465/0001-47, COM INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 34728942, ÀTE A PRESENTE DATA.
FINALIDADE DA CERTIDÃO	PARA FINS DE ONUS

Fica reservado ao Município o direito de cobrar débitos que por ventura venham a ser constatados em buscas posteriores, assim como de efetuar ou rever lançamentos sobre fatos geradores já ocorridos, Artigo 262 do CTM nº 01/2004, de 30/12/2004.

#### PARA USO DA REPARTIÇÃO

CERTIFICO, ainda que NÃO existam débitos lançados e vencidos.

Nome do contribuinte: EVOPAV EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA ME

ASSAI-PR, 14 DE MARÇO DE 2023

Nilza Silveira Menegazzo  
Secretária de Finanças





1305



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

#### Dados do Fornecedor

---

CNPJ:	18.375.607/0001-11	DUNS®:	902551655
Razão Social:	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA		
Nome Fantasia:	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES		
Situação do Fornecedor:	Credenciado		

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

## Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 19/04/2023 15:43:22

### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA**  
CNPJ: **18.375.607/0001-11**

### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.





## CERTIDÃO INTEIRO TEOR DIGITAL

DADOS DO SOLICITANTE	
Nome: JONATHAN FERNANDES DE AGUIAR	
CPF/CNPJ: 064.786.669-21	
Email: conlato@pavsulafaltos.com.br	
DADOS DA EMPRESA	
Nome: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA	
NIRE: 42600436793	
ARQUIVAMENTO SOLICITADO	
Número Arquivamento	Páginas
20203392868	4
20224399772	2
TOTAL DE PÁGINAS	6
DADOS DE CONTROLE DA CERTIDÃO	
Código de controle: 149.568.741.000.00	
Emissão: 28/02/2023 16:07:01	

SANTA CATARINA, Terça-Feira, 28 de Fevereiro de 2023

  
LUCIANO LEITE KOWALSKI  
SECRETÁRIO-GERAL EM EXERCÍCIO  
SECRETÁRIO-GERAL EM EXERCÍCIO

Protocolo: 23105578



CONTROLE: 1495687410000 CPF SOLICITANTE: 064.786.669-21 NIRE: 42600436793 EMISSÃO: 28/02/2023 PROTOCOLO: 23105578

## ATO DE ALTERAÇÃO N° 7 DA PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA

CNPJ nº 18.375.607/0001-11

**EDMAR CIRO DE OLIVEIRA**, nacionalidade brasileira, nascido em 26/08/1982, solteiro, empresário, CPF nº 037.492.169-59, carteira nacional de habilitação nº 01785690161, órgão expedidor DENATRAN/SC, residente e domiciliado na Rua João Manoel Mendes, nº 115, bairro São Bernardo, na cidade de Tubarão/SC, CEP 88.708-190, Brasil.

Titular da empresa **PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES EIRELI**, registrada nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42600436793, com sede na Rua São João, nº 1807, bairro São João, na cidade de Tubarão/SC, CEP 88.708-001, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 18.375.607/0001-11, delibera e ajusta a presente alteração, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### ENDEREÇO

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A empresa passa a exercer suas atividades no seguinte endereço: sito à RODOVIA MARTIN JOSÉ GONÇALVES, Nº 395, KM:425, SANCA DA TOCA, ARAANGUA, SC, CEP 88.913-899.

### ABERTURA DE FILIAL

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A sociedade resolve abrir a filial que se localizará na RUA SÃO JOÃO, 1807, SÃO JOÃO, TUBARÃO/SC, CEP 88.708-001.

### OBJETO SOCIAL

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A filial exercerá a seguinte atividade econômica: SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, TERRAPLANAGEM, MANUTENÇÃO E PINTURA DE RUAS E RODOVIAS, OBRAS DE ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS, COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE ASFALTO, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE REFINO DE PETRÓLEO.

### BAIXA DE FILIAL

**CLÁUSULA QUARTA.** A sociedade resolve baixar a filial localizada na Rua Adílio Paiva Oliveira, nº 470, Rivera, Município de Rivera, Uruguai.

Em face das alterações acima, consolida-se o ato constitutivo, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

### CONSOLIDAÇÃO

#### DO NOME EMPRESARIAL, SEDE, OBJETIVO, INÍCIO E PRAZO

**Cláusula 1ª** - A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada tem o nome empresarial de **PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES EIRELI**.

**Cláusula 2ª** - A empresa tem sua sede estabelecida a Rua Martin José Gonçalves, nº 395, Km 425, bairro Sanga da Toca, Araranguá/SC, CEP 88.913-899.

Req: 81000001146060

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

21/06/2020

Certidão e Registro em 19/06/2020

Arquivamento 20203392868 Protocolo 203392868 de 19/06/2020 NIRE 42600436793

Sede da empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://legis.jucesc.sc.gov.br/autenticacao/autenticacao.aspx>

Carteira 10413091425769

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/06/2020 por Ilson Borges Barcellos - Secretário-geral

307



CONTROLE: 1495687410000 CPF SOLICITANTE: 064.786.669-21 NIRE: 42600436793 EMISSÃO: 28/02/2023 PROTOCOLO: 23105578



ATO DE ALTERAÇÃO Nº 7 DA PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA

CNPJ nº 18.375.607/0001-11

Parágrafo Único: A empresa possui a seguinte filial:

a) FILIAL Nº 1 - Na Rua São João, nº 1807, bairro São João, na cidade de Tubarão/SC, CEP 88.708-001, com atividade de serviços de urbanização, terraplanagem, manutenção e pintura de ruas e rodovias, obras de engenharia, construção de rodovias, comércio atacadista e varejista de asfalto, fabricação de produtos de refino de petróleo.

**Cláusula 3ª** - A empresa tem como objeto social a exploração do ramo de: serviços de urbanização, terraplanagem, manutenção e pintura de ruas e rodovias, obras de engenharia, construção de rodovias, comércio atacadista e varejista de asfalto, fabricação de produtos de refino de petróleo.

**Cláusula 4ª** - A empresa iniciou suas atividades em 1º de Junho de 2013.

**Cláusula 5ª** - O prazo de duração da presente empresa é por tempo indeterminado.

**DO CAPITAL, TITULARIDADE E RESPONSABILIDADE**

**Cláusula 6ª** - O capital é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), já totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

**Cláusula 7ª** - A responsabilidade do titular é limitada ao valor total do capital integralizado.

**Cláusula 8ª** - O empresário **Edmar Ciro de Oliveira** declara que não participa de nenhuma outra empresa desta modalidade.

**DA ADMINISTRAÇÃO, USO DO NOME EMPRESARIAL E PRÓ LABORE**

**Cláusula 9ª** - A empresa é administrada pelo titular **Edmar Ciro de Oliveira**, com poderes e atribuições de administrador, ficando autorizado o uso do nome empresarial, podendo assim, praticar todos os atos necessários ao bom desempenho de suas funções.

**Parágrafo Único:** É vedado o uso do nome empresarial em atividades e fins estranhos ao objetivo da empresa.

**Cláusula 10ª** - Pelos serviços prestados na administração da empresa, o titular tem direito a uma remuneração mensal, a título de "pró-labore", cuja importância será fixada pelo próprio titular, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**DO EXERCÍCIO EMPRESARIAL, BALANÇO, DELIBERAÇÃO DO TITULAR, LUCROS E OUPREJUÍZOS**

**Cláusula 11ª** - O exercício empresarial encerra-se à em 31 de dezembro de cada ano.

**Cláusula 12ª** - Os lucros líquidos que se verificarem poderão a critério do empresário, ficar em reservas na empresa para futuros aumentos de capital, ou serem aplicados na empresa da maneira a que lhe convier para melhor exploração do objeto, ou distribuídos ao titular na forma da lei.

**Cláusula 13ª** - Os prejuízos que por ventura se verificar, serão mantidos em conta especial para

Req: 81000001140680

Req: 81000001140680

Página 3

Página 2



Justiça Comercial do Estado de Santa Catarina

Certidão o Registro em 19/02/2020  
Arquivamento 2020192863 Protocolo 20192868 de 18/02/2020 NIRE 42600436793

Nome da empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regis.jucsc.sc.gov.br/autenticacao/documentos/autenticacao.aspx>

Cláusula 18413891425759

Esta cópia foi autenticada digitalmente e emitida em 21/08/2020 por Bianca Borges Barcellos - Secretária-geral



Justiça Comercial do Estado de Santa Catarina

Certidão o Registro em 19/02/2020  
Arquivamento 2020192863 Protocolo 20192868 de 18/02/2020 NIRE 42600436793

Nome da empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regis.jucsc.sc.gov.br/autenticacao/documentos/autenticacao.aspx>

Cláusula 18413891425759

Esta cópia foi autenticada digitalmente e emitida em 21/08/2020 por Bianca Borges Barcellos - Secretária-geral

21/08/2020





TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI
PROTOCOLO	203392868
ATO	001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM
EVENTO	001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

NIRE: 42600436793  
CNPJ: 18.176.601/0001-11  
CNPJ: 18.176.601/0001-11  
DATA: 13/07/2022

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM  
001 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SIEM

Presidência da República  
Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECLARAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO DE EPP

A empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI registrado na Junta Comercial em 27/06/2013, NIRE: 42600436793, CNPJ: 18375607000111, estabelecida na(o) RODOVIA MARTIN JOSÉ GONÇALVES, 395, KM:425, SANGA DA TOCA, ARARANGUA, SC, CEP 88.913-899, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da lei, que se desinquadra da condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 318

Descrição do Ato: Desenquadramento de EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ARARANGUA, 13 de julho de 2022.

EDMAR CIRIO DE OLIVEIRA

para uso exclusivo da Junta Comercial

DETERMINADO EM

Assinatura de registro

Recuperação: 0120001201920



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certificado o Registro em 13/07/2022

Arquivamento 2022/09/22 Protocolo 224199772 de 13/07/2022 NIRE: 42600436793

Nome da empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regis.jucsc.sc.gov.br/consultas/DocumentosAutenticacao.aspx>

Código 10704179462845

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2022 por Bercia Bercia - Secretário geral



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certificado o Registro em 13/07/2022

Arquivamento 2022/09/22 Protocolo 224199772 de 13/07/2022 NIRE: 42600436793

Nome da empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regis.jucsc.sc.gov.br/consultas/DocumentosAutenticacao.aspx>

Código 10704179462845

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2022 por Bercia Bercia - Secretário geral



1309

CONTROLE: 4956874100000 CPF SOLICITANTE: 064.786.669-21 NIRE: 42600436793 EMISSÃO: 28/02/2023 PROTOCOLO: 231058578



TERMO DE AUTENTICACAO



224398772

NOME DA EMPRESA	PAVUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES SIRELI
PROTOCOLO	24398772-13/07/2022
ATO	SIT - REGISTRO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE
EVENTO	SIT - REGISTRO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

MA 7812

NIRE 4260436793  
CNPJ 14.375.403/0001-11  
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 13/07/2022  
NIRE 4260436793

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

CPF 0734021059 - REIMAR CRO DE OLIVEIRA - ASSINADO EM 13/07/2022 AS 10:40:12

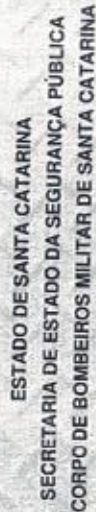


Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
Certifico e Registro em 13/07/2022, com as Bases 13/07/2022  
Aquisição 2024398772 Protocolo 224398772 de 13/07/2022 NIRE 4260436793  
Nome da empresa PAVUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES SIRELI  
Este documento pode ser verificado em <http://nir.juca.sc.gov.br/autenticacao/DocumentosAutenticacao.aspx>  
Chancela 30704173662046  
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/07/2022 por Inacio Borges Brochier - Secretário geral da Junta









## ATESTADO DE FUNCIONAMENTO



Em conformidade com a Lei 16.157/13, Decreto Estadual 1908/22 e com o Artigo 44, caput, inciso III da Instrução Normativa Nº 1 - Parte 1 - PROCESSOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO, do CBMSP, atestamos que o imóvel abaixo qualificado atende aos requisitos das Normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico (NSCI).

VALIDADE: 28/09/2023

1. IDENTIFICAÇÃO DO TERRENO - EDPICAVAO

Registro de Endereço (RUE): RBR027000-45A

Nome da Edificação: JAZIDA ECHERT LTDA

Nome Fantasia: PAVUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES

Legadoiro público: RODOLFO MARTIN JOSE GONCALVES

Bairro: Serra da Toca

Município: ARAUCARIA SC

Nº: 305

CEP: 88913-899

Complemento:

Referência:

Blocos Homologados CBMBC: 2

Blocos Cadastrados CBMBC: 2

Arquivo:

LATELQMG: (59.017736659217-40.50130398135)

2. DADOS DA SOLICITAÇÃO

Protocolo: 30070202751A

Características de Ativ. Complementar:

Área total da solicitação: 916,56 (m²)

Data da solicitação: 26/09/2022

Quantidade de áreas: 2

3.1. DETALHES POR BLOCO

3.1.1. Indústria

Área da solicitação: 916,56 (m²)

Nº de pavimentos: 1

Altura:

Complemento: Ativ. Complementar

Tipo de Edificação:

Responsável técnico:

Área aprovada: 916,56 (m²)

Área do pavimento Tipo: -

Carga do Incêndio: Média: 800,00 (MJ/m²)

Situação: -

Lotação Máxima: 02

Quantidade de Gp: -

Plano do Imóvel: Plano III

Registro (CREAC/CURTI):

OCUPAÇÕES

Nº	Ocupação	Destinação	Altura da ocupação (m)	Lotação	Área (m²)	Área Consum (m²)	Área Solicitada (m²)
1	1.2 Indústrias Locais onde as atividades auxiliares e de materiais utilizados apresentem médio potencial de incêndio. Locais com carga no imóvel entre 300 a 1.200 MJ/m²	Manufatura de Alcatô	0,00	02,00	916,56	916,56	916,56

4. DADOS DA EMPRESA SOLICITANTE

Razão Social: PAVUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI

Nome Fantasia: PAVUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES

CNPJ: 19.375.607/0001-11

312



135-5





MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO



313



# ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO - 2023

CONCEDIDO À:		CPF/CNPJ:	
<b>Razão Social: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA*</b>		<b>18.375.607/0001-11</b>	
<b>Nome Fantasia: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA*</b>			
ENDEREÇO:			
RODOVIA MARTINS JOSE GONCALVES, 395, KM 425, BAIRRO: SANGA DA TOCA, CIDADE: ARARANGUÁ			
OBSERVAÇÕES:			
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL		INÍCIO DA ATIVIDADE	
0042.1/38.00 - OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS PRACAS E CALCADAS		09/10/2020	
ATIVIDADE(S) ECONÔMICA(S) SECUNDÁRIA(S)			
0019.2/17.00 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO REFINO DE PETRÓLEO			
0042.1/11.01 - CONSTRUTORA DE RODOVIAS E FERROVIAS			
0042.1/11.02 - PINTURA PARA SINALIZACAO E PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS			
0042.9/95.99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE			
0043.1/34.00 - OBRAS DE TERRA PLANAGEM			
0046.7/96.04 - COMERCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMETE			
0047.4/40.05 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE			
CÓDIGO CMC	CÓDIGO DA ATIVIDADE	INSC. ESTADUAL	VALIDADE
1005967	0042.1/38.00	257.073.329	31/12/2023
		DATA EMISSÃO	
		16/02/2023	

É OBRIGATÓRIO FIXAR O ALVARÁ EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO

**Atenção !** "Com a regulamentação do Poder do Corpo de Bombeiros Militar pela Lei Estadual nº 16.157/2013, a concessão dos Alvarás de Funcionamento pelos Municípios Catarinenses, somente poderão ser liberados, mediante apresentação de atestados da referida instituição. Entretanto, tal exigência será dispensada, caso as atividades econômicas sejam consideradas de baixo risco, conforme previsto no art. 4º da IN 001 do CBMSC, art. 18 da Lei Complementar Municipal n.º 307/2020 e Lei Federal 13.874/2019. Procure o Corpo de Bombeiros Militar e a Prefeitura de Araranguá para regularizarem seus estabelecimentos e evitar prejuízos futuros."

Prefeitura Municipal de Araranguá

Araranguá(SC), 16 de fevereiro de 2023.

Autenticação: WIS031201-000-DTGTDAORHHNBXQ-8

Para consultar a autenticidade do documento acesse <https://ararangua.atende.net/> na opção, Autenticidade de documentos, ou utilizar o QR Code acima

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.375.607/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/06/2013
NOME EMPRESARIAL PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 19.21-7-00 - Fabricação de produtos do refino de petróleo 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 46.79-6-04 - Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente 47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO ROD MARTIN JOSE GONCALVES	NÚMERO 395	COMPLEMENTO KM 425
CEP 88.913-899	BAIRRO/DISTRITO SANGA DA TOCA	MUNICÍPIO ARARANGUA
UF SC		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@PAVSULASFALTOS.COM.BR		TELEFONE (48) 3632-5151/ (48) 3628-2028
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/06/2013
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 02/05/2023 às 13:55:00 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI  
CNPJ: 18.375.607/0001-11

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 14:44:59 do dia 09/11/2022 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 08/05/2023.

Código de controle da certidão: 9FA0.E9DE.D28C.28C9  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA  
CNPJ/CPF: 18.375.607/0001-11

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	230140042468597
Data de emissão:	17/02/2023 03:56:31
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	18/04/2023

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>





**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA**  
CNPJ/CPF: **18.375.607/0001-11**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	230140076451778
Data de emissão:	25/03/2023 10:55:24
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	24/05/2023

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



MUNICIPIO DE ARARANGUA  
ESTADO SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 685/2023**

**Contribuinte**

Nome/Razão: 3656691 - PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA\*

CNPJ/CPF: 18.375.607/0001-11

Endereço: RODOVIA MARTINS JOSE GONCALVES, nº 395 - K

Complemento:

Bairro: SANGA DA TOCA

Cidade: Araranguá - SC

**Finalidade**

Certidão de Débito - Contribuinte

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
12/01/2023	90 dias

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado **C E R T I F I C O** que, em nome de **PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA\*** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Araranguá - SC, 12 de janeiro de 2023





MUNICIPIO DE ARARANGUA  
ESTADO SANTA CATARINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



319



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 7062/2023**

**Contribuinte**

Nome/Razão: 3656691 - PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA\*

CNPJ/CPF: 18.375.607/0001-11

Endereço: RODOVIA MARTINS JOSE GONCALVES, nº 395 - K

Complemento:

Bairro: SANGA DA TOCA

Cidade: Araranguá - SC

**Finalidade**

Certidão de Débito - Contribuinte

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
06/04/2023	90 dias

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado **C E R T I F I C O** que, em nome de **PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA\*** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Araranguá - SC, 6 de abril de 2023



320

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 18.375.607/0001-11  
**Razão Social:** PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI  
**Endereço:** ROD MARTIN JOSE GONCALVES 395 KM 425 / SANGA DA TOCA /  
ARARANGUA / SC / 88913-899

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 19/02/2023 a 20/03/2023

**Certificação Número:** 2023021901574745509588

Informação obtida em 22/02/2023 14:56:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





321

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 18.375.607/0001-11  
**Razão Social:** PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI  
**Endereço:** ROD MARTIN JOSE GONCALVES 395 KM 425 / SANGA DA TOCA /  
ARARANGUA / SC / 88913-899

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/04/2023 a 16/05/2023

**Certificação Número:** 2023041701431910303487

Informação obtida em 19/04/2023 14:13:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

322

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 18.375.607/0001-11

Certidão n°: 35723436/2022

Expedição: 21/10/2022, às 10:08:35

Validade: 19/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 18.375.607/0001-11, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 18.375.607/0001-11

Certidão nº: 13651765/2023

Expedição: 31/03/2023, às 15:11:59

Validade: 27/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.375.607/0001-11**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
Comarca de Araranguá

07/03/2023

0013197361



324

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CERTIDÃO Nº: 499061**

**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Araranguá, com distribuição anterior à data de 06/03/2023, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES, portador do CNPJ: 18.375.607/0001-11. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Araranguá, terça-feira, 7 de março de 2023.

**PEDIDO Nº:**

**0013197361**





**CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 2033287**

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

**NOME: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES**

Raiz do CNPJ: 18.375.607

Certidão emitida às 14:41 de 07/03/2023.

**OBSERVAÇÕES**

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Esta certidão abrange todo o primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário Catarinense.
- 3) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
- 4) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 5) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- 6) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>

**CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 63624**  
**Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)**

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

**NOME: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES**

Raiz do CNPJ: 18.375.607

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : ARARANGUA

Endereço da sede : RODOVIA MARTINS JOSÉ GONÇALVES, N. 395, KM 425, SANGA DA TOCA

Certidão emitida às 14:53 de 06/04/2023.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2013.







O que você está procurando?

PESQUISAR

## Certidões

Informamos que a partir do dia 27/03/2023 entrará em produção o novo sistema de certidões judiciais no Poder Judiciário Catarinense, o qual unificará os pedidos de certidões e, no âmbito do 1º grau, abrangerá todas as Comarcas, em conformidade com a [Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023](#).

Para solicitar a certidão, a parte interessada deverá preencher os campos obrigatórios ou informar que desconhece o dado solicitado, em formulário único, que servirá para os modelos de certidões do Tribunal de Justiça (2º grau) e das Comarcas (1º grau).

As certidões serão entregues em até 5 dias úteis, excluído o dia da solicitação. Caso o setor competente para emissão de certidão judicial necessitar de informações complementares não disponíveis nos sistemas eletrônicos ou do processo físico arquivado, terá o prazo prorrogado para mais 2 (dois) dias úteis, para a finalidade (Art. 6º, § 2º Res. Conj. GP/CGJ n. 3/23). Não deixe para solicitá-las na última hora.

As certidões judiciais estão regulamentadas pela [Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023](#), pela [Resolução CNJ n. 121/2010](#), pela [Lei n. 11.927/2009](#), pelo Regimento Interno do Poder Judiciário Catarinense e pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

Os modelos de certidões foram configurados para pesquisar os sistemas administrados e gerenciados pelo Poder Judiciário Catarinense.

A pesquisa não contempla o Sistema Eletrônico de Execução Unificada - SEEU, do Conselho Nacional de Justiça, disponível na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ). Referido sistema disponibiliza menu para [Consulta Pública](#) aos interessados.

Tipos de certidões disponíveis na forma on-line:

- Certidão Cível (Tribunal de Justiça e Comarcas)
- Certidão Criminal (Tribunal de Justiça e Comarcas)
- Certidão para Fins Eleitorais (Tribunal de Justiça e Comarcas)
- Certidão de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência (Comarcas)

1 Solicitação de Certidão On-Line

2 Conferência de Certidões

As certidões expedidas pelo sistema anteriores à 27/03/2023 podem ser baixadas e validadas nos links abaixo:

Validação e download de certidões:

- [Conferência de Certidões on-line - SJ](#)
- [Conferência de Certidões on-line - eproc](#)
- [Certidões Digitais expedidas pela Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual \(DCDP\) e Diretoria de Recursos e Incidentes \(DRI\)](#)

### ATENÇÃO:

O uso indevido das informações obtidas acarretará responsabilização civil, penal e administrativa.

O tratamento de dados pessoais necessários para a emissão das certidões judiciais se destina a identificar os processos em nome da pessoa que figura no polo passivo da relação processual, nos termos do inciso I do art. 23 da [Lei n. 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

Processos em segredo de justiça e sigilosos poderão constar apenas nas certidões solicitadas presencialmente pela própria parte ou por procurador com poderes específicos e com assinatura reconhecida.

Informações complementares de processos constantes da certidão deverão ser objeto de requerimento de certidão narrativa/narratória junto ao tribunal/juízo competente.

Na certidão para fins eleitorais, não competirá à Justiça Estadual qualquer juízo de valor quanto ao enquadramento dos registros processuais para os fins a que se destina.

O desconhecimento ou a inexistência de dados relativos ao CNPJ ou CPF impossibilitam a solicitação da certidão através do presente formulário. O pedido que se enquadre nessa situação deve ser encaminhado por meio da Central de Atendimento:

- Certidões de primeiro grau - [Central de Atendimento das comarcas](#)
- Certidões de segundo grau - [Central de Atendimento do Tribunal de Justiça](#)

### Informações sobre os modelos de certidão

	ABRIR TODOS OS ITENS
Certidão Cível	▼
Certidão Criminal	▼
Certidão para Fins Eleitorais	▼
Certidão de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência	▼
Certidão Narrativa	▼
Outros modelos de Certidão	▼
	ABRIR TODOS OS ITENS

### Perguntas Frequentes



MUNICÍPIO DE  
**ITAJAÍ**

328

## DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para os devidos fins que a empresa PAVSUL Asfaltos e Pavimentações Ltda, inscrita no CNPJ nº 18.375.607/0001-11, inscrição estadual nº 257.073.329, estabelecida na rua José Alves dos Santos Passos, 4732, bairro São Martinho, cidade de Tubarão, estado de Santa Catarina, forneceu material para o Município de Itajaí conforme descrito abaixo.

Reparador instantâneo de pavimento (concreto asfáltico usinado a quente para aplicação a frio), para manutenção de vias públicas, na operação tapa-buracos em dias com condições climáticas boas e/ou inadequadas (períodos de chuva), sem perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação; com base de CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) 50/70 (densidade de CAP entre 0,8 e 1,03 g/cm<sup>3</sup>) 50/70 (densidade de CAP entre 0,8 e 1,03 g/cm<sup>3</sup>); base ligante betuminosa não emulsionada, composto de agregados pétreos de granulométrica específica, produtos químicos e petroquímicos; com teor de betume entre 5,0 e 6,0%; densidade aparente da massa entre 1,8 a 2,4 g/m<sup>2</sup>; acondicionados em sacos de papel resistente multifoliado ou rafia, desde que não haja vazamento do produto interno. Capacidade de 25 quilos. Deve permitir a compactação efetuada pelo próprio tráfego sem uso de equipamentos. O material deverá ser aplicado em qualquer tipo de base, mesmo úmida e não desagregar com ocorrência de chuva.

Data	Quantidade	NFE
07/10/2013	500 sacas	44
04/11/2013	500 sacas	51
11/12/2013	500 sacas	66
17/12/2013	500 sacas	70
08/01/2014	500 sacas	72
11/03/2014	500 sacas	114
27/05/2014	500 sacas	173
10/07/2014	600 sacas	212
14/08/2014	600 sacas	230
19/09/2014	400 sacas	262
15/10/2014	600 sacas	292
19/11/2014	400 sacas	329
28/11/2014	525 sacas	336
12/03/2015	600 sacas	427

Atestamos, ainda, que os cumprimentos assumidos pela empresa quanto a prazo de entrega e demais compromissos estão sendo cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Tubarão, 12 de março de 2015

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ  
SECRETARIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO  
Carência Zappalato  
SECRETARIA DE OBRAS



ÓRIO

Autenticação Digital Código: 148871602210019817016-1  
Data: 16/02/2021 14:17:15



870-0

Cartório Azevêdo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145



PB





# ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

329



A Prefeitura Municipal de Içara, com sede na Rua Presidente João Goulart, 120, Centro Içara/SC, portadora do CNPJ n. 82.916.800/0001-11, vem por meio deste atestar, para os fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES, com sede a Rua São João, 1807, São João, Tubarão/SC, inscrito no CNPJ 18.375.607/0001-11, forneceu material conforme descritivo abaixo:

CBUQ (massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio), para manutenção de vias públicas, na operação tapa-buracos, com base de CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) 50/70, composto de agregados pétreos de granulometria específica, com teor de betume atendendo as características a serem obedecidas para produção de massa asfáltica, conforme a Resolução nº 19, de Julho de 2005 da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em sacos de 25Kgs.

Data	Quantidade	Nfe
04/04/2018	600sc	4043
05/06/2018	600sc	4204
12/06/2018	300sc	4249
28/06/2018	600sc	4325
24/07/2018	600sc	4434
13/09/2018	600sc	4768

Atestamos, ainda, que os cumprimentos assumidos pela empresa quanto a prazo de entrega e demais compromissos estão cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.

Içara, 11 de agosto de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA

Ivan Reis  
Compras, Sec. de Obras

PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA



ÓRIO

Autenticação Digital Código: 148871005210723551133-1  
Data: 10/05/2021 14:41:30



170-9

Cartório Azevêdo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145



3B





330

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA - SC

CERTIDÃO DE REGISTRO E NEGATIVA DE DÉBITOS DE ANUIDADE DE PESSOA JURÍDICA

1. EMPRESA

Razão Social: Pavsul Asfaltos E Pavimentacoes Eireli

Número de Registro: 128909-0

Tipo de Registro: Registro Matriz

Data de Aprovação: 25/09/2014

CNPJ: 18.375.607/0001-11

Endereço de Contrato:

Rodovia Martin José Gonçalves, 395

CEP: 88913-899

Telefone: (48) 3632-5151

Cidade: Araranguá

Bairro: Sanga da Toca

Estado: SC

2. CONTRATO SOCIAL

Número da Alteração Contratual: 7

Data da Certificação: 19/08/2020

Capital Social Atual: R\$200.000,00 - (duzentos mil reais)

Objeto Social Aprovado Junto ao CREA-SC:

Atividades técnicas aprovadas pelo CREA-SC limitada(s) a(s) área(s) de engenharia civil para: serviços de urbanização, terraplanagem, manutenção e pintura de ruas e rodovias; obras de engenharia civil; construção de rodovias; comércio atacadista e varejista de asfalto.

3. FILIAIS

Empresa sem filiais cadastradas.

4. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Registro: 086714-3

RNP: 2505496714

Nome: Eduardo Francisco Dandolini

Pedido para Anotação: 06/08/2014

Data de Validade: Indeterminada

Título: Título

Engenheiro Civil

Atribuições do Profissional:

Artigo 7 da resolução 218/73, do confea.

Vínculo Técnico Aprovado Em: 25/09/2014

Órgão: Não Informado

Filial: Não consta

5. QUADRO TÉCNICO

Empresa sem quadro técnico

6. CERTIDÃO

Certificamos que a pessoa jurídica acima citada, encontra-se devidamente registrada junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Certificamos, mais, que esta certidão não concede a firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, direta e efetiva dos encarregados técnicos acima citados, dentro das respectivas atribuições.

Certificamos, ainda, face ao estabelecido nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa jurídica mencionada, não se encontra em débito de anuidade com o CREA-SC.

Emitida em 31/03/2023 11:27:39, válida até 31/03/2024



Rod. Admar Gonzaga, 2125 - Itaconubi, Florianópolis, SC 88034-001

(48) 3331.2000 - falecom@crea-sc.org.br - www.crea-sc.org.br

A autenticidade do documento pode ser verificada no site

<https://sicweb.crea-sc.org.br/autenticidade/> mediante o preenchimento do





331

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA - SC

CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL

1. Dados Pessoais

Nome: EDUARDO FRANCISCO DANDOLINI

Registro no CREA-SC: 086714-3

Registro Nacional: 2505496714

Data do Registro: 05/03/2008

2. Formações

Data: 01/03/2008

Título: Engenheiro Civil

Instituição de Ensino: Universidade do Sul de Santa Catarina

3. Especializações

Não constam especializações.

4. Atribuições

Artigo 7 da resolução 218/73, do confea.

5. Certidão

*Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.*

*A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.*

Emitida em 02/03/2023 17:14:48 válida até 02/04/2023.





P 1332

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA - SC

**CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL**

1. Dados Pessoais

**Nome: EDUARDO FRANCISCO DANDOLINI**

Registro no CREA-SC: 086714-3

Registro Nacional: 2505496714

Data do Registro: 05/03/2008

2. Formações

Data: 01/03/2008

Título: Engenheiro Civil

Instituição de Ensino: Universidade do Sul de Santa Catarina

3. Especializações

Não constam especializações.

4. Atribuições

Artigo 7 da resolução 218/73, do confea.

5. Certidão

*Certificamos que o(a) profissional, acima citado(a), encontra-se devidamente registrado(a) junto a este Conselho Regional, nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.*

*A certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.*

**Emitida em 04/04/2023 08:22:21 válida até 05/05/2023.**





# CONTRATO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL AUTÔNOMO

**CONTRATANTE: PAYSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA. EPP**, com sede na Av. Presidente Getúlio Vargas, 4846, Rionegro, Tubarão/SC, inscrita no CNPJ n. 18.375.607/0001-11, neste ato representado pelo seu administrador, Rafael Santos Sousa, CPF n. 909.947.609-49

**CONTRATADO: EDUARDO FRANCISCO DANDOLINI**, CPF N. 044.098.009-73, residente na Rua Luiz Savio, n. 47, autônomo, inscrito na Prefeitura Municipal Tubarão/SC.

- O objeto desse contrato é a elaboração de serviços autônomos de Engenharia (Serviços de planejamento, construção civil, fabricação de estruturas de concreto), com prazo indeterminado.
- O CONTRATADO executará os serviços técnicos com zelo e dentro dos prazos solicitados pelo CONTRATANTE, assumindo por si as obrigações.
- Em remuneração pelos serviços prestados, O CONTRATADO receberá do CONTRATANTE a quantia de R\$ 2790,00 (dois mil e setecentos e noventa reais), pagos até o dia 10 (dez) de cada mês.
- O preço acima referido constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração do CONTRATADO pela adequada, perfeita e aceita execução deste contrato.
- Fica facultado a CONTRATANTE, em caso de atraso dos serviços, executá-los diretamente, ou por terceiros. Nesses casos, o CONTRATADO fará jus ao pagamento dos serviços até então executados, nos termos e condições deste contrato.
- O presente contrato será rescindido sem nenhuma formalidade, além de simples carta protocolada, face o descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, cabendo ao CONTRATADO, nesses casos, unicamente o recebimento do valor dos serviços concluídos até a data da rescisão, com o desconto dos valores eventualmente devidos como imposto de Renda na Fonte.
- A omissão no exercício de qualquer direito ou na maneira de exercê-lo constituir-se-ão atos de mera liberalidade, não podendo ser entendidos como novação.
- As partes elegem o Foro da Comarca de Tubarão para dirimir eventuais litígios decorrentes deste contrato.

Estamos assim juízes e contratados, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo:

Tubarão SC, 26 de março de 2016

  
Eduardo Francisco Dandolini

Paysul Asfaltos e Pavimentações Ltda EPP

  
Eduardo Francisco Dandolini

O presente documento digital foi confiado com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em segunda-feira, 21 de junho de 2021 15:19:40 GMT-03:00. CNS: 06.870-0 - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.conad.org.br/autenticidade](http://www.conad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

O presente documento digital foi confiado com o original e assinado digitalmente por MARCELO TIMOTEO DE OLIVEIRA, em segunda-feira, 21 de junho de 2021 15:19:40 GMT-03:00. CNS: 06.870-0 - 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.conad.org.br/autenticidade](http://www.conad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 7726/2020

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº IND/66067/CRSe parecer técnico nº 8952/2020, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO à :

Empreendedor

NOME:	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA		
ENDEREÇO:	AVENIDA GETULIO VARGAS, 4846, REVOREDO, GALPÃO N 2		
CEP:	88704-715	MUNICÍPIO:	TUBARÃO ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	18.375.607/0001-11		

Para Atividade de

ATIVIDADE:	30.20.00 - USINAS DE PRODUÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO		
ATIVIDADE SECUNDÁRIA:	Nenhuma.		
EMPREENDIMENTO:	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA - USINA DE CONCRETO ASFÁLTICO		

Localizada em

ENDEREÇO:	RODOVIA MARTINS JOSÉ GONÇALVES, 395, SANGA DA TOCA,		
CEP:	88910-001	MUNICÍPIO:	ARARANGUÁ ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 638256 - UTM Y 6789181		

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 571142

CÓDIGO: 246697





Nada consta.

**Condições de validade****Descrição do empreendimento**

Unidade de Produção de Concreto Asfáltico, em galpão, localizada na rodovia Martins José Gonçalves, 395, Bairro Sanga da Toca, em Araranguá (SC).

O imóvel, cuja unidade está inserida, conta com matrícula nº 15.750 (Comarca de Araranguá) em nome da jazida Eckert, bem como com contrato de locação para a PAVSUL - Asfaltos e Pavimentações Ltda EPP, responsável pelo empreendimento.

A usina móvel apresenta capacidade de produção contínua de até 60t/h, e conta com um único chassi com três silos dosadores de agregado, secador de contra fluxo, misturador externo pug-mill, elevador de arraste, filtro de mangas e automação completa.

Os insumos e volume de tancagem correspondem a Óleo BPF (10.000 Litros); CAP (1 tanque de 35.000 Litros e 1 tanque de 15.000 Litros); e Emulsão para asfalto (10.000 Litros).

**Controles ambientais**

1. Fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, como sistema individual de tratamento de esgoto sanitário gerado pelos funcionários.
2. Secador tipo contra fluxo com sistema de filtro de mangas do tipo jato pulsante e com 140 mangas para retenção do particulado com reaproveitamento dos finos retidos nas mangas como carga no processo.
3. Chaminé para dispersão dos gases da queima do óleo BPF.
4. Sistema de contenção na área de tancagem com 96 m<sup>3</sup> de capacidade.
5. Resíduos Classe I serão encaminhados para aterro de resíduos perigosos, devidamente licenciado.
6. Resíduos comuns serão encaminhados para aterro sanitário ou para reciclagem, devidamente licenciados.
7. Box coberto e com piso impermeável para armazenamento de matéria prima.

**Programas ambientais**

1. Programa de Gestão Ambiental.
2. Gerenciamento e controle das águas de escoamento superficial e de processos erosivos na área de operação e cercanias.
3. Gestão dos resíduos gerados na área do empreendimento.
4. Controle da emissão gases, de poeira e de ruídos.
5. Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais e Plano de Ação de Emergências.

**Condições específicas**

1. **Desenvolver os programas e controles ambientais de monitoramento** durante toda a fase de operação da Unidade de Produção de Concreto Asfáltico;
2. **Colocar sinalização de advertência e proibição em locais visíveis**, com objetivo de inibir o acesso de pessoas não autorizadas e prevenir acidentes;

**Observações**

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.



LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 7726/2020

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº IND/66067/CRSe parecer técnico nº 8952/2020, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO à :

Empreendedor

NOME:	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA		
ENDEREÇO:	AVENIDA GETULIO VARGAS, 4846, REVOREDO, GALPÃO N 2		
CEP:	88704-715	MUNICÍPIO:	TUBARÃO ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	18.375.607/0001-11		

Para Atividade de

ATIVIDADE:	30.20.00 - USINAS DE PRODUÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO		
ATIVIDADE SECUNDÁRIA:	Nenhuma.		
EMPREENDIMENTO:	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA - USINA DE CONCRETO ASFÁLTICO		

Localizada em

ENDEREÇO:	RODOVIA MARTINS JOSÉ GONÇALVES, 395, SANGA DA TOCA,		
CEP:	88910-001	MUNICÍPIO:	ARARANGUÁ ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 638256 - UTM Y 6789181		

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
  - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
  - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
  - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

[http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic\\_digital\\_form](http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form)

FCEI: 571142

CÓDIGO: 246697





Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
**CADASTRO TÉCNICO FEDERAL**  
**CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR**



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
6359221	07/03/2023	07/03/2023	07/06/2023

**Dados básicos:**  
 CNPJ : 18.375.607/0001-11  
 Razão Social : PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA - EPP  
 Nome fantasia : PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA - EPP  
 Data de abertura : 27/06/2013

**Endereço:**  
 logradouro: RUA PADRE NÓBREGA  
 N.º: 400 Complemento:  
 Bairro: REVOREDO Município: TUBARAO  
 CEP: 88704-670 UF: SC

**Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras  
e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP**

Código	Descrição
2-1	Beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração
14-2	Usinas de produção de asfalto
14-1	Usinas de produção de concreto

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

<b>Chave de autenticação</b>	8ZXFHKX386XZL45M
------------------------------	------------------

PREGÃO 04/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2023

OBJETO: Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

- ATA DA SESSÃO
- RESULTADO POR FORNECEDOR
- TERMO DE ADJUDICAÇÃO



929391.42023 .22752 .4377 .385984



COMPANHIA DE SERVICOS DE URBANIZACÃO DE GUARAPUAVA

## Ata de Realização do Pregão Eletrônico

Nº 00004/2023 (SRP)

Às 08:30 horas do dia 09 de março de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 19/2022 de 14/12/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 5, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00004/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

**Item: 1**

**Descrição:** Betume

**Descrição Complementar:** Betume Composição: Material Betuminoso , Tipo: Asfalto , Aplicação: Pavimentação , Viscosidade Cinemática: Cm-30

**Tratamento Diferenciado:** -

**Quantidade:** 10.000

Valor Máximo Aceit

Aplicabilidade Decreto 3174: Não

**Aplicabilidade Decreto 7174: Não**  
**Intervalo mínimo entre lances: 2**

Intervalo mínimo entre lances: 2,00 %

**Unidade de fornecimento:** Embalagem 25,00 KG

**Situação:** Aceito e Habilitado com intenção de recurso

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Aceito para:** PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA, pelo melhor lance de R\$ 22,4900 e a quantidade de 10.000 **Embalagem 25.00 KG**.

**Item: 2**

**Descrição:** Fluido para aplicação específica

**Descrição Complementar:** Fluido Para Aplicação Específica Aplicação: Veículos Movidos A Óleo Diésel , Característica Adicionais: Redutor De Emissões De Óxidos De Nitrogênio

**Tratamento Diferenciado:** -

**Quantidade: 200**

**Valor Máximo Ac**

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: 2

Intervalo mínimo entre lances: 2,00 %

**Unidade de fornecimento:** Bombona 50,00 L

**Situação:** Aceito e Habilitado

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Aceito para:** TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 883,5600 e a quantidade de 200 Bombona 50,00 L.

## Histórico

**Item: 1 - Betume**

**Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
25.244.319/0001-93	RAJ Industria e Pavimentacoes Ltda	Sim	Sim	10.000	R\$ 26,0000	R\$ 260.000,0000	05/03/2023 13:06:07
<p><b>Marca:</b> Própria</p> <p><b>Fabricante:</b> Raj Indústria e Pavimentações Ltda</p> <p><b>Modelo / Versão:</b> Própria</p> <p><b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos, cap 50/70 modificado por aditivo, processo e mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos), com garantia de estocagem por até 24 (vinte e quatro) meses, capaz de ser aplicada em buracos com água, em períodos de chuva, sem perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação, embalada em sacas de 25 kg.</p> <p><b>Porte da empresa:</b> ME/EPP</p>							
18.375.607/0001-11	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA	Não	Não	10.000	R\$ 35,0000	R\$ 350.000,0000	07/03/2023 14:55:36
<p><b>Marca:</b> PRÓPRIA</p> <p><b>Fabricante:</b> PRÓPRIO</p> <p><b>Modelo / Versão:</b> CBUQ ENSACADO</p>							

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.

**Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)

14.115.466/0001-47	EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA	Sim	Sim	10.000	R\$ 35,0000	R\$ 350.000,0000	08/03/2023 15:45:57
--------------------	--	-----	-----	--------	-------------	------------------	------------------------

**Marca:** EVOPAV/PARANANORTE

**Fabricante:** EVOPAV/PARANANORTE

**Modelo / Versão:** CONFORME EDITAL

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.

**Porte da empresa:** ME/EPP

04.268.030/0001-34	SC ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA	Sim	Sim	10.000	R\$ 39,0000	R\$ 390.000,0000	08/03/2023 16:57:49
--------------------	--	-----	-----	--------	-------------	------------------	------------------------

**Marca:** PRÓPRIA

**Fabricante:** PRÓPRIO

**Modelo / Versão:** PRÓPRIO

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.

**Porte da empresa:** ME/EPP

36.646.042/0001-41	LIDER ASFALTO RAPIDO LTDA	Sim	Sim	10.000	R\$ 47,0000	R\$ 470.000,0000	07/03/2023 10:35:36
--------------------	------------------------------	-----	-----	--------	-------------	------------------	------------------------

**Marca:** ASFALTO RAPIDO USINA

**Fabricante:** USINA DO VALE CONSTRUTORA EIRELI

**Modelo / Versão:** C.B.U.Q. para aplicação a frio/frio

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG. VALIDADE DA PROPOSTA: 120 (CENTO E VINTE) DIAS.

**Porte da empresa:** ME/EPP

30.961.753/0001-24	H R CORTES LTDA	Sim	Sim	10.000	R\$ 500,0000	R\$ 5.000.000,0000	09/03/2023 02:01:11
--------------------	--------------------	-----	-----	--------	--------------	--------------------	------------------------

**Marca:** MICROESFERA

**Fabricante:** MICROESFERA

**Modelo / Versão:** CBUQ MODIFICADO 25KG

**Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:** MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.

**Porte da empresa:** ME/EPP

**Lances** (Obs: lances com \* na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 500,0000	30.961.753/0001-24	09/03/2023 08:30:00:357
R\$ 47,0000	36.646.042/0001-41	09/03/2023 08:30:00:357
R\$ 39,0000	04.268.030/0001-34	09/03/2023 08:30:00:357
R\$ 35,0000	14.115.466/0001-47	09/03/2023 08:30:00:357
R\$ 35,0000	18.375.607/0001-11	09/03/2023 08:30:00:357
R\$ 26,0000	25.244.319/0001-93	09/03/2023 08:30:00:357
R\$ 24,9900	36.646.042/0001-41	09/03/2023 08:46:16:493
R\$ 24,4900	18.375.607/0001-11	09/03/2023 08:47:22:533
R\$ 23,9900	14.115.466/0001-47	09/03/2023 08:50:29:450
R\$ 23,4900	18.375.607/0001-11	09/03/2023 08:54:04:567
R\$ 22,9900	14.115.466/0001-47	09/03/2023 08:55:35:053
R\$ 22,4900	18.375.607/0001-11	09/03/2023 08:55:47:773

**Desempate de Lances ME/EPP**

CPF/CNPJ	Data/Hora Inicial Desempate	Data/Hora Final Desempate	Situação do Lance	Valor do Lance
----------	--------------------------------	------------------------------	-------------------	-------------------



14.115.466/0001-47

09/03/2023 08:57:48:067

09/03/2023 08:58:32:983

Fornecedor enviou lance

**Eventos do Item**

<b>Evento</b>	<b>Data</b>	<b>Observações</b>
Encerramento análise de propostas	09/03/2023 08:35:43	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	09/03/2023 08:46:02	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	09/03/2023 08:57:48	Item com etapa aberta encerrada.
Desempate - Início do desempate	09/03/2023 08:57:48	Item está em 1º desempate Me/Epp, aguardando lance.
Desempate - Encerramento do desempate	09/03/2023 08:58:32	O Item teve o 1º desempate Me/Epp encerrado. O fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CPF/CNPJ: 14.115.466/0001-47 enviou um lance no valor de no valor de R\$ 21,9900.
Encerramento	09/03/2023 08:58:32	Item encerrado para lances.
Abertura do prazo - Convocação anexo	09/03/2023 09:56:46	Convocado para envio de anexo o fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	09/03/2023 10:09:02	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47.
Aceite de proposta	09/03/2023 10:36:16	Aceite individual da proposta. Fornecedor: EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, pelo melhor lance de R\$ 21,9900.
Abertura do prazo - Convocação anexo	10/03/2023 09:25:18	Convocado para envio de anexo o fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	10/03/2023 09:42:35	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47.
Abertura do prazo - Convocação anexo	10/03/2023 09:55:05	Convocado para envio de anexo o fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	10/03/2023 09:56:07	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47.
Abertura do prazo - Convocação anexo	23/03/2023 15:13:36	Convocado para envio de anexo o fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	24/03/2023 08:41:00	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47.
Abertura do prazo - Convocação anexo	03/04/2023 10:36:34	Convocado para envio de anexo o fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	10/04/2023 17:24:00	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47.
Inabilitação de fornecedor	10/04/2023 17:24:00	Inabilitação de proposta. Fornecedor: EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, pelo melhor lance de R\$ 21,9900. Motivo: Tendo em vista que foi concedido o prazo de 5 dias úteis duas vezes para a licitante EVOPAV apresentar a certidão negativa federal vigente e a mesma não apresentou, INABILITO a licitante EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA.
Inabilitação de fornecedor	10/04/2023 17:38:01	Inabilitação de proposta. Fornecedor: EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, pelo melhor lance de R\$ 21,9900. Motivo: Tendo em vista que foi concedido o prazo de 5 dias úteis duas vezes para a licitante EVOPAV apresentar a certidão negativa federal vigente e a mesma não apresentou, INABILITO a licitante EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA.
Aceite de proposta	04/05/2023 15:21:26	Aceite individual da proposta. Fornecedor: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA, CNPJ/CPF: 18.375.607/0001-11, pelo melhor lance de R\$ 22,4900.

Habilitação de fornecedor	04/05/2023 15:29:49	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA, CNPJ/CPF: 18.375.607/0001-11, pelo melhor lance de R\$ 22,4900.
Registro de intenção de recurso	04/05/2023 15:33:20	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA CNPJ/CPF: 14115466000147. Motivo: Intenção de recurso, para a apresentação da certidão, seguindo o artigo 42/43 da lei 8666.
Registro de intenção de recurso	04/05/2023 15:33:22	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA CNPJ/CPF: 14115466000147. Motivo: Intenção de recurso, para a apresentação da certidão, seguindo o artigo 42/43 da lei 8666.
Aceite de intenção de recurso	04/05/2023 16:54:16	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14115466000147. Motivo: Verificado as condições de admissibilidade da intenção do recurso, qual seja, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, fica admitido o recurso, e o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 5 (cinco) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente.

**Intenções de Recurso para o Item**

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
14.115.466/0001-47	04/05/2023 15:33	04/05/2023 16:54	Aceito
<b>Motivo Intenção:</b> Intenção de recurso, para a apresentação da certidão, seguindo o artigo 42/43 da lei 8666.			
<b>Motivo Aceite ou Recusa:</b> Verificado as condições de admissibilidade da intenção do recurso, qual seja, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, fica admitido o recurso, e o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 5 (cinco) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente.			

**Item: 2 - Fluido para aplicação específica**

**Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.  
(As propostas com \* na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
03.127.904/0001-70	TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 1.000,0000	R\$ 200.000,0000	06/03/2023 14:58:18
<b>Marca:</b> REMOCIL 180 S <b>Fabricante:</b> PRUDEMPLAST <b>Modelo / Versão:</b> ANTIADERENTE PARA PNEU DE ROLO COMPACTADOR <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> Antiaderente para pneus de rolo Compactador, líquido, em forma de fluido, diluição em água, mínimo de 1/6, biodegradável, baixa toxicidade. Embalagem em Bombonas com 50 litros. <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							
18.707.234/0001-39	CLENEX COMERCIO E SERVICOS LTDA	Sim	Sim	200	R\$ 3.000,0000	R\$ 600.000,0000	08/03/2023 13:23:38
<b>Marca:</b> PRUDEMPLAS <b>Fabricante:</b> PRUDEMPLAS <b>Modelo / Versão:</b> PRUDEMPLAS <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b> ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR, LÍQUIDO, EM FORMA DE FLUIDO, DILUIÇÃO EM ÁGUA, MÍNIMO DE 1/6, BIODEGRADÁVEL, BAIXA TOXIDADE, EMBALAGEM EM BOMBONAS COM 50 LITROS. •Validade da proposta: 120 dias. Marca e Fabricante: PRUDEMPLAS <b>Porte da empresa:</b> ME/EPP							

**Lances** (Obs: lances com \* na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 3.000,0000	18.707.234/0001-39	09/03/2023 08:30:00:357
R\$ 1.000,0000	03.127.904/0001-70	09/03/2023 08:30:00:357
R\$ 980,0000	18.707.234/0001-39	09/03/2023 08:54:41:367
R\$ 960,0000	03.127.904/0001-70	09/03/2023 08:55:15:553
R\$ 940,8000	18.707.234/0001-39	09/03/2023 08:55:49:573
R\$ 920,0000	03.127.904/0001-70	09/03/2023 08:56:06:293
R\$ 901,6000	18.707.234/0001-39	09/03/2023 08:56:39:903
R\$ 883,5600	03.127.904/0001-70	09/03/2023 08:57:01:900

**Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**

**Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	09/03/2023 08:42:47	Item com análise de propostas finalizada.





Abertura	09/03/2023 08:46:04	Item aberto para lances.
Encerramento	09/03/2023 08:59:02	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	09/03/2023 08:59:02	Item com etapa aberta encerrada.
Abertura do prazo - Convocação anexo	09/03/2023 09:57:51	Convocado para envio de anexo o fornecedor TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	09/03/2023 10:01:58	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70.
Abertura do prazo - Convocação anexo	09/03/2023 10:35:56	Convocado para envio de anexo o fornecedor TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	09/03/2023 10:42:48	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70.
Acelte de proposta	09/03/2023 10:52:25	Acelte individual da proposta. Fornecedor: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70, pelo melhor lance de R\$ 883,5600.
Habilitação de fornecedor	24/03/2023 09:29:43	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70, pelo melhor lance de R\$ 883,5600.

Não existem intenções de recurso para o item

#### Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	09/03/2023 08:30:00	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	09/03/2023 08:45:02	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	09/03/2023 08:45:03	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	09/03/2023 08:45:04	A abertura do item 2 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	09/03/2023 08:46:02	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	09/03/2023 08:46:04	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	09/03/2023 08:50:45	Bom dia, Senhores Licitantes. Agradeço a todos pela participação no Pregão Eletrônico nº 04/2023, solicito que acompanhem as mensagens do chat.
Sistema	09/03/2023 08:57:48	O item 1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema	09/03/2023 08:57:48	Sr. Fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CPF/CNPJ 14.115.466/0001-47, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 09:02:48 do dia 09/03/2023. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	09/03/2023 08:58:32	O item 1 teve o 1º desempate Me/Epp encerrado. O fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CPF/CNPJ 14.115.466/0001-47 enviou um lance no valor de R\$ 21,9900.
Sistema	09/03/2023 08:58:32	O item 1 está encerrado.
Sistema	09/03/2023 08:59:02	O item 2 está encerrado.
Sistema	09/03/2023 09:00:33	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	09/03/2023 09:00:58	Nesse momento irei verificar os vencedores dos itens, favor aguardarem um momento.
Pregoeiro	09/03/2023 09:06:11	Senhores licitantes, iniciaremos a fase de negociação de valor, de acordo com o art. 87 Regulamento Interno de Licitações da SURG. Quando solicitado, favor responder no chat.
Pregoeiro	09/03/2023 09:14:31	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Sr licitante, sua empresa aceita reduzir o valor apresentado na fase de lances no item 1, para o valor de R\$ 21,50? Prazo máximo para resposta: 10 (dez) minutos.
14.115.466/0001-47	09/03/2023 09:17:39	Não







Pregoeiro	09/03/2023 09:25:12	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Obrigada pelo retorno.
Pregoeiro	09/03/2023 09:33:02	Para TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - Sr licitante, sua empresa aceita reduzir o valor apresentado na fase de lances no item 2, para o valor de R\$ 875,00? Prazo máximo para resposta: 10 (dez) minutos.
03.127.904/0001-70	09/03/2023 09:33:56	Bom dia, não podemos reduzir. Estamos no nosso limite. Att
Pregoeiro	09/03/2023 09:45:32	Para TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - Obrigada pelo retorno.
Pregoeiro	09/03/2023 09:46:20	Encerramos a fase de negociação e será iniciada a convocação da proposta atualizada.
Pregoeiro	09/03/2023 09:48:20	Senhores licitantes, faremos agora a solicitação de anexo para que seja enviada a PROPOSTA com o valor atualizado. Caso deixem de enviar suas propostas, estará caracterizada, em tese, ofensa ao art. 7º da Lei 10.520 de 2002, de modo que poderão ser aplicadas as sanções previstas no edital.
Pregoeiro	09/03/2023 09:56:34	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Senhor licitante, solicito o envio da proposta atualizada para o item 1, de acordo com o modelo do anexo IV do Edital e a descrição do item constante no anexo I. Prazo para envio: 02 (duas) horas.
Sistema	09/03/2023 09:56:46	Senhor fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	09/03/2023 09:57:41	Para TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - Senhor licitante, solicito o envio da proposta atualizada para o item 2, de acordo com o modelo do anexo IV do Edital e a descrição do item constante no anexo I. Prazo para envio: 02 (duas) horas.
Sistema	09/03/2023 09:57:51	Senhor fornecedor TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70, solicito o envio do anexo referente ao item 2.
03.127.904/0001-70	09/03/2023 10:01:19	Estamos anexando, grata.
Sistema	09/03/2023 10:01:58	Senhor Pregoeiro, o fornecedor TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70, enviou o anexo para o item 2.
Sistema	09/03/2023 10:09:02	Senhor Pregoeiro, o fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	09/03/2023 10:35:45	Para TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - Sr. Licitante, favor conferir e corrigir o cálculo do valor total da proposta. Vou abrir novamente o anexo para correção. Prazo para envio: 30 (trinta) minutos.
Sistema	09/03/2023 10:35:56	Senhor fornecedor TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70, solicito o envio do anexo referente ao item 2.
03.127.904/0001-70	09/03/2023 10:38:09	ok
Sistema	09/03/2023 10:42:48	Senhor Pregoeiro, o fornecedor TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70, enviou o anexo para o item 2.
03.127.904/0001-70	09/03/2023 10:43:43	Proposta corrigida e anexa ao portal, obrigada. E desculpa a falha cometida.
Pregoeiro	09/03/2023 10:52:57	Para TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - Obrigada pelo retorno.
Pregoeiro	09/03/2023 10:53:35	Informo a todos que encerramos a fase de julgamento das propostas e passaremos à fase de habilitação. Neste momento iremos verificar a documentação das empresas vencedoras da fase de lances.
Pregoeiro	09/03/2023 10:55:16	Informo também que retornaremos às 13h30, com eventuais solicitações e/ou questionamentos. Peço que estejam on line neste horário.
Pregoeiro	09/03/2023 13:29:15	Boa tarde, Srs. licitantes. Daremos sequência à análise da documentação de habilitação.
Pregoeiro	09/03/2023 17:33:17	Informo a todos que iremos retornar amanhã, às 09h00.
Pregoeiro	10/03/2023 09:07:08	Bom dia, senhores licitantes.
Pregoeiro	10/03/2023 09:25:06	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Sr. Licitante, sobre sua documentação, solicito o envio do alvará de localização da usina e o documento do SR. Eudes Barboza de Souza. Vou convocar o anexo. Prazo para envio: 4 (quatro) horas.
Sistema	10/03/2023 09:25:18	Senhor fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
14.115.466/0001-47	10/03/2023 09:34:17	bom dia, desculpa, vou anexar aqui
Sistema	10/03/2023 09:42:35	Senhor Pregoeiro, o fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, enviou o anexo para o item 1.
14.115.466/0001-47	10/03/2023 09:43:12	tem como liberar para mandar o documento do socio? conseguil anexar apenas um anexo
Pregoeiro	10/03/2023 09:53:17	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Vou abrir novamente.
Sistema	10/03/2023 09:55:05	Senhor fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, solicito o envio do anexo referente ao item 1.



Sistema	10/03/2023 09:56:07	Senhor Pregoeiro, o fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, enviou o anexo para o item 1.
14.115.466/0001-47	10/03/2023 09:56:34	obrigada, documentos anexados.
Pregoeiro	10/03/2023 10:27:37	Senhores Licitantes, conforme descrito no item 3 do Anexo I - Termo de Referência, para os itens 1 e 2, será necessário o envio de amostra para que o produto seja aprovado. Assim, solicito no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir de segunda-feira (13/03/2023) as amostras, conforme solicitado em edital, sejam enviadas.
Pregoeiro	10/03/2023 10:28:48	O endereço para envio é o constante no Anexo I, sito à Rua Afonso Botelho, nº 63 - Bairro Trianon, em Guarapuava/PR - CEP 85012-030, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 18h00.
Pregoeiro	10/03/2023 10:31:14	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Sr. licitante, favor verificar os itens 3.1 e 3.2 do Anexo I, página 22 do edital, para o envio das amostras.
Pregoeiro	10/03/2023 10:31:40	Para TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - Sr. licitante, favor verificar os itens 3.1 e 3.3 do Anexo I, página 22 do edital, para o envio das amostras.
Pregoeiro	10/03/2023 10:34:54	Informo a todos que a análise dos documentos de habilitação está finalizada. E o Pregão ficará suspenso até dia 20/03, às 13h30 quando informaremos a respeito da chegada das amostras e datas da verificação pela comissão de análise de amostras.
Pregoeiro	10/03/2023 10:36:41	Caso tenham alguma dúvida neste período, a equipe do pregão ficará disponível pelo email: juridico@surg.com.br e pelo telefone: 42 3630 0500
Pregoeiro	20/03/2023 16:12:55	Boa tarde, prezados licitantes.
Pregoeiro	20/03/2023 16:13:27	Informo a todos que as amostras chegaram na sede da SURG dentro do prazo estipulado.
Pregoeiro	20/03/2023 16:31:06	Informo também, que a comissão de análise de amostras verificará a compatibilidade com os itens do edital. Retornaremos com o resultado na quinta feira, dia 23/03 às 14h00. Peço que estejam on line neste horário.
Pregoeiro	23/03/2023 14:07:16	Boa tarde, senhores licitantes. Daremos sequência ao pregão 04/2023.
Pregoeiro	23/03/2023 14:13:17	Informo a todos que as amostras dos dois itens da licitação foram aprovadas pela comissão de análise de amostras.
Pregoeiro	23/03/2023 15:10:33	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Sr. Licitante, para fins de atualização de duas certidões que venceram após a abertura do certame, solicito o envio da Certidão negativa de débitos federais e certidão negativa de débitos municipais. Prazo: amanhã 24/03/2023, às 09h30.
Sistema	23/03/2023 15:13:36	Senhor fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	23/03/2023 17:29:28	Prezados, retornaremos amanhã às 9h30 para continuidade. O pregão permanecerá aberto para envio da documentação.
Sistema	24/03/2023 08:41:00	Senhor Pregoeiro, o fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, enviou o anexo para o item 1.
Pregoeiro	24/03/2023 08:43:23	Bom dia, senhores licitantes.
Pregoeiro	24/03/2023 08:43:43	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Chat aberto para vossa empresa
Sistema	24/03/2023 09:29:43	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	24/03/2023 09:48:21	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Verifique a documentação apresentada e concedo o prazo previsto no item 8.17. do Edital para regularização dos documentos fiscais.
Pregoeiro	24/03/2023 09:58:00	Retornaremos no dia 31/03/2023 às 14h00 para verificação da documentação.
Pregoeiro	31/03/2023 14:02:20	Boa tarde a todos.
Pregoeiro	31/03/2023 14:06:54	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Boa tarde Sr. licitante.
14.115.466/0001-47	31/03/2023 14:07:43	boa tarde, solicitamos o prazo de mais 5 dias uteis para a apresentação da certidão federal.
Pregoeiro	31/03/2023 14:13:57	Sr. licitante, o prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa. Dessa forma, questiono qual seria a justificativa? Concedo o prazo de 10 minutos para a apresentação da justificativa.
Pregoeiro	31/03/2023 14:14:09	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Sr. licitante, o prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa. Dessa forma, questiono qual seria a justificativa? Concedo o prazo de 10 minutos para a apresentação da justificativa.
Pregoeiro	31/03/2023 14:22:50	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Sr. licitante, o prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa. Dessa forma, questiono qual seria a justificativa? Concedo o prazo de 10 minutos para a apresentação da justificativa.



Pregoeiro	31/03/2023 14:27:27	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Estou com um problema no servidor q esta caindo a internet aqui. TALVEZ VC NAO ESTEJA CONGUINDO RESPONDER, ASSIM SOLICITO NOVAMENTE A JUSTIFICATIVA.
14.115.466/0001-47	31/03/2023 14:28:35	justificativa: devido ao uma liquidação de forma errônea do imposto não possível a liberação automática da certidão federal, porem já consta regularizada aguardando liberação da receita.
Pregoeiro	31/03/2023 14:34:08	Conforme o item 8.17. do Edital, para regularização dos documentos fiscais, concedo mais 5 dias para regularização dos documentos fiscais.
Pregoeiro	31/03/2023 14:36:30	Retornaremos no dia 07/04/2023 às 14h00 para verificação da documentação.
Sistema	03/04/2023 10:36:34	Senhor fornecedor EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA, CNPJ/CPF: 14.115.466/0001-47, solicito o envio do anexo referente ao item 1.
Pregoeiro	03/04/2023 10:38:11	Prezados, tendo em vista que dia 07/04/2023 é feriado, retornaremos na segunda feira, dia 10/04/2023 às 14h00.
Pregoeiro	10/04/2023 16:17:56	Boa tarde
Pregoeiro	10/04/2023 16:46:37	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Senhor fornecedor, solicito informações a respeito da certidão que esta pendente?
Pregoeiro	10/04/2023 16:54:58	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Concedo o prazo de 15 minutos.
14.115.466/0001-47	10/04/2023 17:09:53	Foi solicitado para a RECEITA FEDERAL a liberação com urgência da Certidão, porem eles solicitaram um prazo maior devido ao feriado, estendo-se o prazo até 15/04.
Pregoeiro	10/04/2023 17:22:05	Tendo em vista que foi concedido o prazo de 5 dias úteis duas vezes para a licitante EVOPAV apresentar a certidão negativa federal vigente e a mesma não apresentou, INABILITO a licitante EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA.
Pregoeiro	10/04/2023 17:28:06	Tendo em vista a inabilitação da primeira colocada, retornaremos amanhã as 9h00 para a negociação com a segunda colocada nesse item.
Pregoeiro	11/04/2023 09:14:24	Bom dia srs. participantes.
Pregoeiro	11/04/2023 09:16:28	Iremos dar inicio a negociação com a segunda colocada no item 01 do edital, tendo em vista a inabilitação da primeira colocada.
Pregoeiro	11/04/2023 09:20:43	Para PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - Sr. licitante, sua empresa aceita reduzir o valor apresentado na fase de lances no item 1, para o valor de R\$ 21,99? Prazo máximo para resposta: 10 (dez) minutos.
18.375.607/0001-11	11/04/2023 09:23:10	Bom dia Sr. pregoeiro, não conseguimos, nosso melhor é 22,49
Pregoeiro	11/04/2023 09:35:50	Para PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - Senhores Licitantes, conforme descrito no item 3 do Anexo I do edital, será necessário o envio de amostra para que o produto seja aprovado. Assim, solicito o envio no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis das amostras.
Pregoeiro	11/04/2023 09:36:18	Para PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - O endereço para envio é o constante no Anexo I, sito à Rua Afonso Botelho, nº 63 - Bairro Trianon, em Guarapuava/PR - CEP 85012-030, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 18h00.
Pregoeiro	11/04/2023 09:38:26	Para PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - Sr. licitante, favor verificar os itens 3.1 e 3.2 do Anexo I, página 22 do edital, para o envio das amostras.
Pregoeiro	11/04/2023 09:40:45	Para PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - E o Pregão ficará suspenso até dia 19/04, às 09h00 quando informaremos a respeito da chegada das amostras e datas da verificação pela comissão de análise de amostras.
Pregoeiro	11/04/2023 09:43:19	E o Pregão ficará suspenso até dia 19/04, às 09h00 quando informaremos a respeito da chegada das amostras e datas da verificação pela comissão de análise de amostras.
Pregoeiro	19/04/2023 09:19:52	Bom dia
Pregoeiro	19/04/2023 09:26:44	Para PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - Bom dia, solicito esclarecimento sobre a amostra, pois ainda nao chegou.
Pregoeiro	19/04/2023 09:27:16	Para PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - Prazo de 10 minutos para esclarecimento.
Pregoeiro	19/04/2023 09:28:32	Para PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - Verifiquei no comprovante de envio das amostras que foi enviado no e-mail da SURG que as amostras foram enviadas dia 12/04, porém ainda não chegou até esse órgão.
18.375.607/0001-11	19/04/2023 09:33:28	Bom dia Sr. pregoeiro. Fizemos o envio das amostras por meio de transportadora (comp. no email). O envio foi feito com a maior brevidade possível, porém diante da distância ainda não chegou. Por meio do rastreamento foi possível verificar que já saiu da base de Curitiba ontem, em direção ao destino. Assim, pugnamos pela prorrogação do prazo por 2 (dois) dias
Pregoeiro	19/04/2023 09:40:19	Para PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - Tendo em vista que a amostra já foi enviada, e foi no dia posterior ao pregão, concedo o prazo de 2 dias solicitados, assim sendo na segunda feira (dia 24/04/2023) as 09h00 retornaremos para marcar a data de analise das amostra.
Pregoeiro	19/04/2023 09:40:37	Para PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - Tenham todos um bom dia





Pregoeiro	19/04/2023 09:45:07	Tendo em vista que a amostra já foi enviada, no dia 12/04, (no dia seguinte a solicitação) a licitante solicitou o prazo de mais 2 dias, assim sendo, concedo o prazo, na segunda feira (dia 24/04/2023) as 09h00 retornaremos para marcar a data de análise das amostra pela comissão. A TODOS UM BOM DIA
Pregoeiro	24/04/2023 09:04:36	Bom dia a todos
Pregoeiro	24/04/2023 09:10:56	A segunda colocada solicitou mais dois dias para a transportadora entregar a amostra do produto, tendo em vista que já tinha enviado no dia seguinte em que foi solicitado a ela, na ocasião lhe foi concedido.
Pregoeiro	24/04/2023 09:11:30	Assim informo a todos que a amostra foi recebida no dia seguinte a solicitação da empresa.
Pregoeiro	24/04/2023 09:14:59	Informo também aos que tiverem interesse em participar da análise da amostra, que a análise será feita no dia 27/04 às 13h30. Os Interessados deverão se dirigir na SURG até esse horário, onde será indicado o local.
Pregoeiro	24/04/2023 09:16:38	Retornaremos com o resultado no dia 02/05 às 14h00. Peço que estejam on line neste horário.
Pregoeiro	24/04/2023 09:17:26	A todos uma boa semana.
Pregoeiro	02/05/2023 16:51:53	Senhores licitantes. Informo que a comissão de análise de amostras não retornou com o parecer para o Departamento de Licitações. Retornaremos amanhã, às 15h00 com informações adicionais.
Pregoeiro	03/05/2023 15:04:24	Boa tarde a todos
Pregoeiro	03/05/2023 15:06:03	Informamos a todos que a comissão de análise das amostras emitiu laudo aprovando as amostras entregues pela licitante PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA, segunda colocada no item 01.
Pregoeiro	03/05/2023 15:16:43	Informamos a todos que a empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA entrou em contato por telefone e explicou que está com problemas no acesso ao sistema do compras.gov.br.
Pregoeiro	03/05/2023 15:18:57	Assim, irei conceder o prazo de 2 (duas) horas, para o envio da proposta atualizada de acordo com o último lance, por e-mail.
Pregoeiro	03/05/2023 15:21:19	Na sequência irei conceder o prazo de 4 horas para a atualização dos documentos de habilitação, tendo em vista que estão quase todos vencido na data de hoje. Porém na data da primeira sessão estavam validos.
Pregoeiro	03/05/2023 15:23:13	O e-mail para o envio dos documentos será o juridico@surg.com.br, informo a todos que após a análise dos documentos retornaremos para dar o resultado sobre a habilitação ou inhabilitação da empresa.
Pregoeiro	03/05/2023 15:25:44	Srs. Licitantes. Retornaremos AMANHÃ, dia 04/05/2023 às 15h00 para resultado de habilitação, questionamentos e recursos.
Pregoeiro	03/05/2023 15:26:11	TENHAM TODOS UM ÓTIMO FINAL DE TARDE
Pregoeiro	04/05/2023 15:04:41	Boa tarde sr. licitantes
Pregoeiro	04/05/2023 15:17:54	Informo a todos que encerramos a fase de análise da proposta atualizada e de habilitação.
Pregoeiro	04/05/2023 15:26:38	Informamos a todos que a licitante PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA enviou por e-mail a proposta e todos os documentos de habilitação atualizados na de ontem às 15h21m. Os quais ficarão disponíveis no departamento de licitações para as interessadas.
Pregoeiro	04/05/2023 15:27:07	Agora será aberto o prazo de recurso.
Pregoeiro	04/05/2023 15:32:04	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 04/05/2023 às 16:02:00.

**Eventos da Licitação**

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	08/03/2023 15:25:58	
Abertura da sessão pública	09/03/2023 08:30:00	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	09/03/2023 08:45:02	Etapas de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	09/03/2023 09:00:33	Início da etapa de julgamento de propostas
Suspensão administrativa	09/03/2023 17:34:24	Previsão de reabertura: 10/03/2023 09:00:00; Para finalização da análise de documentação de habilitação





Reativação	10/03/2023 09:05:17	
Suspensão administrativa	10/03/2023 10:46:04	Previsão de reabertura: 20/03/2023 15:00:00; Aguardando envio de amostras pelas empresas vencedoras.
Reativação	20/03/2023 16:11:20	
Suspensão administrativa	20/03/2023 16:33:08	Previsão de reabertura: 23/03/2023 14:00:00; Para análise das amostras recebidas
Reativação	23/03/2023 14:05:51	
Abertura do prazo	24/03/2023 09:29:43	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	04/05/2023 15:32:04	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 04/05/2023 às 16:02:00.

Data limite para registro de recurso: 15/05/2023.

Data limite para registro de contrarrazão: 22/05/2023.

Data limite para registro de decisão: 29/05/2023.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 09:18 horas do dia 08 de maio de 2023, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

  
LEILIANE APARECIDA SANTOS GASPAR  
Pregoeiro Oficial

FELIPE VERONI CALDAS  
Equipe de Apoio

  
NAYARA KAMINSKI DE OLIVEIRA  
Equipe de Apoio



Imprimir o  
Relatório

[Voltar](#)





## Resultado por Fornecedor

350



COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Pregão Nº 00004/2023(SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

## RESULTADO POR FORNECEDOR

## 03.127.904/0001-70 - TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
2	Fluido para aplicação específica	Bombona 50,00 L	200	R\$ 980,0000	R\$ 883,5600	R\$ 176.712,0000

Marca: REMOCIL 180 S

Fabricante: PRUDEMPLAST

Modelo / Versão: ANTIADERENTE PARA PNEU DE ROLO COMPACTADOR

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Antiaderente para pneus de rolo Compactador, líquido, em forma de fluido, diluição em água, mínimo de 1/6, biodegradável, baixa toxicidade. Embalagem em Bombonas com 50 litros.

Total do Fornecedor: R\$ 176.712,0000

## 18.375.607/0001-11 - PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Betume	Embalagem 25,00 KG	10000	R\$ 23,4000	R\$ 22,4900	R\$ 224.900,0000

Marca: PRÓPRIA

Fabricante: PRÓPRIO

Modelo / Versão: CBUQ ENSACADO

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.

Total do Fornecedor: R\$ 224.900,0000

Valor Global da Ata: R\$ 401.612,0000

(\*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o  
Relatório

Voltar



COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

351

**Termo de Adjudicação do Pregão**

Pregão Nº 00004/2023 (SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

Às 13:34 horas do dia 16 de maio de 2023, após analisado o resultado do Pregão nº 00004/2023, referente ao Processo nº 5, o Pregoeiro, Sr(a) LEILIANE APARECIDA SANTOS GASPAR, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**\*\*OBS:** Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade Competente e constarão no termo de julgamento.

**Resultado da Adjudicação**

**Item: 2**

**Descrição:** Fluido para aplicação específica

**Descrição Complementar:** Fluido Para Aplicação Específica Aplicação: Veículos Movidos A Óleo Diésel , Característica Adicionais: Redutor De Emissões De Óxidos De Nitrogênio

**Tratamento Diferenciado:** -

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 200

**Unidade de fornecimento:** Bombona 50,00 L

**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 980,0000


**Intervalo Mínimo entre Lances:** 2,00 %

**Situação:** Adjudicado

**Adjudicado para:** TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 883,5600 e a quantidade de 200 Bombona 50,00 L .

**Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Adjudicado	16/05/2023 13:34:33	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70, Melhor lance: R\$ 883,5600

  
Fim do documento



PREGÃO 04/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2023

OBJETO: Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

## **PARECER JURÍDICO**

### **Sobre a possibilidade de homologação do Item 2**

# *SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - Paraná*

*P*

PREGÃO ELETRÔNICO nº 04/2023

353

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023

INTERESSADO: Departamento de Licitação / departamento Técnico

OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

PARECER nº 30/2023

Vem para este Departamento Jurídico, para análise jurídica final, em conformidade com a alínea "g", § único do art. 15 e art. 24, ambos Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, os autos de processo de licitação em epígrafe, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, pelo sistema de registro de preços, visando o registro de preços para: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme condições descritas no termo de referência, anexo I do Edital.

Em síntese é o relatório.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO**

### **1. Da vinculação à manifestação jurídica**

A manifestação produzida pela assessoria jurídica, embora obrigatória, não é vinculativa para o gestor, que pode dela discordar, desde que apresente as razões de fato e de direito que lhes dê sustentação.

Ressalte-se que não há como se produzir orientação jurídica condicionada ao seu cumprimento quando tal orientação não é vinculativa, ou seja, quando seu cumprimento não é impositivo.

Pode a assessoria jurídica, visando dar cumprimento ao princípio da celeridade processual e, assim, evitar que o processo licitatório ou da contratação direta, contendo as respectivas minutas, retorne para nova análise a partir da orientação jurídica exarada, proceder a exame e aprovação desses instrumentos com ressalvas, devidamente fundamentadas. O gestor pode acolhê-las ou não, motivando a decisão neste último caso. Se acolhidas, elas passam a integrar a própria motivação do gestor. Aprovar minuta com ressalvas não significa produzi-la para a Administração.





À assessoria jurídica compete examiná-la na integralidade e aprová-la, se condizente com as normas de regência. Se ressalvas forem feitas, cumpre à assessoria jurídica motivá-las, apresentando, inclusive, proposta de redação para alguns de seus dispositivos ou cláusulas, conforme a norma de regência aplicável, cuidando-se para que a proposição não adentre no campo da oportunidade e conveniência do gestor.

Cabe ressaltar que o presente Parecer Jurídico atende ao preconizado pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG – aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, no que diz respeito a celeridade do processo administrativo e sua eficiência.

## **2. Introdução**

O presente processo licitatório foi realizado na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item.

O pregão trata-se de uma modalidade de licitação pública, instituída através da Lei nº 10.520/2002, que, em seu art. 1º, dispõe que essa modalidade constitui uma faculdade posta à escolha do administrador público para a aquisição de bens e serviços comuns.

O legislador dividiu o pregão em duas fases: a interna, ou preparatória, na qual se desenvolvem os atos iniciais, e a externa, iniciada pela divulgação do ato convocatório, seguida do julgamento e terminada com a assinatura do contrato.

No Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG – aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, o pregão tem sua previsão no at. 65 e seguintes.

## **3. Da fase preparatória ou interna**

Na fase preparatório ou interna, a qual abrange os elementos preparatórios do certame, tais como justificativa do setor solicitante e autorização para abertura da licitação, definição do objeto, pesquisa de preços / orçamento, designação do pregoeiro e equipe de apoio, bem como análise do conteúdo do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, incluindo o critério de julgamento pelo menor preço por item, foram cumpridas todas as determinações legais, conforme Parecer Jurídico Prévio nº 12/2023, exarado por esta assessora que ao final subscreve.



Registre-se ainda, que os atos preparatórios foram realizados pelo pregoeiro e equipe de apoio, designados através da Portaria nº 19/2022 (fls. 59), com a devida autuação, protocolo e numeração do processo, atendendo a ordem cronológica dos documentos.

O valor total máximo admitido para este Pregão Presencial foi de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), conforme consta do item 6, do termo de referência – fls. 06 e 45, das requisições preliminares nº 94 e 99, respectivamente.

#### **4. Fase externa**

A fase externa tem início com a divulgação do ato convocatório e vai até a contratação do fornecimento do bem, da execução da obra ou da prestação dos serviços.

##### **4.1. Publicação**

A publicação do instrumento convocatório é o meio de divulgação da existência da licitação. Efetiva-se com a publicação do aviso, que se caracteriza como o ato de comunicação pelo qual se dá ciência da abertura do pregão, a fim de que os interessados possam apresentar suas propostas, providenciar os documentos de habilitação hábeis à sua participação no certame licitatório e providenciar, querendo, o credenciamento de representante seu na licitação.

Nos termos dos artigos 60 e 61, inc. I, alínea "a", ambos do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, a convocação dos interessados ocorreu por meio de aviso, publicado, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, no Diário Oficial do Município, em 24/02/2023; no site oficial da SURG, em 27/02/2023; no site do Tribunal de Contas do Paraná, em 24/02/2023.

Ainda, cumprindo o disposto do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002 e §1º do art. 60, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, no aviso de licitação publicado pelos meios acima especificados consta o objeto da licitação, a indicação do local, dia e horário em que pode ser obtida a íntegra do Edital, bem como o dia e horário para o recebimento e abertura das propostas e do início da sessão de disputa de preços.

##### **4.2. Da impugnação ao Edital**





Oportunizado aos interessados prazo para impugnação/esclarecimentos ao conteúdo do Edital, a empresa Lider Asfalto Rápido EIRELI apresentou questionamentos em relação as exigências contidas no edital (fls. 189-196), especificamente quanto ao item 3.2 do anexo I do edital, no sentido de ser suprimido o prazo de emissão de 12 meses, do laudo ali requisitado.

Ouvido o setor técnico da SURG (fl. 197), a impugnação foi recebida e julgada procedente (fls. 198-200), razão pela qual foi publicada a errata de retificação do edital (fl. 201-208), mantendo-se, contudo, a data de abertura do certame, já que referida alteração não influenciou na elaboração da proposta.

#### **4.3. Credenciamento**

Nos termos do item 3 e seguintes do Edital os interessados em participar do pregão deveriam credenciar-se perante o Pregoeiro, visando a comprovação de poderes para a formulação de propostas e a prática dos demais atos de atribuição dos licitantes. Assim, foram credenciadas as seguintes empresas:

1. PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA;
2. TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA;
3. RAJ Industria e Pavimentacoes Ltda;
4. EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA;
5. SC ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA;
6. LIDER ASFALTO RAPIDO LTDA;
7. H R CORTES LTDA;
8. CLENEX COMERCIO E SERVICOS LTDA

#### **4.4. Sessão do pregão**

Aberta a sessão, as participantes apresentaram suas propostas para os itens licitados.

No caso em tela, foram respeitadas as disposições da Lei nº 10.520/2002, do RILCC da SURG, bem como a Lei Complementar nº 123/2006.

#### **4.5. Habilitação**

# *SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - Paraná*

357



A empresa EVOPAV - Evolução em Asfalto Ltda, declarada vencedora para o item 1 do anexo I do edital (massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos), constantes no Relatório da Comissão, de acordo com a decisão do pregoeiro, não cumpriu com as exigências editalícias, previstas no item 8 do Edital, quanto ao prazo de validade das certidões negativas de débito municipal e de débito federal, durante a fase de habilitação do certame, sendo que lhe foi concedido o prazo de 10 dias para regularização e apresentação dos documentos, conforme disposto no item 8.17 do edital.

Não obstante o prazo acima referido e a prorrogação concedida pelo pregoeiro, para apresentação da documentação acima mencionada, dentro do prazo de validade compatível com o tramite da fase de habilitação, o licitante vencedor deixou transcorrer o prazo *in albis* para a CND federal, razão pela qual foi declarado inabilitado e deu-se início às negociações com a segunda classificada, a saber, Pavsul Asfaltos e Pavimentações Ltda.

Após preenchidos todos os requisitos necessários à espécie, em 04/05/2023, a empresa supra, Pavsul, foi habilitada no certame e, em ato contínuo, foi aberto o prazo para recurso.

## **4.6. Fase recursal**

Devidamente oportunizado prazo para a interposição de recurso, após a declaração do vencedor, nos termos do inciso XIV<sup>1</sup> do art. 64, do RILCC da SURG, houve manifestação nesse sentido, pela empresa EVOPAV - Evolução em Asfalto Ltda, sendo concedido o prazo de 05 dias úteis para apresentação das razões de recurso, o qual expira somente em 11/05/2023.

## **4.7. Adjudicação**

Cumpridas as formalidades legais anteriores, houve adjudicação dos objetos da licitação às licitantes constantes no **Relatório da Comissão**, conforme Atas de Sessão Pública do Pregão.

<sup>1</sup> "Art. 64. (...)

XIV - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;"



# *SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - Paraná*

358



## **4.8. Da homologação**

Considerando o exposto, opino pela ratificação da decisão do pregoeiro e, conseqüentemente, à homologação parcial do certame, referente ao item 2, do anexo I, do edital, que tem por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, já que, a saber:

(i) Referente ao item 1, do anexo I do edital, houve manifestação de interesse de recorrer, sendo que o prazo para apresentação das razões de recurso encerra-se somente em 11/05/2023;

(ii) Trata-se, *in casu*, de licitação por itens que, em respeito ao princípio da economicidade e da eficiência administrativas, foram reunidos num mesmo certame, com objetos diversos, que poderiam ser licitados separadamente, empreendendo-se, em tese, maior agilidade e economia na seleção da melhor proposta para a Administração.

(iii) Em síntese, em um único edital, foram reunidas, por discricionariedade administrativa, tantas licitações quantos forem os itens que a SURG necessite, pois que cada um deles é considerado como uma licitação autônoma, com regramento próprio e existência distinta das demais licitações que integram o mesmo edital, de modo que, ao final, serão firmados tantos contratos e atas de registro de preço quantos forem os itens adjudicados.

A homologação individualizada dos itens decorrentes de um mesmo edital encontra amparo, também, nas lições de Marçal Justen Filho, cujo conteúdo abaixo transcrevemos:

A licitação por itens deriva do interesse em economizar tempo e recursos materiais da Administração Pública, agilizando a atividade licitatória. Na licitação por itens, há um único ato convocatório, que estabelece condições para a realização de certames, que se processarão conjuntamente, mas de modo autônomo. O ato convocatório discrimina diferentes objetos, cada qual considerado como um "item". A autonomia se revela pela faculdade outorgada aos licitantes de produzir propostas apenas para alguns itens. Os requisitos de habilitação são apurados e cada proposta é julgada em função de cada item. Há diversos julgamentos, tanto na fase de habilitação quanto na de exame de propostas. Mesmo que materialmente haja um único documento, haverá tantas decisões quantos sejam os itens objeto de avaliação.

Na licitação por itens, a interposição de recursos ou outros incidentes produzem efeitos limitados ao âmbito da controvérsia. Se determinados itens não forem objeto de impugnação, discordância ou recurso, nada impede que o certame tenha seguimento em relação a eles. O próprio ato convocatório deverá prever essa solução, determinando a possibilidade de desdobramento dos autos. Isso permitirá, sob o ângulo prático, o desenvolvimento concomitante de diferentes procedimentos. Assim, poderá promover-se a continuidade da licitação relativamente a certos itens (que não foram objeto de divergência), enquanto se processa recurso administrativo quanto a outros.(...)

Por outro lado, deve admitir-se a possibilidade de conclusão exitosa do certame relativamente apenas a certos itens. Isso significa realizar a adjudicação "parcial", ao final do certame. Rigorosamente, a expressão adjudicação parcial é incorreta.

# *SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - Paraná*

359



Como cada item envolve um certame autônomo, isso produz julgamento específico. Logo, a adjudicação deve tomar em vista cada item, o que possibilita reputar-se que o resultado da licitação seja conveniente apenas quanto a alguns itens e não quanto a outros. A adjudicação quanto a apenas alguns itens é "parcial" apenas quando se considera o todo do certame. Se considerado cada item, a adjudicação ou é produzida totalmente ou é recusada integralmente."<sup>2</sup>

### **III. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, manifesta-se esta assessora pela regularidade do presente certame licitatório, autuado sob Pregão Presencial nº 04/2023, tendo em vista o atendimento, por parte do pregoeiro e equipe de apoio, dos requisitos procedimentais estabelecidos pela Lei nº 10.520/2002, e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG – aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, cabendo a homologação parcial do certame, referente ao item do anexo I, do edital, que tem por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, pelo Diretor Administrativo da SURG.

É o parecer.

Guarapuava, 10 de maio de 2023.

SAMIRA KARAM SEMAAN

Assinado de forma digital por SAMIRA

KARAM SEMAAN

Dados: 2023.05.10 16:44:40 -03'00'

SAMIRA KARAM SEMAAN – OAB/PR 22.935

*Assessora Jurídica*

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15. ed. Pág. 310/311. São Paulo. Dialética, 2102.



PREGÃO 04/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2023



360

OBJETO: Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

# HOMOLOGAÇÃO



COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**

Pregão Nº 00004/2023 (SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

Às 13:55 horas do dia 16 de maio de 2023, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 5, Pregão nº 00004/2023.

**Resultado da Homologação****Item: 2****Descrição:** Fluido para aplicação específica**Descrição Complementar:** Fluido Para Aplicação Específica Aplicação: Veículos Movidos A Óleo Diésel , Característica Adicionais: Redutor De Emissões De Óxidos De Nitrogênio**Tratamento Diferenciado: -****Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 200**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 980,0000**Situação:** Homologado**Unidade de fornecimento:** Bombona 50,00 L**Intervalo Mínimo entre Lances:** 2,00 %

**Adjudicado para:** TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 883,5600 e a quantidade de 200 Bombona 50,00 L .

**Eventos do Item**

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	16/05/2023 13:34:33	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70, Melhor lance: R\$ 883,5600
Homologado	16/05/2023 13:55:27	HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER	

**Fim do documento**

SURG  
COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA  
Halmunth Fagner Goba Brandtner  
Diretor Administrativo



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2023

 362

SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Aos dezessete de maio de dois mil e vinte e três, na SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Estado do Paraná, situada na Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon, em Guarapuava - Paraná, CEP 85.070-165, o Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**, e Diretor Técnico **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, combinado com a Lei Federal nº 10.520/2002 e com Decreto Municipal nº 1.447/2007, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 04/2023 – Sistema de Registro de Preços**, realizado em 09 de março de 2023, às 08h30min, devidamente homologado, **RESOLVE**, registrar preços para aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme condições previstas no instrumento convocatório, o qual, juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar, estabelecida na Rua Dora, nº 626, Bairro Balneário Três Marias, no município de Peruibe, Estado de São Paulo, CEP 11.750-000, inscrita no CNPJ sob nº 03.127.904/0001-70, aqui representada pelo **Sr. SERGIO CARLOS TRONI**, inscrito no CPF nº 046.529.528-21, como segue:

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto desta ATA é o Registro de Preços da PROMITENTE, devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada, originária do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 04/2023, dos produtos abaixo descritos:

**ITENS**

Fornecedor: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP; CNPJ Nº 03.127.904/0001-70						
Item	Quant	Unidade	Descrição dos produtos	Marca	Preço Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
2	200	BOMBONAS	ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR, LÍQUIDO, EM FORMA DE FLUÍDO, DILUIÇÃO EM ÁGUA, MÍNIMO DE 1/6, BIODEGRADÁVEL, BAIXA TOXIDADE. EMBALAGEM EM BOMBONAS COM 50 LITROS.	PRUDEMPLAST / REMOCIL 180S	R\$ 883,56	R\$ 176.712,00
Total do Fornecedor TSC PONTUAL:						R\$ 176.712,00

1.2. As quantidades são estimativas para o período de validade desta ata, de acordo com a demanda, não se obrigando a SURG à aquisição total.

1.3. A SURG poderá, por meio do Departamento de Compras, adquirir o objeto da licitação de dois ou mais fornecedores que detenham preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do detentor e obedecendo a ordem de classificação das respectivas propostas.

1.4. A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, após a assinatura da ata.

1.5. O compromisso do fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Emissão da Ordem de Compras ou instrumento equivalente.



1.6. Cada fornecimento deverá ser prestado mediante solicitação por escrito, através da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento.

1.7. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Edital.

363

## 2. DO PREÇO

2.1. O valor global do objeto é de R\$ 176.712,00 (cento e setenta e seis mil, setecentos e doze reais).

2.2. Os valores a serem pagos à Detentora da Ata serão aqueles discriminados na proposta apresentada e que se sagrou vencedora do certame, conforme descrito no item 1 desta ata.

2.3. Os preços dos produtos /serviços são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta.

2.4. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transportes de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

## 3. CRITÉRIOS DE ENTREGA

3.1. As entregas deverão ser realizadas na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, Bairro Santana, em Guarapuava/PR, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação, sendo todas as despesas por responsabilidade da contratada, inclusive frete, carga e descarga, independentemente da quantidade solicitada.

3.2. A entrega do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade de utilização e conforme as solicitações do departamento de obras e técnico da SURG, mediante emissão de ordem de compras.

3.3. Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.

3.4. Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada, como também qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.

3.5. A SURG rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento efetuado em desacordo com os termos acordados no contrato. Caso sejam rejeitados os produtos, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo 5 (cinco) dias, por outros que atendam de forma satisfatória à contratação, sem ônus adicionais para a SURG.

3.6. Efetivada a contratação, a contratada assegura garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses dos produtos estocados, tendo que substituir o que por ventura venha a apresentar defeitos ou imperfeições, sem ônus adicional à SURG.

## 3.7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

a. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega/execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta;

b. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

## 3.8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS

### 3.8.1. Especificações para o Item 2 - ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR

3.8.1.1. O produto deve ser biodegradável, atóxico, de origem natural e possuir características que impeçam a aderência da massa asfáltica aos pneus dos equipamentos durante a compactação, com objetivo de proteger e lubrificar os pneus de rolos compactadores pneumáticos e veículos, podendo ser utilizado em reservatórios dos equipamentos ou em espargidores portáteis.

3.8.1.2. O produto deve proporcionar a diluição de, no mínimo, seis partes de água para uma do produto.

3.8.1.3. É obrigatória a identificação da embalagem através de rótulo com os dados do fabricante, responsável técnico, composição do produto, informações de segurança, número de lote, datas de fabricação e validade.

3.8.1.4. O produto deve atender a todas as normas de segurança e normas impostas pela ABNT e demais órgãos fiscalizadores em todos os níveis de governo (Federal, Estadual, e Municipal).



#### 4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.
- 4.2. A existência de preços registrados não obriga a SURG a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

#### 5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

- 5.1. Fica nomeada como GESTORA desta ata a **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeado o **Sr. JOSÉ SANTOS**, matrícula 140694, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.
- 5.2. Compete ao **Gestor de Ata** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.
- 5.3. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal de Ata**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

#### 6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1. As despesas decorrentes do fornecimento / prestação de serviços correrão a conta de recursos próprios da SURG.

#### 7. DOS PAGAMENTOS

- 7.1. O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do mês subsequente ao do recebimento e ou fornecimento do produto, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
- 7.2. A Detentora da Ata deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:
- a) Nota Fiscal Eletrônica: Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica: Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ata/contrato;
  - b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;
  - c) Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF.
- 7.3. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial ao Ministério do Trabalho.
- 7.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 7.5. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.
- 7.6. Os pagamentos dos fornecimentos efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.

SERGIO CARLOS  
Assinado de forma digital  
por SÉRGIO CARLOS  
TRONI:0465295  
TRON04652952821  
Dados: 2023.05.18  
17:15:40 -03'00'



7.7. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

7.8. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

7.8.1. Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constata a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.8.2. Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.

7.8.3. Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.9. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

8.1. Deverá fornecer o objeto contratado com observância rigorosa das condições desta Ata, do Edital e seus Anexos, prestando os serviços / fornecimento de acordo com as especificações, dentro do prazo estipulado e nas quantidades definidas na Ordem de Fornecimento/Serviço, os quais serão solicitadas de acordo com a necessidade durante o período de validade desta ata.

8.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

8.3. Deverá refazer os trabalhos que eventualmente apresentem defeitos ou desconformidade de especificação, sem ônus para a SURG e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.4. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Detentora da Ata pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

8.5. São igualmente de inteira responsabilidade todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do contrato e sua execução, com inteira exclusão de qualquer responsabilidade da SURG, sendo vedado qualquer tipo de reembolso.

8.6. Por qualquer forma de inadimplência da licitante vencedora da garantia total dos serviços executados, sem prejuízo do previsto neste instrumento e das responsabilidades administrativas, civil e criminal, observando o competente processo e a ampla defesa.

8.7. Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.

8.8. Manter atualizados os dados do preposto\* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(\*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1 Exercer a fiscalização da Ata verificando se os orçamentos com a discriminação dos serviços/produtos e a relação de peças a serem substituídas estão de acordo com o solicitado.

9.2 Notificar a Detentora da Ata por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto fornecido, fixando prazo para a sua correção.

9.3. Efetuar os pagamentos pactuados na Ata de Registro de Preços.

SERGIO  
CARLOS  
TRONI:0465295  
2821

Assinado de forma  
digital por SERGIO  
CARLOS  
TRONI:04652952821  
Dados: 2023.05.18  
17:15:36 -03'00'

## 10. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:



I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos.

10.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

10.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

10.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

10.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

10.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

10.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

## 11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pela SURG, quando:

I – a detentora descumprir as condições de ata de registro de preços;

II – a detentora não retirar a Ordem de Fornecimento/Serviço ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III – a detentora der causa ao cancelamento da ata de registro de preços;

IV – em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;

V – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto a sua atualização;

VI – por razões de interesse público devidamente fundamentado.

11.1.2. Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

SERGIO CARLOS  
TRONI:0465295  
2821  
Assinado de forma  
digital por SERGIO  
CARLOS  
TRONI:04652952821  
Data: 2023.05.18  
17:16:12 -03'00'



I - os preços registrados se apresentaram inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto a sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços;

III - houver o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Boletim Oficial do Município juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado na SURG.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nesta ata, no caso de interrupção dos serviços.

11.4. Cancelada a ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada àquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela SURG, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Boletim Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

## 12. DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços registrados na Ata serão publicados, no Boletim Oficial do Município e anexado no site da SURG.

## 13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis.

13.2. Nas hipóteses previstas nos arts. 144 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, poderá ser revisto o valor registrado ou contratado, para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, em conformidade com o contido no **Anexo II**.

13.3. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

13.4. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.5. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;

d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços, conforme item abaixo.

13.6. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:





I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;

**368**

III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura da sessão pública de proposta de preços;

IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

13.7. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência.

13.8. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico.

13.9. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

13.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatare:

I - ausência de elevação dos encargos do particular;

II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;

IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

13.11. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.12. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata adotar as medidas necessárias à revisão da ata, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.13. Compete ao Gestor da ata de registro de preços, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

13.14. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços."

13.15. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

13.16. É vedado à licitante contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital de licitação.

13.17. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, a proposta de preços da detentora.

SERGIO  
CARLOS

TRONI:04652  
952821

Assinado de forma  
digital por SERGIO  
CARLOS  
TRONI:04652952821  
Dados: 2023.05.18  
17:16:45 -03'00'

14.2. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, como o único competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

369

Guarapuava - PR, 17 de maio de 2023.

  
**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**

Diretor Administrativo

SERGIO CARLOS  
TRONI:0465295  
2821

Assinado de forma digital  
por SERGIO CARLOS  
TRONI:04652952821  
Dados: 2023.05.18  
17:17:06 -03'00'

  
**SANDRO ALEX RUSSO VALERA**

Diretor Técnico

**TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP**

Contratada

  
**SERGIO CARLOS TRONI**

Representante Legal

  
**JORGETE LACERDA**

Testemunha / Gestora da Ata

  
**JOSÉ SANTOS**

Testemunha / Fiscal da Ata



370 570

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 18/05/2023 18:04:21  
BRT  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Ata nº 15-2023 - TSC  
Pontual  
Comercial.docx.pdf  
3af2d7f8874df56bed6458d20  
c84716732d0a62b8acec66256  
1983a7839b59e9  
Resumo SHA256 do arquivo  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 8

## ▼ BR Assinatura por CN=SERGIO CARLOS

TRONI:\*\*\*529528\*\*, OU=66507054000156, OU=(EM  
BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Conformidade  
Estrutura da assinatura com o padrão (ISO  
32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 18/05/2023  
17:15:05 B  
Status dos atributos Aprovados

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOS

## ▶ Informações do assinante

Modo escuro

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO CARLOS

TRONI:\*\*\*529528\*\*, OU=66507054000156, OU=(EM  
BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

371



571

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	18/05/2023 17:15:26 BRT
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO CARLOS

TRONI:\*\*\*529528\*\*, OU=66507054000156, OU=(EM  
BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto



Data da assinatura

18/05/2023

Status dos atributos

17:15:40 BRT

Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

372  572

▶ Atributos

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO CARLOS

TRON:\*\*\*529528\*\*, OU=66507054000156, OU=(EM  
BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura

Destacada

Status da assinatura

Aprovado

Caminho de certificação

Aprovado

Estrutura da assinatura

Conformidade  
com o padrão (ISO  
32000).

Cifra assimétrica

Aprovada

Resumo criptográfico

Correto

Data da assinatura

18/05/2023

17:15:56 BRT

Status dos atributos

Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO CARLOS

TRON:\*\*\*529528\*\*, OU=66507054000156, OU=(EM  
BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura

Destacada

Status da assinatura

Aprovado

Caminho de certificação

Aprovado

Estrutura da assinatura

Conformidade  
com o padrão (ISO  
32000).

Cifra assimétrica

Aprovada

Resumo criptográfico

Correto

Data da assinatura

18/05/2023

373

17:16:12 BRT

Status dos atributos

Aprovados



573

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO CARLOS

TRONI:\*\*\*529528\*\*, OU=66507054000156, OU=(EM  
BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura

Destacada

Status da assinatura

Aprovado

Caminho de certificação

Aprovado

Estrutura da assinatura

Conformidade  
com o padrão (ISO  
32000).

Cifra assimétrica

Aprovada

Resumo criptográfico

Correto

Data da assinatura

18/05/2023

17:16:29 BRT

Status dos atributos

Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO CARLOS

TRONI:\*\*\*529528\*\*, OU=66507054000156, OU=(EM  
BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR



## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	18/05/2023
Status dos atributos	17:16:45 BRT
	Aprovados

1374



574

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

## ▼ BR Assinatura por CN=SERGIO CARLOS

TRONI;\*\*\*529528\*\*, OU=66507054000156, OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	18/05/2023
Status dos atributos	17:17:06 BRT
	Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

PREGÃO 04/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2023

OBJETO: Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

## **FASE RECURSAL**



**Pregão/Concorrência Eletrônica****576****■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões****INTENÇÃO DE RECURSO:**

Intenção de recurso, para a apresentação da certidão, seguindo o artigo 42/43 da lei 8666.

Fechar

**376**

**Pregão/Concorrência Eletrônica**

571

**\* Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões**

377

④

**RECURSO:**

EVOPAV - EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificada nos autos de processo administrativo de Licitação acima, assim como em nota de rodapé, neste ato através do seu presente legal, sócio administrador, JANUÁRIO SILVÉRIO DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR sob n.º 27.045, fone: (43) 99932-9666, vem, com o devido respeito e acatamento ante a elevada presença de Vossa Senhoria, em atenção ao contido na decisão do Pregão Eletrônico, no que se refere à INCORRETA INABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME, (EVOPAV), apresentar e como de fato apresenta no prazo legal, suas RAZÕES DE RECURSO, pelo que passo a expor e ao final requerer:

**DOS FATOS**

A SURG, através de seu Pregoeiro, tornou público o presente Pregão Eletrônico sob n.º 04/2023, com o objetivo: AQUISIÇÃO DE RECOMPOSITOR DE PISTA, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DO MATERIAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR.

Na data constante do presente Edital, iniciou-se o certame, constatou-se a presença das empresas participantes, e como já é de conhecimento, sagrou-se vencedora a empresa requerente EVOPAV EVOLUÇÃO EM ASFALTO;

Após cumpridas todas as formalidades legais, ato contínuo, a requerente fora declarada vencedora do certame, momento em que ao analisar as documentações, verificou-se a ausência da CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL, sendo, pois, com base no Edital, INABILITADA a recorrente, ou seja, "NÃO APRESENTOU OS DOCUMENTOS CUMPRINDO AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO EDITAL, oportunizado o prazo de três dias úteis para a apresentação das RAZÕES DE RECURSO;

E, em breve síntese, o relatório.

Pois bem!!

O Edital do Pregão estabelece os requisitos necessários alusivos à qualificação técnica do produto e da empresa, como requisito essencial a aquisição de um bom material;

Fácil se percebe que todos os requisitos foram cumpridos de forma satisfatória, tanto é verdade que a requerente já atendeu a empresa em situações pretéritas, não havendo até então qualquer reclamação quanto a qualidade, pontualidade nas entregas e ainda a atenção pós venda;

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

No tocante a qualidade técnica todas as exigências foram cumpridas;

Única e exclusivamente se dá a decisão da inabilitação a ausência de uma certidão de regularidade fiscal, entretanto, este, por si só, jamais poderá ser o fundamento legal para a empresa deixar de dar continuidade ao certame com a confecção e assinatura do contrato, ou seja, apenas neste momento da assinatura, a requerente DEVE necessariamente apresentar tal certidão;

Trata-se de uma falha simples, não podendo interferir ao bom andamento e finalização do processo licitatório;

No presente caso, poderia ser interpretado como excesso de formalidade, ou seja, as micro empresas e empresas de pequeno porte tem a faculdade de apresentar as certidões de regularidade fiscal até a data da assinatura do contrato;

Tanto é verdade que a aludida o Tribunal de Contas da União ao analisar uma situação como tal, decidiu em favor da micro empresas e empresas de pequeno porte, senão vejamos:

A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas somente deve ser exigida quando da assinatura do contrato com a Administração, consoante disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 Representação de licitante apontou possíveis irregularidades na Tomada de Preços nº 03/2011, conduzida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, que tem por objeto "a contratação de serviços de reforma do Campus de Arraial do Cabo". Alegou ter sido afastada indevidamente do certame em decorrência de débito para com a fazenda municipal, uma vez que, por ser microempresa, estaria obrigada a comprovar a regularidade fiscal somente quando da assinatura do respectivo contrato e não no curso do certame. O relator, em linha de consonância com a unidade técnica, considerou terem sido violados os comandos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, a seguir reproduzidos. Segundo o primeiro deles, "Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato". E: "Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa" - grifos do relator. Invocou ainda o art. 4º da Lei nº 10.664/2003, que regulamentou o tratamento favorável, diferenciado e simplificado para as



microempresas e empresas de pequeno porte, que reitera a faculdade de esses agentes comprovarem a regularidade fiscal somente quando da assinatura do respectivo contrato. O Tribunal, principalmente em face dessa ocorrência, ao acolher proposta do relator, decidiu determinar ao IFRJ que adote providências no sentido de anular a Tomada de Preços nº 03/2011 do IFRJ. Acórdão n.º 976/2012-Plenário, TC 034.666/2011-7, rel. Min. José Jorge, 25.4.2012.

Destarte, AUSENTE o motivo e a fundamentação legal para que o Ilustre Pregoeiro declarar A RECORRENTE como inabilitado;

No caso em comento NÃO se trata se uma ausência de documento exigido no edital, ou até mesmo uma irregularidade, eis que estamos diante, de uma situação em que pode de ser considerada como uma ausência de documento sanável;

Ressalto ainda que tal situação já fora enfrentada e em outras licitações;

Haja vista, a importância que o Princípio da Legalidade possui no ordenamento jurídico brasileiro, pois ele garante que ninguém é proibido de fazer algo que a lei não proíba. Entretanto a Administração Pública fica submetida à lei, ou seja, não pode fazer nada senão em virtude de lei, o que nos remete a entender que o Princípio da Legalidade é uma garantia constitucional e não um princípio individual, porém há divergências entre a doutrina.

Portanto, a análise será feita observando que o Princípio da Legalidade possui função fundamental no ordenamento jurídico brasileiro, sendo a condição de qualquer ato praticado pelo Administrador Público.

Assim, é dizer, o que deve importar é se o ato, apesar de praticado em desconformidade com a regra prevista na lei ou no edital, teve o poder de atender ao que se pretendiam quando fixada a exigência. E, em caso positivo, e, repita-se, inexistindo violação a princípios ou prejuízo a terceiros, não há falar em nulidade, OU SEJA, DIFERENTEMENTE, PERMANECENDO INABILITADA ERRONEAMENTE A RECORRENTE, SÉRIOS PREJUÍZOS SERIAM CAUSADOS A EMPRESA;

Diante do exposto requer:

Sejam acolhidas as RAZÕES DE RECURSO apresentadas, assim como acatados os argumentos trazidos a baila, definindo a requerente como vencedora do certame, DECLARANDO-A HABILITADA, PROTESTANDO PELA JUNTADA DA CERTIDÃO NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO;

Nestes termos  
Pede e espera  
DEFERIMENTO

Fecham:

### ■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

**CONTRA RAZÃO:**

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO E COMISSÃO ORGANIZADORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA – ESTADO DO PARANÁ

Pregão Eletrônico n. 04/2023

PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 18.375.607/0001-11, com sede e estabelecimento comercial na Rodovia Martin José Gonçalves, n. 395, bairro Sanga da Toca, CEP 88.913-899, município de Araranguá, estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu titular EDMAR CIRO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF n. 037.492.169-59 e RG n. 36540277, endereço profissional supracitado, vem, respeitosamente, perante o Ilustríssimo Pregoeiro e Comissão Organizadora, apresentar as devidas

## CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela licitante, ora recorrente, EVOPAC – EVOLUÇÃO EM ASFALTOS LTDA ME, em face da decisão de inabilitação da empresa, expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

## 1. DOS FATOS

Trata-se de compra pública perfectibilizada na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objeto a compra de recompositor de pista em atendimento as necessidades do Município de Guarapuava/PR.

Com a inabilitação já consabida, adveio Recurso Administrativo, a saber, meramente protelatório e sem quaisquer fundamentos que lhe sustentem, no seguinte saber: a) falta de certidões fiscais.

Como se passará a expor, carece de fundamentações o recurso interposto, eis que produz tão somente argumentos vagos e sem quaisquer provas concretas, motivo pela qual, ao final, pugna pelo reconhecimento e procedência da presente contrarrazões.

É a síntese do necessário.

## 2. PRELIMINARMENTE

## 2.1. Da multa por litigância de má fé – Recurso meramente protelatório

Ilustre Pregoeiro, chega a beirar o absurdo o recurso interposto pela recorrente, eis que traz consigo argumentos vagos e sem quaisquer relevância.

Tenta convencer a todos que sua falta de atenção, isto é, a ausência de documento, é excesso de formalismo. Ora, caso assim o fosse, todos levaríamos documentos sob demanda, sem qualquer regimento ou normativa editalícia se cumprir.

Traz em seu intuito a seara de atrasar e obstruir o andamento regular do certame, com recurso sem fundamentação jurídica consistente ou plausível. Por certo afirmar que tal conduta viola os princípios da boa-fé, da eficiência e da celeridade processual, prejudicando a Administração Pública e os demais licitantes.

Diante desses argumentos, solicitamos à autoridade competente que avalie a natureza protelatória do recurso interposto e tome as medidas cabíveis para coibir essa conduta antijurídica.

É imprescindível que a Administração Pública adote uma postura enérgica contra recursos manifestamente protelatórios, a fim de garantir a eficiência, a transparência e a lisura dos processos licitatórios.

### 3. DO DIREITO

Quanto as razões propriamente ditas, aduz o recorrente que a falta das certidões de regularidade fiscal. Pois bem.

A premissa poderia se resumir em apenas uma frase: O edital é lei entre as partes. Nessa toada, bem claro o Edital:

Com a devida vênia, a empresa recorrente tenta levar o Pregoeiro e sua equipe de apoio ao erro, fazendo um verdadeiro contorcionismo interpretativo da legislação a fim de mudar as regras do presente certame após um resultado a ela desfavorável.

O não preenchimento dos requisitos atrapalha o regular andamento do processo licitatório podendo, a depender do caso, trazer prejuízos ao Órgão Licitante. A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe relembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993:

"Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão "estritamente vinculada". Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos."

Consonante a Isso, contrariando o recorrente, têm-se no artigo 43 da Lei Complementar 123/06:

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.







## DECISÃO DO RECURSO – PREGOEIRO

381

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 04/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 05/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

**Objeto:** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para, conforme especificações constantes neste edital e no seu **Anexo I**, a saber:

- (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e
- (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

A Pregoeira da SURG Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava no exercício das suas atribuições regimentais designadas pela Portaria nº 03/2023 e por força dos art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; art. 8º, inciso IV do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e, subsidiariamente o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG, decide para os fins administrativos a que se destinam suas considerações às razões acerca do Recurso interposto pela licitante **EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA – ME**, em relação ao pregão presencial em epígrafe.

### 1) Resumo do Processo

Na data e horário marcados foi iniciada a sessão pública para abertura do processo licitatório em suas respectivas fases, credenciamento, proposta de preços e análise das amostras e dos documentos de habilitação.

O edital possuía 2 itens, sendo o item 01 MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG e o item 02 ANTIADERENTE PARA PNEUS DE ROLO COMPACTADOR, LÍQUIDO, EM FORMA DE FLUÍDO, DILUIÇÃO EM ÁGUA, MÍNIMO DE 1/6, BIODEGRADÁVEL, BAIXA TOXIDADE. EMBALAGEM EM BOMBONAS COM 50 LITROS.

A licitante TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, apresentou para o item 02 proposta, amostra e documentos de habilitação de acordo com o edital, razão pela





qual foi declarada habilitada para o fornecimento do item, dessa forma, o item 02 não será objeto de análise nessa decisão de recurso.

382

Para o item 01, que trata-se de MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG, 6 (seis) empresas apresentaram propostas de preços de acordo com o edital.

Na fase de lances, a licitante EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA – ME., ora recorrente, ofereceu o menor preço para o item, dessa forma essa pregoeira a convocou para a apresentação da amostra conforme solicitado no item 7.5 do edital, sob pena de não aceitação da proposta caso a amostra não fosse aprovada.

Atendendo a convocação a recorrente apresentou a amostra no prazo estabelecido, na sequência especificamente no dia 21/03/2023, a amostra foi analisada e aprovada pela comissão de análise conforme relatório de fol. 237 do presente processo.

Sendo assim, de acordo com o estabelecido no item 7.5 do edital, essa pregoeira retornou a sessão de pregão e aceitou a proposta no dia 23/03/2023, vejamos chat do pregão:

Pregoeiro	23/03/2023	Informo a todos que as amostras dos dois itens da licitação foram
	14:13:17	aprovadas pela comissão

Nesse momento essa pregoeira passou para a fase de habilitação das licitantes TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA., primeira colocada no item 2 e EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA – ME., primeira colocada no item 1.

A TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA fora habilitada pois atendeu os requisitos do edital. Porém, nos documentos da licitante EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA – ME, duas certidões encontravam-se vencidas. Sendo a Certidão negativa de débitos federais solicitada no item 8.7.2. do edital e a certidão negativa de débitos municipais solicitada no item 8.7.4 do edital, dessa forma a equipe de apoio tentou emitir novas certidões e não foi possível no sites.

Assim, essa pregoeira, no dia 23/03/23 às 15H10m, solicitou à licitante EVOPAV – EVOLUÇÃO EM ASFALTO LTDA – ME., novas certidões vigentes e concedeu o prazo de um dia. No dia seguinte a recorrente apresentou apenas a certidão do item 8.7.4 do edital e requereu o prazo de 5 dias úteis para apresentar a certidão do item 8.7.2., justificou que era EPP e detinha esse benefício.



Verificado que realmente a licitante é EPP, foi concedido o prazo de 5 dias úteis, de acordo com o previsto no item 8.17 do edital, para a regularização dos documentos fiscais.

383

Findo esse prazo, no dia 31/03/2023, a pregoeira retornou a sessão e foi constatado que a licitante não tinha enviado o documento faltante, solicitado a recorrente e a mesma solicitou novamente o prazo de mais 5 dias úteis para a apresentação da certidão federal.

A pregoeira informou a recorrente que o prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, por sua vez a recorrente justificou da seguinte forma:

14.115.466/ 31/03/2023 justificativa: devido ao uma liquidação de forma errônea do imposto  
0001-47 não possível aliberação automática da certidão federal, porém já  
14:28:35 consta regularizada aguardandoliberação da receita.

Diante da justificativa essa pregoeira concedeu mais 5 dias úteis para a apresentação da certidão federal.

Porém, mais uma vez findou esse prazo, o prazo findou-se no dia 10/04/2023 e a licitante não apresentou o documento solicitado, diante da inércia da licitante, essa pregoeira solicitou novamente o documento faltante via chat vejamos:

Pregoeiro	10/04/2023 16:46:37	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Senhor fornecedor, solicito informações respeito da certidão que esta pendente?
regoeiro	10/04/2023 16:54:58	Para EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA - Concedo o prazo de 15 minutos.

A licitante explicou o seguinte: *foi solicitado para a RECEITA FEDERAL a liberação com urgência da Certidão, porém eles solicitaram um prazo maior devido ao feriado, estendo-se o prazo até 15/04/2023.*

Tendo em vista que já tinha sido concedido o prazo de 5 dias úteis duas vezes e a licitante não tinha apresentado a certidão de forma regular, não restou alternativa a essa pregoeira a não ser a INABILITAÇÃO da recorrente com o consequente chamamento da segunda colocada no item.

Inconformada com a decisão da pregoeira, a licitante manifestou a intenção de interpor recurso, motivando da seguinte forma *"Intenção de recurso, para a apresentação da certidão, seguindo o artigo 42/43 da lei 8666"*.

Assim sendo, essa pregoeira abriu o prazo para a interposição de recurso.

## 2) DO REGISTRO DAS MANIFESTAÇÕES DA EMPRESA RECORRENTE

Em resumo a recorrente argumenta que:

*Única e exclusivamente se dá a decisão da inabilitação a ausência de uma certidão de regularidade fiscal, entretanto, este, por si só, jamais poderá ser o fundamento legal para a empresa deixar de dar continuidade ao certame com a confecção e assinatura do contrato ou seja,*





apenas neste momento da assinatura, a requerente DEVE necessariamente apresentar tal certidão.

Trata-se de uma falha simples, não podendo interferir ao bom andamento e finalização do processo licitatório;

No presente caso, poderia ser interpretado como excesso de formalidade, ou seja, as micro empresas e empresas de pequeno porte tem a faculdade de apresentar as certidões de regularidade fiscal até a data da assinatura do contrato;

Ao final requereu que:

Sejam acolhidas as RAZÕES DE RECURSO apresentadas, assim como acatados os argumentos trazidos a baila, definindo a requerente como vencedora do certame, DECLARANDO-A HABILITADA, PROTESTANDO PELA JUNTADA DA CERTIDÃO NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO;

### 3) DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO

Foi disponibilizado o recurso para a empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA, que foi a segunda colocada no item 01 e consequentemente habilitada para o item.

A empresa empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA apresentou contrarrazões no seguinte sentido:

A premissa poderia se resumir em apenas uma frase: O edital é lei entre as partes.

Nessa toada, bem claro o Edital:

Com a devida vênia, a empresa recorrente tenta levar o Pregoeiro e sua equipe de apoio ao erro, fazendo um verdadeiro contorcionismo interpretativo da legislação a fim de mudar as regras do presente certame após um resultado a ela desfavorável.

O não preenchimento dos requisitos atrapalha o regular andamento do processo licitatório podendo, a depender do caso, trazer prejuízos ao Órgão Licitante. A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe relembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993:

"Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão "estritamente vinculada". Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos."

Consonante a isso, contrariando o recorrente, têm-se no artigo 43 da Lei Complementar 123/06:

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Grifo nosso). [...]

Como visto, é unânime o entendimento de que a empresa amparada pela benesse deverá colacionar os documentos, ainda que vencidos, logicamente, não é o caso, eis que sequer apresentou o documento.

Jacoby Fernandes (2007) também possui o mesmo entendimento, conforme exposto abaixo:

Em primeiro plano, note-se que o legislador define no art. 42 o momento da comprovação da regularidade fiscal, estabelecendo que somente será exigida a regularidade no ato da contratação. No art. 43, esclarece que deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal. Significa dizer, com ênfase a expressão toda, que não pode ser apresentada a comprovação parcial. Mesmo existindo restrições, todos os itens devem ser apresentados, pois a norma vai admitir o saneamento, não a complementação dos documentos. (Grifo nosso)





*Ainda, ensina Marçal Justen Filho:*

*Portanto, o benefício reside não na dispensa de apresentação de documentos de regularidade fiscal. Nem se trata da dilação quanto à oportunidade própria para exibição dos documentos. O que se faculta é a desnecessidade de perfeita e completa regularidade fiscal no momento da abertura ou de julgamento do certame. Em outras palavras, o benefício outorgado às pequenas empresas, no âmbito da habilitação, está sintetizado no parágrafo 1º do art. 43: trata-se da faculdade de regularização dos defeitos existentes e comprovados nos documentos de regularidade fiscal apresentados na oportunidade devida pela pequena empresa. Daí se segue que o licitante que tiver deixado de apresentar documento de regularidade fiscal, exigido no ato convocatório, deverá ser inabilitado (in O Estatuto da Microempresa e as Licitações Públicas, 2º Ed, São Paulo: Dialética, 2007, p. 67). (Grifo nosso)*

*Noutro ponto, importante destacar que o legislador remeteu ao momento de assinatura do contrato a prova de regularidade fiscal e trabalhista somente, no entanto, a participação no certame permaneceu vinculada à apresentação dos documentos previstos na lei e no edital.*

*Demais disso, as Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos são bastante elucidativas no que se refere à necessidade de vinculação não só do certame, mas também do próprio contrato e de sua execução ao instrumento convocatório.*

*Portanto, em atenção aos princípios basilares que regem a administração pública, bem como a legislação complementar específica, cumpridos na sua totalidade e sem distinções, bem como a elucidação por completo do fato em apreço, requer-se a admissibilidade da presente contrarrazões, com a consequente improcedência do recurso administrativo.*

#### **4) DA ANÁLISE**

O edital de pregão nº 004/2023, prevê o prazo de 5 dias úteis para interposição de recurso. Vejamos:

**9.2.3.** Uma vez admitido o recurso a recorrente terá a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 5 (cinco) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O término da sessão do pregão ocorreu em 04/05/2023 e a empresa recorrente apresentou suas razões dentro do prazo estabelecido no item 9.2.3 acima, constatamos que o recurso é tempestivo, razão pela qual merece no seu mérito ser analisado.

No mais, constatamos o preenchimento dos demais pressupostos recursais, uma vez que a recorrente foi inabilitada na sessão, (requisito da sucumbência), tem legitimidade para a interposição do recurso (requisito de legitimidade), a recorrente é parte interessada na interposição do recurso, pois se sentiu prejudicada, bem como, tem o interesse em provocar a administração a fim de rever seus atos, com a devida motivação, conforme argumentos apresentados nas razões de recurso, ou seja, preenche as regularidades formais exigidas em lei, atendendo assim, todos os pressupostos recursais, merecendo a devida análise do recurso.

**Pois bem, argumenta a recorrente que foi inabilitada por não apresentar certidão de regularidade federal no momento da habilitação, que o pregoeiro agiu equivocadamente porque ela é EPP, o que lhe concede o direito de apresentar os documentos de regularidade somente no momento da assinatura do contrato.**





Analisando novamente os autos do processo, verifica-se que a decisão tomada por essa Pregoeira de inabilitação da recorrente no momento do certame vem em conformidade com as regras postas no edital de licitação. E se encontra totalmente de acordo com o que determina o artigo 41 da lei 8666/93: *Art. 41. A Administração e os licitantes não podem descumprir as normas e as condições do edital ao qual se acham estritamente vinculados.*

Assim sendo, o documento solicitado parte da habilitação da licitante e deveria ser anexado ao sistema até a data e horário previstos para início da sessão, vejamos trecho do edital:

**8.4.** Toda a documentação para fins de habilitação deverá ser anexada ao sistema até a data e horário previstos para início da sessão, conforme item 8.6 deste edital, de modo que somente será verificada pelo pregoeiro a documentação daqueles licitantes declarados detentores de melhor oferta após a fase de disputa por lances.

**8.4.1.** Quando não enviado a documentação pela licitante no sistema do Comprasnet o Pregoeiro poderá (a seu critério) consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLT/MPOG nº 3, de 2018.

**8.4.1.1.** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF ou as enviadas via sistema comprasnet.

**8.4.1.2.** Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 04 (quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**8.5.** Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista e qualificação econômico financeira e técnica nas condições seguintes:

**8.6. Habilitação jurídica (...)**

**8.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista (...)**

**8.7.2.** Prova de regularidade com relação aos Tributos Federais e para com a Dívida Ativa da União;

Não estando regular a documentação a pregoeira e sua equipe de apoio poderiam consultar os sítios oficiais emissores de certidões e não logrando êxito poderiam conceder no prazo de 04 (quatro) horas para a licitante apresentar novo documento de forma regular. E assim, a pregoeira fez, concedeu o prazo de 1 (um) dia para a licitante apresentar novo documento, não o suficiente concedeu mais 10 (dez) dias úteis para a apresentação da certidão, atendendo solicitação da recorrente.

Como a licitante não apresentou o documento de forma regular, a pregoeira inabilitou a recorrente, pois, a recorrente não atendeu o edital.

Dispões o edital da seguinte forma:

**8.14.** *Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.*

O Edital da licitação tem força legal e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo se respeitado, nesse sentido a pregoeira não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.



**SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava**

**Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon**

**CNPJ 75.646.273/0001-07**

**387**

**587**

Além do mais, o edital não prevê a possibilidade da apresentação das certidões de regularidade fiscal somente na assinatura do contrato conforme argumenta a recorrente.

Tendo em vista que a licitação tem por objetivo garantir a observância dos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade e, na busca de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, cumprindo integralmente todos os demais princípios da administração pública. Assegurando-se, em condições de igualdade, oportunidade a todos os interessados em contratar com o poder Público, essa Pregoeira seguiu fielmente todas as regras dispostas no edital de licitação, razão pela qual mantém-se a decisão de inabilitação da recorrente e encaminha ao departamento jurídico para uma análise mais aprofundada da questão.

#### **4) DA CONCLUSÃO**

Ante o exposto, esta Pregoeira RECEBE o recurso apresentado pela licitante, pois presentes estão os requisitos de admissibilidade e, no mérito, DECIDE pela IMPROCEDÊNCIA do recursos, mantendo a decisão tomada no certame, conforme o exposto anteriormente, porém encaminho o presente processo para o jurídico analisar.

**Guarapuava - PR, 23 de maio de 2023.**

  
**Leiliane Ap. Santos Gaspar**  
Pregoeira da SURG



PREGÃO 04/2023  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2023

OBJETO: Registro de preços para, a saber: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

# **PARECER JURÍDICO**

## DEPARTAMENTO JURÍDICO SURG

389

PREGÃO ELETRÔNICO nº 04/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2023

INTERESSADO: Departamento de Licitação / departamento Técnico

**OBJETO:** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para registro de preços para: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto

## PARECER nº 34/2023

Vem para este Departamento Jurídico, **para análise jurídica final complementar**, em conformidade com a alínea “g”, §único do art. 15 e art. 24, ambos Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, os autos de processo de licitação em epígrafe, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, pelo sistema de registro de preços, visando o registro de preços para: (i) aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos; e (ii) aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, conforme condições descritas no termo de referência, anexo I do Edital.

O valor total máximo admitido para este Pregão Eletrônico foi de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais), conforme consta do item 6, do termo de referência – fls. 06 e 45, das requisições preliminares nº 94 e 99, respectivamente. O valor máximo estimado do contrato correu sob sigilo, nos moldes previsto no art. 18, do Regulamento Interno da SURG.

Conforme se infere das fls. 561, em 16/05/2023, houve a homologação parcial dos atos pertinentes ao presente pregão eletrônico, especificamente em relação ao item 2, do anexo I, do edital, que tem por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto, pelo Diretor Administrativo da SURG, devendo, assim, ser adjudicado à empresa vencedora o item segue:

- **ITEM 01** - líquido, em forma de fluido, diluição em água, mínimo de 1/6, biodegradável, baixa toxicidade, embalagem em bombonas com 50 litros, para a empresa TSC Pontual Comercial e Distribuidora Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.127.904/0001-70, pelo valor de R\$ 883,56 (oitocentos e oitenta e três reais, cinquenta e seis centavos).

Em síntese é o relatório.



589

## II. FUNDAMENTAÇÃO



### 1. Preliminar

A manifestação produzida pela assessoria jurídica, na forma estatuída pela alínea "g", §único do art. 15 e art. 24, ambos Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, é obrigatória, mas não vinculativa para o gestor da entidade estatal, que pode dela discordar, desde que apresente as razões de fato e de direito que lhes dê sustentação.

Ressalte-se que não há como se produzir orientação jurídica condicionada ao seu cumprimento quando tal orientação não é vinculativa, ou seja, quando seu cumprimento não é impositivo.

Pode a assessoria jurídica, visando dar cumprimento ao princípio da celeridade processual e, assim, evitar que o processo licitatório ou da contratação direta, contendo as respectivas minutas, retorne para nova análise a partir da orientação jurídica exarada, proceder a exame e aprovação desses instrumentos com ressalvas, devidamente fundamentadas. O gestor público pode acolhê-las ou não, motivando a decisão neste último caso. Se acolhidas, elas passam a integrar a própria motivação do gestor. Aprovar minuta com ressalvas não significa produzi-la para a Administração.

À assessoria jurídica compete examiná-la na integralidade e aprová-la, se condizente com as normas de regência. Se ressalvas forem feitas, cumpre à assessoria jurídica motivá-las, apresentando, inclusive, proposta de redação para alguns de seus dispositivos ou cláusulas, conforme a norma de regência aplicável, cuidando-se para que a proposição não adentre no campo da oportunidade e conveniência do gestor.

### 2. Introdução

O presente processo licitatório foi realizado na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item.

O pregão trata-se de uma modalidade de licitação pública. De acordo com a Lei nº 13.333/2016, art. 35, inciso IV, deverá ser adotado preferencialmente a modalidade de licitação denominada pregão, instituída através da Lei nº 10.520/2002, que, em seu art. 1º, dispõe que essa modalidade constitui uma faculdade posta à escolha do administrador público para a aquisição de bens e serviços comuns.

O legislador dividiu o pregão em duas fases: a interna, ou preparatória, na qual se desenvolvem os atos iniciais, e a externa, iniciada pela divulgação do ato convocatório, seguida do julgamento e terminada com a assinatura do contrato.

No Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG – aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, o pregão tem sua previsão no at. 65 e seguintes.

### 3. Da fase preparatória ou interna





Na fase preparatório ou interna, a qual abrange os elementos preparatórios do certame, tais como justificativa do setor solicitante e autorização para abertura da licitação, definição do objeto, pesquisa de preços / orçamento, designação do pregoeiro e equipe de apoio, bem como análise do conteúdo do Termo de Referência, do Edital e seus anexos, incluindo o critério de julgamento pelo menor preço por item, foram cumpridas todas as determinações legais, conforme Parecer Jurídico Prévio nº 012/203 (fls. 133-139), exarado por esta assessora jurídica, Samira Karam Semaan, BEM COMO PELA AUTORIZAÇÃO DO Diretor Administrativo da SURG ( fl. 140).

Registre-se ainda, que os atos preparatórios foram realizados pelo pregoeiro e equipe de apoio, designados através da Portaria nº 19/2022 (fls. 90), com a devida autuação, protocolo e numeração do processo, atendendo a ordem cronológica dos documentos.

#### **4. Fase externa**

A fase externa tem início com a divulgação do ato convocatório e vai até a contratação do fornecimento do bem, da execução da obra ou da prestação dos serviços.

##### **4.1. Publicação**

A publicação do instrumento convocatório é o meio de divulgação da existência da licitação. Efetiva-se com a publicação do aviso, que se caracteriza como o ato de comunicação pelo qual se dá ciência da abertura do pregão, a fim de que os interessados possam apresentar suas propostas, providenciar os documentos de habilitação hábeis à sua participação no certame licitatório e providenciar, querendo, o credenciamento de representante seu na licitação.

Nos termos dos artigos 60 e 61, inc. I, alínea "a", ambos do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, a convocação dos interessados ocorreu por meio de aviso, publicado, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a saber: (i) site Oficial da SURG – em 27/02/2023 (fl. 185) e ; (ii) no Diário Oficial do Município, em 24/02/2023 (fl. 183); no átrio da SURG, em 24/02/2023 (fl. 1820; e, no site do Tribunal de Contas do Paraná, em 24/02/2023 (fl. 184).

Ainda, cumprindo o disposto do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002 e §1º do art. 60, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, no aviso de licitação publicado pelos meios acima especificados consta o objeto da licitação, a indicação do local, dia e horário em que pode ser obtida a íntegra do Edital, bem como o dia e horário para o recebimento e abertura das propostas e do início da sessão de disputa de preços.

##### **4.2. Da impugnação ao Edital**

Oportunizado aos interessados prazo para impugnação/esclarecimentos ao conteúdo do Edital, a empresa Lider Asfalto Rápido EIRELI apresentou questionamentos em relação as exigências contidas no edital (fls. 189-196), especificamente quanto ao item 3.2 do



anexo I do edital, no sentido de ser suprimido o prazo de emissão de 12 meses, do laudo ali requisitado.

Ouvido o setor técnico da SURG (fl. 197), a impugnação foi recebida e julgada procedente (fls. 198-200), razão pela qual foi publicada a errata de retificação do edital (fl. 201-208), mantendo-se, contudo, a data de abertura do certame, já que referida alteração não influenciou na elaboração da proposta.

#### **4.3. Credenciamento**

Nos termos do item 3 e seguintes do Edital os interessados em participar do pregão deveriam credenciar-se perante o Pregoeiro, visando a comprovação de poderes para a formulação de propostas e a prática dos demais atos de atribuição dos licitantes. Assim, foram credenciadas as seguintes empresas:

1. PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA;
2. TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA;
3. RAJ Industria e Pavimentacoes Ltda;
4. EVOPAV - EVOLUCAO EM ASFALTOS LTDA;
5. SC ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA;
6. LIDER ASFALTO RAPIDO LTDA;
7. H R CORTES LTDA;
8. CLENEX COMERCIO E SERVICOS LTDA

#### **4.4. Sessão do pregão**

Aberta a sessão, as participantes apresentaram suas propostas para os itens licitados.

No caso em tela, foram respeitadas as disposições da Lei nº 10.520/2002, do RILCC da SURG, bem como a Lei Complementar nº 123/2006.

#### **4.5. Habilitação**

A empresa EVOPAV - Evolução em Asfalto Ltda, declarada vencedora para o item 1, do anexo I do edital (massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos), constantes no Relatório da Comissão, de acordo com a decisão do pregoeiro, não cumpriu com as exigências editalícias, previstas no item 8 do Edital, quanto ao prazo de validade das certidões negativas de débito municipal e de débito federal, durante a fase de habilitação do certame, sendo que lhe foi concedido o prazo de 10 dias para regularização e apresentação dos documentos, conforme disposto no item 8.17 do edital.

Não obstante o prazo acima referido e a prorrogação concedida pelo pregoeiro, para apresentação da documentação acima mencionada, dentro do prazo de validade

compatível com o tramite da fase de habilitação, o licitante vencedor deixou transcorrer o prazo *in albis* para a CND federal, razão pela qual foi declarado inabilitado e deu-se início às negociações com a segunda classificada, a saber, Pavsul Asfaltos e Pavimentações Ltda.

Após preenchidos todos os requisitos necessários à espécie, em 04/05/2023, a empresa supra, Pavsul, foi habilitada no certame e, em ato contínuo, foi aberto o prazo para recurso.

#### **4.6. Fase recursal**

Devidamente oportunizado prazo para a interposição de recurso, após a declaração do vencedor, nos termos do inciso XIV<sup>1</sup> do art. 64, do RILCC da SURG, houve manifestação nesse sentido, pela empresa EVOPAV - Evolução em Asfalto Ltda, sendo concedido o prazo de 05 dias úteis para apresentação das razões de recurso, o qual expirou somente em 11/05/2023.

Em suas razões de recurso a empresa EVOPAV alega que, em síntese:

- (i) A inabilitação da licitante, por ausência de Certidão Negativa de Débito Fiscal, deveria se dar, única e exclusivamente quando da assinatura do contrato, tendo em vista que, quando da data de abertura do certame, referida certidão se encontrava dentro do prazo de validade;
- (ii) A ausência da certidão supra, no caso vertente, tratou-se de irregularidade meramente formal, que poderia ter sido suprida quando da assinatura do contrato, configurando-se assim, a a decisão da pregoeira como excesso de formalidade.

Em contrarrazões de recurso, a empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA, alega que, em síntese, que o edital faz lei entre as partes, sendo assim, a participação no certame permaneceu vinculada à apresentação dos documentos previstos na lei e no edital.

A Pregoeira, em decisão devidamente fundamentada, recebeu o recurso apresentado pela empresa recorrente, pois que verificou o preenchimentos dos requisitos de admissibilidade do recurso e, no mérito, negou provimento.

No caso vertente, não assiste razão ao recorrente, veja-se:

- (i) O artigo 42, da Lei Complementar Federal 123/2006, prevê que:

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de **REGULARIDADE FISCAL** das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para **efeito de assinatura do contrato**. (Grifou-se)

<sup>1</sup> "Art. 64. (...)

XIV - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;"



Percebe-se, pela leitura do artigo, que a regularidade fiscal somente será exigida para assinatura do contrato. O artigo 43, por sua vez, dispõe que:

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, DEVERÃO apresentar TODA a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL, MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO. (Grifou-se)

Note que, de acordo com o artigo 43, a Micro ou Pequena Empresa somente poderá se valer do benefício se ela apresentar toda a documentação exigida em edital, o que aconteceu no caso vertente, com a apresentação da CND federal válida até a data de abertura do certame, ou seja, posteriormente a essa data, a CND possuía restrições, razão pela qual deixou transcorrer o prazo de 10 dias úteis, conferidos para regularização, *in albis*.

Para melhor elucidação do tema, faz-se mister esclarecer que a restrição, no caso de documentos fiscais, como *in casu*, é o fato em que o empresário possui Certidão Negativa, tudo regular, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa. Essa é a regra para se participar e ser contratado em licitações. No caso, as Micro e Pequenas Empresas podem se valer desse direito, abrindo-se a possibilidade de que elas participem do certame mesmo estando com certidões positivas, ou seja, com algumas restrições. A Micro e Pequena Empresa pode disputar a licitação estando em situação positiva e, dado o prazo de regularização, ela poderá transformar a Certidão Positiva em Negativa ou em Positiva com Efeitos de Negativa, viabilizando sua contratação.

Contudo, conforme já esclarecido acima, a recorrente não se desincumbiu em apresentar a certidão devidamente regularizada, mesmo em lhe sendo concedido o prazo previsto no §1º:

1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Grifou-se)

Assim, de acordo com o texto legal supra, o prazo que o licitante tem para regularização é de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por mais 5 (cinco) dias úteis. A legislação do parágrafo primeiro deixa claro que para comprovar a regularidade tem-se que apresentar a certidão, seja ela positiva ou com efeitos de negativa. Então, esse é um ponto decisivo para a desclassificação da recorrente. Veja-se o §2º do artigo:

§2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes



remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.  
(Grifou-se)

392

Se até o prazo conferido pelo pregoeiro o empresário tivesse sanado as pendências apresentadas, com a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativa, ele poderia ter sido considerado habilitado.

#### 4.7. Adjudicação

Cumpridas as formalidades legais anteriores, houve adjudicação do objeto da licitação à licitante constante no **Relatório da Comissão**, conforme Atas de Sessão Pública do Pregão.

#### 4.8. Da homologação

Considerando o exposto, opino pela ratificação da decisão da pregoeiro e, conseqüentemente, à homologação parcial do certame, referente ao item 1, do anexo I, do edital, que tem por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos.

Trata-se, *in casu*, de licitação por itens que, em respeito ao princípio da economicidade e da eficiência administrativas, foram reunidos num mesmo certame, com objetos diversos, que poderiam ser licitados separadamente, empreendendo-se, em tese, maior agilidade e economia na seleção da melhor proposta para a Administração. Em síntese, em um único edital, foram reunidas, por discricionariedade administrativa, tantas licitações quantos forem os itens que a SURG necessite, pois que cada um deles é considerado como uma licitação autônoma, com regramento próprio e existência distinta das demais licitações que integram o mesmo edital, de modo que, ao final, serão firmados tantos contratos e atas de registro de preço quantos forem os itens adjudicados.

A homologação individualizada dos itens decorrentes de um mesmo edital encontra amparo, também, nas lições de Marçal Justen Filho, cujo conteúdo abaixo transcrevemos:

A licitação por itens deriva do interesse em economizar tempo e recursos materiais da Administração Pública, agilizando a atividade licitatória. Na licitação por itens, há um único ato convocatório, que estabelece condições para a realização de certames, que se processarão conjuntamente, mas de modo autônomo. O ato convocatório discrimina diferentes objetos, cada qual considerado como um "item". A autonomia se revela pela faculdade outorgada aos licitantes de produzir propostas apenas para alguns itens. Os requisitos de habilitação são apurados e cada proposta é julgada em função de cada item. Há diversos julgamentos, tanto na fase de habilitação quanto na de exame de propostas. Mesmo que materialmente haja um único documento, haverá tantas decisões quantos sejam os itens objeto de avaliação.

Na licitação por itens, a interposição de recursos ou outros incidentes produzem efeitos limitados ao âmbito da controvérsia. Se determinados itens não forem objeto de impugnação, discordância ou recurso, nada impede que o certame tenha seguimento em relação a eles. O próprio ato convocatório deverá prever essa solução, determinando a possibilidade de desdobramento dos autos. Isso permitirá, sob o ângulo prático, o desenvolvimento concomitante de diferentes procedimentos. Assim, poderá promover-se a continuidade da licitação relativamente a certos itens (que não foram objeto de divergência), enquanto se processa recurso administrativo quanto a outros.(...)



(P)

392

Por outro lado, deve admitir-se a possibilidade de conclusão exitosa do certame relativamente apenas a certos itens. Isso significa realizar a adjudicação "parcial", ao final do certame. Rigorosamente, a expressão adjudicação parcial é incorreta. Como cada item envolve um certame autônomo, isso produz julgamento específico. Logo, a adjudicação deve tomar em vista cada item, o que possibilita reputar-se que o resultado da licitação seja conveniente apenas quanto a alguns itens e não quanto a outros. A adjudicação quanto a apenas alguns itens é "parcial" apenas quando se considera o todo do certame. Se considerado cada item, a adjudicação ou é produzida totalmente ou é recusada integralmente.<sup>2</sup>

### III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesta-se esta assessora pela regularidade do presente certame licitatório, autuado sob Pregão Presencial nº 04/2023, tendo em vista o atendimento, por parte do pregoeiro e equipe de apoio, dos requisitos procedimentais estabelecidos pela Lei nº 10.520/2002, e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG – aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, cabendo a homologação parcial do certame, referente ao item 1, do anexo I do edital, que tem por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos, pelo Diretor Administrativo da SURG.

É o parecer.

Guarapuava, 29 de maio de 2023.

SAMIRA KARAM SEMAAN

Assinado de forma digital por SAMIRA

KARAM SEMAAN

Dados: 2023.05.29 13:39:15 -03'00'

SAMIRA KARAM SEMAAN – OAB/PR 22.935

Assessora Jurídica

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15. ed. Pág. 310/311. São Paulo, Dialética, 2102.

**TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL****393**

**Acolho as conclusões do PARECER nº 34/2023**, de autoria da Assessora Jurídica da SURG, Samira Karam Semaan, pelos motivos de fato e de direito ali consignados, para, pelos poderes a mim conferidos no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG – aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 31/01/2019, **HOMOLOGAR PARCIALMENTE** os atos pertinentes ao Pregão Presencial nº 04/2023 (processo administrativo nº 05/2023), especificamente em relação ao item 1, do anexo I, do edital, que tem por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos, pelo Diretor Administrativo da SURG, devendo, assim, ser adjudicado à empresa vencedora, Pavsul Asfaltos e Pavimentações Ltda, o referido item.

Restitua-se o presente expediente ao pregoeiro para conhecimento e adoção dos ulteriores termos necessários à espécie, na forma preconizada na legislação e normativos aplicáveis ao caso.

Guarapuava, 29 de maio de 2023.



**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO**





COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

584

394

P

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**

Pregão Nº 00004/2023 (SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

Às 13:55 horas do dia 16 de maio de 2023, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 5, Pregão nº 00004/2023.

**Resultado da Homologação**

**Item: 1**

**Descrição:** Betume

**Descrição Complementar:** Betume Composição: Material Betuminoso , Tipo: Asfalto , Aplicação: Pavimentação , Viscosidade Cinemática: Cm-30

**Tratamento Diferenciado:** -

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 10.000

**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 23,4000

**Situação:** Homologado

**Unidade de fornecimento:** Embalagem 25,00 KG

**Intervalo Mínimo entre Lances:** 2,00 %

**Adjudicado para:** PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA , pelo melhor lance de R\$ 22,4900 e a quantidade de 10.000 Embalagem 25,00 KG .

**Eventos do Item**

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	29/05/2023 15:03:18	-	Adjudicação Individual da proposta. Fornecedor: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA, CNPJ/CPF: 18.375.607/0001-11, Melhor lance: R\$ 22,4900
Homologado	29/05/2023 15:04:38	HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER	

**Item: 2**

**Descrição:** Fluido para aplicação específica

**Descrição Complementar:** Fluido Para Aplicação Específica Aplicação: Veículos Movidos A Óleo Diésel , Característica Adicionais: Redutor De Emissões De Óxidos De Nitrogênio

**Tratamento Diferenciado:** -

**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não

**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 200

**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 980,0000

**Situação:** Homologado

**Unidade de fornecimento:** Bombona 50,00 L

**Intervalo Mínimo entre Lances:** 2,00 %

**Adjudicado para:** TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 883,5600 e a quantidade de 200 Bombona 50,00 L .

**Eventos do Item**

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	16/05/2023 13:34:33	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70, Melhor lance: R\$ 883,5600
Homologado	16/05/2023 13:55:27	HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER	

Fim do documento

SURG Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava  
Fagner Goba Brandtner  
Diretor Administrativo

## SURG

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico

Pregão Nº 00004/2023 (SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

395

595

Às 13:55 horas do dia 16 de maio de 2023, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 5, Pregão nº 00004/2023.

## Resultado da Homologação

## Item: 1

**Descrição:** Betume**Descrição Complementar:** Betume Composição: Material Betuminoso , Tipo: Asfalto , Aplicação: Pavimentação , Viscosidade Cinemática: Cm-30**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 10.000**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 23,4000**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA , pelo melhor lance de R\$ 22,4900 e a quantidade de 10.000 Embalagem 25,00 KG .**Unidade de fornecimento:** Embalagem 25,00 KG**Intervalo Mínimo entre Lances:** 2,00 %

## Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	29/05/2023 15:03:18	-	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA, CNPJ/CPF: 18.375.607/0001-11, Melhor lance: R\$ 22,4900
Homologado	29/05/2023 15:04:38	HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER	

## Item: 2

**Descrição:** Fluido para aplicação específica**Descrição Complementar:** Fluido Para Aplicação Especifica Aplicação: Veículos Movidos A Óleo Diésel , Característica Adicionais: Redutor De Emissões De Óxidos De Nitrogênio**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 200**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 980,0000**Situação:** Homologado**Adjudicado para:** TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 883,5600 e a quantidade de 200 Bombona 50,00 L .**Unidade de fornecimento:** Bombona 50,00 L**Intervalo Mínimo entre Lances:** 2,00 %

## Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	16/05/2023 13:34:33	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ/CPF: 03.127.904/0001-70, Melhor lance: R\$ 883,5600
Homologado	16/05/2023 13:55:27	HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER	



gar o ESF Parque das Árvores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA.

CONTRATADA: IMOBILIÁRIA GASPAR GUARAPUAVA LTDA.

REPRESENTANTE LEGAL: LUCI MERI CABRAL BAHLS.

CNPJ: 81.043.101/0001-41.

OBJETO DO ADITIVO – DA TROCA DE GESTOR E FISCAL.

Substituição do GESTOR do Contrato, o Sr. SERGIO BORACK, inscrito no CPF/MF sob o nº 067.926.119-21 e RG nº 9.693.490-4 pelo Sr. LUIS CARLOS PAGANINI, inscrito no CPF sob nº 097.265.329-57 e RG nº 12.975.980-1.

Substituição do FISCAL do Contrato, o Sr LUIS CARLOS PAGANINI, inscrito no CPF sob nº 097.265.329-57 e RG nº 12.975.980-1 pelo Sr MARCELO EDUARDO SLUSARSKI, inscrito no CPF sob nº 086.431.329-26 e RG nº 12.635.619-6, de acordo com a solicitação em anexo ao Processo Digital nº 16982/2023, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

Data da assinatura: 17/05/2023 –

**DIEGO VOLFF – Diretor de Licitações e Contratos.**

396

596

## SURG

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número da Ata: 15/2023 Data da Ata: 17/05/2023 Data da Assinatura da Ata: 17/05/2023

Data de Início da Ata: 17/05/2023 Data de Expiração da Ata: 16/05/2024

Processo: 5/2023 Modalidade: 4 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 03.127.904/0001-70 - TSC PONTUAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Descrição do Objeto: Registro de preços para aquisição de antiaderente para pneus de rolo compactador de asfalto.

Valor total da Ata: 176.712,00



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2023

397



SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Aos seis de junho de dois mil e vinte e três, na SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Estado do Paraná, situada na Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon, em Guarapuava - Paraná, CEP 85.070-165, o Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**, e Diretor Técnico **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, combinado com a Lei Federal nº 10.520/2002 e com Decreto Municipal nº 1.447/2007, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 04/2023 – Sistema de Registro de Preços**, realizado em 09 de março de 2023, às 08h30min, devidamente homologado, **RESOLVE**, registrar preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos, conforme condições previstas no instrumento convocatório, o qual, juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa **PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA**; inscrita no CNPJ sob nº 18.375.607/0001-11, cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar, estabelecida à Rod. Martin José Gonçalves, nº 395, KM 425, Bairro Sanga da Toca, no município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, CEP 88.913-899, aqui representada pelo **Sr. EDMAR CIRO DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº 037.492.169-59, como segue:

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta ATA é o Registro de Preços da PROMITENTE, devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada, originária do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 04/2023, dos produtos abaixo descritos:

## ITENS

Fornecedor:		PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA; CNPJ Nº 18.375.607/0001-11				
Item	Quant	Unid	Descrição dos produtos	Marca	Preço Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	10.000	SACAS	MASSA ASFÁLTICA ENSACADA, USINADA A QUENTE, PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSO E MISTURA, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA BURACOS), COM GARANTIA DE ESTOCAGEM POR ATÉ 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CAPAZ DE SER APLICADA EM BURACOS COM ÁGUA, EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADA EM SACAS DE 25 KG.	PAVSUL	R\$ 22,49	R\$ 224.900,00
Total do Fornecedor PAVSUL ASFALTOS:						R\$ 224.900,00

EDMAR CIRO DE  
OLIVEIRA:037492169  
59Assinado de forma digital por  
EDMAR CIRO DE  
OLIVEIRA:03749216959  
Data: 2023.06.07 08:45:49 -03'00'



- 1.2. As quantidades são estimativas para o período de validade desta ata, de acordo com a demanda, não se obrigando a SURG à aquisição total.
- 1.3. A SURG poderá, por meio do Departamento de Compras, adquirir o objeto da licitação de dois ou mais fornecedores que detenham preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do detentor e obedecendo a ordem de classificação das respectivas propostas.
- 1.4. A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, após a assinatura da ata.
- 1.5. O compromisso do fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Emissão da Ordem de Compras ou instrumento equivalente.
- 1.6. Cada fornecimento deverá ser prestado mediante solicitação por escrito, através da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento.
- 1.7. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Edital.

## 2. DO PREÇO

- 2.1. O valor global do objeto é de R\$ 224.900,00 (duzentos e vinte e quatro mil e novecentos reais).
- 2.2. Os valores a serem pagos à Detentora da Ata serão aqueles discriminados na proposta apresentada e que se sagrou vencedora do certame, conforme descrito no item 1 desta ata.
- 2.3. Os preços dos produtos /serviços são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta.
- 2.4. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transportes de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

## 3. CRITÉRIOS DE ENTREGA

- 3.1. As entregas deverão ser realizadas na Rua Joaquim Osório Duque Estrada, sem número, Bairro Santana, em Guarapuava/PR, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da solicitação, sendo todas as despesas por responsabilidade da contratada, inclusive frete, carga e descarga, independentemente da quantidade solicitada.
- 3.2. A entrega do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade de utilização e conforme as solicitações do departamento de obras e técnico da SURG, mediante emissão de ordem de compras.
- 3.3. Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.
- 3.4. Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada, como também qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.
- 3.5. A SURG rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento efetuado em desacordo com os termos acordados no contrato. Caso sejam rejeitados os produtos, a contratada deverá substituí-los no prazo máximo 5 (cinco) dias, por outros que atendam de forma satisfatória à contratação, sem ônus adicionais para a SURG.
- 3.6. Efetivada a contratação, a contratada assegura garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses dos produtos estocados, tendo que substituir o que por ventura venha a apresentar defeitos ou imperfeições, sem ônus adicional à SURG.

## 3.7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- a. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega/execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta;
- b. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

## 3.8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS

### 3.8.1. Especificações para o Item 1 - MASSA ASFÁLTICA ENSACADA

- 3.8.1.1. A massa Asfáltica ensada (recompositor de pista) deve ser usinado a quente a uma temperatura



aproximada de 119 graus C, preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, modificado por polímeros e processos de mistura, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa buracos).

3.8.1.2. O produto deve proporcionar a estocagem por até 24 meses, capaz de ser aplicado mesmo em buracos com água e em períodos de chuva, sem perda de coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação.

3.8.1.3. O produto deve estar devidamente embalado em sacas de 25 kg, devendo estarem intactas, sem rasgos e conter no mínimo as seguintes informações: a) Prazo de estocagem; b) Indicação do produto; c) Telefone ou e-mail para contato com o fabricante.

#### 4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

4.2. A existência de preços registrados não obriga a SURG a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

#### 5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

5.1. Fica nomeada como GESTORA desta Ata a **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeado o **Sr. JOSÉ SANTOS**, matrícula 140694, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

5.2. Compete ao **Gestor de Ata** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.

5.3. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal de Ata**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

#### 6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento / prestação de serviços correrão a conta de recursos próprios da SURG.

#### 7. DOS PAGAMENTOS

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do mês subsequente ao do recebimento e ou fornecimento do produto, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

7.2. A Detentora da Ata deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

a) Nota Fiscal Eletrônica: Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica: Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ata/contrato;

b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;

c) Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF.

7.3. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial ao Ministério do Trabalho.

EDMAR CIRO DE  
OLIVEIRA:03749216959

Assinado de forma digital por EDMAR  
CIRO DE OLIVEIRA:03749216959  
Dados: 2023.06.07 08:47:11 -0100'



7.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

7.5. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.

7.6. Os pagamentos dos fornecimentos efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.

7.7. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

7.8. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

7.8.1. Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constata a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

7.8.2. Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.

7.8.3. Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.9. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA**

8.1. Deverá fornecer o objeto contratado com observância rigorosa das condições desta Ata, do Edital e seus Anexos, prestando os serviços / fornecimento de acordo com as especificações, dentro do prazo estipulado e nas quantidades definidas na Ordem de Fornecimento/Serviço, os quais serão solicitadas de acordo com a necessidade durante o período de validade desta ata.

8.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

8.3. Deverá refazer os trabalhos que eventualmente apresentem defeitos ou desconformidade de especificação, sem ônus para a SURG e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.4. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Detentora da Ata pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

8.5. São igualmente de inteira responsabilidade todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do contrato e sua execução, com inteira exclusão de qualquer responsabilidade da SURG, sendo vedado qualquer tipo de reembolso.

8.6. Por qualquer forma de inadimplência da licitante vencedora da garantia total dos serviços executados, sem prejuízo do previsto neste instrumento e das responsabilidades administrativas, civil e criminal, observando o competente processo e a ampla defesa.

8.7. Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.

8.8. Manter atualizados os dados do preposto\* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(\*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

9.1 Exercer a fiscalização da Ata verificando se os orçamentos com a discriminação dos serviços/produtos e a relação de peças a serem substituídas estão de acordo com o solicitado.

EDMAR CIRO DE  
OLIVEIRA:03749216959

Assinado de forma digital por  
EDMAR CIRO DE  
OLIVEIRA:03749216959  
Data: 2023.06.07 08:47:35 -03'00'



9.2 Notificar a Detentora da Ata por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto fornecido, fixando prazo para a sua correção.

9.3. Efetuar os pagamentos pactuados na Ata de Registro de Preços.

## 10. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos.

10.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

10.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

10.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

10.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

10.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

10.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

## 11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pela SURG, quando:

I – a detentora descumprir as condições de ata de registro de preços;

II – a detentora não retirar a Ordem de Fornecimento/Serviço ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III – a detentora der causa ao cancelamento da ata de registro de preços;

EDMAR CIRO DE  
OLIVEIRA:037492  
16959

Assinado de forma digital por  
EDMAR CIRO DE  
OLIVEIRA:03749210959  
Data: 2023.06.07 08:47:59  
+03'00'



IV – em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;

V – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto a sua atualização;

VI – por razões de interesse público devidamente fundamentado.

11.1.2. Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentaram inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto a sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços;

III - houver o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Boletim Oficial do Município juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado na SURG.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nesta ata, no caso de interrupção dos serviços.

11.4. Cancelada a ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada àquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela SURG, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Boletim Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

## 12. DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços registrados na Ata serão publicados, no Boletim Oficial do Município e anexado no site da SURG.

## 13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis.

13.2. Nas hipóteses previstas nos arts. 144 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, poderá ser revisto o valor registrado ou contratado, para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, em conformidade com o contido no Anexo II.

13.3 Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

13.4. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.5. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;

EDMAR CIRO DE  
OLIVEIRA:0374921695  
9

Assinado de forma digital por  
EDMAR CIRO DE  
OLIVEIRA:0374921695  
Dados: 2023.06.07 08:48:10 -03'00'



d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços, conforme item abaixo.

13.6. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura da sessão pública de proposta de preços;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

13.7. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência.

13.8. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico.

13.9. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

13.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

13.11. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.12. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata adotar as medidas necessárias à revisão da ata, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.13. Compete ao Gestor da ata de registro de preços, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

13.14. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços."

13.15. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

13.16. É vedado à licitante contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital de licitação.

13.17. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.



#### 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, a proposta de preços da detentora.

14.2. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, como o único competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guarapuava - PR, 06 de junho de 2023.

**HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**  
Diretor Administrativo

**SANDRO ALEX RUSSO VALERA**  
Diretor Técnico

**EDMAR CIRO DE OLIVEIRA:03749216959**

Assinado de forma digital por EDMAR  
CIRO DE OLIVEIRA:03749216959  
Dados: 2023.06.07 08:48:56 -03'00'

**PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA**

Contratada

**EDMAR CIRO DE OLIVEIRA**  
Representante Legal

**JORGETE LACERDA**  
Testemunha / Gestora da Ata

**JOSÉ SANTOS**  
Testemunha / Fiscal da Ata



405

605

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação**

07/06/2023 13:45:17

UTC

**Versão do software**

2.11rc5

### ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo**

Ata nº 19-2023 - Pavsul  
Asfaltos e Pav\_.pdf  
2aadf0fed6bcfac19e4287443  
a2b91daa5e223f213ced20bbb  
6045dc9c095e48

**Resumo SHA256 do arquivo****Tipo do arquivo**

PDF

**Quantidade de assinaturas**

8

BR Assinatura por CN=EDMAR CIRO DE

OLIVEIRA:\*\*\*492169\*\*, OU=Certificado PF A3,

OU=Presencial, OU=20181735000176, OU=AC CERTIFICA

MINAS v5, O=ICP-Brasil, C=BR

### ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura**

Destacada

**Status da assinatura**

Aprovado

**Caminho de certificação**

Aprovado

**Estrutura da assinatura**

Conformidade  
com o padrão (ISO  
32000).

**Cifra assimétrica**

Aprovada

**Resumo criptográfico**

Correto

**Data da assinatura**

07/06/2023  
11:45:49 UTC

**Status dos atributos**

Aprovados

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

► Informações do assinante

Modo escuro ☐



► Caminho de certificação

► Atributos

~~606~~



406

▼ BR Assinatura por CN=EDMAR CIRO DE OLIVEIRA:\*\*\*492169\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20181735000176, OU=AC CERTIFICA MINAS v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	07/06/2023 11:46:35 UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=EDMAR CIRO DE OLIVEIRA:\*\*\*492169\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20181735000176, OU=AC CERTIFICA MINAS v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto

Data da assinatura

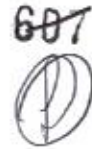
07/06/2023

Status dos atributos

11:47:13 UTC

Aprovados

407



▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ BR Assinatura por CN=EDMAR CIRO DE OLIVEIRA:\*\*\*492169\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20181735000176, OU=AC CERTIFICA MINAS v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura

Destacada

Status da assinatura

Aprovado

Caminho de certificação

Aprovado

Estrutura da assinatura

Conformidade com o padrão (ISO 32000).

Cifra assimétrica

Aprovada

Resumo criptográfico

Correto

Data da assinatura

07/06/2023

11:47:35 UTC

Status dos atributos

Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ BR Assinatura por CN=EDMAR CIRO DE OLIVEIRA:\*\*\*492169\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20181735000176, OU=AC CERTIFICA MINAS v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura

Destacada

Status da assinatura

Aprovado

Caminho de certificação

Aprovado

Modo escuro



**Estrutura da assinatura**Conformidade  
com o padrão (ISO  
32000).**Cifra assimétrica**Aprovada **608****Resumo criptográfico**

Correto

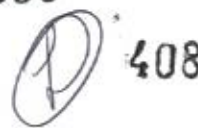
**Data da assinatura**

07/06/2023

11:47:59 UTC

**Status dos atributos**

Aprovados

408

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=EDMAR CIRO DE

OLIVEIRA:\*\*\*492169\*\*, OU=Certificado PF A3,

OU=Presencial, OU=20181735000176, OU=AC CERTIFICA

MINAS v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura**

Destacada

**Status da assinatura**

Aprovado

**Caminho de certificação**

Aprovado

**Estrutura da assinatura**Conformidade  
com o padrão (ISO  
32000).**Cifra assimétrica**

Aprovada

**Resumo criptográfico**

Correto

**Data da assinatura**

07/06/2023

11:48:16 UTC

**Status dos atributos**

Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=EDMAR CIRO DE

OLIVEIRA:\*\*\*492169\*\*, OU=Certificado PF A3,

OU=Presencial, OU=20181735000176, OU=AC CERTIFICA

MINAS v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura  
Status da assinatura  
Caminho de certificação

Destacada  
Aprovado  
Aprovado  
Conformidade

com o padrão (ISO  
32000).

Cifra assimétrica  
Resumo criptográfico

Aprovada  
Correto

Data da assinatura

07/06/2023  
11:48:38 UTC

Status dos atributos

Aprovados

~~603~~  
409

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ BR Assinatura por CN=EDMAR CIRO DE  
OLIVEIRA:\*\*\*492169\*\*, OU=Certificado PF A3,  
OU=Presencial, OU=20181735000176, OU=AC CERTIFICA  
MINAS v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura  
Status da assinatura  
Caminho de certificação

Destacada  
Aprovado  
Aprovado

Estrutura da assinatura

Conformidade  
com o padrão (ISO  
32000).

Cifra assimétrica  
Resumo criptográfico

Aprovada  
Correto

Data da assinatura

07/06/2023  
11:48:56 UTC

Status dos atributos

Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos



**SURG****EXTRATO DE CONTRATO**

~~610~~  
410

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número do Contrato: 22/2023

Data de Início do Contrato: 13/06/2023

Data de Expiração do Contrato: 12/07/2023

Processo: 71/2022 Modalidade: 41 - Pregão

Fornecedor: 10.866.775/0001-06 - CONSTRUTORA RPL LTDA

Descrição do Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de rolo compactador pneumático com motorista e combustível.

Valor total do Contrato: 19.308,75

**EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número da Ata: 16/2023

Data da Ata: 29/05/2023

Data da Assinatura da Ata: 29/05/2023

Data de Início da Ata: 29/05/2023

Data de Expiração da Ata: 28/05/2024

Processo: 21/2023 Modalidade: 15 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 17.467.515/0001-07 - CAFÉ TRÊS CORAÇÕES S.A.

Descrição do Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de café para consumo dos colaboradores da SURG

Valor total da Ata: 11.745,00

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número da Ata: 17/2023

Data da Ata: 01/06/2023

Data da Assinatura da Ata: 01/06/2023

Data de Início da Ata: 01/06/2023

Data de Expiração da Ata: 31/05/2024

Processo: 20/2023 Modalidade: 14 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 13.692.636/0001-93 - SANTOS COM. DE EQUIPAMENTOS PARA IMPRESSÃO LTDA

Descrição do Objeto: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de impressoras, com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões, equipe de suporte disponível para manutenção, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos, exceto papel.

Valor total da Ata: 24.972,00

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número da Ata: 18/2023

Data da Ata: 06/06/2023

Data da Assinatura da Ata: 06/06/2023

Data de Início da Ata: 06/06/2023

Data de Expiração da Ata: 05/06/2024

Processo: 22/2023 Modalidade: 16 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 85.005.353/0001-37 - ADÃO FAUSTINO EPP

Descrição do Objeto: Registro de Preços para aquisição de mangueiras e terminais para veículos e máquinas da Companhia de Serviços de URBANIZAÇÃO de Guarapuava - SURG.

Valor total da Ata: 185.223,95

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número da Ata: 19/2023

Data da Ata: 06/06/2023

Data da Assinatura da Ata: 06/06/2023

Data de Início da Ata: 06/06/2023

Data de Expiração da Ata: 05/06/2024

Processo: 5/2023 Modalidade: 4 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 18.375.607/0001-11 - PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA

Descrição do Objeto: Registrar preços para aquisição de massa asfáltica ensacada, usinada a quente, preparada com agregados pétreos para aplicação a frio, para utilização na manutenção de pavimentos.

Valor total da Ata: 224.900,00

Unidade Gestora: 0001 - SURG CIA SERV URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA

Número da Ata: 21/2023

Data da Ata: 14/06/2023

Data da Assinatura da Ata: 14/06/2023

Data de Início da Ata: 14/06/2023

Data de Expiração da Ata: 13/06/2024

Processo: 12/2023 Modalidade: 7 - Pregão - Registro de Preço

Fornecedor: 03.177.123/0001-90 - ALAIDE ALVES DOS SANTOS

Descrição do Objeto: Registrar preços para aquisição de calças em Polybrim, 67,00 % Algodão e 33,00 % Poliéster, na cor verde bandeira, para os colaboradores da SURG.

Valor total da Ata: 60.000,00

**CERTIDÃO DE RENUMERAÇÃO**

Certifico para os devidos fins que na presente data procedi a renumeração das folhas 361 a 410 do Volume II do Processo de Licitação de Pregão nº 04/2023, a numeração ficou errada porque houve uma falha no carimbo, que ao invés de bater o 3 do número 361 bateu o número 5 na centena, (sendo assim da página 561 a 610 considere como correta da 361 a 410).

Por fim, encerro o Volume II do processo com a presente certidão de página nº 411.

Guarapuava - PR, 20 de junho de 2023.



**Leiliane Ap Santos Gaspar**  
**Departamento de Licitações**